



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Estudo Regional

Pólo Econômico de Araçatuba

Organizadores: Claudio Dedecca, Lilia Montali, Rosana Baeninger

Março/2009

FINEP/NEPP/NEPO/IE

UNICAMP

Pólo Econômico de Araçatuba



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO 1 – ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO	7
<i>Claudio Dedecca</i>	
CAPÍTULO 2 - DINÂMICA DEMOGRÁFICA	21
<i>Rosana Baeninger e Cláudia Gomes de Siqueira</i>	
<i>Introdução</i>	<i>21</i>
<i>Evolução da População</i>	<i>23</i>
<i>Tendência do crescimento da população.....</i>	<i>31</i>
<i>Movimentos Migratórios inter e intra-regional</i>	<i>43</i>
<i>Estrutura Etária – RG de Araçatuba</i>	<i>59</i>
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>68</i>
<i>ANEXO I - Municípios da Região de Governo de Araçatuba</i>	<i>69</i>
CAPÍTULO 3 - A QUESTÃO SOCIAL NO PÓLO REGIONAL DE ARAÇATUBA.....	71
<i>Lilia Montali, Eugenia Troncoso Leone e Stella B. Silva Telles</i>	
1. <i>Renda, Pobreza e Desigualdade no Pólo Regional de Araçatuba</i>	<i>71</i>
2. <i>Mudanças no domicílio, na inserção domiciliar no mercado de trabalho e as políticas sociais</i>	<i>80</i>
2.1. <i>Mudanças nos arranjos domiciliares: configurações e tamanho.....</i>	<i>82</i>
2.2. <i>Mudanças nos arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho e na provisão dos domicílios.</i>	<i>96</i>
2.3. <i>Arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento.....</i>	<i>108</i>
2.4. <i>A mulher e a renda dos domicílios: 1991-2000</i>	<i>125</i>
3. <i>Políticas sociais no Pólo Regional de Araçatuba</i>	<i>136</i>
3.1. <i>Os programas de transferência de renda no Pólo Regional de Araçatuba - Mapeamento e Acesso</i>	<i>136</i>
3.2. <i>Educação Básica no Pólo Regional de Araçatuba</i>	<i>152</i>
3.3. <i>Atenção Básica à Saúde e Acesso às Ações e Serviços de Saúde no Pólo Regional de Araçatuba</i>	<i>173</i>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	191



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Apresentação

Nesses últimos 20 anos, a dinâmica socioeconômica paulista não mais se associa a dualidade região metropolitana – interior prevalecente até os anos 70. Novas regiões metropolitanas se consolidaram, outras se encontram em processo de formação e pólos regionais com algum grau de integração econômica vêm sendo constituídos. Essa nova configuração impõe tanto um melhor conhecimento da dinâmica espacial como a construção de instrumentos de política pública adequados da estrutura socioeconômica do Estado de São Paulo.

A implantação de bases industriais em diversas regiões do interior do Estado e o revigoramento da atividade agrícola, nestes quase 30 anos, induziram um processo de transformação substantiva da configuração econômica e social do interior do Estado, que tem resultado em progressiva metropolização, bem como na constituição de diversos pólos econômicos com alguma integração e especialização no espaço local.

Os desequilíbrios sociais hoje presentes no Estado exigem a construção de um diagnóstico mais integrado de sua diversidade regional, que apóie adequadamente a elaboração de políticas públicas mais consistentes para o desenvolvimento econômico e social paulista.

Este projeto tem o propósito de produzir um mapa da dinâmica socioeconômica do Estado com foco nas regiões metropolitanas e em alguns pólos econômicos, que possibilite acesso estruturado e rápido à informação básica para a elaboração e implementação das políticas públicas para o desenvolvimento estadual. Três eixos temáticos são adotados na análise e no sistema informação produzidos: i. economia e trabalho, ii. dinâmica demográfica; e iii. proteção social. Os dois primeiros eixos articulam as dinâmicas econômica, social e demográfica. O último congrega, no âmbito das políticas públicas, o acesso dos segmentos específicos da população, a disponibilidade de equipamentos e de serviços pelos órgãos competentes e o perfil das recentes políticas de transferência de renda.

Em suma, este projeto espera contribuir para a compreensão da complexidade econômica e social presente no Estado, bem como para o desenho e a gestão das políticas públicas voltadas para o Estado de São Paulo.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Capítulo 1 – Economia e Mercado de Trabalho¹

O Pólo de Araçatuba situa-se no oeste do Estado de São Paulo, na divisa com o Mato Grosso do Sul a 500 km da capital paulista e congrega 31 municípios. Conta com uma boa rede rodoviária (Washington Luiz, Marechal Rondon), possui um Aeroporto Regional e um terminal hidroviário no Porto Fluvial do Rio Pardo.

Embora este pólo possua uma pequena rede urbana, ele consolidou um processo de urbanização de significativa importância no oeste paulista. A cidade de Araçatuba foi beneficiada pela Estrada de Ferro devido à expansão cafeeira nas primeiras décadas do século XX, o que deu um maior impulso à urbanização. Essa estrada valorizou as terras da região e serviu de apoio para a formação de outras atividades econômicas nas décadas seguintes à sua implantação (Cano, 2007).

Este pólo possuía no ano de 2005 uma população em torno de 520 mil habitantes, o que representava menos de 2% da população dos pólos e regiões metropolitanas selecionadas para o estudo. No ano 2000 sua população era de 494 mil habitantes, o que representou um crescimento anual de 1% ao ano entre os anos 2000 e 2005, inferior aquele verificado para a média dos pólos selecionados (1,4% a.a.) e para a média do estado.

Assim como se verifica para o restante do país e do Estado de São Paulo, observam-se modificações importantes no padrão demográfico dessa região, como a redução no ritmo de crescimento populacional e de urbanização e envelhecimento da população.

A cidade de Araçatuba possuía 177 mil habitantes em 2005, o que representava pouco mais de 34% da população do pólo tanto para o ano de 2000 quanto para 2005. A segunda maior cidade do pólo era Birigui, com quase 20% da população. Essas duas cidades juntamente com os municípios de Penápolis e Guararapes possuíam 70% da população total do pólo. A Tabela 1 traz a população para os demais municípios.

Como é possível verificar, predominam as cidades de pequeno porte no pólo em questão, com exceção de Araçatuba que se apresenta como uma cidade de médio porte.

¹ Ficha Técnica: Coordenação: Claudio Dedecca, Auxiliares de pesquisa: Adriana Jungbluth, Cassiano Trovão, Camila Ribeiro, Fernando Hajime.



Tabela 1
Evolução da População Residente
Pólo de Araçatuba, 2000-2005

	População total		Taxa anual de crescimento
	2000	2005	
Pólo de Araçatuba	494.098	519.837	1,0
Alto Alegre	4.261	4.088	(0,8)
Araçatuba	169.254	177.445	0,9
Auriflama	13.513	13.844	0,5
Avanhandava	8.829	9.235	0,9
Barbosa	5.837	6.110	0,9
Bento de Abreu	2.394	2.440	0,4
Bilac	6.088	6.338	0,8
Birigui	94.300	103.325	1,8
Braúna	4.383	4.505	0,6
Brejo Alegre	2.308	2.431	1,0
Buritama	13.854	14.628	1,1
Clementina	5.404	5.737	1,2
Coroados	4.417	4.688	1,2
Gabriel Monteiro	2.726	2.861	1,0
Gastão Vidigal	3.586	3.588	0,0
General Salgado	10.824	11.114	0,5
Glicério	4.428	4.625	0,9
Guararapes	28.843	29.835	0,7
Guzolândia	4.295	4.130	(0,8)
Lourdes	2.007	2.148	1,4
Luiziânia	4.274	4.329	0,3
Nova Castilho	1.042	1.040	(0,0)
Nova Luzitânia	2.749	2.863	0,8
Penápolis	54.635	57.532	1,0
Piacatu	4.625	4.712	0,4
Rubíacea	2.337	2.304	(0,3)
Santo Antonio do Aracanguá	6.929	7.024	0,3
Santópolis do Aguapeí	3.816	3.875	0,3
São João de Iracema	1.671	1.677	0,1
Turiúba	1.895	1.868	(0,3)
Valparaíso	18.574	19.498	1,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Ainda no que se refere à população desse pólo, nota-se que pouco mais da metade da população no ano de 2000 era natural do próprio pólo e pouco mais de 40% era migrante, mas residia no local a mais de dez anos. Esses dados indicam que, até a década passada houve uma migração considerável para o pólo, entretanto, nos anos mais recentes a migração foi pouco intensa.

Os percentuais observados para o pólo como um todo, variam bastante entre os municípios. A cidade de Santópolis do Aguapeí, por exemplo, apresenta uma população natural de quase 76%, porém uma população de migrantes com 10 anos ou mais de



residência no local de 23%. Rubiácea, por outro lado, apresenta apenas 39% da sua população como sendo natural. A tabela 2 indica esses percentuais para os demais municípios.

Tabela 2
Participação da população por município e por condição de migração
Pólo de Araçatuba, 2000

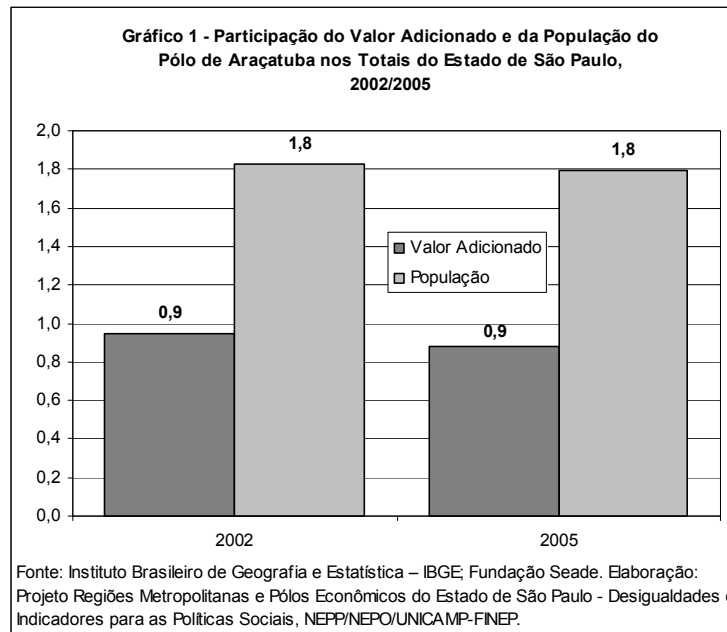
	Natural	Até 3 anos	4 a 9 anos	10 anos e mais	Total
Pólo de Araçatuba	52,2	2,6	3,6	41,6	100,0
Alto Alegre	57,4	3,6	4,0	35,0	100,0
Araçatuba	54,0	2,3	3,0	40,6	100,0
Auriflama	51,5	2,4	2,9	43,2	100,0
Avanhandava	51,2	1,8	3,7	43,3	100,0
Barbosa	47,2	3,8	4,1	44,9	100,0
Bento de Abreu	43,5	4,8	3,7	48,1	100,0
Bilac	51,7	2,5	2,1	43,7	100,0
Birigui	46,8	2,7	4,6	45,9	100,0
Braúna	61,0	2,1	3,2	33,8	100,0
Brejo Alegre	47,3	3,8	4,1	44,8	100,0
Buritama	51,0	2,2	3,1	43,7	100,0
Clementina	52,1	4,9	6,3	36,8	100,0
Coroados	43,0	6,1	4,6	46,3	100,0
Gabriel Monteiro	44,5	2,6	5,0	47,9	100,0
Gastão Vidigal	39,6	2,2	5,5	52,8	100,0
General Salgado	52,9	2,3	2,8	41,9	100,0
Glicério	47,8	2,5	3,8	46,0	100,0
Guararapes	54,2	3,5	4,6	37,7	100,0
Guzolândia	44,2	2,2	3,1	50,5	100,0
Lourdes	50,8	0,7	5,5	42,9	100,0
Luiziânia	45,5	2,1	3,1	49,3	100,0
Nova Castilho	53,8	0,7	5,2	40,3	100,0
Nova Luzitânia	43,6	4,7	7,9	43,8	100,0
Penápolis	57,9	1,9	3,0	37,3	100,0
Piacatu	56,4	1,5	2,4	39,6	100,0
Rubiácea	39,2	3,7	3,1	53,9	100,0
Santo Antonio do Aracanguá	50,3	3,9	3,4	42,3	100,0
Santópolis do Aguapeí	75,8	0,5	0,7	23,0	100,0
São João de Iracema	47,9	3,4	2,1	46,5	100,0
Turiúba	53,3	1,7	3,8	41,3	100,0
Valparaíso	54,3	4,6	4,3	36,7	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Passando agora para as questões econômicas, nota-se que a participação do Pólo de Araçatuba no Estado de São Paulo tanto no que se refere à população e ao valor adicionado é bastante pequena e não sofreu alteração nos últimos anos. Em 2002, a população desse pólo representava apenas 0,9% daquela verificada para o Estado, percentual que não se alterou até 2005. Já em relação ao valor adicionado, em 2002 o pólo



de Araçatuba tinha uma participação de apenas 1,8%, percentual que também não se alterou até 2005.



Durante a recuperação econômica ocorrida entre os anos de 2002 e 2005, o Estado de São Paulo passou por um crescimento anual do produto interno bruto da ordem de 3% ao ano. O Pólo de Araçatuba apresentou a mesma tendência de crescimento, mas de apenas 0,5%, um dos piores resultados encontrado dentre os pólos selecionados para o estudo.

Desagregando-se a queda do valor adicionado por setores, nota-se que a maior queda foi sofrida pela agroindústria, tendo declinado a uma taxa anual de 10,9%. Todos os outros setores apresentaram crescimento no que se refere ao valor adicionado ao longo do período.

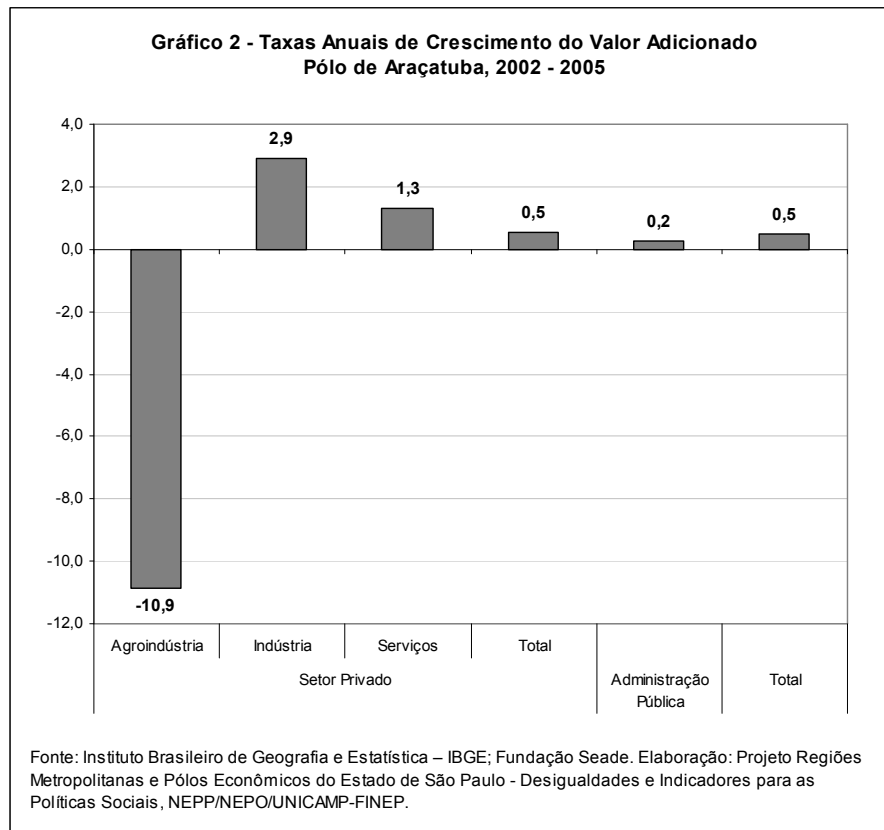
O setor que mais cresceu foi a indústria, com uma média anual de 2,9%. Em seguida veio o setor de serviços com 1,3%. A administração pública, por sua vez, apresentou um crescimento inferior a 0,5%. O Gráfico 2 traz essas informações.

Este pólo se destaca pela sua especialização na pecuária de corte e juntamente com São José do Rio Preto e Presidente Prudente forma o maior centro produtor de bovinos do Estado de São Paulo e um dos maiores do país. O desenvolvimento dessa atividade permitiu que outros segmentos ligados a essa cadeia produtiva fossem desenvolvidos e atraíssem algumas empresas de grande porte para a região.



O setor agrícola desenvolvido na região tem ênfase na produção de alimentos com destaque para a produção de grãos, principalmente soja, além do destaque para o setor sucroalcooleiro. A economia também foi dinamizada pela agroindústria oleaginosa (mamona, amendoim e algodão) e de alimentos e matérias-primas (milho e fibras de algodão). É um dos principais centros agropecuários do país.

As atividades terciárias também são importantes, sobretudo no município-sede, que concentra os centros de compras de maior porte, os serviços médicos e educacionais mais importantes e a prestação de serviços mais sofisticados.

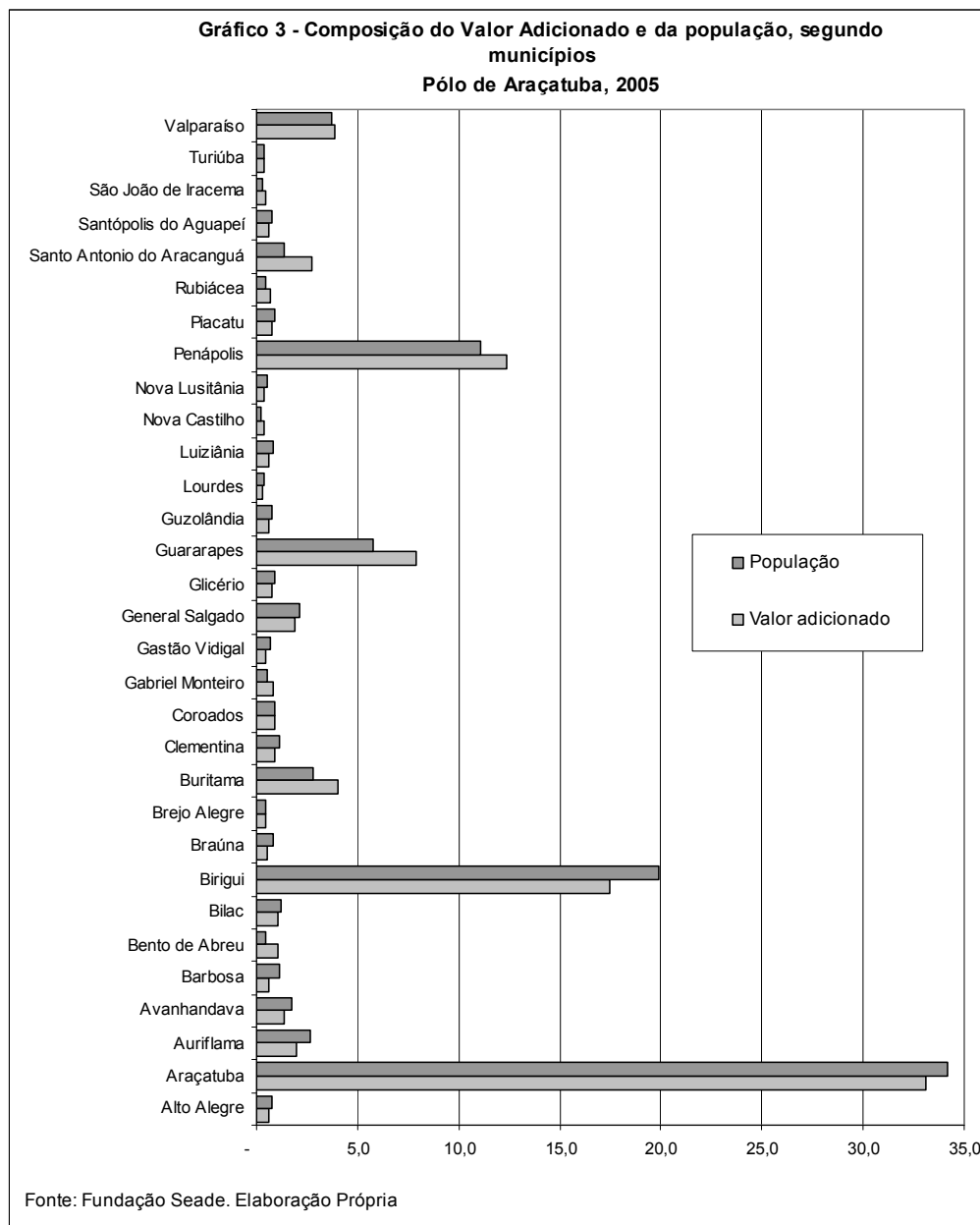


Observando-se agora a composição do valor adicionado do Pólo de Araçatuba por município, nota-se que a cidade de Presidente Prudente era responsável por 33% do VA do pólo no ano de 2005, percentual bastante próximo daquele que representa a população da cidade em relação ao Pólo (34%).



Em seguida, aparece a cidade de Birigui que, detém 17,4% da população do pólo é responsável por 20% do valor adicionado. Em Penápolis e Guararapes, entretanto, a participação do valor adicionado no pólo é maior que a participação da população.

O gráfico 3 mostra os demais percentuais de participação do valor agregado e da população por município.





Entrando agora nas questões relativas ao mercado de trabalho no Pólo de Araçatuba, os dados do Censo Demográfico 2000 ajudam a entender a dinâmica desse mercado. A tabela 3 traz esses percentuais.

Um primeiro dado que chama atenção é a elevada participação da cidade de Araçatuba tanto no que se refere à PIA quanto ao que se refere à PEA, com uma participação de 34,6% e 35,3%, respectivamente. Essa elevada participação era de se esperar visto que este município é o mais populoso do pólo e representa o pólo dinâmico da região.

Tabela 3
Participação dos municípios, segundo indicadores de mercado de trabalho e
taxas de desemprego
Pólo de Araçatuba, 2000

	PIA	PEA	Taxa de Desemprego
Pólo de Araçatuba	100,0	100,0	11,5
Alto Alegre	0,9	0,8	8,4
Araçatuba	34,6	35,3	15,0
Auriflâma	2,7	2,8	10,9
Avanhandava	1,7	1,5	18,6
Barbosa	1,1	1,1	8,0
Bento de Abreu	0,5	0,5	9,6
Bilac	1,3	1,3	9,6
Birigui	19,3	20,6	7,0
Braúna	0,9	0,9	4,7
Brejo Alegre	0,4	0,4	11,4
Buritama	2,7	2,7	11,8
Clementina	1,1	1,1	9,5
Coroados	0,9	0,9	7,3
Gabriel Monteiro	0,6	0,6	6,4
Gastão Vidigal	0,7	0,7	10,3
General Salgado	2,1	1,9	9,0
Glicério	0,9	0,8	12,6
Guararapes	5,8	5,5	12,9
Guzolândia	0,8	0,8	10,8
Lourdes	0,4	0,4	10,3
Luiziânia	0,8	0,8	7,2
Nova Castilho	0,2	0,1	15,3
Nova Luzitânia	0,6	0,5	5,4
Penápolis	11,2	10,9	11,2
Piacatu	0,9	0,9	5,3
Rubiácea	0,5	0,4	8,2
Santo Antonio do Aracanguá	1,3	1,3	14,7
Santópolis do Aguapeí	0,7	0,7	5,3
São João de Iracema	0,3	0,3	5,0
Turiúba	0,4	0,4	4,4
Valparaíso	3,5	3,1	13,5

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

A participação dos demais municípios na composição da PIA e da PEA é bastante inferior estando bem distribuída entre eles.



No que se refere à taxa de desemprego, nota-se que a região como um todo apresenta uma média de desemprego de 11,5%, taxa bastante inferior àquela encontrada para a Região Metropolitana de São Paulo (19,6%).

O município de Araçatuba encontra-se acima da média do Pólo tendo uma taxa de desemprego de 15%. A maior taxa de desemprego é encontrada no município de Nova Castilho, com 15,3% e a menor é encontrada na cidade de Turiúba com apenas 5,0% de desemprego.

Como a tabela acima mostrou, as taxas de desemprego dos municípios do Pólo de Araçatuba não são tão elevadas quanto para outros municípios do Estado, com algumas poucas exceções. Em algumas cidades a taxa de desemprego é bastante pequena, não se mostrando como um problema para a sociedade. Entretanto, é interessante notar a enorme diferença existente entre as taxas de desemprego dos diversos municípios.

Nota-se que a questão do emprego deve ser tratada de forma diferenciada para os municípios em questão. Uma política de emprego para o pólo como um todo pode não ser tão eficiente quanto uma voltada para cada município, ou conjunto de municípios com características mais próximas.

Observando-se agora a taxa de formalização, o Pólo de Presidente Prudente apresenta uma taxa de 63,8%, portanto, mais da metade dos ocupados possuem carteira assinada e/ou contribuem para a previdência. Essa taxa varia para cada município e para cada decil de renda. Nota-se que quanto mais elevado o decil de renda, maior a taxa de formalização.



Tabela 4
Taxa de Formalização segundo Municípios e Intervalos decilicos de Renda Domiciliar
Pólo de Araçatuba, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Pólo de Araçatuba	42,6	55,3	58,0	64,7	65,7	66,8	68,8	70,7	73,6	75,7	63,8
Alto Alegre	34,3	60,5	65,6	51,7	67,3	58,0	70,8	19,1	70,0	39,4	54,2
Araçatuba	40,3	55,4	53,1	61,3	62,0	64,0	69,1	71,0	74,6	75,8	63,9
Auriflama	28,5	43,5	50,5	46,4	57,2	46,5	50,1	61,0	60,1	82,3	48,7
Avanhandava	63,9	68,2	71,7	66,9	62,5	74,5	63,4	67,7	79,2	88,9	68,6
Barbosa	41,8	42,2	48,1	64,9	43,8	58,5	53,0	54,3	91,7	56,5	50,6
Bento de Abreu	63,0	80,0	71,1	63,1	58,1	67,9	74,4	100,0	100,0	72,5	69,2
Bilac	45,4	49,1	53,5	67,5	60,4	72,9	73,1	62,8	63,2	88,4	62,8
Birigui	55,4	65,1	70,2	75,3	73,5	76,5	72,9	75,4	71,8	76,0	72,6
Braúna	29,3	57,8	49,0	50,3	50,4	41,9	48,7	64,8	70,8	83,9	52,2
Brejo Alegre	45,9	44,0	65,6	73,1	63,4	84,9	67,5	100,0	67,4	34,6	62,0
Buritama	31,8	41,2	43,5	47,4	51,2	53,4	61,3	66,9	66,9	61,1	49,4
Clementina	31,6	59,6	64,1	63,5	76,1	59,6	73,9	84,9	74,0	100,0	63,8
Coroados	59,7	58,8	68,2	61,1	70,7	64,3	58,6	85,4	61,3	54,3	65,0
Gabriel Monteiro	31,2	46,5	47,2	60,7	58,7	65,1	75,5	72,1	55,5	33,8	56,1
Gastão Vidigal	34,7	39,8	48,5	67,8	49,1	53,1	47,8	56,8	77,0	100,0	51,4
General Salgado	44,5	48,0	49,2	73,5	64,6	58,8	63,1	52,6	62,2	87,6	57,2
Glicério	46,6	53,3	55,0	54,1	59,0	58,6	63,4	67,9	81,9	48,6	56,6
Guararapes	34,2	53,3	49,8	61,0	60,4	68,2	62,6	57,4	77,3	63,2	56,9
Guzolândia	24,5	54,8	56,9	45,5	66,4	43,5	64,5	69,5	83,5	33,3	50,4
Lourdes	28,2	39,1	54,8	33,8	71,8	59,4	50,0	63,4	100,0	16,9	43,3
Luiziânia	34,2	45,2	58,4	55,9	53,7	53,5	64,7	51,2	63,5	58,7	51,4
Nova Castilho	77,8	87,7	77,6	89,7	61,0	43,2	100,0	68,6	-	-	75,9
Nova Luzitânia	35,7	40,8	57,4	49,7	80,7	82,3	60,1	80,3	55,1	62,9	58,7
Penápolis	47,2	53,8	57,5	64,3	68,5	63,1	72,9	73,4	79,4	80,7	65,2
Piacatu	30,2	42,7	59,2	40,9	52,4	56,3	70,4	51,0	61,1	73,4	49,9
Rubiácea	53,0	57,1	52,4	75,2	79,7	80,6	40,8	68,4	30,9	52,5	60,4
Santo Antonio do Aracanguá	53,0	65,5	59,8	73,7	74,2	63,5	67,4	69,3	69,6	55,7	65,5
Santópolis do Aguapeí	31,5	53,6	51,5	64,6	55,7	62,3	40,7	64,1	84,2	21,3	51,8
São João de Iracema	37,4	43,5	64,1	42,5	91,4	45,1	49,8	89,2	100,0	71,7	53,0
Turiúba	49,4	53,8	60,0	56,2	72,4	45,8	62,1	100,0	69,5	45,1	58,5
Valparaíso	58,2	67,6	68,1	69,0	75,5	76,1	79,2	69,1	80,6	89,9	71,5

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

A cidade de Nova Castilho é a que apresenta melhor taxa de formalização sendo esta próxima a 76%. Já o município de Auriflama apresenta uma taxa de formalização de apenas 48,7% sendo a menor do pólo.

O município de Araçatuba, por sua vez, registra uma taxa de formalização bastante parecida com aquela registrada para o pólo, 63,9%.

Já quanto à taxa de assalariamento, isto é, o número de ocupados assalariados sobre o total de ocupados, o pólo apresenta uma taxa um pouco acima de 66%. Novamente verificam-se taxas diferentes tanto para cada município quanto por estrato de decil, mas não se verifica nenhuma tendência dentro dos estratos.



Tabela 5
Taxa de Assalariamento segundo Municípios e Decis de Renda Domiciliar (1)
Pólo de Araçatuba, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Pólo de Araçatuba	61,8	67,3	66,7	71,9	70,8	68,7	69,8	67,0	60,6	48,8	66,2
Alto Alegre	61,7	70,3	80,7	76,1	68,6	48,1	78,7	13,6	66,3	42,3	67,0
Araçatuba	47,3	60,6	58,5	64,5	64,5	61,0	67,3	68,6	60,0	48,8	60,6
Auriflama	63,8	66,3	65,9	64,5	74,6	65,9	61,2	54,4	52,0	36,9	63,5
Avanhandava	78,4	80,8	71,0	68,3	65,2	80,3	69,0	73,8	66,1	19,7	71,6
Barbosa	67,3	77,4	73,0	82,0	63,6	66,5	51,0	70,2	78,3	28,2	69,8
Bento de Abreu	87,5	83,2	73,9	83,2	82,3	73,8	81,4	71,0	-	55,0	78,7
Bilac	57,6	55,9	57,9	78,6	68,0	79,9	66,6	67,7	66,2	65,0	67,1
Birigui	61,8	74,0	74,6	79,5	75,5	77,2	75,8	71,2	62,6	48,5	72,5
Braúna	44,5	66,0	51,5	60,9	65,5	37,2	43,6	65,4	49,5	52,2	54,8
Brejo Alegre	56,2	60,4	76,8	76,0	71,7	81,9	53,3	-	53,8	82,7	68,0
Buritama	62,1	68,1	70,0	72,2	65,6	65,8	69,1	58,8	61,7	-	65,3
Clementina	67,6	70,9	86,5	81,3	72,9	63,4	77,7	68,8	43,6	63,2	73,9
Coroados	62,2	77,7	71,1	64,3	79,0	76,9	78,1	70,6	66,3	21,9	69,6
Gabriel Monteiro	59,4	80,3	57,3	75,6	69,7	65,6	80,4	73,5	46,0	32,5	67,0
Gastão Vidigal	74,9	60,2	66,6	73,0	68,3	48,9	80,7	44,4	66,7	47,2	63,6
General Salgado	70,8	71,3	61,1	74,7	87,4	67,6	65,4	66,8	56,4	54,9	68,2
Glicério	60,4	67,0	59,4	71,7	75,5	69,5	67,2	57,8	51,6	44,8	64,5
Guararapes	67,3	67,3	58,8	71,5	70,1	73,1	65,6	50,0	56,8	58,8	65,4
Guzolândia	64,7	70,4	70,9	62,1	86,4	63,5	69,1	75,8	52,4	-	68,8
Lourdes	73,3	61,9	86,0	67,7	59,6	72,4	50,0	55,7	100,0	16,9	70,7
Luiziânia	66,7	75,2	71,0	79,5	78,3	84,1	60,4	45,3	33,9	26,4	68,8
Nova Castilho	90,2	83,5	100,0	65,2	55,6	85,2	50,0	42,1	-	-	73,7
Nova Luzitânia	80,6	65,5	72,6	76,8	79,9	73,7	64,1	64,9	16,1	62,9	70,7
Penápolis	62,4	62,8	66,1	67,9	69,5	66,4	69,5	66,9	60,8	49,3	64,8
Piacatu	57,6	71,7	81,6	84,2	72,4	54,5	46,6	41,4	61,6	24,3	66,8
Rubiácea	75,3	71,3	68,2	97,0	87,2	93,1	82,0	65,2	57,5	28,3	77,0
Santo Antonio do Aracanguá	78,0	71,6	78,9	83,5	77,8	62,3	76,4	68,1	65,6	44,0	73,8
Santópolis do Aguapeí	83,0	79,7	87,9	92,0	79,5	77,8	94,1	64,1	46,7	50,5	82,9
São João de Iracema	50,2	51,6	45,4	57,8	72,9	60,9	14,4	56,3	100,0	29,4	51,5
Turiúba	78,0	71,2	76,0	72,9	95,5	69,4	66,0	60,9	66,8	57,6	74,3
Valparaíso	80,3	77,1	71,8	67,9	86,5	87,3	81,8	65,0	75,7	66,0	76,5

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) Assalariados, exclusive o emprego doméstico, no total da população ocupada.

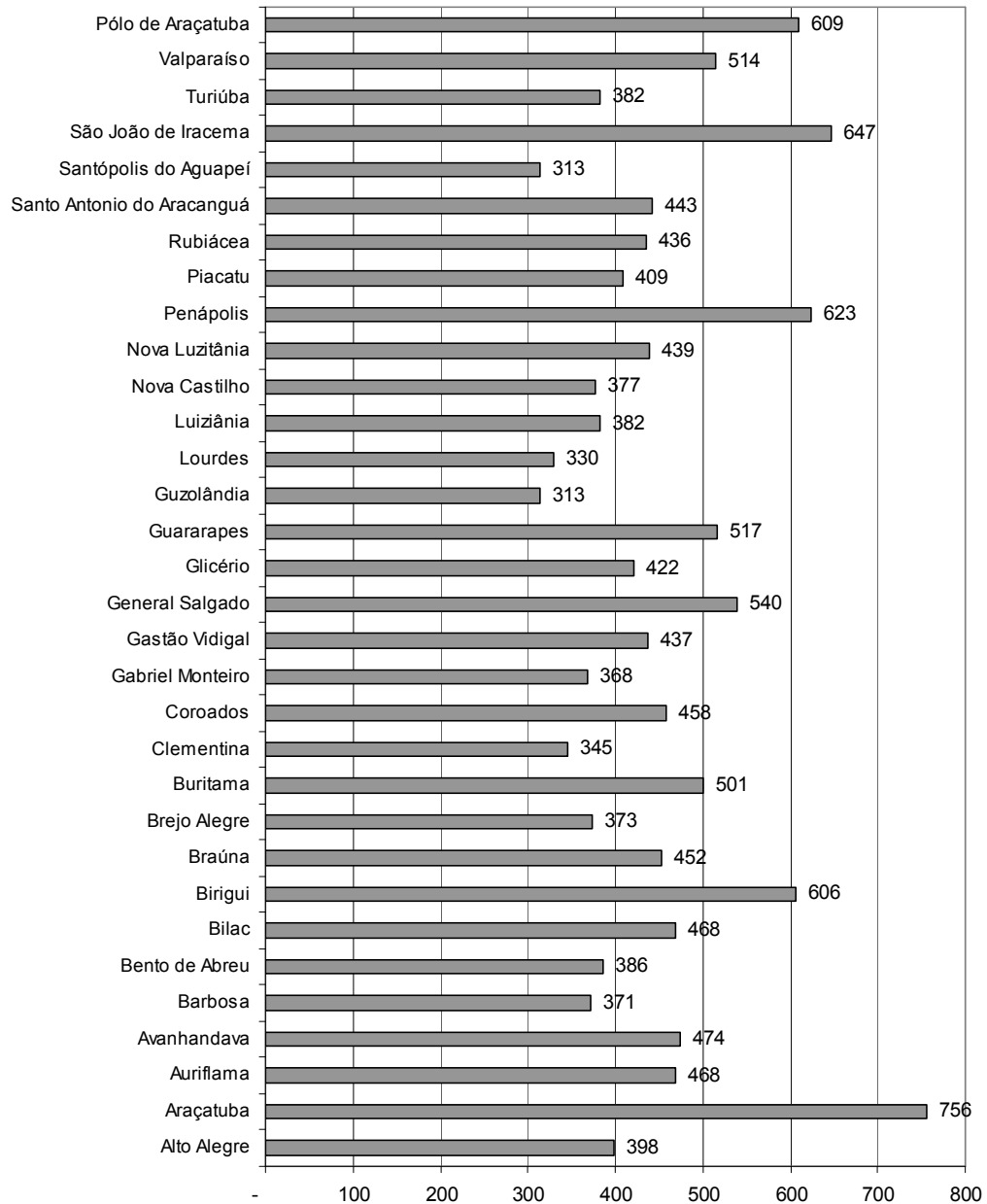
O município de Araçatuba apresenta uma taxa de assalariamento inferior àquela verificada para o pólo, 60,6%.

Já a maior taxa de assalariamento é encontrada no município de Bento de Abreu, com 78,7% e a menor para São João de Iracema com apenas 51,5%. Novamente pode-se notar como são diferentes os municípios dentro de um mesmo pólo.

Olhando-se agora a questão dos rendimentos, tem-se que o Pólo apresenta um rendimento médio de apenas R\$ 609,00, bastante inferior ao verificado para a Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, que era de R\$ 1.028,00.



Gráfico 4 - Rendimento médio, Pólo de Araçatuba, 2000





O município de Araçatuba é o que apresenta maior rendimento médio dentro do pólo, sendo este de R\$ 756,00, ainda assim bastante inferior que o rendimento médio da Região Metropolitana de São Paulo.

O menor rendimento é encontrado nos município de Santópolis de Aguapeí e Guzolândia sendo de apenas R\$ 313,00. O gráfico 5 traz os rendimentos médios para os demais municípios.

Ainda em relação aos rendimentos, torna-se interessante compará-los com o salário médio. Rendimentos são entendidos aqui como o total da renda proveniente do trabalho de todos os ocupados, já o salário é a renda advindo do emprego assalariado.

Tabela 6
Indicadores de Rendimento Médio, Salário Médio, Massa Total de rendimentos e Massa Total de Salários (1)
Pólo de Araçatuba, 2000 - 2005

	2000		Salário Médio / Rendimento Médio	Crescimento anual do Salário Médio Real 2000- 2005	2000		Crescimento anual da Massa Real de Salários 2000-2005	
	Rendimento Médio	Salário Médio			Massa Total de Rendimentos	Massa Total de Salários		Massa Total de Salários / Massa Total de Rendimentos
Pólo de Araçatuba	609	499	82,0	0,1	131.128.662	43.943.398	33,5	3,9
Alto Alegre	398	419	105,2	4,7	671.028	205.603	30,6	2,0
Araçatuba	756	605	80,1	-0,1	55.206.144	17.736.532	32,1	3,0
Auriflâma	468	391	83,5	-1,7	2.906.748	827.104	28,5	1,2
Avanhandava	474	463	97,7	-0,2	1.467.030	410.660	28,0	3,5
Barbosa	371	394	106,2	-1,3	895.965	185.622	20,7	7,3
Bento de Abreu	386	538	139,3	1,7	398.352	329.577	82,7	13,6
Bilac	468	429	91,7	-0,7	1.364.220	396.062	29,0	6,0
Birigui	606	404	66,7	0,6	28.298.988	11.529.872	40,7	2,8
Braúna	452	395	87,3	5,2	838.912	110.155	13,1	36,1
Brejo Alegre	373	493	132,3	-2,9	321.153	181.586	56,5	-15,4
Buritama	501	543	108,4	-3,2	2.878.746	804.325	27,9	0,5
Clementina	345	471	136,5	1,4	850.080	390.312	45,9	4,6
Coroados	458	410	89,5	3,6	872.490	303.772	34,8	1,7
Gabriel Monteiro	368	348	94,5	-0,1	479.872	306.589	63,9	2,8
Gastão Vidigal	437	440	100,7	0,3	691.771	113.544	16,4	5,2
General Salgado	540	535	99,1	-1,5	2.240.460	592.661	26,5	2,1
Glicério	422	405	96,0	-0,1	731.748	213.034	29,1	7,8
Guararapes	517	516	99,7	0,6	6.093.879	1.903.180	31,2	5,2
Guzolândia	313	409	130,8	0,1	504.556	104.787	20,8	2,2
Lourdes	330	509	154,2	-1,4	282.810	80.419	28,4	0,8
Luiziânia	382	458	119,8	-0,4	669.264	120.823	18,1	4,5
Nova Castilho	377	469	124,3	-3,4	99.151	60.919	61,4	5,2
Nova Luzitânia	439	498	113,5	0,1	500.021	73.272	14,7	7,7
Penápolis	623	500	80,3	-0,4	14.609.973	4.541.226	31,1	4,4
Piacaçu	409	438	107,0	-3,0	833.133	162.352	19,5	6,0
Rubiácea	436	550	126,2	-1,1	397.632	107.285	27,0	2,7
Santo Antonio do Aracanguá	443	620	139,8	-2,3	1.185.468	705.002	59,5	12,1
Santópolis do Aguapeí	313	453	144,8	-2,2	471.065	132.788	28,2	2,7
São João de Itacema	647	495	76,6	-1,7	445.783	75.798	17,0	5,8
Turiúba	382	454	119,0	-1,9	315.150	105.876	33,6	2,8
Valparaíso	514	547	106,4	-0,1	3.667.390	1.132.662	30,9	12,2

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE e Relação Anual de Informações Sociais 2000 e 2005. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) Os dados sobre rendimentos tem como fonte o Censo Demográfico e aqueles de salários a Relação Anual de Informações Sociais

Nota-se, para o Pólo de Araçatuba, o rendimento médio é superior ao salário médio. Entretanto, olhando-se os municípios, nota-se que ora o rendimento médio é superior e ora o salário médio é superior, variando bastante entre os municípios.



Percebe-se também que entre os anos 2000 e 2005 o salário médio manteve-se praticamente estável com um crescimento quase nulo de 0,1% ao ano. Vários foram os municípios que tiveram perdas reais ao longo do período. Nova Castilho, por exemplo, teve uma perda anual de 1,7% nos salários médios.

Quando se compara a massa salarial, entretanto, nota-se que houve crescimento para todos os municípios o que indica que, apesar da renda ter declinado, o emprego cresceu. Apenas Brejo Alegre é exceção nesse caso, tendo a massa de salário reclinado mais de 15% ao ano.

Olhando-se agora a estrutura de empregos por setor de atividade (Tabela 7), nota-se que a maior parte da população do Pólo de Araçatuba (34,9%) trabalha na Indústria da Transformação. Em seguida vem o setor de Serviços com (20,4%) e Comércio com (19,7%). Serviços Públicos e Construção Civil possuem uma participação muito pequena.

A cidade de Araçatuba possui grande parte de sua população empregada (34,8%) trabalhando no setor de Serviços, diferente do que ocorre no Pólo como um todo onde maior parte da população está empregada na Indústria. Em seguida vem o setor de Comércio com 28,5% dos empregados e apenas em terceiro lugar vem a Indústria da transformação com 16% dos empregados no ano de 2005.

A cidade de Gabriel Monteiro chama atenção devido ao fato de três quartos de seus empregados no ano de 2005 estarem no setor da Indústria da Transformação. Em seguida vem a Administração Pública com 14% e o restante dos ocupados se encontra no setor de Comércio e Serviços.

Observando-se ainda a estrutura de emprego, mas em relação ao emprego gerado entre os anos de 2000 e 2005, nota-se que o setor que mais contribuiu para o crescimento do emprego no período para o pólo foi o de Comércio com um crescimento anual superior a 8%. O setor que ainda hoje possui a maior parte dos postos de trabalho, ou seja, a Indústria da Transformação, contribuiu no período com um crescimento anual de apenas 2% no emprego, o que indica que a tendência desse setor é perder participação relativa dentro dos próximos anos.

A construção civil, por sua vez, foi o setor que apresentou menor crescimento do emprego, tendo um crescimento negativo anual de 6,9%, ou seja, deixou de contratar e demitiu um volume expressivo de empregados.

Tabela 7
Estrutura e crescimento anual do número de trabalhadores do mercado de trabalho formal, segundo municípios e setores de
Pólo de Araçatuba, 2005

	Estrutura de emprego, 2005							Total
	Indústria de Transformação	Serviços Ind. de Util. Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, Extração Vegetal	
Pólo de Araçatuba	34,9	1,0	1,5	19,7	20,4	13,5	9,1	100,0
Alto Alegre	22,1	0,7	-	5,1	5,1	40,7	26,3	100,0
Araçatuba	16,1	1,6	2,6	28,5	34,8	11,1	5,2	100,0
Auriflama	45,6	0,5	1,5	16,6	10,9	17,0	7,9	100,0
Avanhandava	18,4	-	-	15,2	9,7	32,6	24,2	100,0
Barbosa	47,5	-	-	6,5	5,5	30,9	9,6	100,0
Bento de Abreu	19,6	0,2	-	3,3	2,6	17,5	56,8	100,0
Bilac	41,8	-	-	21,8	11,9	16,6	7,9	100,0
Birigui	60,7	0,1	1,1	14,9	13,1	8,2	2,0	100,0
Braúna	2,0	1,2	1,5	6,6	1,9	18,9	67,9	100,0
Brejo Alegre	-	-	0,5	10,3	2,7	80,0	6,5	100,0
Buritama	14,6	1,2	6,2	21,3	20,4	26,5	9,8	100,0
Clementina	46,8	-	0,5	10,5	17,1	18,9	6,1	100,0
Coroados	32,8	0,4	-	7,9	6,7	25,8	26,4	100,0
Gabriel Monteiro	74,2	-	-	5,0	1,4	14,2	5,2	100,0
Gastão Vidigal	7,0	0,6	0,3	12,8	7,3	47,0	25,0	100,0
General Salgado	16,5	0,5	0,6	20,4	19,7	25,9	16,5	100,0
Glicério	38,0	-	-	5,9	5,2	25,6	25,3	100,0
Guararapes	23,9	0,1	0,0	18,3	15,8	13,1	28,7	100,0
Guzolândia	2,5	0,7	-	3,5	4,2	49,8	39,2	100,0
Lourdes	-	0,6	-	5,7	6,8	70,5	16,5	100,0
Luiziânia	9,0	0,9	-	11,0	9,3	45,1	24,8	100,0
Nova Castilho	-	-	-	1,0	-	75,4	23,6	100,0
Nova Luzitânia	-	0,9	0,9	10,4	8,0	67,5	12,3	100,0
Penápolis	35,4	2,9	1,0	22,9	21,2	9,9	6,6	100,0
Piçatu	27,0	1,0	0,2	13,9	8,7	30,8	18,4	100,0
Rubiácea	0,8	0,4	-	2,5	4,7	53,8	37,7	100,0
Santo Antonio do Aracanguá	24,8	-	0,2	8,6	1,1	23,7	41,6	100,0
Santópolis do Aguapeí	7,5	1,9	-	12,6	9,1	53,6	15,3	100,0
São João de Iracema	2,7	-	-	4,1	2,3	64,7	26,2	100,0
Turiúba	10,2	1,0	-	3,4	2,4	56,9	26,1	100,0
Valparaíso	38,6	0,1	0,3	13,4	17,3	16,3	14,0	100,0
	Crescimento anual, 2000-2005							
Pólo de Araçatuba	2,0	2,9	(6,9)	8,3	4,0	4,4	3,7	3,8
Alto Alegre	(11,7)	-	-	4,1	1,9	3,0	(1,5)	(2,6)
Araçatuba	(0,4)	5,7	(5,8)	6,1	3,5	5,9	(0,9)	3,2
Auriflama	3,1	-	(24,3)	9,9	4,1	2,3	4,7	3,0
Avanhandava	(7,0)	-	-	27,0	12,2	8,8	(1,0)	3,8
Barbosa	13,2	-	-	8,2	9,3	4,1	4,0	8,5
Bento de Abreu	3,7	14,9	-	14,2	9,2	4,7	19,0	11,7
Bilac	8,2	-	-	8,9	10,2	0,3	5,9	6,8
Birigui	0,2	11,5	(8,5)	11,6	6,7	1,6	(1,7)	2,2
Braúna	4,6	43,1	-	18,2	(12,5)	5,4	70,2	29,3
Brejo Alegre	-	-	-	16,1	(54,6)	8,8	24,6	(12,9)
Buritama	(1,1)	(4,2)	26,2	2,7	8,7	(0,1)	12,7	3,8
Clementina	6,7	-	-	16,3	12,6	1,6	(21,1)	3,1
Coroados	6,3	(5,6)	(100,0)	3,3	(25,3)	1,9	1,9	(1,9)
Gabriel Monteiro	2,5	(100,0)	-	35,9	(5,9)	(0,3)	6,3	2,9
Gastão Vidigal	(10,0)	(7,8)	-	30,7	13,0	3,6	5,4	4,9
General Salgado	1,2	-	51,6	15,0	4,7	(0,9)	2,3	3,7
Glicério	17,5	-	(100,0)	14,9	11,1	(0,2)	9,3	8,3
Guararapes	(0,3)	3,7	14,9	6,2	6,4	1,2	9,5	4,5
Guzolândia	(8,6)	-	(100,0)	7,4	3,7	0,9	6,2	2,0
Lourdes	(100,0)	-	-	14,9	11,4	3,6	(1,9)	2,2
Luiziânia	13,4	-	-	12,0	(9,8)	4,4	10,7	4,9
Nova Castilho	-	-	-	-	(100,0)	7,4	16,4	8,9
Nova Luzitânia	-	-	-	25,7	4,0	4,1	30,0	7,6
Penápolis	6,3	1,3	(12,4)	9,3	4,3	1,8	(1,7)	4,8
Piçatu	23,2	3,7	-	10,3	7,4	5,4	3,3	9,2
Rubiácea	-	(19,7)	-	8,4	6,6	7,1	(0,2)	3,9
Santo Antonio do Aracanguá	25,0	-	(23,2)	31,4	29,0	14,9	9,4	15,0
Santópolis do Aguapeí	56,3	-	(100,0)	15,4	4,0	0,3	10,9	4,9
São João de Iracema	24,6	-	-	24,6	38,0	6,0	7,7	7,6
Turiúba	38,0	8,4	-	(7,8)	-	3,9	3,8	4,8
Valparaíso	35,0	(35,3)	17,1	10,0	4,0	137,4	(9,6)	12,3

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais 2000 e 2005. Microdados. Elaboração: Proieto Reqiões Metropolitanas e Pólos Econômicos

Pólo Econômico de Araçatuba



Capítulo 2 - Dinâmica Demográfica²

Introdução

A Região de Governo (RG) de Araçatuba está localizada na parte oeste do Estado de São Paulo, abrangendo trinta e um municípios (Anexo I). Limita-se à oeste com a RG de Andradina; à sudeste com as RGs Lins e São José do Rio Preto; à noroeste com a RG de Votuporanga; ao norte com as RGs de Fernandópolis e Jales; e ao sul com as RGs de Tupã e Andradina³.

A sua ocupação inicial se deu em função da ampliação da fronteira agrícola cafeeira, que impulsionou o desenvolvimento de uma infra-estrutura viária avançada e criou condições para que a região se integrasse ao processo produtivo estadual. O seu povoamento efetivo está ligado ao avanço da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no início do século XX, que ligou Bauru às barrancas do rio Paraná. Essa ferrovia liga o Estado de São Paulo ao Estado de Mato Grosso do Sul, que interliga o Brasil com os seguintes países da América do Sul: Bolívia, Paraguai, Peru, Argentina e Chile.

Entre 1920 e 1950, a região foi favorecida pelo avanço das atividades agrícolas e pecuárias, confirmando-se um acréscimo populacional representativo. Nesse período, notadamente na década de 30, o município de Araçatuba passou a configurar-se como pólo de atração regional. Além da integração ferroviária, a Região beneficiou-se da implantação da rede de estradas de rodagem com a construção do trecho Bauru-Araçatuba entre 1940/49 (Vasconcelos, 1992a).

A pujança regional desse período expressou-se no número de municípios criados até os anos 50. Dos 31 municípios que hoje compõem a Região, 12 foram desmembrados entre 1920 e 1950 (Figura I).

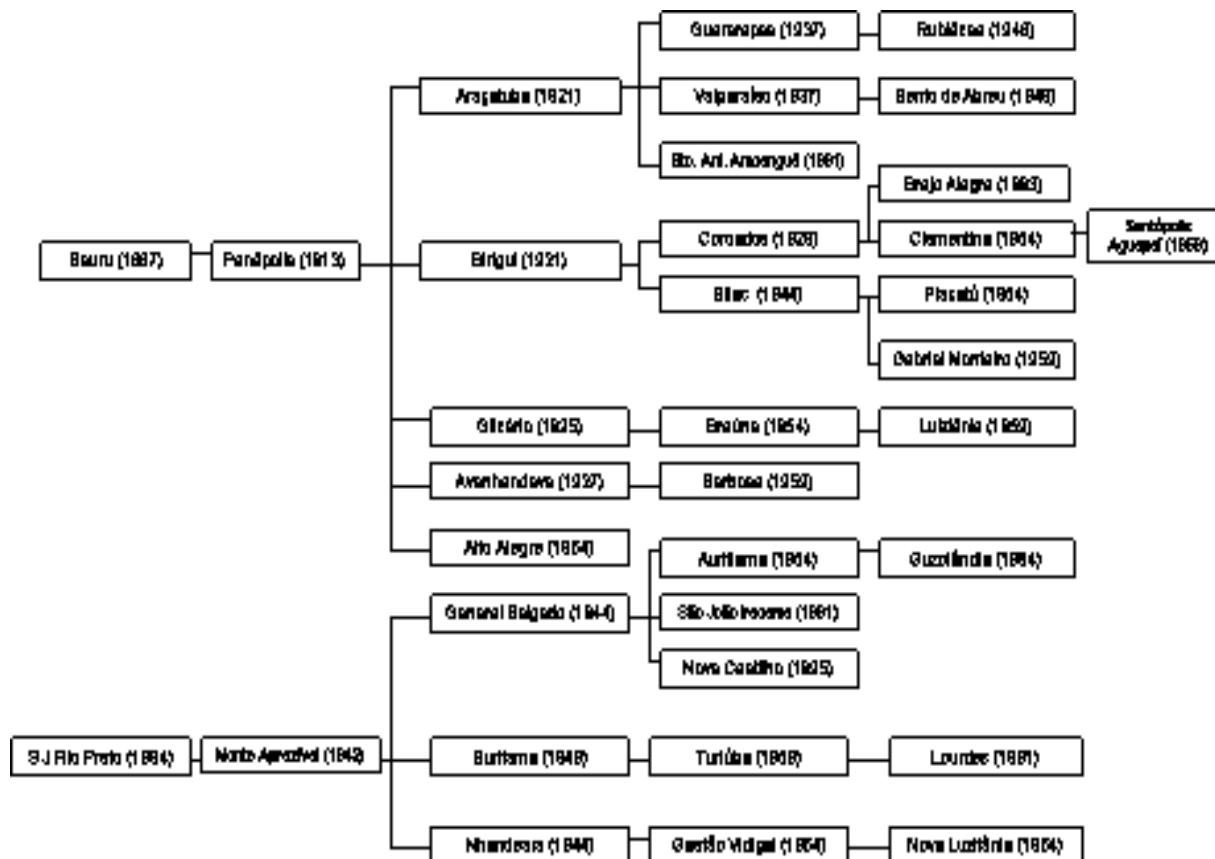
De uma economia originariamente voltada para a produção cafeeira, a Região de Governo de Araçatuba passou a contar com uma pecuária significativamente crescente. A vulnerabilidade do café no mercado internacional, o seu declínio, a proximidade à áreas tipicamente criadoras (Mato Grosso) e a disponibilidade de terras adequadas à pastagem foram fatores que definiram a introdução e consolidação da Região como áreas de pastagens. Dessa forma, passou-se ao ciclo da pecuária (Vasconcelos, 1992a).

² Ficha Técnica: Coordenação: Rosana Baeninger, Coordenação Adjunta: Claudia Gomes de Siqueira, Auxiliares de Pesquisa: Juliana Arantes Dominguez, Kátia Isaias, Karina Silveira, Maria Ivonete Zorzetto Teixeira, Camila Matias, Natália Belmontti, Katiane Shishito, Flávia Cescon

³ Este estudo consiste em versão atualizada e ampliada de Vidal & Baeninger (1994). Texto NEPO 28 (1994). Migração em São Paulo 5. Região de Governo de Araçatuba.



Figura 1
Desmembramentos de Municípios
Região de Governo de Araçatuba – 1921-2000



Fonte: Fundação Seade. Informe Demográfico 1 (1980) e Fundação IBGE *apud* Vidal (1993) – para municípios criados até 1990; Siqueira (2003), para municípios criados a partir de 1991. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Segundo Vasconcelos (1992a), a passagem da lavoura para pecuária provocou um impacto significativo sobre o comportamento da população regional. A erradicação do café dispensou um grande contingente de trabalhadores do campo. Ao mesmo tempo, o acelerado processo de pecuarização se caracterizou por absorver um número restrito de mão de obra; parcela significativa da força de trabalho regional do campo dirigiu-se aos centros urbanos do Estado.

No final da década de 70, no entanto, a Região começou a apresentar relativo crescimento econômico com a implantação do Proálcool, que culminou com a destinação de grandes faixas de terra para o plantio da cana-de-açúcar e instalação de destilarias de álcool e usinas de açúcar. Em 1991, a Região de Governo de Araçatuba ocupava o 16º lugar em produção de açúcar no Estado de São Paulo. Esse processo de dinamização da economia incluiu também a introdução de novas e diferenciadas ofertas de emprego para a força de trabalho regional, com efeitos sobre a dinâmica populacional da Região (Vidal e Baeninger, 1994).

A recente execução das obras da hidrovía Tietê/Paraná e a duplicação da Rodovia Marechal Rondon reafirmam as condições favoráveis de localização geográfica da Região, que poderá ser beneficiada com o processo de dinamização da economia do Interior paulista.

Evolução da População

A Região de Governo de Araçatuba sofreu, de maneira acentuada, os efeitos do esvaziamento populacional, através do seu êxodo rural, a partir dos anos 50. A primeira metade deste século ainda foi caracterizada por um moderado acréscimo populacional na Região, em função da abertura de novos espaços econômicos rurais, impulsionado pelo avanço das atividades agrícolas e pecuárias.

No período 1940/50, a taxa de crescimento populacional da RG de Araçatuba era bastante próxima à taxa registrada para o conjunto do Estado: 2,01% a.a. e 2,44% a.a., respectivamente. A participação relativa da população dessa região no Estado chegava a representar 3,24% do total populacional em 1940, e 3,11% em 1950 (Tabela 1).

Na verdade, os anos 40 marcaram o processo de ocupação regional, com elevadas taxas de crescimento urbano: 4,81% a.a., no período 1940/50, e 4,96% a.a., nos anos 50 (Tabela 2). Esse crescimento urbano refletiu a instalação de uma infra-estrutura viária que



garantiu à Região de Araçatuba a posição de centro abastecedor das áreas cafeeiras vizinhas, contribuindo, como já apontado, para o surgimento de novas vilas e cidades.

Tabela 1: Evolução da População Total
Região de Governo de Araçatuba e Estado de São Paulo
1940/2007

Ano	RG de Araçatuba	Estado de São Paulo	Dist. Relat. RG/ESP (%)	Taxas de crescimento (% a.a.)	
				RG de Araçatuba	Estado de S. Paulo
1940	232.594	7.180.316	3,24	2,01	2,44
1950	283.834	9.134.423	3,11	1,65	3,46
1960	344.322	12.829.806	2,61	0,29	3,31
1970	344.265	17.771.948	1,94	0,66	3,49
1980	367.583	25.040.712	1,47	1,70	2,12
1991	441.422	31.436.273	1,40	1,25	1,82
2000	493.524	36.974.378	1,33	1,01	1,50
2007	529.366	41.029.414	1,29		

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007.
Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

A partir dos anos 50, no entanto, o declínio do café ocasionado pela exaustão do solo e a vulnerabilidade do produto no comércio exterior, trouxe mudanças significativas para a Região de Araçatuba (SEPLAN, 1972). A Região, que já utilizava suas terras para engorda da pecuária extensiva do Mato Grosso, passou a se dedicar à pecuária de corte.

Tabela 2: Taxas de crescimento da População Total, Urbana e Rural
Região de Governo de Araçatuba
1940/2007

Período	Taxas de Crescimento (% a.a.)		
	Urbana	Rural	Total
1940/50	4,81	1,06	2,01
1950/60	4,96	-0,06	1,65
1960/70	4,37	-3,67	0,29
1970/80	3,15	-4,66	0,66
1980/91	2,90	-3,77	1,70
1991/2000	1,81	-3,52	1,25
2000/2007	1,29	-2,53	1,01

Fonte: Fundação IBGE . Censos Demográficos de 1940 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007.
Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Nesse contexto, entre 1960 e 1970, a Região obteve um aumento populacional absoluto inferior a 10 mil habitantes, sendo que sua taxa de crescimento populacional que era de 1,65% a.a. entre 1950/60, passou a ser de 0,29% a.a. entre 1960/70. Nesses mesmos períodos, as taxas de crescimento do Estado eram superiores a 3% a.a. (Tabela 1).

As taxas de crescimento da população rural, que já no período 1950/60 havia se mostrado negativa (-0,06% a.a.), elevaram-se para -3,67% a.a., entre 1960/70, e -4,66% a.a., no período 1970/80 (Tabela 2).

A partir dos anos 70, no entanto, a Região começou a ensaiar um movimento de retomada em seu ritmo de crescimento populacional, passando a registrar taxas de 0,66% a.a., entre 1970/80, e 1,70% a.a. entre 1980/91; taxas, contudo, ainda bem abaixo da média estadual (3,49% a.a. e 2,12% a.a., respectivamente) (Tabela 1).

Com relação ao período recente, as taxas de crescimento da população que se mostravam em ascensão nos anos 70 e 80, a partir da década de 90, voltam a declinar: de 1,7% a.a. entre 1980/90, para 1,25% a.a., entre 1990/2000, e 1,01% a.a., no período 2000/2007. A diminuição no ritmo de incrementos populacionais também é observada no Estado de São Paulo: de 2,12% a.a., entre 1980/90, para 1,82% a.a., em 1991/2000, e 1,5% a.a., de 2000/2007 (Tabela 1).

No tocante à participação relativa da população da Região na população estadual, a RG de Araçatuba representa, em 2007, 1,29% do total de população do Estado, o que

Pólo Econômico de Araçatuba



demonstra um declínio crescente de seu peso populacional no conjunto da população do Estado de São Paulo (Tabela 1).

Com referência às taxas de crescimento da população rural e urbana, para os anos 90 e 2000, o êxodo rural continua bastante evidente. A zona rural apresenta uma perda populacional de -3,52% a.a., entre 1991/2000, e -2,53% a.a., entre 2000/2007. Tais dados contrastam-se com a evolução da população urbana: 1,81% a.a., no período 1991/2000, e 1,29% a.a., entre 2000 e 2007 (Tabela 2).

A introdução da cana-de-açúcar na Região, nos anos 70, contribuiu também para a expansão dos demais setores da economia, absorvendo parte da mão-de-obra local. Em 1980, a População Economicamente Ativa (PEA) regional concentrava-se no setor terciário (43,3%), seguido pelo setor primário (31,4%) e pelo secundário (25,3%). O elevado percentual no setor terciário se deveu, por um lado, à maior concentração da população urbana e, por outro lado, ao desenvolvimento de uma infra-estrutura urbana mais desenvolvida no município-sede da Região, que se transformou num importante centro prestador de serviços e comércio na área (ERI/SEPLAN, 1990).

Dados da Fundação SEADE ilustram o desenvolvimento do comércio varejista e atacadista na RA de Araçatuba. Observa-se que o intervalo 1985/95 configura-se um período de retração do setor terciário. Em 1985, a Região possuía 4.077 estabelecimentos de comércio, os quais empregavam cerca de 18.000 pessoas. Em 1995, no entanto, esses números caem para 3.960 e 14.977, respectivamente, evidenciando um decréscimo de -0,29% a.a., no número de estabelecimentos comerciais e de -1,84% a.a. no total de pessoal ocupado (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3: Número de Estabelecimentos do Comércio Varejista e Atacadista e Pessoal Ocupado
Região Administrativa de Araçatuba – 1985-2005

Áreas	1985			1995			2005		
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estabelec.
RA Araçatuba	4.077	18.026	4,4	3.960	14.977	3,8	6.629	26.837	4,0
RG Araçatuba	2.875	13.181	4,6	2.948	11.550	3,9	5.077	20.861	4,1
RG Andradina	1.202	4.845	4,0	1.012	3.427	3,4	1.552	5.976	3,9

Fonte: Fundação SEADE. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 1991 (ano de 1985) *apud* Vidal & Baeringer, 1994; Fundação SEADE. Informações Municipais, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



O período 1995/2005, ao contrário, registrou taxas de crescimento comercial bastante significativas, de modo a recuperar o ritmo de crescimento do setor. O número de estabelecimentos direcionados ao comércio aumentou em 5,29% a.a., o que corresponde a um acréscimo absoluto de mais de 2.600 unidades. Em se tratando de empregados no setor, o aumento foi de 6% a.a., ou seja, um incremento de 11.860 contratações (Tabelas 3 e 4).

No tocante à relação pessoal ocupado por unidade de comércio, entre 1985 e 2005, nota-se uma média de 3 a 4 funcionários por estabelecimento comercial. Vale ressaltar que, no ano de 1995, devido à retração na atividade comercial acima apontada, as médias de contratados por unidade de comércio foram as mais baixas desses vinte anos (Tabela 3).

Tabela 4: Taxa de crescimento (% a.a.) de Estabelecimentos e Pessoal ocupado - Comércio Varejista e Atacadista
Região Administrativa de Araçatuba
1985-2005

Áreas	1985-1995		1995-2005	
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Número estabelec.	Pessoal Ocupado
RA Araçatuba	-0,29	-1,84	5,29	6,01
RG Araçatuba	0,25	-1,31	5,59	6,09
RG Andradina	-1,71	-3,40	4,37	5,72

Fonte: Fundação SEADE. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 1991 (ano de 1985) *apud* Vidal & Baeninger, 1994; Fundação SEADE. Informações Municipais, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

O setor secundário é constituído por pequenas empresas, com predomínio das indústrias tradicionais. Destaca-se a indústria alimentícia, que foi responsável em 1980, por 28,8% do Valor da Transformação Industrial da Região (Vidal e Baeninger, 1994).

Em menores proporções, destacam-se as indústrias de vestuário, calçados e artigos de tecido (responsável por 15,6% do ICMS da RA, em 1990), bem como as indústrias de produtos minerais não metálicos (Vidal e Baeninger, 1994).

De modo a confirmar a tendência de expansão da atividade industrial verificada no início dos anos 80, para o período recente, a Fundação SEADE indica o contínuo crescimento do setor na Região Administrativa de Araçatuba. Entre 1985/95, a despeito da RG de Andradina apresentar taxas de crescimento negativas referentes tanto ao número de estabelecimentos industriais, quanto ao total de empregados no setor (-1,7% a.a. e -0,11%



a.a., respectivamente), o desempenho da RA foi positivo devido ao crescimento da atividade industrial na RG de Araçatuba.

No conjunto, a Região Administrativa de Araçatuba apresentava, no ano de 1985, 1.161 estabelecimentos relacionados à indústria de transformação e 25.224 empregados no setor. Em 1995, por sua vez, tais números sobem para 1.323 e 29.342, o que equivale a um aumento de 1,31% a.a. no número de unidades industriais e de 1,52% a.a. no total de pessoal ocupado no setor (Tabelas 5 e 6).

Tabela 5: Número de Estabelecimentos da Indústria de Transformação e Pessoal Ocupado
Região Administrativa de Araçatuba
1985-2005

Áreas	1985			1995			2005		
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estabelec.
RA Araçatuba	1.161	25.224	21,7	1.323	29.342	22,2	1.775	44.366	25,0
RG Araçatuba	920	21.794	23,7	1.120	25.948	23,2	1.552	38.105	24,6
RG Andradina	241	3.430	14,2	203	3.394	16,7	223	6.261	28,1

Fonte: Fundação SEADE. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 1991 (ano de 1985) *apud* Vidal & Baeninger, 1994; Fundação SEADE. Informações Municipais, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

A expansão mais significativa do setor secundário coube, no entanto, ao intervalo 1995/2005, quando ambas as RGs apresentaram taxas positivas de crescimento da atividade industrial. O número de estabelecimentos da indústria de transformação cresceu em 2,98% a.a. (incremento absoluto de 452 unidades) e o total de empregados no setor aumentou em 4,22% a.a. (acréscimo de 15.024 contratações) (Tabelas 5 e 6).

Comparando-se ao setor terciário (Tabelas 3 e 4), embora o número de estabelecimentos relacionados à indústria de transformação seja menor que o total de unidades de comércio, o montante de empregados naquele ramo é consideravelmente superior, o que reflete numa quantia superior de pessoas contratadas por estabelecimento: na casa de 20 funcionários por unidade industrial (Tabela 5).

Faz-se interessante ressaltar que, entre 1995/2005, devido à expansão do setor secundário na Região, o total de empregados na indústria – na RG de Andradina – cresceu em 6,31% a.a., ao passo que o número unidades industriais aumentou em apenas 0,94%



a.a. Com isso, a relação pessoal/estabelecimento subiu de 16, em 1995, para 28, em 2005 (Tabelas 5 e 6).

Tabela 6: Taxa de crescimento (% a.a.) de Estabelecimentos e Pessoal ocupado - Indústria de Transformação
Região Administrativa de Araçatuba
1985-2005

Áreas	1985-1995		1995-2005	
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Número estabelec.	Pessoal Ocupado
RA Araçatuba	1,31	1,52	2,98	4,22
RG Araçatuba	1,99	1,76	3,32	3,92
RG Andradina	-1,70	-0,11	0,94	6,31

Fonte: Fundação SEADE. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 1991 (ano de 1985) *apud* Vidal & Baeninger, 1994; Fundação SEADE. Informações Municipais, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008.
Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Quanto às atividades ligadas ao setor primário, a pecuária é bastante importante, sendo considerada uma das principais áreas de invernada do Estado. Essa atividade desenvolveu-se na Região, graças à sua proximidade com os Estados de Goiás e Mato Grosso – tradicionais criadores de gado. A existência de frigoríficos de porte localizados na área e a política favorável à exportação do produto vêm se constituindo nos principais incentivos à expansão da pecuária regional.

Os produtos agrícolas que mais se destacam na Região são a cana-de-açúcar, o algodão e o milho. Apesar da agricultura ter perdido espaço para a pecuária, esta tem sua importância no contexto econômico local, uma vez que os produtos cultivados constituem matérias-primas industriais, abastecendo também as indústrias localizadas nas regiões próximas. Em 1985, a RG de Araçatuba havia produzido 60,320 toneladas de açúcar, passando para 43.903 toneladas em 1991 (Fundação SEADE, 1991).

Por outro lado, na Região de Governo de Araçatuba, a produção de álcool aumentou significativamente entre 1985 e 1995: de 330 mil litros para 481 mil, o equivalente a um crescimento de 3,9% a.a. Entretanto, o ano de 2000 registrou uma produção bem abaixo do período anterior. Verifica-se uma queda absoluta da quantidade de álcool produzida em mais de 117 mil litros e uma retração no crescimento da produção em -5,5% a.a., para o intervalo 1995/2000 (Tabela 7).



Tabela 7: Produção de Álcool por tipo (em 1000 litros) e Tx crescimento (% a.a.)

Região Administrativa e de Governo de Araçatuba

1985-2000

Áreas	Produção de álcool (em 1000 litros)				Tx crescimento (% a.a.)		
	1985	1990	1995	2000	1985-1995	1995-2000	1985-2000
RA Araçatuba							
Anidro	64.607	38.053	69.242	205.382	0,7	24,3	8,02
Hidratado	321.573	372.681	468.984	227.004	3,8	-13,5	-2,29
Total	386.180	410.734	538.226	432.386	3,4	-4,3	0,76
RG Andradina							
Anidro	5	-	-	11.515			67,55
Hidratado	56.562	50.153	57.096	57.373	0,1	0,1	0,09
Total	56.577	50.153	57.096	68.888	0,1	3,8	1,32
RG Araçatuba							
Anidro	64.602	38.053	69.242	193.867	0,7	22,9	7,60
Hidratado	265.006	322.528	411.888	169.631	4,5	-16,3	-2,93
Total	329.608	360.581	481.130	363.498	3,9	-5,5	0,65

Fonte: Fundação IBGE. Censos Econômicos de 1985 e Fundação SEADE. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1991 apud Vidal & Baeninger (1994); Fundação SEADE. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1995 e 2000, disponível em: www.seade.gov.br (acessado em 02/07/2008). Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

A contramão do que se passou na RG de Araçatuba, desde 1990 a RG de Andradina assistiu a um crescimento progressivo de sua produção alcooleira. Entre 1995 e 2000, a quantidade de álcool produzida aumentou de 57 milhões de litros para quase 69 milhões, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 3,8% a.a. Vale destacar a expansão da produção de álcool anidro nessa RG, que subiu de 5 para mais de 11 milhões de litros, nesse mesmo período (Tabela 7).

Apesar disso, em função da crise de produção na RG de Araçatuba acima apontada, o conjunto da Região Administrativa registrou – ainda no período 1995/2000 – uma taxa de crescimento negativa em -4,3% a.a. na produção de álcool. Contudo, levando-se em consideração o intervalo 1985/2000, a produção alcooleira total da RA cresceu em 0,76% a.a (Tabela 7).



Tendência do crescimento da população

A Região de Governo de Araçatuba concentrava, em 1991, 72% do total populacional da Região Administrativa (RA de Araçatuba), da qual faz parte, respondendo por 2,7 % da população do Interior do Estado de São Paulo. Em 2007, por sua vez, a RG passa a representar 74% da população da RA de Araçatuba, e 2,47% da população do Estado de São Paulo. A diminuição da participação relativa da Região no total populacional do Estado reporta-se às taxas de crescimento da população da RG, as quais – desde a década de 40 – mostram-se inferiores às médias registradas por São Paulo (vide Tabela 1).

Em 1991, a Região contava com 441.422 habitantes, número este que sobe para 493.524, em 2000. Observa-se, no período de 1991 a 2000, um incremento absoluto de 52.102 pessoas, a taxas de crescimento de 1,25% a.a. (enquanto que, todo o Estado, apresentou um crescimento de 1,82% a.a.) (vide Tabela 1).

Com relação ao período 2000/2007, verifica-se uma diminuição no ritmo de crescimento da população: no ano de 2007, a RG de Araçatuba apresenta uma população de 529.366 habitantes – nota-se, portanto, um aumento absoluto de 35.842 habitantes, ou seja, um crescimento em torno de 1% a.a., sendo que o estado de São Paulo registrou um crescimento de 1,5% a.a. (Tabela 8).

Apesar da RA de Araçatuba ter se caracterizado como área de emigração por algumas décadas, os anos 80 indicaram sinais de reversão tanto para a RG de Araçatuba, que apresentou elevação em sua taxa de crescimento da população de 1970/80 para 1980/91 (0,66% a.a. e 1,70% a.a., respectivamente), quanto a RG de Andradina, que chegou a passar de uma taxa negativa de 1,45% a.a. para 0,81% a.a. nesses períodos (Tabela 8).

De fato, os anos 70 e 80 assistiram a uma retomada do crescimento da população, que se deveu, em grande medida, ao aumento do saldo migratório. Entretanto, a partir de 1990, a Região passa novamente a perder população e suas taxas de crescimento da população voltam a cair: de 1,7% a.a. no período de 1980/91; para 1,25% a.a. entre 1991/2000; e 1,01% a.a. entre 2000/2007. No tocante à RG de Andradina, a década de 90 também sofre uma retração no crescimento da população: de 0,81% a.a. entre 1980/91, para 0,47% a.a. entre 1991/2000. Contudo, diferente da RG de Araçatuba, esta Região retoma seu ritmo de crescimento populacional em 2000: de 0,47% a.a. entre 1991/2000, para 0,62% a.a. de 2000/2007 (Tabela 8).



Tabela 8: Evolução da População, segundo Regiões de Governo
Região Administrativa de Araçatuba
1960-2007

Regiões de Governo	População Total						Distribuição Relativa no Total da RA (%)						Participação Relativa no Total Populacional do Interior (%)						Taxas Anuais de crescimento populacional (% a.a.)				
	1960	1970	1980	1991	2000	2007	1960	1970	1980	1991	2000	2007	1960	1970	1980	1991	2000	2007	60/70	70/80	80/91	91/2000	2000/2007
RG de Araçatuba	334.322	344.265	367.583	441.422	493.524	529.366	68,43	65,41	70,03	72,01	73,38	73,90	4,08	3,57	2,95	2,75	2,58	2,47	0,29	0,66	1,70	1,25	1,01
RG de Andradina	154.256	182.079	157.277	171.617	179.048	186.917	31,57	35,59	29,97	27,99	26,62	26,10	1,88	1,89	1,27	1,07	0,94	0,87	1,67	-1,45	0,81	0,47	0,62
RA de Araçatuba	488.578	526.344	524.860	613.039	672.572	716.283	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	5,97	5,46	4,23	3,82	3,52	3,34	0,74	-0,03	1,44	1,04	0,9

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007



Os maiores volumes populacionais estão concentrados nos municípios localizados ao longo da Ferrovia Noroeste do Brasil, os quais mantêm elevado crescimento populacional sustentado por suas atividades urbanas de subcentros regionais, tornando-se importantes pólos coletores e distribuidores de produtos agropecuários, como Birigui e Penápolis (Vidal e Baeninger, 1994).

De fato, o aumento populacional observado na Região, nos anos 70 e 80, se deveu, em parte, ao crescimento urbano dos municípios. Em 1970 apenas nove municípios da área apresentavam mais que 50% de sua população vivendo em zonas urbanas; em 1991, apenas um dos municípios (Rubiácea) não chegava a ter grau de urbanização superior a 50% (Tabelas 9 e 10).

No ano de 2000, todos os municípios da região já apresentavam grau de urbanização superior a 50%, sendo que na maioria deles constava-se mais de 70% da população vivendo em perímetro urbano. Em 2007, a RG de Araçatuba atingiu o marco de 93,6% de índice de urbanização (Tabela 9).

Nesse contexto, as taxas de crescimento da população urbana dos municípios vêm se apresentando positivas. No período 1970-1980, apenas três municípios haviam registrado taxas negativas de crescimento urbano (Bento de Abreu, Piacatú e Santópolis do Aguapeí). Na década de 1980, todos os municípios passaram a registrar taxas positivas de crescimento urbano, destacando-se: Bento de Abreu, Clementina, General Salgado, Nova Luzitânia, Piacatú e Santópolis do Aguapeí, com taxas superiores a 5% a.a (Tabela 10).

A partir dos anos 90, por sua vez, com o declínio das taxas de crescimento, alguns municípios voltam a perder população, até mesmo nas áreas urbanas, como Coroados, General Salgado e Tiriúba – na década de 90 –, e Alto Alegre e Guzolândia nos anos 2000 (Tabela 10).



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 9: Evolução da População Urbana, Rural e Total segundo Municípios
Região de Governo de Araçatuba – 1970/2007

Municípios	População Total					População Urbana					População Rural					Grau de Urbanização				
	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007
Alto Alegre	7.473	6.088	4.808	4.266	4.053	1.825	2.202	2.615	3.021	3.013	5.648	3.886	2.193	1.245	1.040	24,4	36,2	54,4	70,8	74,3
Araçatuba	108.512	129.303	159.027	169.087	180.637	86.884	116.43	150.318	164.287	176.629	21.628	12.873	8.709	4.800	4.008	80,1	90,0	94,5	97,2	97,8
Auriflama	13.266	12.029	12.753	13.506	13.990	5.726	7.817	10.150	11.882	12.633	7.540	4.212	2.603	1.624	1.357	43,2	65,0	79,6	88,0	90,3
Avanhandava	5.974	6.407	7.940	8.820	9.401	3.720	4.769	6.835	8.092	8.793	2.254	1.638	1.105	728	608	62,3	74,7	86,1	91,7	93,5
Barbosa	4.871	5.584	5.385	5.833	6.217	2.463	3.440	3.901	4.872	5.414	2.408	2.144	1.484	961	803	50,6	61,6	72,4	83,5	87,1
Bento de Abreu	2.529	2.041	2.388	2.394	2.464	1.040	952	1.859	1.948	2.091	1.489	1.089	529	446	373	41,1	46,6	77,8	81,4	84,9
Bilac	5.938	5.333	5.456	6.082	6.414	2.527	3.601	4.404	5.367	5.816	3.456	1.732	1.052	715	598	42,2	67,5	80,7	88,2	90,7
Birigui	34.976	50.889	74.681	94.098	106.364	27.118	45.338	70.102	90.823	103.628	7.858	5.551	4.579	3.275	2.736	77,5	89,1	93,9	96,5	97,4
Braúna	5.038	4.552	4.270	4.382	4.540	2.011	2.301	2.824	3.415	3.732	3.027	2.251	1.446	967	808	39,9	50,6	66,1	77,9	82,2
Brejo Alegre	*	*	*	2.306	2.474	*	*	*	1.779	2.034	*	*	*	527	440	*	*	*	77,1	82,2
Buritama	10.019	11.582	12.705	13.843	14.862	5.634	9.410	11.284	12.625	13.844	4.385	2.172	1.421	1.218	1.018	56,2	81,3	88,8	91,2	93,2
Clementina	5.247	4.294	4.875	5.399	5.856	1.520	1.898	4.063	4.953	5.483	3.727	2.396	812	446	373	29,0	44,2	83,3	91,7	93,6
Coroados	6.592	5.643	5.997	4.411	4.786	1.935	2.896	3.853	3.304	3.861	4.657	2.747	2.144	1.107	925	29,4	51,3	64,2	74,9	80,7
Gabriel Monteiro	3.344	3.003	2.477	2.724	2.907	649	941	1.267	2.051	2.345	2.695	2.062	1.210	673	562	19,4	31,3	51,2	75,3	80,7
Gastão Vidigal	4.423	3.756	3.833	3.588	3.603	1.480	2.059	2.777	2.938	3.060	2.943	1.697	1.056	650	543	33,5	54,8	72,4	81,9	84,9
Gal. Saigado	16.591	11.497	12.888	10.819	11.214	3.476	4.553	9.006	8.745	9.481	13.115	6.944	3.882	2.074	1.733	21,0	39,6	69,9	80,8	84,5
Glicério	5.153	4.920	4.239	4.426	4.695	1.924	2.123	2.523	3.094	3.582	3.229	2.797	1.716	1.332	1.113	37,3	43,2	59,5	69,9	76,3
Guararapes	23.324	22.515	26.629	28.822	30.228	14.236	17.464	22.670	26.111	27.963	9.088	5.051	3.959	2.711	2.265	61,0	77,6	85,1	90,6	92,5
Guzolândia	7.605	4.311	5.040	4.301	4.121	1.295	2.367	3.363	3.369	3.343	6.310	1.944	1.677	932	778	17,0	54,9	66,7	78,3	81,1
Lourdes	*	*	*	2.004	2.205	*	*	*	1.550	1.825	*	*	*	454	380	*	*	*	77,3	82,8
Luiziânia	4.462	3.847	4.153	4.273	4.367	1.199	2.509	3.339	3.704	3.891	3.263	1.338	814	569	476	26,9	65,2	80,4	86,7	89,1
Nova Castilho	*	*	*	990	1.058	*	*	*	486	637	*	*	*	504	421	*	*	*	49,1	60,2
Nova Lusitânia	2.695	1.969	2.637	2.748	2.906	574	864	1.887	2.287	2.521	2.121	1.105	750	461	385	21,3	43,9	71,6	83,2	86,8
Penápolis	34.263	40.322	47.972	54.570	58.529	24.507	32.127	42.291	50.560	55.179	9.756	8.195	5.681	4.010	3.350	71,5	79,7	88,2	92,7	94,3
Piacaçu	5.352	4.729	4.544	4.624	4.758	1.930	1.846	3.304	3.806	4.074	3.422	2.883	1.240	818	684	36,1	39,0	72,7	82,3	85,6
Rubiácea	3.376	2.203	2.632	2.340	2.312	811	834	1.213	1.270	1.418	2.565	1.369	1.419	1.070	894	24,0	37,9	46,1	54,3	61,3
Santo Antonio do Aracanguá	*	*	*	6.930	7.090	*	*	*	4.537	5.090	*	*	*	2.393	2.000	*	*	*	65,5	71,8
Santópolis do Aguapeí	3.596	3.468	3.842	3.816	3.915	1.881	1.852	3.457	3.587	3.724	1.715	1.616	385	229	191	52,3	53,4	90,0	94,0	95,1
São João de Iracema	*	*	*	1.671	1.684	*	*	*	1.158	1.255	*	*	*	513	429	*	*	*	69,3	74,5
Turiúba	4.993	3.999	3.752	1.897	1.862	1.204	1.858	2.429	1.493	1.524	3.789	2.141	1.323	404	338	24,1	46,5	64,7	78,7	81,8
Valparaíso	14.608	13.298	16.499	18.554	19.854	9.483	10.011	14.009	16.070	17.779	5.125	3.287	2.490	2.484	2.075	64,9	75,3	84,9	86,6	89,5
RG ARAÇATUBA	344.220	367.582	441.422	493.524	529.366	207.052	166.032	385.743	453.184	495.662	137.213	85.120	55.679	40.340	33.704	60,2	45,2	87,4	91,8	93,6

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

(*) Dados não disponíveis - municípios criados na década de 1990

Tabela 10: Taxa de Crescimento Populacional (% a.a.) e Distribuição Relativa da População (%)
Região de Governo de Araçatuba – 1970-2007



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Municípios	Taxa de Crescimento (% a a)												Distribuição Relativa na População Total				
	1970/80			1980/91			1991/2000			2000/2007			1970	1980	1991	2000	2007
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural					
Alto Alegre	-2,03	1,90	-3,67	-2,16	1,58	-5,15	-1,32	1,62	-6,10	-0,73	-0,04	-2,54	2,17	1,66	1,09	0,86	0,77
Araçatuba	1,77	2,97	-5,06	1,93	2,38	-3,55	1,19	0,99	-6,41	0,95	1,04	-2,54	31,52	35,18	36,03	34,26	34,12
Auriflama	-0,97	3,16	-5,66	0,54	2,43	-4,35	0,64	1,77	-5,11	0,50	0,88	-2,53	3,85	3,27	2,89	2,74	2,64
Avanhandava	0,70	2,51	-3,14	2,00	3,37	-3,58	1,17	1,89	-4,53	0,92	1,19	-2,54	1,74	1,74	1,80	1,79	1,78
Barbosa	1,38	3,40	-1,15	-0,34	1,16	-3,34	0,89	2,50	-4,71	0,91	1,52	-2,53	1,14	1,52	1,22	1,18	1,17
Bento de Abreu	-2,12	-0,88	-3,08	1,46	6,34	-6,48	0,03	0,52	-1,88	0,41	1,02	-2,52	0,73	0,56	0,54	0,49	0,47
Bilac	-1,14	3,61	-6,68	0,21	1,87	-4,51	1,21	2,22	-4,20	0,76	1,15	-2,52	1,74	1,45	1,24	1,23	1,21
Birigui	3,82	5,27	-3,42	3,60	4,10	-1,77	2,60	2,92	-3,66	1,77	1,90	-2,54	10,16	13,84	16,92	19,07	20,09
Braúna	-1,01	1,36	-2,92	-0,59	1,90	-4,00	0,29	2,13	-4,37	0,51	1,28	-2,53	1,46	1,24	0,97	0,89	0,86
Brejo Alegre	*	*	*	*	*	*	0,82	*	*	1,01	1,93	-2,54	*	*	*	0,47	0,47
Buritama	1,46	5,26	-6,78	0,86	1,69	-3,85	0,96	1,26	-1,70	1,02	1,33	-2,53	2,91	3,15	2,88	2,80	2,81
Clementina	-1,98	2,25	-4,32	1,18	7,24	-9,59	1,14	2,23	-6,44	1,17	1,46	-2,52	1,52	1,17	1,10	1,09	1,11
Coroados	-1,54	4,11	-5,14	0,56	2,66	-2,26	-3,40	-1,69	-7,08	1,17	2,25	-2,53	1,91	1,54	1,36	0,89	0,90
Gabriel Monteiro	-1,07	3,78	-2,64	-1,76	2,76	-4,80	1,06	5,50	-6,31	0,93	1,93	-2,54	0,97	0,82	0,56	0,55	0,55
Gastão Vidigal	-1,62	3,36	-5,36	0,18	2,79	-4,30	-0,73	0,63	-5,25	0,06	0,58	-2,54	1,28	1,02	0,87	0,73	0,68
Gal. Salgado	-3,60	2,74	-6,16	1,06	6,46	-5,25	0,58	-0,33	-6,73	0,51	1,16	-2,53	4,82	3,13	2,92	2,19	2,12
Glicério	-0,46	0,99	-1,43	-1,37	1,59	-4,41	0,48	2,29	-2,78	0,85	2,11	-2,53	1,50	1,34	0,96	0,90	0,89
Guararapes	-0,35	2,06	-5,70	1,56	2,43	-2,23	0,88	1,58	-4,12	0,68	0,98	-2,54	6,78	6,13	6,03	5,84	5,71
Guzolândia	-5,52	6,22	-11,11	1,45	3,29	-1,36	-1,75	0,02	-6,32	-0,61	-0,11	-2,55	2,21	1,17	1,14	0,87	0,78
Lourdes	*	*	*	*	*	*	2,08	*	*	1,37	2,36	-2,51	*	*	*	0,41	0,42
Luiziana	-1,47	7,66	-8,53	0,71	2,66	-4,49	0,32	1,16	-3,90	0,31	0,71	-2,52	1,30	1,05	0,94	0,87	0,82
Nova Castilho	*	*	*	*	*	*	1,13	*	*	0,95	3,94	-2,54	*	*	*	0,20	0,20
Nova Lusitânia	-3,09	4,17	-6,31	2,73	7,45	-3,53	0,46	2,16	-5,26	0,80	1,40	-2,54	0,78	0,54	0,60	0,56	0,55
Penápolis	1,64	2,74	-1,73	1,61	2,56	-3,34	1,44	2,00	-3,80	1,01	1,26	-2,54	9,95	10,97	10,87	11,06	11,06
Piacaçu	-1,23	-0,44	-1,70	-0,37	5,48	-7,52	0,19	1,58	-4,52	0,41	0,98	-2,52	1,55	1,29	1,03	0,94	0,90
Rubiácea	-4,18	0,28	-6,09	1,65	3,50	0,33	-1,30	0,51	-3,09	-0,17	1,59	-2,53	0,98	0,60	0,60	0,47	0,44
Santo Antonio Aracanguá	*	*	*	*	*	*	-0,13	*	*	0,33	1,66	-2,53	*	*	*	1,40	1,34
Santópolis do Aguapeí	-0,36	-0,16	-0,59	0,95	5,90	-12,56	-0,08	0,41	-5,61	0,37	0,54	-2,56	1,04	0,94	0,87	0,77	0,74
São João Iracema	*	*	*	*	*	*	-0,32	*	*	0,11	1,16	-2,52	*	*	*	0,34	0,32
Turiúba	-2,20	4,43	-5,55	-0,59	2,49	-4,35	-1,05	-5,26	-12,35	-0,27	0,29	-2,52	1,45	1,09	0,85	0,38	0,35
Valparaíso	-0,94	0,54	-4,34	2,01	3,15	-2,54	1,31	1,54	-0,03	0,97	1,45	-2,54	4,24	3,62	3,74	3,76	3,75
RG ARAÇATUBA	0,66	3,15	-4,66	1,70	2,91	-3,85	1,25	1,81	-3,52	1,01	1,29	-2,53	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

(*) Dados não disponíveis - municípios criados na década de 1990



A taxa de crescimento urbano regional passou de 3,15% a.a., nos anos 70, para 2,91% a.a., na década de 80. Nos anos 90 e 2000 essa queda prosseguiu, alcançando o marco de 1,29% a.a., em 2007 (Tabela 10). Esse decréscimo no ritmo de crescimento urbano regional se deveu às menores taxas registradas pelos municípios de porte intermediário da Região, bem como pelo município-sede (Araçatuba) que passou de uma taxa de crescimento urbano de 2,97% a.a., no período 1970/80, para 2,38% a.a., nos anos 80.

Na década de 90, Araçatuba apresentou uma taxa de crescimento urbano de 0,99% a.a., média esta que se manteve estável no período 2000/2007. Observa-se, pois, que ao longo de todo o período analisado, o município-sede manteve-se abaixo da taxa de crescimento urbano regional (Tabela 10).

Quanto às taxas de crescimento da população rural estas vêm se apresentando negativas para todos os municípios desde os anos 70. Dentre os municípios da RG de Araçatuba destacaram-se, no período 1970/91, Santópolis de Aguapeí (com taxa de crescimento rural de -13% a.a.) e Clementina (com -9,6% a.a.). Rubiácea ressaltou-se por ter passado de uma taxa negativa de -6% a.a., no período 1970/80, para uma taxa positiva de crescimento da população rural de 0,33%, nos anos 80 (Tabela 10).

De modo geral, nos anos 90, todos os municípios da Região apresentaram taxas de crescimento da população rural negativas crescentes, com destaque a Tiriúba, onde a taxa de crescimento passou de -4,35% a.a., entre 1970/80, para -12,35% a.a., entre 1991/2000. Nos anos 2000, por sua vez, todas as taxas de crescimento da população rural dos municípios da Região estabilizaram-se na casa dos -2% a.a (Tabela 10).

Por sua vez, considerando-se os desmembramentos municipais recentes, observa-se que o fenômeno emancipatório da década de 1990 ocasionou importante impacto na reestruturação da hierarquia urbana, na Região de Governo de Araçatuba.

Esse impacto pode ser captado, num primeiro aspecto, através das taxas de crescimento populacional dos municípios envolvidos nos desmembramentos recentes, conforme ilustram os dados do quadro 1:



Quadro 1: População Total, Taxas de Crescimento e Distribuição Relativa Municípios desmembrados
Região de Governo de Araçatuba
1991-2000

Municípios	População Total (1991)	População Total (2000)	Distribuição Relativa (2000)	Taxa de Crescimento (% a.a.) 1991-2000	
				Com Desmembramento	Sem Desmembramento
Araçatuba	159.027	169.087	34,26	0,68	1,13
Sto Ant. do Aracanguá (*)	-	6.930	1,40	-	-
Coroados	5.997	4.411	0,89	-3,36	1,27
Brejo Alegre (**)	-	2.306	0,47	-	-
General Salgado	12.888	10.819	2,19	-1,93	0,50
Nova Castilho (***)	-	990	0,20	-	-
S. J. de Iracema (*)	-	1.671	0,34	-	-
Turiúba	3.752	1.897	0,38	-7,30	0,43
Lourdes (*)	-	2.004	0,41	-	-
RG ARAÇATUBA	441.422	493.524	100,00	1,25	1,25

Fonte: Fundação SEADE. Censo demográfico de 1991 e 2000 (IBGE).

Nota: (*) Municípios criados pela Lei n. 7.764 de 30/12/1991. (**) Município criado pela Lei n. 8550 de 30/12/1993. (***) Município criado pela Lei n. 9330 de 27/12/1995

Primeiramente, no processo emancipatório recente, observa-se três situações distintas, no caso da região de Araçatuba: na primeira situação, tem-se um município de grande porte – Araçatuba (com mais de 150 mil habitantes, em 1991) – sendo desmembrado e originando um município pequeno (Santo Antonio do Aracanguá, com quase 7 mil habitantes, em 2000).

Numa segunda situação, dois micro municípios – Coroados, com quase 6 mil habitantes, e Turiúba, com 3,7 mil habitantes, 1991, dando origem a outros dois micro municípios: Brejo Alegre (2.306 habitantes, em 2000) e Lourdes (2.004 habitantes, em 2000), respectivamente.

Por fim, uma terceira situação é formada pelo município de General Salgado (com 12,8 mil habitantes, em 2000), a partir do qual foram criados dois micro municípios: Nova Castilho, com 990 habitantes, e São João de Iracema, com 1.671 habitantes, em 2000.



Considerando as taxas de crescimento populacional dos municípios originários nas duas situações destacadas (com e sem desmembramento), verifica-se que o desmembramento municipal causa impacto direto nessas taxas, sendo que o seu impacto será maior nos municípios originários de menor porte populacional.

Assim, observa-se que, sem o desmembramento municipal recente, o município de Araçatuba teria crescido a uma taxa anual de 1,13, ao invés de 0,68% a.a., entre 1991 e 2000.

Por sua vez, sem os desmembramentos municipais, General Salgado, Coroados e Turiúba, ao invés de registrarem um decréscimo populacional, teriam vivenciado um crescimento positivo, entre os anos de 1991 e 2000. Nesse sentido, General Salgado, ao invés de uma taxa negativa de 1,93% a.a., teria crescido positivamente a 0,5% a.a.; Coroados, ao invés da taxa negativa de 3,36, teria crescido a uma taxa positiva de 1,27% a.a.; e Turiúba, ao invés de uma taxa de -7,30% a.a., teria registrado uma taxa de crescimento anual de 0,43% a.a., entre 1991 e 2000.

Com isso, observa-se que o impacto do desmembramento municipal na taxa de crescimento populacional foi maior nos casos de Coroados e Turiúba, pois se trata do caso de dois micro-municípios gerando outros dois micro-municípios; em seguida, tem-se o município de General Salgado, com mais de 10 mil habitantes, gerando dois micro-municípios, com menos de 5 mil habitantes. Por fim, o impacto do desmembramento foi menor no caso do município de Araçatuba, com mais de 150 mil habitantes, que deu origem a um município de cerca de 6 mil habitantes.

Uma outra dimensão desse impacto do desmembramento municipal recente sobre o crescimento populacional dos municípios originários pode ser captada através dos componentes do crescimento.

Assim, tomando os dados da tabela 11, da seção seguinte, destaca-se que, entre 1991 e 2000, dos quatro municípios originários, somente Araçatuba apresentou um crescimento absoluto positivo (10.060 pessoas). Porém, os quatro municípios apresentaram saldo migratório negativo, indicando “perda” populacional em função da emigração: de Araçatuba, emigraram 5.830 pessoas; de General Salgado, 3.147 pessoas; de Coroados, 2.116 pessoas; e de Turiúba, 1.985 pessoas.

Contrastando esses números de emigração com a população, em 2000, dos municípios recém criados, do quadro 1, tem-se que Santo Antonio do Aracanguá (6.930 habitantes), Brejo Alegre (2.306 habitantes) e Lourdes (2.004 habitantes) possuem população superior à população emigrada dos seus municípios originários – o que indica



que o saldo migratório negativos desses municípios originários está diretamente relacionado com o desmembramento municipal vivenciado, ao longo da década de 1990.

Por sua vez, o município de General Salgado, que registrou um saldo migratório negativo de 3.147 pessoas, continuaria a apresentar uma emigração populacional – porém, em menor proporção – mesmo se os desmembramentos municipais de Nova Castilho e São João de Iracema não tivessem ocorrido.

Com isso, destaca-se que os desmembramentos municipais, no período recente, tiveram impacto significativo no crescimento populacional e nos seus componentes, na região de Araçatuba, o que, por sua vez, poderá ocasionar alterações na hierarquia dos municípios da região.

Assim, complementando essa discussão, passaremos a abordar as mudanças na distribuição dos municípios segundo classes de população, no período entre 1991 e 2007, a partir dos dados do quadro 2:

Quadro 2: Número de municípios existentes, por classes de tamanho da população
Região de Governo de Araçatuba - Estado de São Paulo
1991-2007

Classes de municípios	1991		2000		2007	
	n	%	n	%	n	%
Até 5.000 habitantes	13	50,0	18	58,1	18	58,1
5.000 a 10.000 habitantes	5	19,2	5	16,1	5	16,1
10.000 a 20.000 habitantes	4	15,4	4	12,9	4	12,9
20.000 a 50.000 habitantes	2	7,7	1	3,2	1	3,2
50.000 a 100.000 habitantes	1	3,8	2	6,5	1	3,2
100.000 a 500.000 habitantes	1	3,8	1	3,2	2	6,5
Total	26	100,0	31	100,0	31	100,0

Fonte: Fundação SEADE.

Observa-se que, em 1991, antes do processo de criação de municípios característico dos anos 90, marcado pela criação preponderante de pequenos municípios, não somente no estado de São Paulo, mas em todas as unidades da federação do país (Gomes & Mac Dowell, 2000; 1997), a RG de Araçatuba possuía 26 municípios, dos quais 50% eram constituídos por micro-municípios (com menos de 5.000 habitantes).

Destaca-se, ainda que, à medida que aumentava o tamanho populacional, diminuía progressivamente o número de municípios que compunham as demais classes: 5



municípios com população entre 5.000 e 10.000 habitantes; 4 municípios, entre 10.000 e 20.000 habitantes; 2 municípios, entre 20.000 e 50.000 habitantes; um município entre 50.000 e 100.000 habitantes; e um, com mais de 100.000 habitantes.

Assim, tal distribuição de municípios por classe populacional permite observar que, em 1991, a região apresentava uma estrutura piramidal, expressa por uma maior quantidade de pequenos municípios, contrastando com a existência de apenas um município com mais 100.000 habitantes.

Em 2000, essa estrutura sofre uma alteração, deixando de ser exatamente piramidal em função, principalmente, do surgimento de mais um município com mais de 50.000 habitantes, em contraste com o aumento na quantidade de micro-municípios (com população inferior a 5.000 habitantes).

Dois são os fatores que explicam essa alteração na estrutura da distribuição dos municípios da região, entre 1991 e 2000: a ocorrência de desmembramentos municipais ao longo da década de 1990 e o próprio crescimento populacional dos municípios.

Com relação ao primeiro fator, consideraremos as características do processo emancipatório no período recente a partir dos dados constantes no quadro 3, de acordo com os quais, entre 1991 e 2000, o país registrou a ocorrência de 1.405 desmembramentos municipais – representando cerca de ¼ dos 5.507 municípios existentes no país, em 2000 (Siqueira, 2003).

Quadro 3: Número de municípios criados, durante a década de 1990
RG Araçatuba, Estado de São Paulo, Região Sudeste e Brasil (*)
1991-2000

Classes de municípios	RG Araçatuba		São Paulo		Sudeste (**)		Brasil (**)	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Até 5.000 habitantes	4	80,0	50	68,5	116	46,2	735	52,3
5.000 a 10.000 habitantes	1	20,0	12	16,4	87	34,7	360	25,6
10.000 a 20.000 habitantes	0	0,0	6	8,2	29	11,6	234	16,7
20.000 a 50.000 habitantes	0	0,0	4	5,5	14	5,6	61	4,3
50.000 a 100.000 habitantes	0	0,0	0	0,0	2	0,8	11	0,8
100.000 a 500.000 habitantes	0	0,0	1	1,4	3	1,2	4	0,3
Total	5	100,0	73	100,0	251	100,0	1.405	100,0

Fonte: Fundação IBGE, para Brasil e Sudeste *apud* GOMES & MACDOWELL, 2000. Fundação SEADE, para São Paulo e RG Araçatuba *apud* SIQUEIRA, 2003.

(*) Para Brasil e Sudeste, os dados são de 1997 – o que torna necessária atualização dos dados, incluindo os desmembramentos a partir de 1997. No caso do estado de São Paulo e da RG Araçatuba, a fonte utilizada inclui todos os desmembramentos ocorridos no período, atualizados até o ano de 2000. (**) Entre os anos de 1991 e 1997.



Desses 1.405 novos municípios brasileiros criados nesse período de 6 anos, de acordo com o quadro 3, 78% (1.095 municípios) tratavam-se de pequenos municípios, ou seja, possuíam população inferior a 10.000 habitantes, sendo que, 735 municípios possuíam menos de 5.000 habitantes.

Destaca-se, ainda, que a mesma tendência observada em nível nacional foi registrada nas escalas sub-nacionais. Assim, observa-se que a região Sudeste seguiu a tendência nacional, registrando, no mesmo período, a ocorrência de 251 desmembramentos municipais, onde 81% (203 municípios) possuíam menos de 10.000 habitantes.

Por sua vez, no estado de São Paulo, durante 1991 e 2000, foram criados 73 municípios, que correspondem a 11% do total dos municípios paulistas existentes – o que nos permite afirmar que o processo emancipatório recente foi mais significativo em nível nacional do que no contexto paulista.

Desses municípios, 62 (85%) possuíam população inferior a 10.000 habitantes; em contraste, foi criado somente um município, no mesmo período, com população superior a 100.000 habitantes.

Especificamente com relação ao estado de São Paulo, em Siqueira (2003) foi destacado que o processo emancipatório recente apresentou um significado peculiar: na década de 1990, ocorreu uma alteração na lógica de criação de municípios no estado.

Nesse sentido, destaca-se que, até então, o ritmo do processo de criação de municípios, foi influenciado, preponderantemente, por um maior ou menor dinamismo econômico e populacional vivenciado pelas diferentes regiões paulistas.

A partir de 1990, por sua vez, tendo já consolidado o processo de ocupação territorial do estado (Gonçalves, 1998), a lógica no desmembramento municipal passou a ser determinada, principalmente, pela dimensão político-institucional, a partir da qual a criação de um novo município não se constituiu na resultante direta de um significativo crescimento econômico e demográfico, mas representou um mecanismo para se beneficiar do espírito municipalista e descentralizante, presente na Constituição de 1988 (Siqueira, 2003).

Assim, através da criação de novos municípios, grupos políticos locais buscavam ter acesso aos cargos públicos surgidos com o desmembramento e à parcela de transferências intergovernamentais proveniente, principalmente, do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (Gomes e Mac Dowell, 2000 e 1997; Serra e Afonso, 1999).

Por sua vez, se essas benesses foram o estímulo ao processo, o seu facilitador foi representado pelas regras e condições pouco rigorosas para a efetivação do processo de surgimentos de novos municípios, elaboradas pelas diferentes Assembléias estaduais



(Tomio, 2002), favorecendo enormemente a proliferação de micro-municípios por todo o país.

A RG de Araçatuba é uma expressão desse fenômeno dentro do estado de São Paulo. Conforme os dados do quadro 1, observa-se que os quatro municípios criados, com população inferior a 5.000 habitantes (Brejo Alegre, Lourdes, Nova Castilho e São João de Iracema), desmembraram-se de municípios que, em 1991, possuíam população inferior a 13.000 habitantes.

Por sua vez, o único novo município com população acima de 5.000 habitantes, em 2000 (Santo Antonio do Aracanguá), originou-se do município-sede – Araçatuba – cuja população, em 1991, encontrava-se acima dos 150.000 habitantes.

Esses desmembramentos municipais contribuíram para que o número de micro-municípios passasse de 13 para 18, de 1991 para 2000 – o que significou que, de um período para outro, a proporção desses municípios na rede urbana regional passasse de 50 para 58% (quadro 2).

O segundo fator que explica a mudança na estrutura da hierarquia dos municípios é expresso pelo crescimento populacional, principalmente de Penápolis, cujo crescimento a uma taxa de 1,44 % a.a., entre 1991 e 2000 – superior à taxa regional (1,25% a.a.) –, fez com que o município passasse da classe de 20.000 a 50.000 para a classe de 50.000 a 100.000 (tabelas 9 e 10).

Por fim, com relação ao período 2000-2007, a única alteração na estrutura de hierarquia de municípios ficou por conta do crescimento populacional do município de Birigui (1,77% a.a.) – superior à taxa regional de 1,01% a.a. –, contribuindo para que a população do município passasse dos 100.000 habitantes (tabelas 9 e 10).

Assim, com as alterações na estrutura de hierarquia dos municípios no período 1991-2007, ao final do período, a RG de Araçatuba apresenta uma estrutura caracterizada por uma grande proporção de micro-municípios (18 municípios com menos de 5.000 habitantes) e de pequenos municípios (9 municípios com população entre 5.000 e 20.000 habitantes), contrastando com o outro extremo da estrutura hierárquica, caracterizada pela existência de dois municípios com mais de 100.000 habitantes, os quais concentram mais de 50% da população regional (tabela 9).

Uma das conseqüências mais imediatas desse processo, na região, refere-se à coexistência entre, por um lado, as prefeituras dos dois maiores municípios, com, potencialmente, maior margem de atuação, em função de maior recurso disponível e de uma organização institucional mais consolidada e com maior experiência prévia e, por outro, um grande número de prefeituras de pequeno porte, com menor margem de atuação devido



a uma menor quantidade de recursos disponíveis, organização institucional reduzida e com pouca experiência prévia.

Esse descompasso no governo local, em âmbito regional, pode representar uma dificuldade adicional na implementação de políticas públicas, particularmente as de transferências de renda, cuja performance é bastante influenciada pelas condições locais, tanto institucionais quanto de recursos humanos.

Por sua vez, diferenciais muito grandes de organização institucional entre um município e outro, podem contribuir para diferenças significativas na oferta dos serviços entre diferentes municípios, numa mesma região, assim como nos resultados objetivados pelo desenho de determinadas políticas, principalmente as de transferência de renda que, além do repasse monetário direto ao beneficiário, prevê ações de geração de renda e de capacitação para o mercado de trabalho.

Movimentos Migratórios inter e intra-regional

As elevadas taxas negativas de crescimento da população rural resultaram em saldos migratórios negativos para a Região, particularmente nos anos 60 e 70, uma vez que os centros urbanos regionais não tiveram condições de reter a população que saía do campo (Tabela 11).

Nos anos 60, o saldo migratório negativo da Região foi bastante elevado: 74 mil pessoas. Na década seguinte a tendência negativa permaneceu, porém em níveis mais baixos (Tabela 11).

No período 1970/80, a Região de Governo de Araçatuba chegou a registrar um saldo migratório negativo de 39 mil pessoas. Nesse período, apenas Birigui e Buritama apresentaram saldos positivos (8.457 pessoas e 39 pessoas, respectivamente). Até mesmo, o município-sede da Região havia registrado saldo migratório negativo: -322 pessoas (Tabela 11).

Com relação às trocas populacionais ao longo da década de 90 e no início dos anos 2000, notam-se oscilações bastante evidentes. Nos anos 90, a RG de Araçatuba volta a se caracterizar como área de emigração (saldo migratório negativo em 10.146 pessoas). Entre 2000 e 2007, por sua vez, registra-se o retorno do fluxo migratório positivo em 12.798 indivíduos (Tabela 11).

No decorrer dos anos 90, apenas Bilac, Birigui, Clementina, Gabriel Monteiro e Penápolis apresentaram saldos migratórios positivos. Só o município de Araçatuba “perdeu” um total de 5.830 pessoas no período 1991/2000. A emigração só não foi maior devido à



imigração de Birigui e Penápolis que, nesse intervalo, ganharam um total populacional de 10.271 e 1.247 pessoas, respectivamente (Tabela 11).

Com relação ao período 2000-2007, a Região retomou seu status de área de imigração. O salto migratório, que no período anterior era negativo, passou a ser positivo em 12.798 pessoas. O município-sede reverteu sua condição de área de expulsão de população da década passada, de modo a ganhar um total de 4.480 imigrantes no período recente.

Os municípios de Birigui e Penápolis mantiveram seu posto de área de imigração, recebendo um total de 7.207 e 1.392 pessoas respectivamente. Os saldos migratórios negativos de maior expressão cabem, de modo geral, aos municípios menores, com destaque à Guzolândia, Alto Alegre e Santo Antônio do Aracanguá (Tabela 11).



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 11: Crescimento Absoluto Populacional, Crescimento Vegetativo e Saldo Migratório
Região de Governo de Araçatuba – 1970/2007

Municípios	Crescimento Absoluto				Crescimento Vegetativo				Saldo Migratório			
	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007
Alto Alegre	-1.385	-1.298	-542	-213	1.246	1.012	366	87	-2.631	-2.310	-908	-300
Araçatuba	20.792	30.195	10.060	11.550	21.114	25.687	15.890	7.070	-322	4.508	-5.830	4.480
Auriflama	-1.237	732	753	484	3.098	2.836	1.664	629	-4.335	-2.104	-911	-145
Avanhandava	433	1.557	880	581	932	1.312	1.172	601	-499	245	-292	-20
Barbosa	713	-203	448	384	944	963	699	424	-231	-1.166	-251	-40
Bento de Aberu	-488	352	6	70	333	328	238	114	-821	24	-232	-44
Bilac	-650	124	626	332	1.069	856	460	247	-1.719	-732	166	85
Birigui	15.913	24.218	19.417	12.266	7.456	12.161	9.146	5.059	8.457	12.057	10.271	7.207
Braúna	-486	-287	112	158	981	778	337	165	-1.467	-1.065	-225	-7
Brejo Alegre	*	*	*	168	*	*	93	140	*	*	*	28
Buritama	1.563	1.141	1.138	1.019	1.524	2.176	1.368	576	39	-1.035	-230	443
Clementina	-953	590	524	457	700	865	501	355	-1.653	-275	23	102
Coroados	-949	359	-1.586	375	791	608	530	229	-1.740	-249	-2.116	146
Gabriel Monteiro	-341	-534	247	183	497	324	167	74	-838	-858	80	109
Gastão Vidigal	-667	77	-245	15	755	672	302	196	-1.422	-595	-547	-181
Gal. Salgado	-5.094	1.411	-2.069	395	2.282	2.147	1.078	252	-7.376	-736	-3.147	143
Glicério	-233	-692	187	269	701	489	351	258	-934	-1.181	-164	11
Guararapes	-805	4.177	2.193	1.406	4.062	4.728	2.965	1.295	-4.867	-551	-772	111
Guzolândia	-3.294	740	-739	-180	1.178	1.173	678	266	-4.472	-433	-1.417	-446
Lourdes	*	*	*	201	*	*	117	47	*	*	*	154
Luiziânia	-615	310	120	94	796	735	513	207	-1.411	-425	-393	-113
Nova Castilho	*	*	*	68	*	*	45	36	*	*	*	32
Nova Lusitânia	-726	679	111	158	578	427	281	152	-1.304	252	-170	6
Penápolis	6.059	7.768	6.598	3.959	6.380	7.659	5.351	2.567	-321	109	1.247	1.392
Piacaçu	-623	-189	80	134	708	731	435	206	-1.331	-920	-355	-72
Rubiácea	-1.173	435	-292	-28	367	377	190	87	-1.540	58	-482	-115
Santo Antonio Aracanguá	*	*	*	160	*	*	449	356	*	*	*	-196
Santópolis do Aguapeí	-128	379	-26	99	635	746	434	246	-763	-367	-460	-147
São João de Iracema	*	*	*	13	*	*	122	60	*	*	*	-47
Turiúba	-994	-252	-1.855	-35	606	368	130	32	-1.600	-620	-1.985	-67
Valparaíso	-1.310	3.253	2.055	1.300	2.466	3.271	2.275	1.011	-3.776	-18	-220	289
RG ARAÇATUBA	23.322	75.042	38.201	35.842	62.199	73.429	48.347	23.044	-38.877	1.613	-10.146	12.798

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

(*) Dados não disponíveis - municípios criados na década de 1990



Apesar do grande volume emigratório, a RG de Araçatuba recebeu cerca de 55 mil migrantes¹ nos anos de 70, dos quais 72,7% eram provenientes do próprio Estado de São Paulo e 27,3% de outros estados do Brasil (Vidal e Baeninger, 1994).

Os fluxos interestaduais foram marcados pela presença de paranaenses, que responderam por 44% do movimento migratório interestadual. Seguem-se o Estado do Mato Grosso do Sul, responsável por 24%, e o Estado da Bahia, com participação de 8,6% no total dos fluxos migratórios provenientes de outros estados (Vidal e Baeninger, 1994).

Vale ressaltar que, diferentemente de outras regiões do Estado, a RG de Araçatuba não se caracterizou por expressivos fluxos provenientes de Minas Gerais, estando seus movimentos migratórios circunscritos à dinâmica dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul (Vidal e Baeninger, 1994).

Tabela 12: Movimentos Migratórios Interestaduais
Região de Governo de Araçatuba
1995/2000

Grandes Regiões e Estados	Valor Absoluto do Fluxo	Distribuição Relativa
Região Sudeste (exceto SP)	1.106	13,9
Região Sul	1.555	19,6
Paraná	1.364	17,2
Região Centro Oeste	3.009	37,9
Mato Grosso do Sul	1.938	24,4
Região Nordeste	1.808	22,7
Bahia	825	10,4
Região Norte	373	4,7
Brasil s/ espec. e s/ decl.	97	1,2
Total Interestadual	7.948	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Com relação à imigração no período recente, ao se comparar 1970/80 e 1995/2000, os movimentos migratórios interestaduais da RG de Araçatuba mostraram-se menos dinâmicos. Enquanto naquele intervalo a região “ganhou” cerca de 15 mil imigrantes vindos

¹ Considera-se como migrante, a pessoa que não nasceu no município atual e nele reside há menos de 10 anos.



de outros Estados, nesses últimos anos recebeu apenas 7.948 pessoas. Outra diferença evidente entre os dois intervalos refere-se à origem dos imigrantes. Na década de 70, o principal fluxo provinha da Região Sul. Entre 1995/2000, no entanto, a Região Centro-Oeste foi a quem mais “perdeu” população para a RG de Araçatuba, seguida da Região Nordeste e, apenas em terceiro lugar, o Sul (Vidal e Baeninger, 1994 e Tabela 12).

No contexto intra-estadual, a RG de Araçatuba recebeu, nos anos 70, 39.885 migrantes, dos quais 18,9% vieram da Região Metropolitana de São Paulo (Vidal e Baeninger, 1994). É importante ressaltar que nesse Período assistiu-se a um processo de desconcentração industrial a partir de Grande São Paulo que contribuiu para o direcionamento de fluxos migratórios para o Interior paulista.

Muito embora, a RG de Araçatuba não tenha se beneficiado diretamente com esse processo de interiorização da indústria⁴, é possível que esse contingente populacional, que se dirigiu para a Região, vindo da Grande São Paulo, estivesse num processo de migração de retorno, uma vez que a Região Metropolitana de São Paulo sempre foi o destino principal dos migrantes que partiram da RG de Araçatuba desde os anos 50.

Tabela 13: Movimentos Migratórios Intra-Estaduais
Região de Governo de Araçatuba
1995/2000

Origem dos Imigrantes	Valor Absoluto dos Fluxos	Distribuição Relativa (%)
Região Metropolitana de São Paulo	10.161	38,97
Andradina	2.783	10,67
São José do Rio Preto	1.493	5,73
Campinas	1.394	5,35
Tupã	1.269	4,87
Lins	931	3,57
Votuporanga	563	2,16
Bauru	507	1,94
Jales	302	1,16
Outras RGs	6.674	25,59
Total Intra-Estadual	26.077	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Além de fluxos provenientes da Grande São Paulo, a RG de Araçatuba caracterizou-se, nos anos 70, por receber migrantes de regiões próximas, como Andradina (5.561 pessoas), São José do Rio Preto (3.440 pessoas), Votuporanga (2.247 pessoas), Lins

⁴ Veja-se CANO (1989).



(2.582 pessoas), Jales (1.844 pessoas) e Tupã (1.482 pessoas). As Regiões de Governo de Campinas e Bauru, embora com volume de fluxos bem menores, também contribuíram para os movimentos migratórios em direção à RG de Araçatuba (Vidal e Baeninger, 1994).

Para o intervalo 1995/2000, a tendência de diminuição do contingente populacional mobilizado pelos fluxos migratórios entre os diferentes Estados, também se verifica no contexto intra-estadual. As trocas populacionais diminuíram significativamente de 1970/80 (39.865 pessoas) para 1995/2000 (26.077 pessoas). Apesar do aumento do número de imigrantes vindos da Região Metropolitana de São Paulo (de 7.559 para 10.161) e da RG de Campinas (de 767 para 1.394), verifica-se uma sensível queda no fluxo entre municípios de regiões próximas, como Jales, Lins, Andradina, São José do Rio Preto, Votuporanga e Bauru (Vidal e Baeninger, 1994 e Tabela 13).

Como destacado anteriormente, embora tenha recebido imigrantes, a RG de Araçatuba registrou, nos anos 70, enorme volume emigratório. Cerca de 81 mil pessoas deixaram a RG de Araçatuba, das quais 80% se dirigiram para outras RGs do próprio Estado de São Paulo e 20% para outros Estados do País (Vidal e Baeninger, 1994).

Do total do volume emigratório intra-estadual (65.495 pessoas), 33% teve como destino a Região Metropolitana de São Paulo e 12,3%, a Região de Governo de Campinas. Aparecem, a seguir, os fluxos em direção às Regiões vizinhas, como São José do Rio Preto, Andradina, Votuporanga, etc (Vidal e Baeninger, 1994).

Com base na emigração vivenciada pelo período recente, a RG de Araçatuba “perdeu” um contingente menor de pessoas quando comparado às décadas anteriores. Entre 1970/80, 81.697 migrantes deixaram a Região; enquanto que, entre 1995/2000, este número se reduziu a 42.533 indivíduos. Tal redução ocorreu, principalmente, em função da diminuição drástica de emigrantes que procuram a Região Metropolitana de São Paulo, os quais, em 1970/80, eram de 21.630 (Vidal e Baeninger, 1994), e, em 1995/2000, somavam apenas 3.473 pessoas (Tabelas 14).



Tabela 14: Movimentos Emigratórios Intra-Estadual
Região de Governo de Araçatuba
1995/2000

Destino dos Emigrantes	Valor Absoluto dos Fluxos	Distribuição Relativa (%)
RM São Paulo	3.473	9,97
Campinas	1.667	4,78
Andradina	1.741	5,00
São José do Rio Preto	3.465	9,94
Votuporanga	779	2,24
Jales	729	2,09
Lins	1.031	2,96
Tupã	273	0,78
Bauru	1.116	3,20
Outras RGs	20.570	59,03
Total Estado de São Paulo	34.844	100,00
Total Intra-Estadual	34.844	81,92
Outros Estados	7.689	18,08
Total Brasil	42.533	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

A análise dos saldos migratórios permite caracterizar a RG de Araçatuba, em termos dos movimentos migratórios, no contexto estadual.

Assim, segundo Vidal e Baeninger (1994), observa-se que, nos anos 70, a RG de Araçatuba “perdeu” cerca de 25 mil pessoas para outras regiões do Estado, cabendo à Região Metropolitana de São Paulo 55% desse total, e a RG de Campinas 29%. Na verdade, a RG de Araçatuba somente “ganhou” população nos fluxos estabelecidos com a RG de Andradina (597 pessoas) e com a RG de Lins (1.107 pessoas), com as demais regiões chegou a registrar saldos negativos superiores a mil pessoas, como com São José do Rio Preto (-1.297 pessoas) e Bauru (-1.024 pessoas).

Essa movimentação interna pode estar refletindo mudanças no processo econômico, bem como uma maior interação dos municípios da área, contribuindo para uma maior absorção da mão-de-obra local e, conseqüentemente, diminuindo a evasão populacional da Região.



Tabela 15: Trocas Líquidas Populacionais Intra-Estaduais
Região de Governo de Araçatuba
1995/2000

Regiões	Imigrantes para a RG	Emigrantes da RG	Troca Líquida
RM São Paulo	10.161	3.473	6.688
Campinas	1.394	1.667	-273
Andradina	2.783	1.741	1.042
São José do Rio Preto	1.493	3.465	-1.972
Votuporanga	563	779	-216
Jales	302	729	-427
Lins	931	1.031	-100
Tupã	1.269	273	996
Bauru	507	1.116	-609
Outras RGs	20.143	20.570	-427
Total	39.546	34.844	4.702

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

A diminuição da evasão populacional se confirma no intervalo 1995/2000. Comparando-se aos anos de 1970, a RG de Araçatuba apresentou um volume emigratório bem menor: de 65.495 pessoas entre 1970/80, para 34.844 entre 1995/2000. O saldo migratório intra-estadual que era negativo em mais de 25 mil pessoas nos anos passados (Vidal e Baeninger, 1994), no intervalo recente mostra-se positivo em 4.700 pessoas (Tabela 15).

Embora a RG de Araçatuba continue perdendo população para a maioria das regiões paulistas, seu saldo migratório positivo se deve, em grande medida, às trocas estabelecidas com a RG de Campinas e a RM de São Paulo. Em relação ao fluxo RG Campinas/RG Araçatuba, na década de 70, o saldo migratório era negativo em 7.312 pessoas para a Região de Araçatuba. Entre 1995/2000, todavia, a perda de população caiu para 273 migrantes.



Entretanto, a diferença mais relevante é observada no fluxo estabelecido com a RM de São Paulo. Nos anos 70, mais de 14 mil pessoas da RG de Araçatuba para lá se deslocavam (Vidal e Baeninger, 1994). Já no intervalo 1995/2000, a Região passou a ganhar população da RMSP (saldo migratório positivo em 6.688 migrantes) (Tabela 15).

Os movimentos migratórios no contexto intra-regional, por sua vez, apresentaram-se intensos durante os anos 70: 33.829 pessoas declararam, no Censo Demográfico de 1980, ter mudado de município de residência, pelo menos uma vez, na década (Vidal e Baeninger, 1994).

Esse movimento intra-regional foi bastante superior ao de outras regiões do Estado, consideradas bem mais dinâmicas, como Jundiaí (20.760 migrantes intra-regionais), Limeira (8.618), Piracicaba (7.956), entre outras. O volume da migração intra-regional da RG de Araçatuba, nos anos 70, esteve próximo ao da RG de Ribeirão Preto (32.894 migrantes intra-regionais), Sorocaba (34.198) e São José do Rio Preto (36.625) (Vidal e Baeninger, 1994).

Observando-se, os volumes de imigração e emigração entre os municípios da RG de Araçatuba, ao longo da década de 70, nota-se que o município de Araçatuba constituiu o grande pólo de atração regional, apresentando, no período 1970/80, um volume imigratório de 8.526 pessoas, ou seja, 25% do total do movimento migratório intra-regional. Seguem-se Birigui, com 6.630, e Penápolis, com 2.595. Vale ressaltar que dentre esses três municípios apenas Araçatuba e Birigui apresentaram saldos migratórios positivos no contexto intra-regional (Vidal e Baeninger, 1994).

Entre 1970/80, a sede regional (Araçatuba) recebeu migrantes, particularmente, de municípios limítrofes como Birigui, Guararapes, Valparaíso, Auriflama, Buritama e Bilac, bem como de Penápolis. Pode ser caracterizado como um subcentro regional, o município de Birigui, que teve seus maiores volumes de entrada de migrantes provenientes de Araçatuba, Bilac, Buritama, Clementina e Coroados. Do município de Penápolis partiram fluxos significativos em direção a Araçatuba, Avanhandava, Barbosa, Alto Alegre, Birigui e Glicério. Os fluxos migratórios entre os demais municípios apresentaram-se em menor volume (Vidal e Baeninger, 1994).



Tabela 16: Volumes de Imigração e Emigração Intra-Regional
Região de Governo de Araçatuba
1995/2000

Municípios da RG	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório Intra-Regional
Alto Alegre	555	284	271
Araçatuba	1.910	2.523	-613
Auriflama	536	351	185
Avanhandava	306	424	-118
Barbosa	435	250	185
Bento de Aberu	65	161	-96
Bilac	344	297	47
Birigui	1.619	2.540	-921
Braúna	377	126	251
Brejo Alegre	171	143	28
Buritama	490	319	171
Clementina	520	289	231
Coroados	320	629	-309
Gabriel Monteiro	217	173	44
Gastão Vidigal	201	136	65
Gal. Salgado	253	361	-108
Glicério	301	342	-41
Guararapes	933	843	90
Guzolândia	382	113	269
Lourdes	263	131	132
Luiziânia	197	187	10
Nova Castilho	68	46	22
Nova Lusitânia	188	188	0
Penápolis	1.031	1.291	-260
Piçatu	217	97	120
Rubiácea	227	248	-21
Santo Antonio Aracanguá	286	436	-150
Santópolis do Aguapeí	200	45	155
São João de Iracema	20	9	11
Turiúba	102	58	44
Valparaíso	735	429	306
RG ARAÇATUBA	13.469	13.469	0

Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Tendo em vista o intervalo 1995/2000, Araçatuba, Birigui e Penápolis apresentaram as trocas populacionais numericamente mais relevantes, sendo que nesses três municípios o saldo migratório foi negativo em, respectivamente 613, 921 e 260 pessoas. Considerando a emigração, o município-sede perdeu um total de 2.523 migrantes, principalmente para Birigui, Guararapes e Valparaíso, município este de maior saldo migratório da RG.



Em se tratando de Birigui, 2.540 pessoas partiram da cidade, das quais um contingente considerável procurou Araçatuba e Bilac. Penápolis, por sua vez, sofreu uma evasão populacional de quase 1.300 indivíduos que, em sua grande maioria, mudaram-se para o município-sede e para cidades vizinhas como Alto Alegre e Avanhandava (Tabelas 16 e 17).

No que diz respeito à imigração, os municípios acima destacados também receberam grandes contingentes populacionais. Araçatuba ganhou cerca de 1.900 pessoas, as quais saíram principalmente de Birigui, que, por ser limítrofe ao município-sede, também recebeu levadas significativas de Araçatuba (31% de seus 1.600 imigrantes). Por fim, Penápolis recebeu pouco mais de mil migrantes que vieram, sobretudo, de municípios limítrofes como Alto Alegre, Avanhandava e Barbosa (Tabelas 16 e 17).

Nota-se, portanto, a polarização das trocas populacionais entre Araçatuba, Birigui e Penápolis. Pode-se afirmar, por conseguinte, que Birigui e Penápolis emergem-se como subcentros regionais e importantes pólos migratórios da RG de Araçatuba.

Tabela 17: Fluxos Migratórios Intra-Regionais Numericamente mais Importantes
RG de Araçatuba
1995/2000

Destino	Imigrantes			Emigrantes		
	Municípios	n	%	Municípios	n	%
Alto Alegre	Birigui	63	22,18	Birigui	69	12,43
	Braúna	17	5,99	Braúna	6	1,08
	Penápolis	122	42,96	Luiziânia	37	6,67
	Outros	82	28,87	Penápolis	424	76,40
	Total	284	100,00	Outros	19	3,42
				Total	555	100,00
Araçatuba	Auriflama	159	6,30	Auriflama	89	4,66
	Birigui	505	20,02	Bilac	65	3,40
	Buritama	160	6,34	Birigui	617	32,30
	Guararapes	390	15,46	Guararapes	223	11,68
	Penápolis	87	3,45	Penápolis	155	8,12
	Valparaíso	323	12,80	Outros	761	39,84
	Outros	899	35,63	Total	1.910	100,00
	Total	2.523	100,00			



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Destino	Imigrantes Municípios	Emigrantes		Municípios	n	%
		n	%			
Auriflana	Araçatuba	89	25,36	Araçatuba	159	29,66
	General Salgado	96	27,35	General Salgado	183	34,14
	Guzolândia	93	26,50	Guzolândia	42	7,84
	Outros	73	20,80	Outros	152	28,36
	Total	351	100,00	Total	536	100,00
Avanhanduva	Barbosa	130	30,66	Barbosa	36	11,76
	Penápolis	265	62,50	Penápolis	156	50,98
	Outros	29	6,84	Outros	114	37,25
	Total	424	100,00	Total	306	100,00
Barbosa	Araçatuba	32	12,80	Avanhanduva	130	29,89
	Penápolis	158	63,20	Penápolis	152	34,94
	Outros	60	24,00	Outros	153	35,17
	Total	250	100,00	Total	435	100,00
Bento de Abreu	Araçatuba	45	27,95	Guararapes	39	60,00
	Guararapes	3	1,86	Rubiácea	26	40,00
	Valparaíso	56	34,78	Outros	0	0,00
	Outros	57	35,40	Total	65	100,00
	Total	161	100,00			
Bilac	Araçatuba	65	21,89	Araçatuba	64	18,60
	Birigui	62	20,88	Birigui	131	38,08
	Outros	170	57,24	Outros	149	43,31
	Total	297	100,00	Total	344	100,00
Birigui	Araçatuba	617	24,29	Araçatuba	505	31,19
	Bilac	131	5,16	Buritama	69	4,26
	Buritama	180	7,09	Coroados	274	16,92
	Clementina	214	8,43	Outros	771	47,62
	Guararapes	237	9,33	Total	1.619	100,00
	Outros	1.161	45,71			
	Total	2.540	100,00			
Braúna	Birigui	79	62,70	Birigui	77	20,42
	Coroados	27	21,43	Clementina	75	19,89
	Penápolis	10	7,94	Penápolis	102	27,06
	Outros	10	7,94	Outros	123	32,63
	Total	126	100,00	Total	377	100,00



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Destino	Imigrantes Municípios	Emigrantes		Municípios		
		n	%	n	%	
Brejo Alegre	Birigui	62	43,36	Birigui	82	47,95
	Penápolis	33	23,08	Coroados	31	18,13
	General Salgado	16	11,19	Araçatuba	26	15,20
	Outros	32	22,38	Outros	32	18,71
	Total	143	100,00	Total	171	100,00
Buritama	Birigui	69	21,63	Araçatuba	160	32,65
	Lourdes	36	11,29	Birigui	180	36,73
	Sto Ant. Aracanguá	30	9,40	Turiúba	33	6,73
	Outros	184	57,68	Outros	117	23,88
	Total	319	100,00	Total	490	100,00
Clementina	Bilac	24	8,30	Araçatuba	113	21,73
	Braúna	75	25,95	Birigui	214	41,15
	Birigui	43	14,88	Outros	193	37,12
	Santópolis Aguapeí	61	21,11	Total	520	100,00
	Outros	86	29,76			
	Total	289	100,00			
Coroados	Araçatuba	45	7,15	Birigui	163	50,94
	Birigui	274	43,56	Glicério	67	20,94
	Penápolis	25	3,97	Valparaíso	37	11,56
	Glicério	72	11,45	Outros	53	16,56
	Outros	213	33,86	Total	320	100,00
	Total	629	100,00			
Gabriel Monteiro	Bilac	38	21,97	Birigui	72	33,18
	Birigui	43	24,86	Piacatu	36	16,59
	Clementina	47	27,17	Araçatuba	35	16,13
	Piacatu	24	13,87	Outros	74	34,10
	Outros	21	12,14	Total	217	100,00
	Total	173	100,00			
Gastão Vidigal	General Salgado	43	31,62	Birigui	49	24,38
	Nova Luzitânia	22	16,18	Nova Luzitânia	34	16,92
	Outros	71	52,21	Sto Ant Aracanguá	62	30,85
	Total	136	100,00	Outros	56	27,86
				Total	201	100,00



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Destino	Imigrantes		Emigrantes		Municípios	
	Municípios	n	%	n	%	n
General Salgado	Araçatuba	14	3,88	Araçatuba	8	3,16
	Auriflama	183	50,69	Auriflama	96	37,94
	Outros	164	45,43	Outros	149	58,89
	Total	361	100,00	Total	253	100,00
Glicério	Penápolis	103	30,12	Birigui	72	23,92
	Birigui	84	24,56	Coroados	72	23,92
	Coroados	67	19,59	Penápolis	74	24,58
	Outros	88	25,73	Outros	83	27,57
	Total	342	100,00	Total	301	100,00
Guararapes	Araçatuba	223	26,45	Araçatuba	390	41,80
	Rubiácea	177	21,00	Birigui	237	25,40
	Valparaíso	287	34,05	Valparaíso	91	9,75
	Outros	156	18,51	Outros	215	23,04
	Total	843	100,00	Total	933	100,00
Guzolândia	Araçatuba	21	18,58	Araçatuba	189	49,48
	Auriflama	42	37,17	Auriflama	93	24,35
	Outros	50	44,25	Outros	100	26,18
	Total	113	100,00	Total	382	100,00
Lourdes	Araçatuba	21	16,03	Araçatuba	86	32,70
	Birigui	26	19,85	Birigui	111	42,21
	Buritama	50	38,17	Buritama	36	13,69
	Outros	34	25,95	Outros	30	11,41
	Total	131	100,00	Total	263	100,00
Luiziânia	Alto Alegre	37	19,79	Birigui	52	26,40
	Penápolis	35	18,72	Penápolis	93	47,21
	Outros	115	61,50	Outros	52	26,40
	Total	187	100,00	Total	197	100,00
Nova Castilho	General Salgado	22	47,83	General Salgado	32	47,06
	Auriflama	10	21,74	Nova Luzitânia	31	45,59
	Outros	14	30,43	Outros	5	7,35
	Total	46	100,00	Total	68	100,00



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Destino	Imigrantes Municípios	Emigrantes		Municípios	n	%
		n	%			
Nova Luzitânia	Araçatuba	34	18,09	Araçatuba	128	68,09
	Gastão Vidigal	34	18,09	Gastão Vidigal	22	11,70
	St Ant Aracanguá	58	30,85	St Ant Aracanguá	21	11,17
	Outros	62	32,98	Outros	17	9,04
	Total	188	100,00	Total	188	100,00
Penápolis	Alto Alegre	424	32,84	Alto Alegre	122	11,83
	Avanhanduva	156	12,08	Avanhanduva	265	25,70
	Araçatuba	155	12,01	Barbosa	158	15,32
	Barbosa	152	11,77	Glicério	103	9,99
	Braúna	102	7,90	Araçatuba	87	8,44
	Outros	302	23,39	Outros	296	28,71
	Total	1.291	100,00	Total	1.031	100,00
Piacatu	Bilac	17	17,53	Araçatuba	57	26,27
	Gabriel Monteiro	36	37,11	Guararapes	27	12,44
	Clementina	13	13,40	Bento de Abreu	24	11,06
	Outros	31	31,96	Gabriel Monteiro	24	11,06
	Total	97	100,00	Outros	85	39,17
				Total	217	100,00
Rubiácea	Guararapes	134	54,03	Guararapes	177	77,97
	Araçatuba	35	14,11	Araçatuba	31	13,66
	Outros	79	31,85	Outros	19	8,37
	Total	248	100,00	Total	227	100,00
Sto Antonio Aracanguá	Araçatuba	191	43,81	Araçatuba	132	46,15
	Auriflama	70	16,06	Nova Luzitânia	58	20,28
	Gastão Vidigal	62	14,22	Buritama	30	10,49
	Outros	113	25,92	Outros	66	23,08
	Total	436	100,00	Total	286	100,00
Santópolis do Aguapeí	Piacatu	19	42,22	Birigui	92	46,00
	Luiziânia	15	33,33	Clementina	61	30,50
	Outros	11	24,44	Auriflama	16	8,00
	Total	45	100,00	Outros	31	15,50
				Total	200	100,00



Destino	Imigrantes Municípios	Emigrantes n	%	Municípios	n	%
São João Iracema	General Salgado	9	100,00	General Salgado	20	100,00
	Outros	0	0,00	Outros	0	0,00
	Total	9	100,00	Total	20	100,00
Tiriúba	Buritama	33	56,90	Birigui	56	54,90
	Birigui	25	43,10	Coroados	19	18,63
	Outros	0	0,00	Nova Luzitânia	19	18,63
	Total	58	100,00	Outros	8	7,84
				Total	102	100,00
Valparaíso	Araçatuba	163	38,00	Araçatuba	323	43,95
	Guararapes	91	21,21	Guararapes	287	39,05
	Penápolis	74	17,25	Bento de Abreu	56	7,62
	Outros	101	23,54	Outros	69	9,39
	Total	429	100,00	Total	735	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000 (tabulações especiais). Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

De acordo com Vidal e Baeninger (1994), a análise dessas informações permite dizer que, novamente, diferente de outras regiões do Estado (como Campinas e Santos), a RG de Araçatuba encontra-se numa etapa de consolidação regional, em que o município-sede tende a polarizar praticamente todo o dinamismo regional, quer em termos econômicos como populacionais. Do ponto de vista demográfico, a polarização dos fluxos migratórios pelo município de Araçatuba pode possibilitar a retenção de uma população que potencialmente migraria.

Um dos efeitos positivos dessa consolidação de Araçatuba como capital regional refletiu-se, nos anos 80, através da retomada de saldo migratório positivo na Região em cerca de 1.600 pessoas. O município de Araçatuba reverteu sua tendência migratória, passando de um saldo negativo de 322 pessoas, nos anos 70, para um saldo positivo de 4.508 pessoas, no período de 1980/91, sendo que Birigui elevou seu saldo de 8.457 pessoas para 12.057 pessoas, nesses períodos (Vidal e Baeninger, 1994).

Com relação ao período recente, a despeito do ocorrido nos anos 80, verifica-se claramente a redução dos movimentos migratórios entre os municípios que compõem a RG de Araçatuba, comprovando-se, assim, a queda no dinamismo das trocas populacionais nos contextos inter e intra-estaduais. Os anos 90 configuraram-se como período de perda de população (saldo migratório negativo em mais de 10 mil pessoas), situação esta revertida



nos anos 2000, quando a Região recupera seu saldo migratório em mais de 12.700 migrantes (Vide tabela 18).

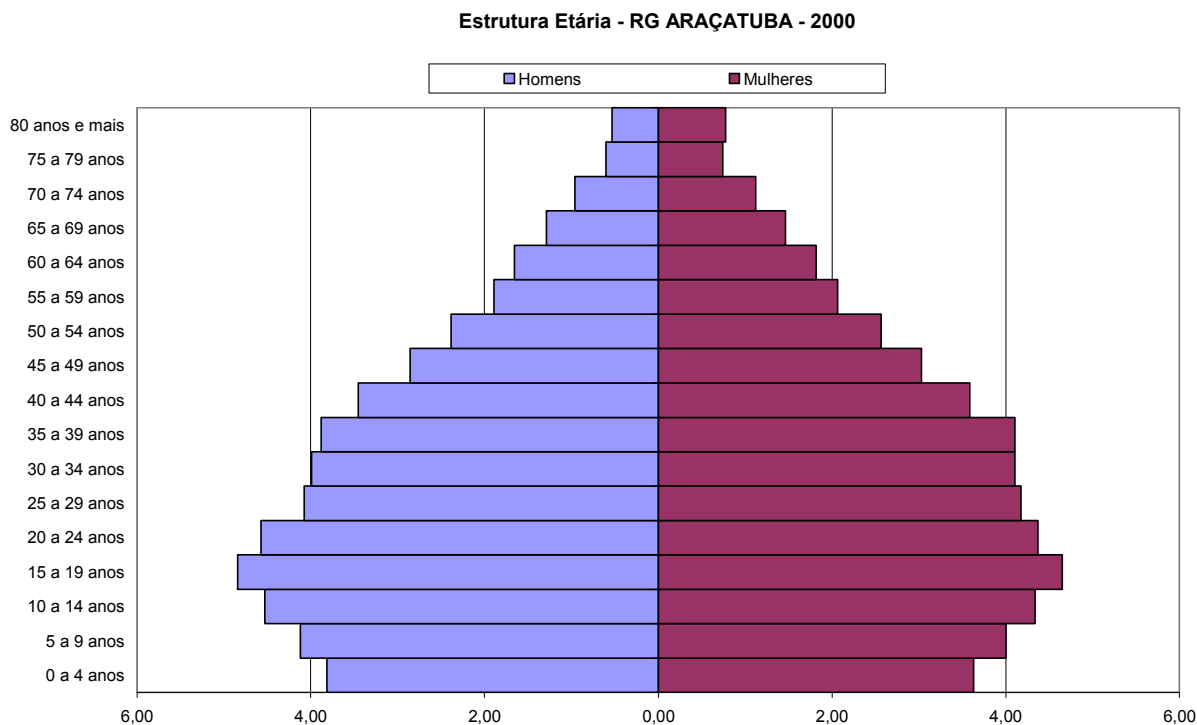
Faz-se importante destacar, ainda, a emergência de subcentros regionais (Birigui e Penápolis), áreas que – juntamente com o município-sede – também se configuram como importantes pólos migratórios da RG de Araçatuba (Vidal e Baeninger, 1994).

Estrutura Etária – RG de Araçatuba

De modo geral, a estrutura etária da RG de Araçatuba tende a parecer bastante com a estrutura etária do município-sede, na medida em que Araçatuba concentra 34,12% da população de toda a Região (Gráfico I).

A análise da pirâmide etária da Região revela que, nas faixas de idade mais novas, há uma leve predominância de homens. Contudo, como geralmente as taxas de mortalidade masculinas tendem a ser mais elevadas que as femininas, nas idades adultas, a predominância masculina vai sendo progressivamente reduzida até que, nas idades mais avançadas, o número de mulheres supere o de homens (Gráfico I).

Gráfico I
Estrutura Etária por sexo
RG Araçatuba – 2000

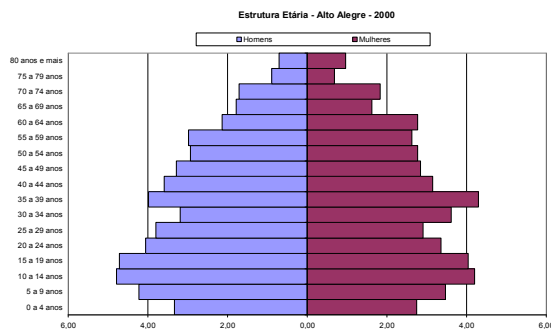


Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



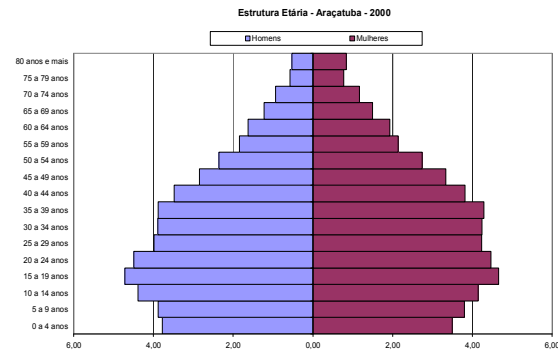
A base estreita da pirâmide se reporta a taxas mais baixas de fecundidade para o ano de 2000. A cúspide não muito estreita aponta, por sua vez, para o aumento da expectativa de vida e o conseqüente envelhecimento da população. O fato de a pirâmide ser mais larga no meio, principalmente entre a faixa dos 10 aos 24 anos, revela altas taxas de fecundidade das gerações anteriores. É importante ressaltar ainda, que a concentração da população no grupo adulto indica a predominância da população em idade ativa (PIA) e, por conseguinte, uma razão de dependência equilibrada (Gráfico I).

Gráfico II
Estrutura etária por sexo
Alto Alegre – 2000



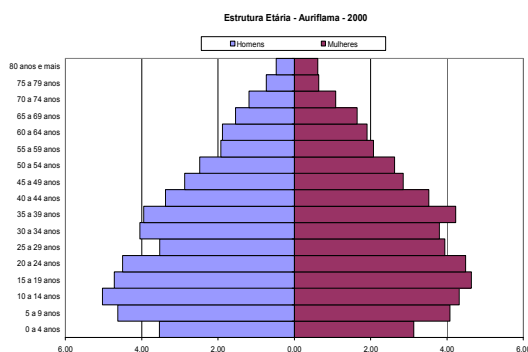
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico III
Estrutura etária por sexo
Araçatuba - 2000



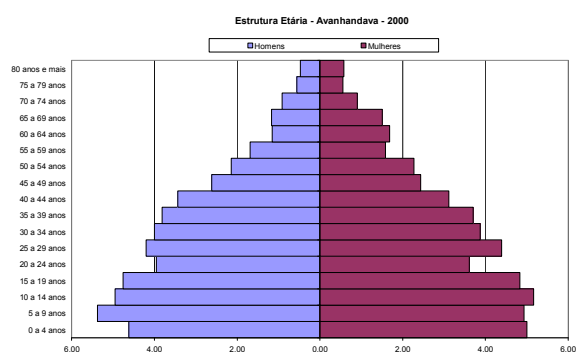
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico IV
Estrutura etária por sexo
Auriflama - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico V
Estrutura etária por sexo
Avanhandava - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico VI
Estrutura etária por sexo
Barbosa - 2000

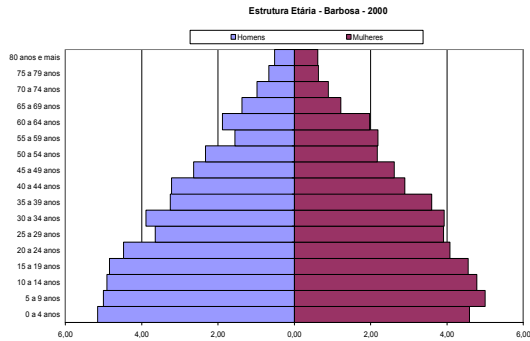
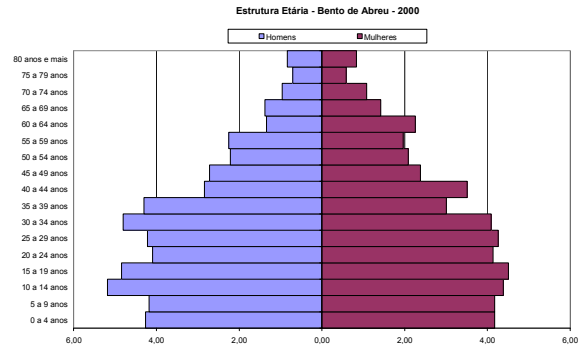


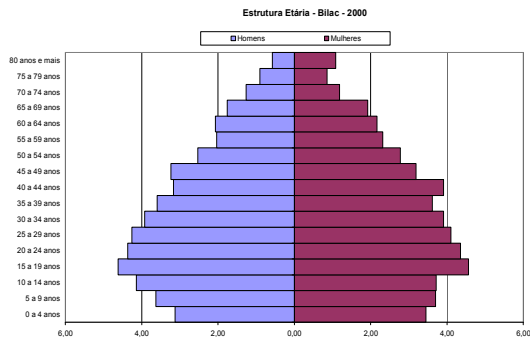
Gráfico VII
Estrutura etária por sexo
Bento de Abreu - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

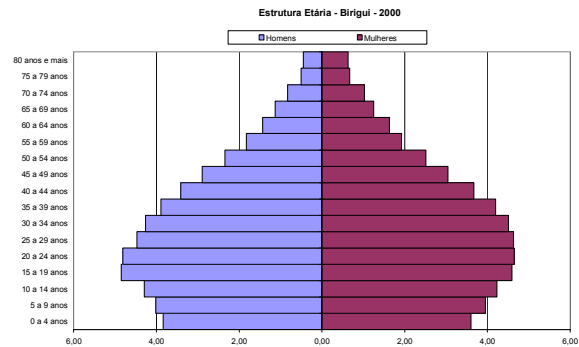
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico VIII
Estrutura etária por sexo
Bilac - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

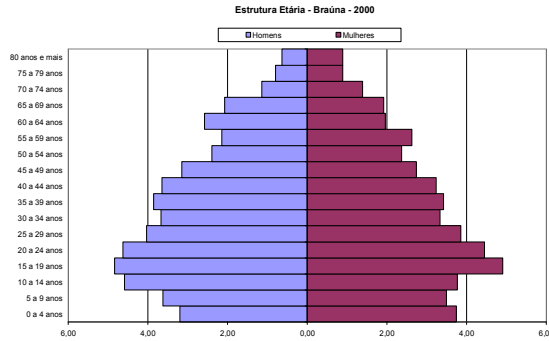
Gráfico IX
Estrutura etária por sexo
Birigui - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Gráfico X
Estrutura etária por sexo
Braúna - 2000



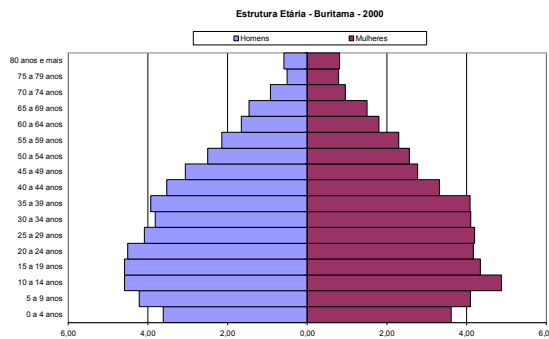
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XI
Estrutura etária por sexo
Brejo Alegre - 2000



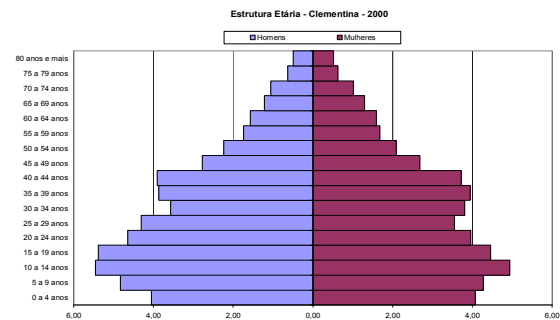
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XII
Estrutura etária por sexo
Buritama - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

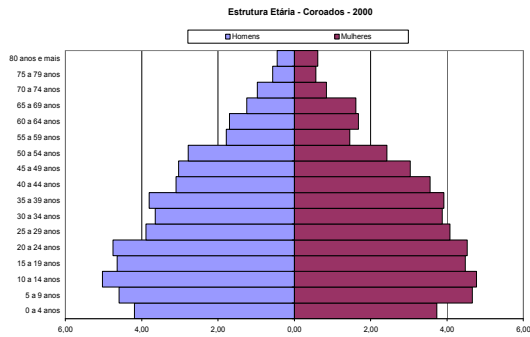
Gráfico XIII
Estrutura etária por sexo
Clementina - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

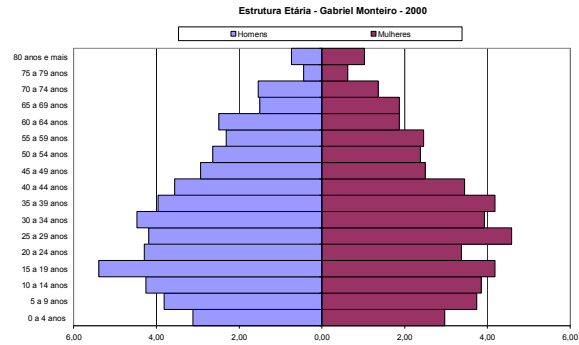


Gráfico XIV
Estrutura etária por sexo
Coroados - 2000



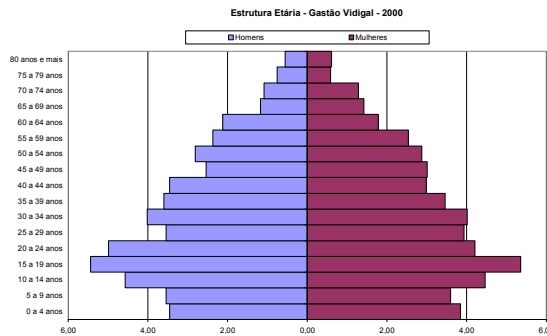
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XV
Estrutura etária por sexo
Gabriel Monteiro - 2000



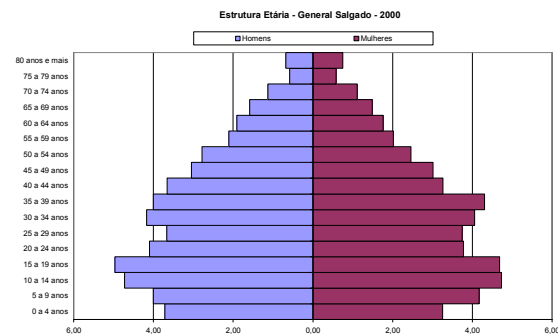
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XVI
Estrutura etária por sexo
Gastão Vidigal - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XVII
Estrutura etária por sexo
General Salgado - 2000



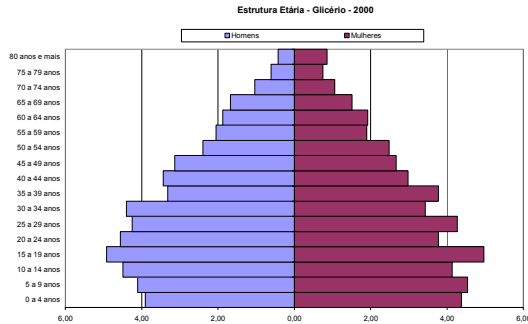
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

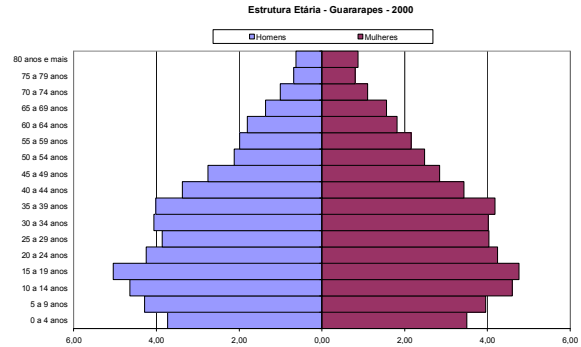
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico XVIII
Estrutura etária por sexo
Glicério - 2000



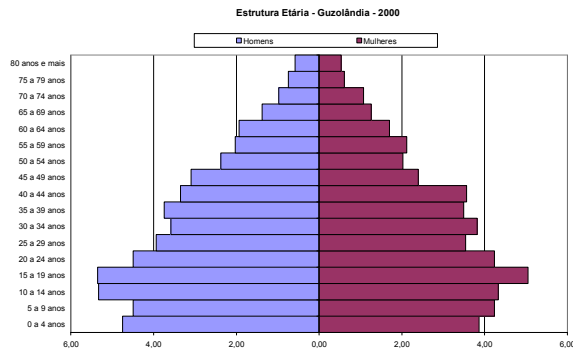
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XIX
Estrutura etária por sexo
Guararapes



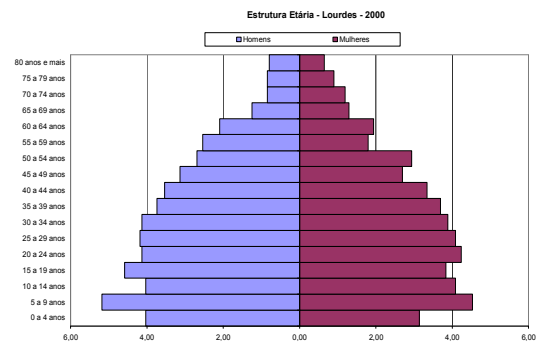
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XX
Estrutura etária por sexo
Guzolândia - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XXI
Estrutura etária por sexo
Lourdes - 2000



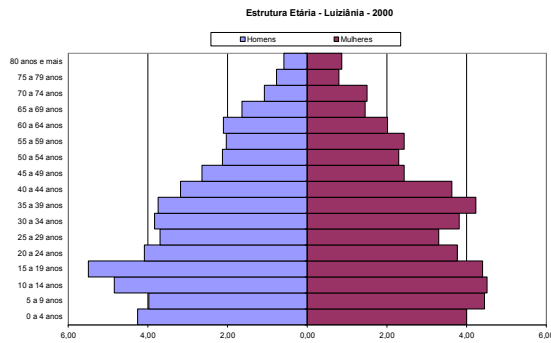
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

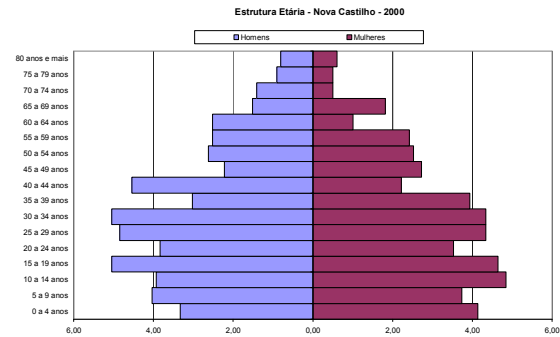
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico XXII
Estrutura etária por sexo
Luiziânia - 2000



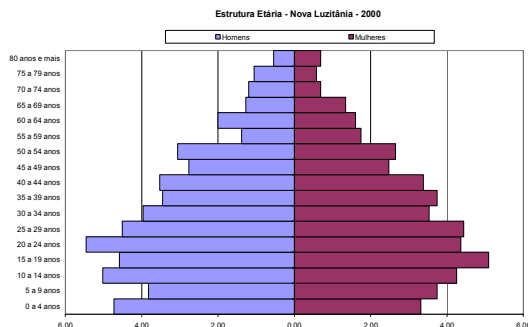
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XXIII
Estrutura etária por sexo
Nova Castilho - 2000



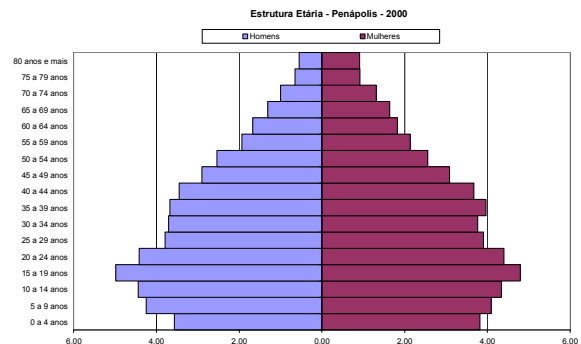
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XXIV
Estrutura etária por sexo
Nova Luzitânia - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XXV
Estrutura etária por sexo
Penápolis - 2000



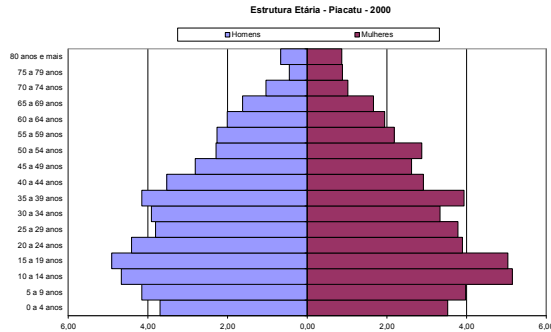
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

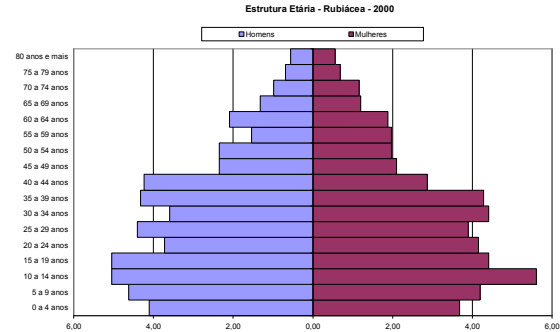
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico XXVI
Estrutura etária por sexo
Piacatu - 2000



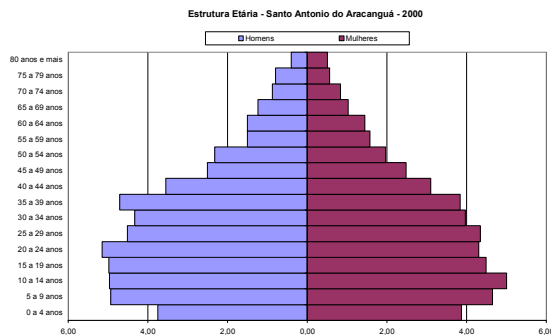
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XXVII
Estrutura etária por sexo
Rubiácea - 2000



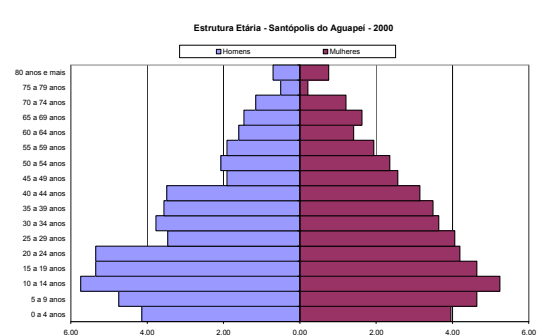
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XXVIII
Estrutura etária por sexo
Santo Antônio do Aracanguá - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XXIX
Estrutura etária por sexo
Santópolis do Aguapeí – 2000



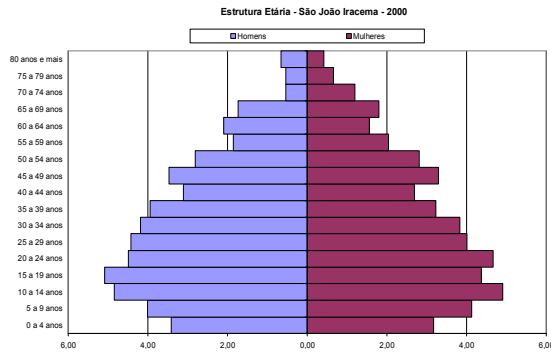
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

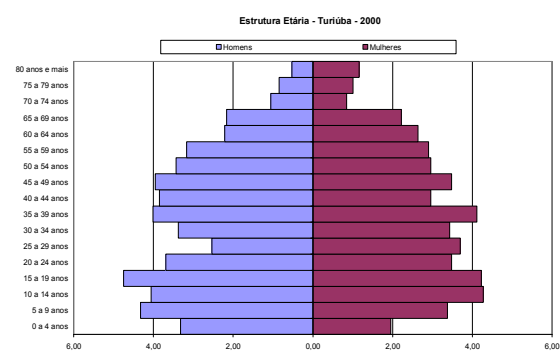
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico XXX
Estrutura etária por sexo
São João de Itacema - 2000



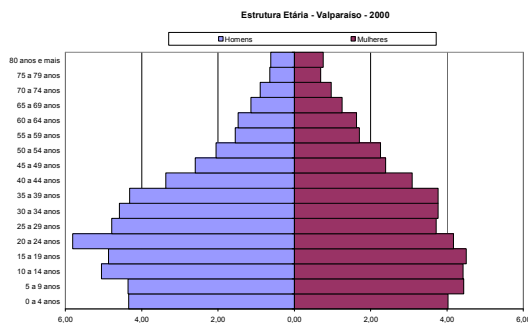
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XXXI
Estrutura etária por sexo
Turiúba - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XXXII
Estrutura etária por sexo
Valparaíso - 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Referências Bibliográficas

CANO, L. B.; PACHECO, C. A. O processo de urbanização do Estado de São Paulo e suas implicações sobre a dinâmica demográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 3., 1989, Águas de São Pedro. **Anais...** São Paulo: ANPUR, 1989.

CUNHA, J. M. P.; RODRIGUES, I. Processos migratórios no Estado de São Paulo: uma perspectiva regional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v.3, n.3, jul./set.1989.

FUNDAÇÃO SEADE. **Informe Demográfico n.1**, São Paulo, 1980.

GOMES, G. M.; MAC DOWELL, M. C. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. **Texto para Discussão n.706**, Brasília, IPEA, fev.2000.

_____. Os elos frágeis da descentralização: observações sobre as finanças dos Municípios Brasileiros, 1995. In: Encontro Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 25., 1997, Recife. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEC, 1997.

GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva**. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento-Seplan/Car. **Diagnóstico da 9ª Região Administrativa: Araçatuba**. São Paulo, fev.1972.

SERRA, J.; AFONSO, J. R. R. **O federalismo fiscal à brasileira: algumas reflexões**. 1999. (Texto apresentado no Forum of Federations Internacional Conference of Federalism, Canadá, apoio do BNDES).

SIQUEIRA, C. G. **Emancipação Municipal Pós Constituição de 1988: um estudo sobre o processo de criação dos novos Municípios Paulistas**. Campinas, 2003, 236f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

TOMIO, F. R. L. **Instituições, processo decisório e relações executivo-legislativo nos Estados: estudo comparativo sobre o processo de criação após a Constituição de 1988**. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

VIDAL, M. S.; BAENINGER, R. Região de Governo de Araçatuba. **Texto NEPO 28**, Campinas, Nepo/Unicamp, 1994. (Migração em São Paulo 5).



ANEXO I - Municípios da Região de Governo de Araçatuba

1 - Alto Alegre	17 - Glicério
2 - Araçatuba	18 - Guararapes
3 - Auriflama	19 - Guzolândia
4 - Avanhandava	20 - Lourdes
5 - Barbosa	21 - Luiziânia
6 - Bento de Abreu	22 - Nova Castilho
7 - Bilac	23 - Nova Luzitânia
8 - Birigui	24 - Penápolis
9 - Braúna	25 - Piacatu
10 - Brejo Alegre	26 - Rubiácea
11 - Buritama	27 - Santo Antonio do Aracanguá
12 - Clementina	28 - Santópolis do Aguapeí
13 - Coroados	29 - São João de Iracema
14 - Gabriel Monteiro	30 - Turiúba
15 - Gastão Vidigal	31 - Valparaíso
16 - General Salgado	



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Capítulo 3 - A Questão Social no Pólo Regional de Araçatuba⁴

Introdução

A análise da questão social nas espacialidades estudadas no Estado de São Paulo concentra-se em três vertentes.

A primeira tem por objeto a pobreza e a desigualdade, indicando as tendências observadas entre os anos 1991 e 2000, com base nos dados censitários, que são os únicos disponíveis para a análise dessas regiões; bem como evidenciando para esses períodos as desigualdades entre as regiões analisadas.

A segunda toma por objeto as mudanças na família e as mudanças na provisão familiar nesse período, relacionando-as a mudanças demográficas e a mudanças no papel da mulher na sociedade, dando destaque ao aumento da participação desta no mercado de trabalho e na responsabilidade pela manutenção do domicílio.

Nesta vertente ressalta-se a importância do conhecimento das mudanças na família e no domicílio como elementos importantes para o planejamento e implementação de políticas de proteção social. O destaque é dado à política de transferência de renda, que tem a família como principal unidade de referência.

A terceira vertente trata das políticas sociais, privilegiando quatro aspectos, quais sejam, identificar nas distintas espacialidades o perfil da recente política de transferência de renda, os programas de apoio ao migrante pobre, o acesso e a qualidade dos serviços básicos de educação e de saúde.

1. Renda, Pobreza e Desigualdade no Pólo Regional de Araçatuba

Renda e população

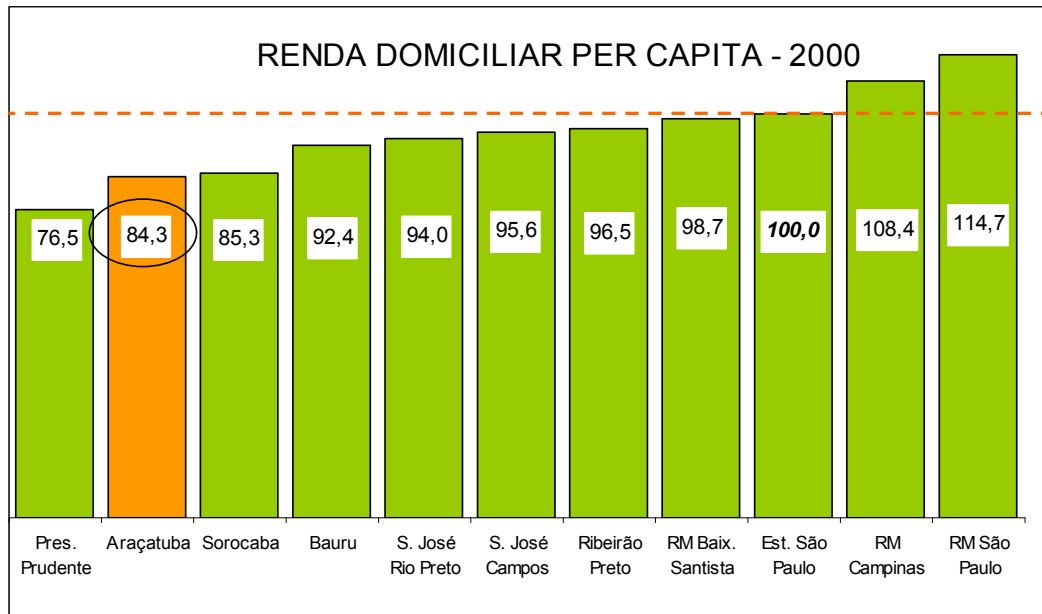
O pólo de Araçatuba, com uma população de 519.837 pessoas que concentra 1,2% da população do estado, respondia, em 2005, por 0,78% do PIB estadual. Em termos de renda, no ano 2000, o pólo de Araçatuba detinha uma renda domiciliar per capita de R\$

⁴ Ficha Técnica: Coordenação: Lilia Montali, Coordenação Adjunta: Eugenia Troncoso e Stella Barberá da Silva Telles, Assistentes de Pesquisa: Fabiana de Andrade, Luciana Ramirez Cruz, Marcelo Tavares de Lima e Alessandra Scalioni Brito, Auxiliares de pesquisa: Bruno Martins de Oliveira e Edina Paula Souza.



372,6, inferior à média estadual em 15,7%. Sua renda era a segunda menor, superando somente a do pólo de Presidente Prudente (R\$ 338,0), Gráfico 1.

Gráfico 1:
Renda Domiciliar per capita.
Estado de São Paulo, Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000.



Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

Em 2000, o pólo de Araçatuba participava com 1,13% da renda domiciliar total do estado, uma das menores participações juntamente com a do pólo de Presidente Prudente. Na década de 90, a taxa anual de crescimento da renda domiciliar total de Araçatuba foi de 5,1% ao ano e a da população de 1,2% ao ano⁵. Verifica-se que a taxa anual de crescimento da renda total na década de 90 foi superior à estadual (3,9% ao ano) enquanto a da população (1,8 % ao ano) inferior.

Ao analisar o que ocorreu com a renda domiciliar no interior do pólo de Araçatuba, com base nos seus municípios ordenados de maior a menor em função de sua renda

⁵ Como salientado, é difícil a partir dos dados do censo avaliar o verdadeiro desempenho da economia paulista na década de 90, pois o ano de 1991 foi de atividade econômica muito baixa e a do ano 2000 razoável, o que leva a superestimar o verdadeiro desempenho desta economia na década de 90



domiciliar per capita em 2000 e atribuindo o valor 100 à renda domiciliar per capita e à população do pólo da Araçatuba, o primeiro que se destaca são os relativamente elevados tamanhos da população dos municípios de **Araçatuba** (34,3%), **Birigui** (19,2%) e **Penápolis** (11,1%) concentrando 64,6% da população do pólo. Observa-se, também, que o município de **Araçatuba** possuía uma renda domiciliar per capita superior à do pólo (35,0%), enquanto o município de **Birigui** possuía uma renda domiciliar idêntica à do pólo. A renda per capita de **Penápolis** que tinha a terceira maior população do pólo era 3% inferior à do pólo de Araçatuba. O município de **Nova Castilho** apresentou a menor renda per capita (64,7% abaixo da média do pólo), Tabela 1.

Como mencionado, entre 1991 e 2000, a renda domiciliar total do pólo de Araçatuba cresceu 5,1% ao ano enquanto a população cresceu a um ritmo de 1,2% ao ano. Merece registro, o fato de somente os municípios de **Birigui**, **Penápolis** e **Bilac** terem apresentado taxas de crescimento populacional superiores à média do pólo. Todos os outros municípios cresceram abaixo da média ou tiveram taxas negativas de crescimento no período refletindo perdas de população. Os casos mais gritantes são **Coroados** (-3,1% no período) e **Turiúba** (-7,3%).

Quanto à renda domiciliar poucos municípios mostraram taxas de crescimento superiores à média do pólo (5,1% ao ano). Os destaques foram para **Araçatuba**, **Birigui**, **Penápolis**, **Bilac**, **Buritama**, **Valparaíso**, **Braúna** e **Piacatu**. Mas entre estes municípios somente **Birigui** e **Penápolis** registraram taxas de crescimento acima da média do pólo, tanto de sua população como de sua renda. Os demais municípios mencionados que apresentaram crescimento relativamente expressivo de renda domiciliar per capita tiveram crescimento muito reduzido de população. Alguns municípios tiveram queda acentuada de renda e de população. São os casos de **Tiriúba** e **Rubiácea**.



Tabela 1: Renda domiciliar per capita, população e taxas de crescimento anual
Pólo de Araçatuba e Municípios
1991-2000

Pólo de Araçatuba e municípios	Renda domiciliar per capita 2000	População 2000	taxa variação anual 1991-2000 (*)	
			População	Renda domiciliar total
Pólo de Araçatuba	100,0	100,0	1,2	5,1
Araçatuba	135,0	34,3	0,7	5,5
Birigui	100,0	19,2	2,6	5,8
Penápolis	97,0	11,1	1,4	5,4
Auriflama	87,5	2,7	0,8	3,7
Bilac	85,3	1,2	1,3	6,0
São João de Iracema	80,5	0,3	-	-
Buritama	78,4	2,8	0,9	5,9
Valparaíso	76,4	3,6	0,9	5,9
Guararapes	73,7	5,8	0,9	2,2
Gastão Vidigal	72,2	0,7	-0,8	4,8
General Salgado	70,3	2,2	-2,0	0,3
Braúna	68,5	0,9	0,4	5,4
Coroados	66,1	0,9	-3,1	-1,8
Turiúba	62,4	0,4	-7,3	-27,6
Nova Luzitânia	60,4	0,6	0,5	4,3
Gabriel Monteiro	60,0	0,6	1,1	1,5
Rubiácea	59,5	0,5	-1,3	-21,7
Piacatu	59,4	0,9	0,2	5,8
Glicério	58,9	0,9	0,5	5,0
Avanhandava	57,3	1,8	1,1	2,3
Bento de Abreu	57,1	0,5	0,0	0,2
Alto Alegre	55,5	0,9	-1,3	4,4
Santo Antônio do Aracanguá	53,4	1,4	-	-
Clementina	52,7	1,1	1,1	2,2
Luiziânia	52,5	0,9	0,3	3,6
Barbosa	52,0	1,2	1,0	4,5
Lourdes	47,7	0,4	-	-
Brejo Alegre	47,4	0,4	-	-
Santópolis do Aguapeí	44,4	0,8	-0,1	0,1
Guzolândia	38,2	0,9	-1,8	0,3
Nova Castilho	35,3	0,2	-	-

(*) OBS: os números negativos referem-se à variação no período

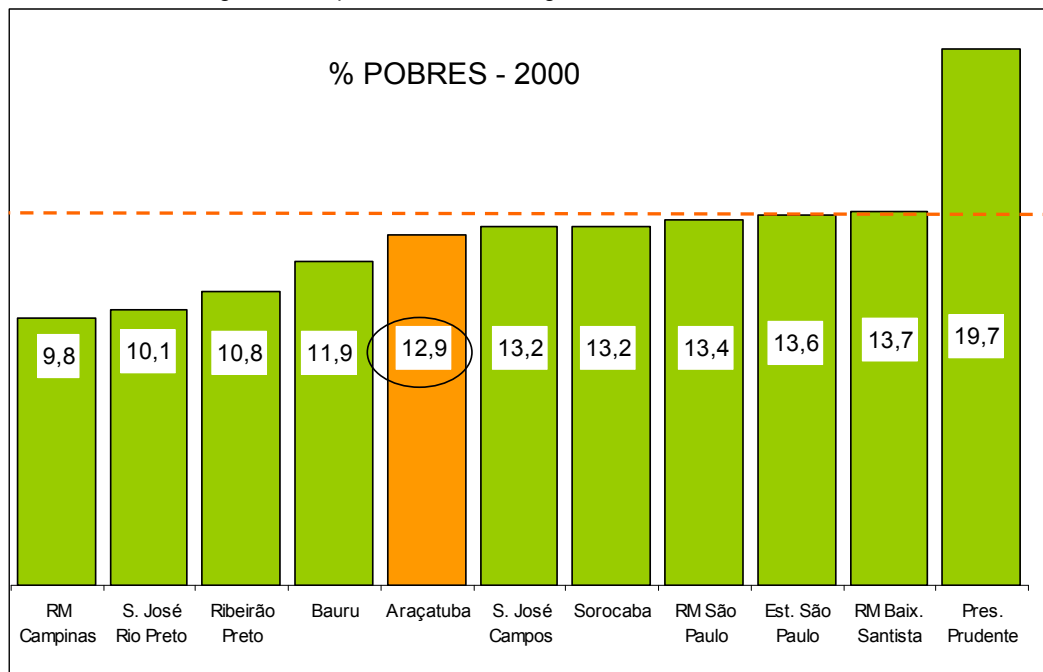
Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.



Pobreza, desigualdade e concentração de renda

A proporção de pobres diminuiu na década de 90 no pólo de Araçatuba de 17,7% para 12,9%. O gráfico 2, a seguir mostra a situação de pobreza deste pólo no ano de 2000 em comparação às três regiões metropolitanas paulistas e aos pólos regionais. Em 2000, a proporção de pobres no pólo de Araçatuba ocupava uma posição intermediária, semelhante às dos pólos de Bauru, São José dos Campos e Sorocaba.⁶

Gráfico 2:
Proporção de pobres.
Estado de São Paulo, Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000.



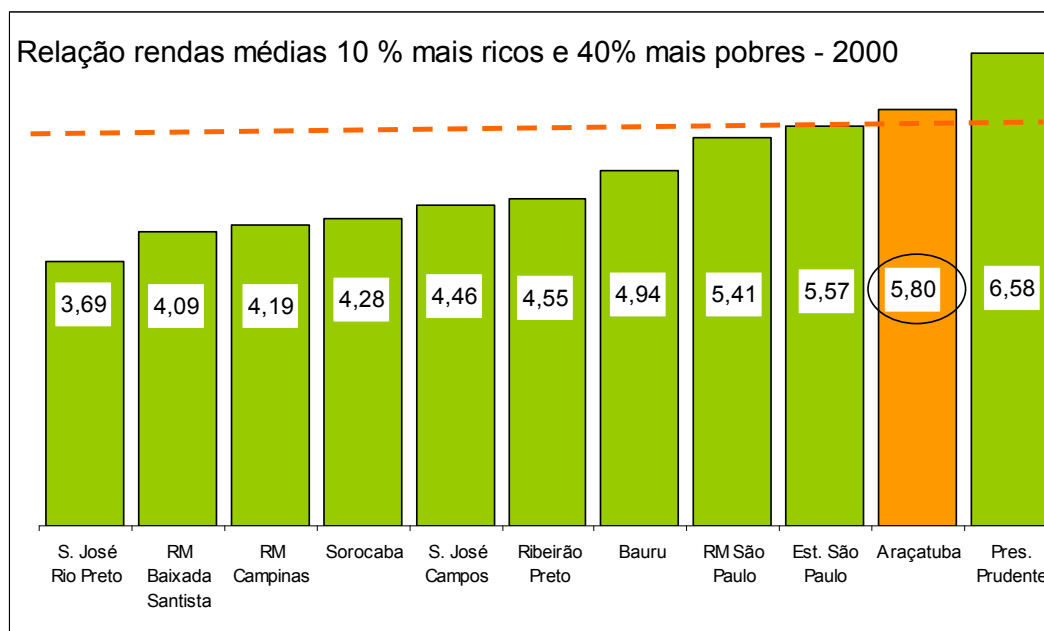
Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

⁶ Utilizou-se uma linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo de 2000 (R\$ 75,50).



No que diz respeito à desigualdade, o índice de Gini do pólo de Araçatuba é um dos mais elevados do estado (0,592) em 2000, bem como a relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres (5,80). Assim, em termos de desigualdade, a situação de Araçatuba é pior à verificada com a pobreza e houve uma piora na década de 90 (Gráfico 3).

Gráfico 3:
Relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres.
Estado de São Paulo, Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000.



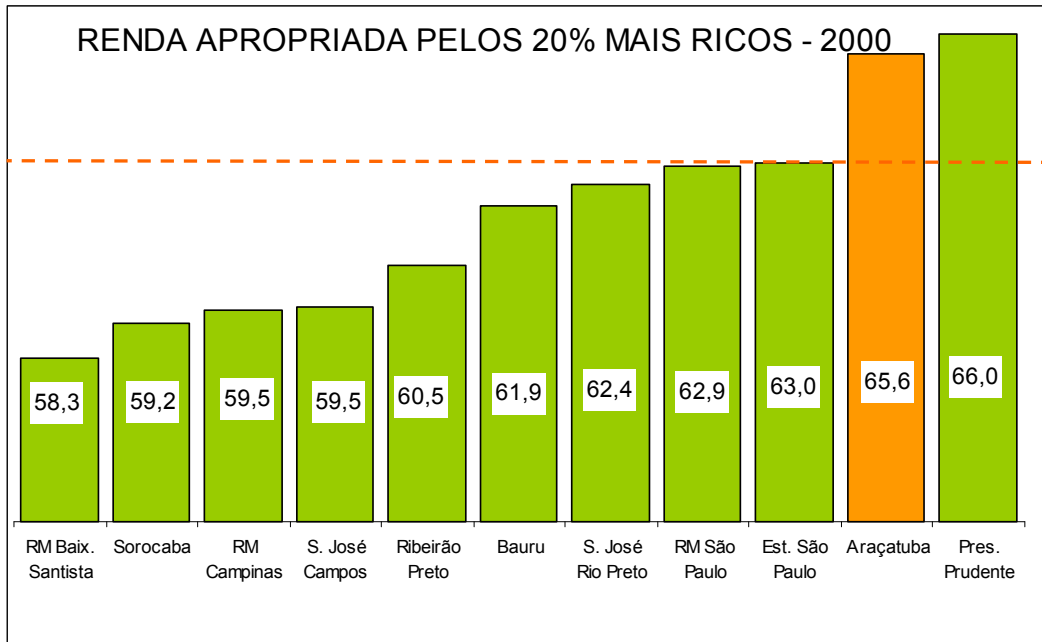
Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

Quanto à concentração de renda, os 20% mais ricos do pólo de Araçatuba concentravam 65,6% da renda em 2000. Este valor é também um dos maiores do estado juntamente com o pólo de Presidente Prudente. Além disso, entre 1991 e 2000 a concentração de renda dos 20% mais ricos aumentou de 61,1% para 65,6% (Gráfico 4).

Pólo Econômico de Araçatuba



Gráfico 4:
Renda apropriada pelos 20% mais ricos.
Estado de São Paulo, Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000.



Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

Do ponto de vista dos municípios que constituem o pólo de Araçatuba, as situações de pobreza (% de pobres), desigualdade (relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e 40% mais pobres) e concentração (20% mais ricos) são ilustradas na Tabela 2.

Como os municípios estão ordenados conforme sua renda domiciliar per capita de 2000, de maior a menor, observa-se que existe, como era de se esperar, uma correlação inversa entre renda per capita e proporção de pobres. Ou seja, a proporção de pobres é em geral maior para aqueles municípios com renda per capita menor. Ademais, nota-se que as proporções de pobres são muito elevadas em 2000 e somente os municípios de **Araçatuba**, **Birigui**, **Penápolis**, **Bilac** e **Braúna** tinham proporções de pobres abaixo da média do pólo, que era de 12,9%. Contudo, alguns municípios ainda que possuam renda per capita não tão baixa apresentam significativa proporção de pobres. São os casos de **Auriflama**, **São João**

Pólo Econômico de Araçatuba



de Iracema, Buritama, Valparaíso, Gestão Vidal e General Salgado. As piores situações de pobreza em 2000 são encontradas em **Nova Castilho** (38,1% de pobres), **Guzolândia** (28,8%), **Glicério** (28,6%) e **Barbosa** (27,9%).

Tabela 2: Pobreza, Concentração e Desigualdade da renda Domiciliar
Pólo de Araçatuba e Municípios
1991 – 2000

Pólo de Araçatuba e Municípios	% pobres		Proporção da renda apropriada pelos 20% mais ricos		Relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Pólo de Araçatuba	17,7	12,9	61,1	65,6	4,9	5,8
Araçatuba	11,8	10,2	68,7	75,1	8,8	11,0
Birigui	7,6	7,7	60,0	62,0	6,2	6,8
Penápolis	19,0	10,3	58,4	64,5	4,6	5,4
Auriflâma	23,1	16,0	60,6	61,9	4,2	4,0
Bilac	19,6	9,3	50,7	57,5	2,3	4,0
São João de Iracema	-	28,4	-	66,0	-	3,1
Buritama	21,2	16,6	42,8	56,2	1,7	2,9
Valparaíso	26,7	16,2	46,5	55,2	2,0	3,1
Guararapes	22,3	15,4	58,6	53,4	3,7	2,6
Gastão Vidigal	32,8	20,3	44,8	55,1	1,6	2,0
General Salgado	23,6	22,0	55,3	55,9	2,9	2,6
Braúna	36,4	9,7	47,6	53,0	1,6	2,1
Coroados	23,2	19,0	45,2	50,5	2,2	2,1
Turiúba	26,9	12,1	28,3	38,6	0,8	1,2
Nova Luzitânia	23,2	17,1	40,8	41,1	1,3	1,3
Gabriel Monteiro	27,1	13,3	57,4	42,5	3,1	1,3
Rubiácea	25,3	26,5	62,6	42,3	3,9	1,4
Piacatu	35,5	19,2	34,4	47,2	0,8	1,3
Glicério	25,8	28,6	32,5	48,0	0,6	1,9
Avanhandava	29,9	26,3	46,9	44,5	2,2	1,6
Bento de Abreu	25,8	15,4	55,3	28,6	4,1	0,6
Alto Alegre	45,6	22,0	32,2	37,9	0,6	1,2
Sto. Antônio do Aracanguá	-	16,1	-	34,6	-	0,9
Clementina	25,0	17,1	46,6	31,1	1,7	1,0
Luiziânia	42,3	21,8	44,8	42,7	1,5	0,9
Barbosa	37,1	27,9	27,7	35,7	0,6	0,9
Lourdes	-	26,8	-	35,5	-	0,7
Brejo Alegre	-	23,0	-	36,3	-	1,3
Santópolis do Aguapeí	36,0	24,5	47,4	29,8	1,5	0,7
Guzolândia	51,0	28,8	35,4	20,1	0,7	0,2
Nova Castilho	-	38,1	-	24,0	-	-

Fonte: Censo Demográfico 1991, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Pólo Econômico de Araçatuba



Deve-se mencionar que somente o município de **Rubiácea** teve ampliação de sua proporção de pobres na década. Todos os outros municípios tiveram decréscimo da proporção de pobres. Mas, em geral, os municípios que reduziram sua pobreza são aqueles municípios que apresentaram uma proporção de pobres muito elevada em 1991. Como são os casos de **Guzolândia, Luiziânia, Alto Alegre, Braúna, Piacatu, Santópolis do Aguapei e Gabriel Monteiro**.

A concentração de renda expressa pela renda apropriada pelos 20% mais ricos revela que no pólo de Araçatuba os 20% mais ricos concentravam 65,6% da renda no ano 2000, tendo sofrido um acréscimo de quatro pontos percentuais na década. Em 2000, a concentração de renda era superior à média do pólo nos municípios de **Araçatuba e São João de Iracema**. Deve-se chamar à atenção para a correlação direta entre renda e concentração. Ou seja, aqueles municípios que possuem renda per capita mais elevada têm também maior concentração de renda. Entre 1991 e 2000 a concentração da renda aumentou na maioria dos municípios. Os destaques ficam com **Buritama** (aumento de 14 pontos percentuais), **Glicério** (16 pontos) e **Piacatu** (13 pontos). A concentração de renda dos 20% mais ricos só diminuiu entre os municípios de menor renda (**Gabriel Monteiro, Rubiácea, Bento de Abreu, Clementina, Santópolis do Aguapeí e Guzolândia**).

A desigualdade medida pela razão entre as rendas médias dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres revela o elevado valor no pólo de Araçatuba em 2000: os 10% mais ricos tinham uma renda média equivalente a 5,8 vezes a renda média dos 40% mais pobres do pólo. Essa razão foi ainda superada pelos municípios de **Araçatuba, e Birigui**. Entre 1991 e 2000, a desigualdade, medida por este indicador, aumentou na maioria dos municípios. O destaque fica com o município de **Araçatuba** cuja razão entre as rendas médias dos 10% mais ricos e 40% mais pobres variou de 8,8 para 11,0 na década.

Considerações Finais

Na década de 90 houve ligeiro aumento da renda domiciliar per capita no pólo de Araçatuba abrangendo seus 31 municípios. A concentração e a desigualdade aumentaram na maioria dos municípios e a proporção de pobres diminuiu naqueles municípios onde essa proporção já era muito elevada em 1991.

O município de Araçatuba merece destaque por apresentar a maior renda per capita, acima da média do pólo, porém com reduzido crescimento de sua população. Este

Pólo Econômico de Araçatuba



município apresentou a segunda menor proporção de pobres, mas a desigualdade e a concentração de renda eram relativamente elevadas e aumentaram na década.

Os municípios de Birigui e Braúna tinham em 2000 a menor proporção de pobres. Todos os outros municípios tinham proporções de pobres relativamente elevadas.

2. Mudanças no domicílio, na inserção domiciliar no mercado de trabalho e as políticas sociais

Introdução

Neste projeto, o trabalho e o domicílio são considerados como elementos centrais para a análise das mudanças sociodemográficas nas diferentes regiões metropolitanas e pólos regionais e de suas implicações para as demandas das políticas públicas.

Nesse sentido, este item tem por objetivos recuperar as mudanças nos domicílios e nos arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho e para a provisão familiar. A análise destas mudanças, bem como a identificação dos arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento visa também oferecer indicações para a orientação das políticas sociais voltadas para a superação da pobreza e para a redução da desigualdade.

Por outro lado, os indicadores de pobreza e de não pobreza e de desigualdade social apresentam maior precisão por serem elaborados a partir de informações que têm o domicílio como unidade de análise e as especificidades de sua estruturação.

Assim, a composição dos arranjos domiciliares e o ciclo vital das famílias são adotados como referências para se pesquisar os grupos de domicílios mais suscetíveis ao empobrecimento nos contextos regionais diferenciados. Outro aspecto relevante na análise é a ampliação do número de domicílios com renda da mulher e o aumento da participação da renda da mulher na renda do domicílio⁷.

A relevância desta abordagem está ancorada na centralidade na família assumida para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos como um dos princípios da Política Nacional de Assistência Social desde 1993, mantida em 2004 na atualização da Política Nacional de Assistência Social e nas diretrizes da atual gestão

⁷ Neste estudo as unidades domiciliares são assumidas como equivalentes a unidades familiares, tendo por referência análise metodológica de Bilac (2001) explicitada no item 2.1., a seguir.



federal⁸. A centralidade na família é reafirmada ao ter sido eleita como unidade do principal programa de transferência de renda federal, o Programa Bolsa-Família, que visa atingir a totalidade das famílias pobres. O Programa Bolsa-Família de forma distinta dos programas anteriores e sob a referida concepção, inclui o conjunto dos membros da família como público alvo. A recente implantação do SUAS, por sua vez, implementa tais diretrizes e dá ênfase à atenção familiar. Como se sabe, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em implantação no País é assentado em alguns princípios, dentre eles: a universalidade; a matricialidade sociofamiliar, que se fundamenta no direito à proteção das famílias; e a territorialização.

Frente às novas características das políticas de proteção social cada vez mais o conhecimento sobre as famílias e as mudanças que a família vem sofrendo, passam a ser de interesse crescente para os agentes institucionais envolvidos na implementação das novas políticas sociais. Por outro lado, desperta o interesse dos estudiosos da família, que procuram entender tanto suas transformações e as novas configurações; bem como as possibilidades de que as novas políticas sociais provoquem novas mudanças na estruturação das famílias, na relação interna de poder, dentre outras.

É importante acrescentar nesta introdução uma informação metodológica. Este projeto optou por utilizar como fonte básica de informação para a análise das três regiões metropolitanas paulistas e dos pólos regionais os microdados do Censos Demográficos 1991 e 2000 - IBGE. Isto porque o Censo Demográfico é a única fonte de informação domiciliar que possibilita investigar estas questões para as novas áreas metropolitanas e as espacialidades regionais adotadas pelo projeto (pólos regionais), através do recurso de agregar o conjunto de municípios que compõem tais regiões. As PNADs – IBGE, que poderiam trazer dados mais recentes, não permitem desagregação da informação para as regiões estudadas. Apresentam informações desagregadas apenas para as Unidades da Federação (UF) e para as regiões metropolitanas que incluem as capitais das UF, não incluindo, portanto as regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista e as demais regiões pesquisadas. Nas análises dos censos são utilizados os dados da Amostra, representativos da população das áreas estudadas.

⁸ Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004).



No tópico 1, são apresentadas as principais mudanças nos arranjos domiciliares identificados no Pólo Regional de Araçatuba entre 1991 e 2000, bem como os perfis dos arranjos domiciliares e tamanho de família nos dois momentos censitários.

No Tópico 2, são tratados os arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho, bem como se investigam mudanças na responsabilidade pela manutenção do domicílio no Pólo Regional de Araçatuba.

No tópico 3, são indicados os arranjos familiares mais suscetíveis ao empobrecimento, oferecendo indicações para os arranjos domiciliares que demandam maior atenção das políticas sociais e, também indicações de acesso programas de transferência de renda.

No tópico 4, é analisada a participação da renda da mulher no domicílio no Pólo Regional de Araçatuba.

2.1. Mudanças nos arranjos domiciliares: configurações e tamanho

Não desconhecendo as dificuldades de se identificar famílias através dos censos demográficos, optou-se neste estudo por assumir as unidades domiciliares como equivalentes a unidades familiares, tendo por referência análise metodológica de Bilac (2001) que fundamenta essa escolha, por apontar três aspectos. O primeiro é que o Censo Brasileiro identifica famílias no domicílio assim considerando “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência ou normas de convência, que moram num mesmo domicílio” (IBGE, 1990, apud Bilac, 2001, pp.4). O segundo aspecto é que aponta no Censo critérios de identificação de domicílio particular independente, que o aproxima do conceito de “unidade doméstica”⁹, que pressupõe o partilhamento de orçamento comum, definido minimamente pelo partilhamento das despesas com alimentação. O terceiro aspecto é que Bilac no estudo referido, ao analisar a presença de famílias conviventes em um mesmo domicílio identifica relações de parentesco entre as pessoas de referência das famílias conviventes na maior parte dos casos, sugerindo a existência de família ampliada,

⁹ “Ao empregar os critérios de Separação e de Independência para a determinação do número de domicílios particulares permanentes existentes em uma determinada habitação, deverá ser verificado, inicialmente, se a pessoa ou grupo de pessoas vive e se alimenta separadamente das demais e, em seguida, se a pessoa ou grupo de pessoas têm acesso direto ao seu local de habitação sem passar por habitação de outras pessoas. Se em um dos casos ou em ambos a conclusão for negativa, a habitação será considerada um domicílio particular.” (IBGE, 1990, pp.22, apud Bilac, 2001).



bem como aponta a pequena ocorrência de famílias conviventes, da ordem de 7 % dos domicílios (Bilac, 2001).

As mudanças nas formas de organização familiar nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo em 2000, aqui analisadas através dos dados censitários, expressam tendências de mudanças iniciadas em décadas anteriores para as famílias brasileiras, acentuadas nos anos 90. As mais importantes são: - redução do tipo de organização familiar predominante constituído pelas famílias conjugais e casais com filhos; - crescimento da proporção de famílias monoparentais, tanto chefiadas por mulheres como por homens; - crescimento dos domicílios unipessoais. Outra tendência observada é a redução do tamanho da família que se relaciona tanto às novas formas de estruturação da família como à redução do número de filhos.

Estas tendências são também as principais observadas no Pólo Regional de Araçatuba, no período 1991-2000.

Os arranjos domiciliares no Pólo Regional de Araçatuba no ano 2000

A configuração familiar predominantemente no Pólo Regional de Araçatuba é do tipo conjugal com ou sem a presença de filhos residentes.

Os arranjos domiciliares do Pólo Regional de Araçatuba, apresentam um perfil com as seguintes características, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000: os arranjos familiares nucleados por casais compreendem 73,7% do total dos arranjos e os arranjos de chefes masculinos e femininos sem cônjuges totalizam 26,3%, com ênfase para os arranjos chefiados por mulheres, que perfazem 19,2% dos arranjos domiciliares (Tabela 3). Comparando-se esses percentuais entre as três regiões metropolitanas paulistas e pólos regionais, observa-se que o perfil apresentado pelo Pólo de Araçatuba é bastante próximo ao apresentado pelos demais pólos do Estado de São Paulo sob análise, diferenciando-se das regiões metropolitanas e especialmente da Região Metropolitana da Baixada Santista e da Região Metropolitana de São Paulo.

Dentre os arranjos nucleados por casais, predominam os casais com filhos e parentes, os quais apresentam um percentual de 58,2% dos domicílios, percentual idêntico ao apresentado pelo Estado de São Paulo 58,2%. Considerando os casais com a presença de filhos, aqueles de 35 até 49 anos são a maioria, configurando um total de 23,3% dos arranjos domiciliares, seguidos pelos casais de até 34 anos, 21,5%. Os casais de mais de



50 anos e mais com filhos e ou parentes apresentam os menores percentuais nesse grupo, apresentando 10,4%. Estes valores diferenciam-se das médias apresentadas pelo Estado de São Paulo, que são, respectivamente, 22,9%, 22,3% e 9,7%, sendo comparativamente menores nos domicílios com casais mais jovens e mais elevados nos domicílios dos casais de 50 anos e mais.

Por outro lado, chama a atenção a maior proporção de casais sem a presença de filhos no Pólo Regional de Araçatuba, 15,5% dos arranjos domiciliares, uma das mais elevadas dentre as regiões estudadas e em também relação ao Estado (13,4%). Esse percentual é superado apenas no Pólo de São José do Rio Preto, onde é da ordem de 16% (Tabela 3).

Deve ser ressaltado ainda que Pólo Regional de Araçatuba apresenta proporção de arranjos domiciliares chefiados por mulheres sem cônjuge com a presença de filhos e/ou parentes de 14,2%, inferior em relação a duas das regiões metropolitanas, RMSP e RMBS, ambas da ordem de 17%, assemelhando-se aos pólos regionais estudados e à RMC; e inferior às médias apresentadas pelo Estado de São Paulo.

A proporção de arranjos domiciliares chefiados por homem sem a presença de cônjuge, de 7,1%, está próxima da apresentada pelos pólos regionais analisados e abaixo da média do Estado e das regiões metropolitanas paulistas.

Estas especificidades da estruturação dos arranjos domiciliares no Pólo Regional de Araçatuba podem ser associadas às características da sua estrutura etária. Como evidenciado por dados apresentados no Capítulo 3, Item 2.1 do Documento 1 – Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo, deste Projeto, bem como pelas pirâmides etárias contidas no capítulo 2 do mesmo Documento 1, o Pólo Regional de Araçatuba apresentava, comparativamente à média do Estado de São Paulo, população mais envelhecida, 11,2% com 60 anos e mais e, menor proporção entre as idades de 0 e 14 anos (24,4%); apresentando população em idade ativa (15-59) com proporções próximas à média do Estado de São Paulo, 64,6%¹⁰.

¹⁰ Em 2000, a estrutura etária do Estado de São Paulo era a seguinte: 26,2% de pessoas com até 14 anos de idade; 65,4% entre as idades de 15-59 e proporção de pessoas com 60 anos e mais da ordem de 9,4%.



Tabela 3
Distribuição dos domicílios segundo arranjo domiciliar
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
1991-2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
	Total	Sem filhos	Com filhos e parentes			Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal		
			Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos							50 anos e mais	
Estado São Paulo	77,0	12,8	64,2	28,2	23,3	9,6	16,0	12,4	3,7	7,0	4,1	2,9	100,0
RM São Paulo	74,7	12,5	62,2	26,9	23,2	8,8	17,8	13,8	4,0	7,5	4,6	2,9	100,0
RM Baixada Santista	73,0	14,4	58,6	24,7	21,6	8,8	19,0	14,3	4,8	8,0	4,0	4,0	100,0
RM Campinas	80,1	12,8	67,3	30,1	24,5	9,9	13,8	10,7	3,1	6,1	3,7	2,4	100,0
Pólo Araçatuba	79,8	13,5	66,3	29,5	23,6	10,5	14,4	11,3	3,1	5,9	3,2	2,6	100,0
1991 Pólo Bauru	78,9	12,8	66,0	29,5	23,0	10,5	15,1	11,3	3,8	6,1	3,5	2,6	100,0
Pólo Presidente Prudente	79,4	12,5	66,9	30,3	23,2	10,7	14,6	11,2	3,4	6,0	3,1	2,9	100,0
Pólo Ribeirão Preto	79,3	12,4	66,8	29,9	23,6	10,5	14,8	11,4	3,4	6,0	3,3	2,6	100,0
Pólo São José dos Campos	78,6	10,4	68,3	31,4	25,4	8,5	13,9	11,5	2,4	7,4	4,1	3,3	100,0
Pólo São José do Rio Preto	79,6	15,0	64,6	28,7	23,0	10,4	14,5	10,7	3,7	6,0	3,4	2,6	100,0
Pólo Sorocaba	80,6	12,2	68,5	32,0	23,5	9,9	13,5	10,6	2,9	5,9	3,2	2,7	100,0
Estado São Paulo	71,6	13,4	58,2	22,3	22,9	9,7	20,6	15,6	4,9	7,9	3,7	4,1	100,0
RM São Paulo	69,6	12,6	56,9	21,8	22,4	9,3	22,4	17,2	5,2	8,0	4,0	4,1	100,0
RM Baixada Santista	67,0	14,2	52,8	19,5	20,7	8,9	23,8	17,7	9,2	3,9	6,1	5,3	100,0
RM Campinas	74,2	14,1	60,1	22,8	24,6	9,8	18,3	13,9	7,5	3,7	4,4	3,9	100,0
Pólo Araçatuba	73,7	15,5	58,2	21,5	23,3	10,4	19,2	14,2	4,9	7,1	3,1	4,0	100,0
2000 Pólo Bauru	73,1	13,9	59,2	22,5	23,1	10,4	19,6	14,5	5,2	7,3	3,2	4,1	100,0
Pólo Presidente Prudente	73,0	14,3	58,7	23,3	22,3	9,7	19,6	14,5	5,2	7,4	2,9	4,5	100,0
Pólo Ribeirão Preto	72,6	13,4	59,2	22,2	23,7	10,4	19,5	14,6	4,9	7,9	3,7	4,2	100,0
Pólo São José dos Campos	73,3	11,5	61,9	23,1	25,7	9,7	18,5	14,9	3,6	8,2	3,7	4,5	100,0
Pólo São José do Rio Preto	73,3	16,4	56,9	21,1	22,8	10,0	19,3	13,7	5,7	7,4	3,1	4,3	100,0
Pólo Sorocaba	75,5	13,1	62,4	25,1	24,1	9,8	17,5	13,6	3,9	7,0	3,4	3,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000. IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Observando-se os percentuais dos municípios o Pólo Regional de Araçatuba no ano de 2000 para os arranjos chefiados por casais, é possível perceber que estes variam entre 69% e 84%, sendo que a média do Pólo é de 73,7% (Tabela 4b).

Nos arranjos chefiados por mulheres sem cônjuges os percentuais apresentados pelos municípios ficam entre 9% e 22,6%, sendo que a média do pólo é de 19,2%. Por fim, nos arranjos chefiados por homens sem cônjuges os percentuais variam entre 3% e 14%, sendo que a média é de 7,1% no ano de 2000.

O município de **Araçatuba**, sede do Pólo regional e o maior município - 178.840 pessoas segundo a Contagem de 2007-, apresenta proporção de domicílios nucleados por casais da ordem de 71% (abaixo da média regional); 22% chefiados por mulheres sem cônjuge (acima da média regional), e 7% com chefia masculina sem cônjuge (na média regional).

Merece destaque um conjunto de municípios pequenos, com população variando entre 1000 e 8.500 habitantes, caracterizados pelos menores rendimentos domiciliares per capita do pólo de Araçatuba, que embora apresentem especificidades entre o perfil de arranjos domiciliares têm por peculiaridade apresentar percentuais de chefia masculina sem

Pólo Econômico de Araçatuba



cônjuge acima da média regional. Dentre estes, um primeiro conjunto de municípios caracteriza-se pelos mais baixos percentuais de domicílios nucleados por casais, são eles: o município de **Santópolis do Aguapeí** (4.000 habitantes), que apresenta o menor percentual de arranjos chefiados por casais, de 68,9%, percentuais acima da média do pólo de domicílios com chefias femininas sem cônjuges (22,6%) e percentuais elevados de arranjos de chefes masculinos sem cônjuges (8,5%); outro município desse grupo é **Rubiácea** (2.500 habitantes), que apresenta o segundo menor percentual de arranjos chefiados por casais, 69,3%, proporções abaixo da média de arranjos com chefias femininas sem cônjuges (16,1%), e apresenta o maior percentual do Pólo no arranjo domiciliar chefiado por homens sem cônjuges (14,6%); o último município desse grupo é **Barbosa** (8.500 habitantes), que apresentou o terceiro menor percentual no arranjo de casais, 69,6%; percentuais também abaixo da média do pólo em relação ao arranjo de chefia feminina sem cônjuges (18,8%) e percentuais bastante acima da média do pólo no arranjo de chefes masculinos sem cônjuge (11,6%).

Um segundo grupo de pequenos municípios caracteriza-se apresentar arranjos nucleados por casais em proporções superiores á média regional, arranjos domiciliares chefiados por mulher sem cônjuge abaixo da média regional e domicílios chefiados por homens sem cônjuge acima da média regional. Dentre estes, **Nova Castilho** (1.057 habitantes em 2007), apresentava 80,5% de arranjos chefiados por casais no ano censitário de 2000, proporção de domicílios com chefias femininas sem cônjuges muito abaixo da média do pólo (9,8%), com maior proporção de domicílios unipessoais femininos (6,5%) do que aqueles com filhos e/ou parentes residentes (3,3%). Observa-se ainda nesse município um percentual elevado de arranjos chefiados por homens sem cônjuges (9,8%) em relação à média do pólo, sendo que se concentram naqueles com a presença de filhos e/ou parentes (8,1%). Outro município deste segundo grupo é **Santo Antônio do Aracanguá** (7.036 habitantes em 2007), aproxima-se dos percentuais de **Nova Castilho**. Apresenta 80,6% dos arranjos chefiados por casais, valor bem acima da média do pólo; percentuais abaixo da média do pólo nos arranjos de chefias femininas sem cônjuges, totalizando 10,8%. E, por fim, médias elevadas de chefias masculinas sem cônjuges (8,6%). Nesse município, o perfil dos arranjos sem cônjuges segue a tendência do Estado de São Paulo e das médias do pólo, ou seja, são mais frequentes as chefias femininas e masculinas sem cônjuges com a presença de filhos e/ou parentes e menores as proporções dos domicílios unipessoais.

Pólo Econômico de Araçatuba



Este conjunto de municípios chama a atenção indicando a importância de estudos mais aprofundados sobre o perfil dos arranjos domiciliares dos pequenos municípios e a relação com a condição de precariedade a ser conhecida nos mesmos.

O destaque dado aos arranjos chefiados por homens sem cônjuges se relaciona a um achado deste projeto, que é a concentração nos pólos regionais paulistas, de domicílios com essa configuração com a presença de filhos e/ou parentes, entre os 50% mais pobres do município. Dentre estes se inclui o Pólo de Araçatuba, com 46% desses arranjos entre os 50% mais pobres do município, como pode ser constatado no Anexo 3. A fragilidade desse arranjo domiciliar deve ser melhor conhecida para possibilitar medidas de proteção social.

Tabela 4a
Distribuição dos domicílios segundo arranjos domiciliares
Pólo Araçatuba
1991

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
	Casal sem filhos	Com filhos e/ou parentes				com filhos			Com filhos				
		Total	Até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais	Total	e/ou parentes	Unipessoal	Total	e/ou parentes	Unipessoal		
Pólo Araçatuba	79,8	13,5	66,3	29,5	23,6	10,5	14,4	11,3	3,1	5,9	3,2	2,6	100,0
Alto Alegre	86,8	18,7	68,1	26,5	25,6	14,6	7,8	5,8	2,0	5,3	2,6	2,7	100,0
Araçatuba	77,3	12,7	64,6	27,8	24,0	9,9	16,7	13,2	3,5	6,1	3,2	2,8	100,0
Auriflama	82,4	14,5	67,9	28,4	24,6	12,6	12,1	9,7	2,4	5,6	2,7	2,9	100,0
Avanhandava	82,6	13,9	68,7	32,0	21,3	10,6	12,1	10,4	1,6	5,4	1,9	3,5	100,0
Barbosa	78,6	16,1	62,5	35,0	20,3	6,7	14,5	10,4	4,2	6,9	2,0	4,9	100,0
Bento de Abreu	82,5	9,6	73,0	37,4	19,9	12,1	12,0	10,7	1,3	5,4	1,9	3,5	100,0
Bilac	83,3	15,2	68,1	26,9	23,4	13,7	12,1	8,6	3,5	4,6	2,2	2,4	100,0
Birigui	81,4	13,4	68,0	29,6	24,8	11,6	13,2	10,7	2,6	5,4	3,7	1,7	100,0
Braúna	82,1	14,7	67,4	26,4	23,8	13,9	10,3	6,4	3,9	7,6	3,4	4,3	100,0
Brejo Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Buritama	79,0	14,6	64,3	31,4	21,9	8,1	14,8	12,0	2,8	6,2	2,4	3,8	100,0
Clementina	82,1	13,6	68,5	32,5	21,8	10,7	10,2	7,8	2,4	7,7	5,1	2,6	100,0
Coroados	82,5	13,4	69,1	32,3	22,7	10,4	11,6	9,6	2,0	6,0	1,8	4,1	100,0
Gabriel Monteiro	87,5	16,5	71,0	24,9	30,8	12,8	6,6	6,6	.	5,8	2,8	3,0	100,0
Gastão Vidigal	82,1	14,3	67,8	29,6	26,1	9,9	10,9	8,7	2,2	7,1	2,2	4,9	100,0
General Salgado	82,0	13,0	69,0	33,6	22,8	11,4	10,2	7,4	2,8	7,8	3,9	3,9	100,0
Glicério	83,2	15,2	67,9	30,0	22,6	12,3	10,3	10,3	.	6,6	4,4	2,2	100,0
Guararapes	81,6	13,4	68,2	31,6	22,5	11,4	14,1	10,2	3,8	4,4	2,6	1,8	100,0
Guzolândia	84,5	13,7	70,9	32,7	25,2	10,1	10,5	8,8	1,6	5,0	2,8	2,2	100,0
Lourdes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiziânia	83,0	12,2	70,8	35,7	22,7	11,1	12,9	9,9	3,0	4,1	2,2	1,9	100,0
Nova Castilho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Luzitânia	82,9	16,5	66,3	27,6	26,8	5,1	11,1	8,4	2,7	6,0	2,8	3,3	100,0
Penápolis	78,8	14,4	64,4	28,6	22,9	9,6	15,6	11,6	4,0	5,6	3,3	2,3	100,0
Piacaçu	82,7	10,8	71,9	30,2	27,5	12,5	11,7	8,1	3,6	5,6	1,0	4,6	100,0
Rubiácea	78,9	9,2	69,7	38,1	17,6	11,4	9,2	6,7	2,5	11,9	5,0	6,9	100,0
Santo Antônio do Aracanguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santópolis do Aguapeí	72,4	12,1	60,3	31,6	14,8	9,7	15,0	13,7	1,3	12,6	8,9	3,7	100,0
São João de Iracema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turiúba	82,8	18,8	64,0	30,2	21,6	9,8	11,8	7,3	4,5	5,4	3,5	1,9	100,0
Valparaíso	81,3	13,2	68,1	33,4	23,0	9,7	13,1	10,7	2,5	5,6	3,9	1,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991. IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.



Tabela 4b
Distribuição dos domicílios segundo arranjos domiciliares
Pólo Araçatuba
2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
	Total	Casal sem filhos	Com filhos e/ou parentes				com filhos			Com filhos			
			Total	Até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais	Total	e/ou parentes	Unipessoal	Total	e/ou parentes	Unipessoal	
Pólo Araçatuba	73,7	15,5	58,2	21,5	23,3	10,4	19,2	14,2	4,9	7,1	3,1	4,0	100,0
Alto Alegre	75,2	19,0	56,2	16,0	24,1	13,4	17,0	11,1	5,9	7,8	2,1	5,7	100,0
Araçatuba	70,8	14,9	55,9	19,4	22,9	10,4	22,1	16,3	5,8	7,1	3,2	3,9	100,0
Auriflâma	75,8	17,5	58,3	22,7	23,9	8,7	16,8	12,7	4,1	7,4	2,9	4,6	100,0
Avanhandava	74,3	12,1	62,2	29,3	20,3	8,6	17,8	13,5	4,3	8,0	3,3	4,7	100,0
Barbosa	69,6	13,6	56,0	24,3	18,7	8,1	18,8	12,4	6,4	11,6	3,2	8,4	100,0
Bento de Abreu	74,2	12,5	61,7	30,8	19,2	9,1	18,3	14,9	3,3	7,5	3,5	4,1	100,0
Bilac	78,7	19,9	58,8	20,6	23,7	10,7	16,1	11,8	4,3	5,2	3,6	1,6	100,0
Birigui	76,1	15,4	60,7	22,4	24,9	10,6	17,8	14,1	3,8	6,1	2,7	3,3	100,0
Braúna	77,8	18,7	59,1	22,2	20,3	12,4	13,6	10,7	2,9	8,7	4,4	4,3	100,0
Brejo Alegre	74,1	13,2	60,9	26,1	25,1	7,0	15,9	11,5	4,4	10,0	2,4	7,6	100,0
Buritama	74,9	16,5	58,4	23,1	21,3	10,7	17,8	11,2	6,7	7,3	2,6	4,7	100,0
Clementina	78,5	16,5	62,0	24,3	24,9	8,0	15,2	12,2	3,0	6,3	4,1	2,2	100,0
Coroados	78,4	15,3	63,1	23,3	26,5	9,3	16,3	10,6	5,7	5,3	0,7	4,6	100,0
Gabriel Monteiro	84,6	20,7	63,9	20,8	22,4	14,1	11,2	8,8	2,3	4,3	1,7	2,5	100,0
Gastão Vidigal	75,9	15,8	60,1	26,4	18,4	13,2	15,1	8,9	6,2	9,0	4,1	4,9	100,0
General Salgado	74,5	18,3	56,2	21,7	21,8	9,7	16,3	10,8	5,6	9,2	4,0	5,1	100,0
Glicério	77,2	15,8	61,4	25,0	23,5	11,3	14,7	9,8	4,9	8,1	4,2	3,9	100,0
Guararapes	74,1	15,4	58,8	21,2	23,6	11,1	18,1	14,0	4,1	7,8	3,3	4,6	100,0
Guzolândia	76,5	15,5	61,0	24,5	21,1	12,5	13,6	9,6	4,0	9,9	4,8	5,1	100,0
Lourdes	76,0	17,8	58,1	27,7	21,0	9,4	17,1	11,1	5,9	7,0	0,8	6,2	100,0
Luiziânia	76,6	18,6	58,0	21,6	21,7	9,7	16,8	12,0	4,8	6,6	4,0	2,6	100,0
Nova Castilho	80,5	18,8	61,6	27,1	18,9	13,9	9,8	3,3	6,5	9,8	8,1	1,7	100,0
Nova Luzitânia	73,2	11,7	61,5	21,3	24,0	12,0	17,0	10,0	7,1	9,8	3,2	6,6	100,0
Penápolis	72,9	16,0	56,9	19,8	24,0	10,5	20,6	14,8	5,7	6,6	3,0	3,5	100,0
Piacaçu	80,6	17,7	63,0	22,5	23,9	13,6	15,6	10,2	5,4	3,8	1,1	2,7	100,0
Rubiácea	69,3	12,5	56,8	23,9	25,3	5,8	16,1	9,8	6,3	14,6	3,5	11,2	100,0
Santo Antônio do Aracanguá	80,6	13,7	66,9	30,9	26,1	7,2	10,8	8,3	2,5	8,6	4,9	3,7	100,0
Santópolis do Aguapeí	68,9	13,4	55,5	22,1	18,8	10,3	22,6	19,6	3,0	8,5	3,4	5,1	100,0
São João de Iracema	74,9	10,4	64,5	25,8	26,0	12,8	15,1	12,9	2,1	10,0	4,2	5,9	100,0
Turiúba	77,7	22,4	55,2	19,7	23,8	10,7	14,6	7,8	6,8	7,8	3,2	4,6	100,0
Valparaíso	75,1	14,0	61,1	25,9	22,7	9,6	17,1	14,2	2,9	7,9	3,3	4,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000. IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Tendências de mudanças nos arranjos domiciliares: 1991-2000

O Pólo Regional de Araçatuba apresenta, entre 1991 e 2000 as tendências de queda nos arranjos domiciliares chefiados por casais e de crescimento nos arranjos chefiados por homens e mulheres sem cônjuges. Compartilha dessas tendências tanto com o Estado de São Paulo, como com as outras Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais Paulistas.

Assim, no ano de 1991 a o Pólo Regional de Araçatuba apresentava percentual de 79,7% de arranjos nucleados por casais, que caiu para 73,7% em 2000, apresentando uma das maiores reduções, de 7,6% na proporção de arranjos domiciliares com essa configuração. A variação percentual observada o Pólo de Araçatuba aproximou-se apenas da variação negativa apresentada pelos Pólos de São José do Rio Preto, e um pouco menor do que a apresentada pelos Pólos de Presidente Prudente e Ribeirão Preto que ficaram em torno de -8%; ficou um pouco acima da experimentada pelo Estado de São Paulo.

Pólo Econômico de Araçatuba



Os arranjos domiciliares chefiados por homens e mulheres sem cônjuges, em movimento inverso, passaram de 20,3% em 1991 para 26,3% o Pólo Regional de Araçatuba em 2000.

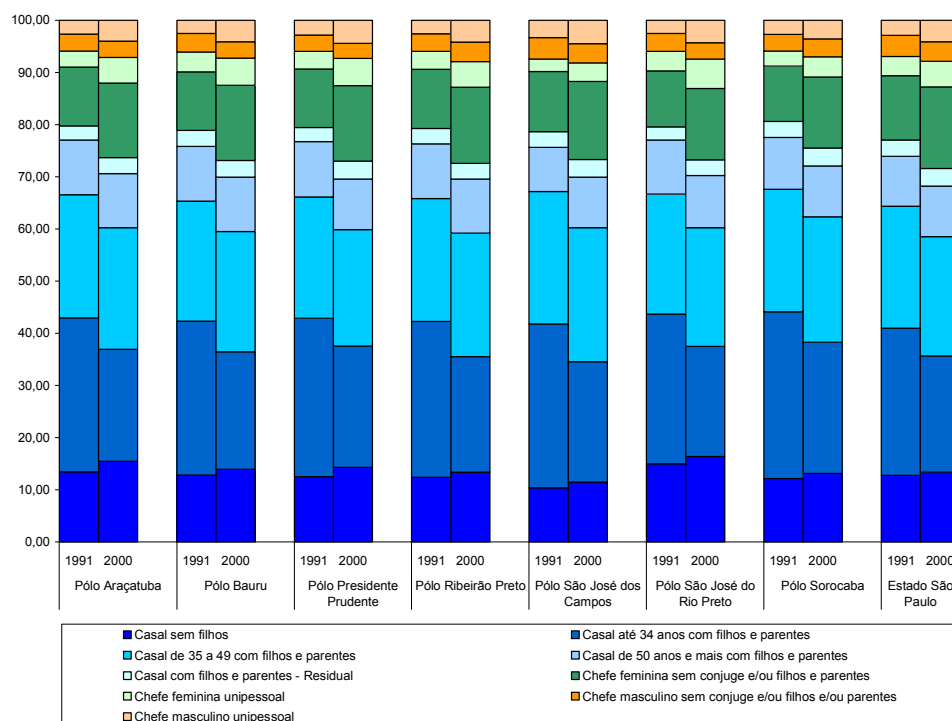
Ambas as tendências foram apresentadas, com maiores ou menores proporções, por todo o Estado de São Paulo. No caso do Estado de São Paulo, este apresentava, em 1991, 77% dos arranjos domiciliares chefiados por casais e 23% dos arranjos com chefias femininas e masculinas sem cônjuges; no ano 2000 esses percentuais passaram a ser de 71,6% e de 28,4%, respectivamente.

Na tendência de redução dos arranjos domiciliares nucleados pelo casal, o Pólo Regional de Araçatuba, como no restante do Estado de São Paulo, registrou a maior queda naqueles arranjos chefiados por casais, com a presença filhos e/ou parentes, que passaram de 66,3% em 1991 para 58,2% em 2000. Essa queda ocorreu, principalmente, nos domicílios dos casais na faixa etária de até 34 anos, com a presença de filhos, que somavam 29,5% em 1991 e passaram a ser 21,5% em 2000 (variação percentual negativa de 21%), expressando diversas mudanças pelas quais passa a família, nestas incluindo tanto a redução da fecundidade, como as mudanças nos padrões de nupcialidade. Observa-se entretanto, no Pólo de Araçatuba com relação aos arranjos domiciliares nucleados pelo casal, a manutenção no percentual daqueles na faixa etária de 50 anos ou mais, com a presença de filhos, cerca de 10% dos domicílios nos dois momentos sob análise.

Deve-se ressaltar, dentre os arranjos nucleados por casais, o crescimento significativo nos arranjos de casais sem filhos, que passam de 13,5% para 15,5% no período analisado. Percentuais muito superiores ao Estado de São Paulo que apresentou no mesmo período a manutenção da proporção 12,5%. O Pólo de Araçatuba aproxima-se apenas dos percentuais apresentados pelo pólo de São José do Rio Preto (16,4%), em 2000.



Gráfico 5
Distribuição dos arranjos domiciliares segundo tipologia
Pólos Regionais – Estado de São Paulo
1991 – 2000



Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Por outro lado, e complementarmente, os arranjos chefiados por homens e mulheres sem a presença de cônjuge apresentaram no Pólo Regional de Araçatuba crescimento significativo; estes arranjos com chefes masculinos, representavam 5,9% dos arranjos em 1991 e passaram a ser 7,1% em 2000; os domicílios com esta configuração com chefia feminina passam de 14,4% em 1991, para 19,2% em 2000. Dentre os arranjos domiciliares com chefes femininas, o crescimento mais relevante deu-se naqueles com a presença de filhos e/ou parentes, que passaram de 11,2% em 1991 para 14,2% em 2000, com variação percentual de 33%. Os domicílios unipessoais de chefes femininas apresentaram também acentuado crescimento no período, passando de 3,1% em 1991 para 4,9% em 2000. No caso dos arranjos domiciliares com chefias masculinas sem cônjuge, o crescimento no

Pólo Econômico de Araçatuba



período foi devido principalmente aos domicílios unipessoais, que de 2,6% passaram para 4% em 2000 (Gráfico 5).

A análise dos municípios do Pólo de Araçatuba no período de 1991-2000, ainda que com especificidades, evidenciam as tendências de mudanças nos arranjos domiciliares indicadas acima, ou seja, queda nos arranjos domiciliares chefiados por casais; crescimento de chefias femininas sem cônjuges, e menor crescimento de domicílios de chefias masculinas sem cônjuge. (Tabelas 4a e 4b).

Observa-se em **Araçatuba**, município sede do Pólo, acentuado queda nos arranjos chefiados por casais para o período de 1991-2000, bem como acentuado crescimento nos arranjos chefiados por mulher sem a presença de cônjuge. Assim, em 1991, os arranjos nucleados por casais representavam 77,3% dos domicílios e passam a representar 70,8%, em 2000. Em contrapartida, ocorreu crescimento no período para os arranjos chefiados por mulheres sem cônjuges, que passam de 16,7% para 22,1% dos arranjos domiciliares do município; aqueles com esse arranjo e com a presença de filhos e/ou parentes atingem, em 2000, a cifra de 16,3% dos arranjos domiciliares em **Araçatuba**. Merece destaque também o crescimento dos domicílios com chefias femininas unipessoais que, em 2000, chegam a ser 5,8% dos domicílios.

Retomando um dos municípios em que se ressaltou o crescimento de arranjos domiciliares dos chefes masculinos sem a presença de cônjuge, **Barbosa** (8.500 habitantes), que apresentou um dos menores percentuais de arranjos de casais, 69,6%, observa-se que ocorreu queda importante, pois estes representavam 78,6% dos arranjos domiciliares do Pólo em 1991, apenas um ponto percentual abaixo da média regional. Outra característica apresentada por esse município em 2000 foram os percentuais também abaixo da média do pólo em relação ao arranjo de chefia feminina sem cônjuges (18,8%), proporções que se apresentavam na média regional em 1991, com 14,5%, tendo apresentado crescimento no período. A terceira característica apresentada por esse município foram as proporções bastante acima da média do pólo no arranjo de chefes masculinos sem cônjuge (11,6%) em 2000; e também o crescimento de sua proporção no período, pois estes representavam 6,9% dos arranjos em 1991, com crescimento mais importante dos domicílios unipessoais, que passaram de 4,9% para 8,4%.

Pólo Econômico de Araçatuba



Mudanças no tamanho médio dos domicílios

A literatura especializada aponta a tendência de redução do tamanho médio dos domicílios no país. Essa tendência foi constatada também para o Estado de São Paulo e para as regiões metropolitanas paulistas e pólos regionais na análise do período entre os censos 1991 e 2000.

Como já se mencionou, a redução no tamanho médio dos domicílios expressa mudanças na família, tais como a redução na fecundidade e no número de filhos tidos, a nuclearização da família e o aumento da proporção das famílias monoparentais e dos domicílios unipessoais. Essas mudanças, por afetarem a composição dos núcleos familiares, revestem-se de importância para a análise das alterações na inserção familiar no mercado de trabalho e das alterações na responsabilidade pela provisão do domicílio.

O tamanho médio dos domicílios é relevante também para a análise do rendimento domiciliar per capita, cujo valor é utilizado como critério de elegibilidade na seleção de famílias beneficiárias de programas sociais diversos.

O Pólo Regional de Araçatuba também apresenta no período de 1991-2000 tendência de redução do número de pessoas por domicílio. Observa-se que, em 1991, a média de pessoas por domicílio na RMBS era de 3,9, tendo passado em 2000 para 3,4 pessoas. A tendência e os valores são muito próximos daqueles observados para o Estado de São Paulo, bem como são próximos em relação às outras duas regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas (Tabela 5).



Tabela 5
Número médio de componentes dos domicílios segundo tipologia de arranjo domiciliar
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - Estado de São Paulo
1991-2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total (1)
	Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes				Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	
			Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais							
Estado São Paulo	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,4	3,4	1,0	3,9
RM São Paulo	4,2	2,2	4,6	4,3	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,4	3,3	1,0	3,9
RM Baixada Santista	4,1	2,2	4,6	4,2	5,0	4,6	2,9	3,6	1,0	2,1	3,3	1,0	3,7
RM Campinas	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,5	3,4	1,0	3,9
Pólo Araçatuba	4,1	2,2	4,5	4,1	4,9	4,7	3,0	3,6	1,0	2,3	3,4	1,0	3,9
1991 Pólo Bauru	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,6	3,0	3,6	1,0	2,4	3,4	1,0	3,9
Pólo Presidente Prudente	4,2	2,2	4,6	4,1	5,1	4,8	3,0	3,6	1,0	2,2	3,3	1,0	3,9
Pólo Ribeirão Preto	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,6	3,0	3,6	1,0	2,3	3,3	1,0	3,9
Pólo São José dos Campos	4,4	2,2	4,7	4,3	5,1	5,1	3,4	3,9	1,0	2,2	3,3	1,0	4,1
Pólo São José do Rio Preto	4,0	2,2	4,4	4,1	4,7	4,4	2,7	3,3	1,0	2,2	3,2	1,0	3,7
Pólo Sorocaba	4,3	2,2	4,7	4,3	5,2	4,8	3,1	3,7	1,0	2,4	3,5	1,0	4,0
Estado São Paulo	3,9	2,2	4,3	4,0	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	2,0	3,1	1,0	3,5
RM São Paulo	4,0	2,2	4,3	4,0	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	2,0	3,1	1,0	3,6
RM Baixada Santista	3,9	2,2	4,4	4,1	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	1,9	3,0	1,0	3,5
RM Campinas	3,9	2,1	4,3	4,0	4,5	4,4	2,8	3,3	1,0	2,0	3,1	1,0	3,5
Pólo Araçatuba	3,8	2,2	4,2	3,9	4,4	4,2	2,7	3,3	1,0	1,9	3,1	1,0	3,4
2000 Pólo Bauru	3,9	2,2	4,3	4,0	4,5	4,3	2,8	3,4	1,0	2,0	3,2	1,0	3,5
Pólo Presidente Prudente	3,8	2,2	4,2	4,0	4,5	4,3	2,6	3,2	1,0	1,8	3,0	1,0	3,4
Pólo Ribeirão Preto	3,9	2,2	4,3	4,1	4,6	4,3	2,8	3,4	1,0	2,0	3,2	1,0	3,6
Pólo São José dos Campos	4,1	2,2	4,4	4,1	4,7	4,6	3,0	3,5	1,0	2,0	3,3	1,0	3,7
Pólo São José do Rio Preto	3,7	2,2	4,1	3,9	4,3	4,2	2,5	3,1	1,0	1,8	3,0	1,0	3,3
Pólo Sorocaba	4,0	2,2	4,4	4,1	4,7	4,5	2,9	3,5	1,0	2,0	3,1	1,0	3,7

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares.

Todos os tipos de arranjos domiciliares apresentam redução no número de componentes, no entanto esta foi mais acentuada nos arranjos chefiados por casais, nos quais o número de componentes caiu de 4,1 para 3,8 pessoas por domicílio, entre 1991 e 2000, repetindo a tendência e valores observados para o Estado de São Paulo (Tabelas 6a e 6b).

Destacam-se entre estes os arranjos casais com filhos e/ou parentes, que apresentaram redução na média de componentes de 4,5 para 4,2 pessoas. Dentre estes todos experimentaram queda em seu tamanho, permanecendo, entretanto como os arranjos domiciliares mais numerosos em 2000 no Pólo Regional de Araçatuba. Com os tamanhos maiores estão os domicílios dos casais entre 35 e 49 anos (4,4 pessoas), seguidos pelos casais de 50 anos ou mais (4,2 pessoas) e, por fim, os domicílios chefiados por casais de até 34 anos, com a presença de filhos (3,9 pessoas).

As menores médias de componentes por domicílio no Pólo de Araçatuba são encontradas entre os arranjos de chefias femininas e masculinas sem cônjuges, respectivamente, 2,7 e 1,9 pessoas por domicílio no ano 2000. É preciso destacar que, nos

Pólo Econômico de Araçatuba



arranjos citados nesse parágrafo, esse número é mais elevado quando se trata de arranjos domiciliares de chefes sem cônjuges com a presença de filhos e/ou parentes, tanto para os femininos, como para os masculinos, observando-se, respectivamente, os valores de 3,3 e de 3,1 pessoas por domicílio, pois as médias para os totais de cada arranjo de chefia sem cônjuge incluem os domicílios unipessoais.

Considerando-se os municípios no Pólo Regional de Araçatuba ao analisar o ano de 2000, observa-se que entre estes o tamanho dos domicílios varia entre 3,2 e 3,7 pessoas no ano censitário de 2000, sendo a média regional de 3,5 pessoas por domicílio. Os municípios apresentam também variação no tamanho dos domicílios com arranjos chefiados por casais, que ficam entre 3,5 e 4,1 componentes por domicílio, destacando-se no limite superior os municípios de **Rubiácea** e **Brejo Alegre** (Tabela 6b).

Os menores tamanhos médios observados nos municípios são encontrados nos domicílios nucleados pelos chefes femininos sem cônjuge e pelos os chefes masculinos sem cônjuge. No caso dos arranjos chefiados por mulheres sem cônjuges, os tamanhos ficam entre 1,9 e 3,1 pessoas por domicílio, sendo a média do pólo de 2,7 pessoas por domicílio. Por fim, nos domicílios com arranjos de chefes masculinos sem cônjuges, os valores ficam entre 1,1 e 2,9 pessoas por domicílio, sendo a média regional de 1,9 pessoas por domicílio (Tabela 6b).

O município sede, **Araçatuba**, em 2000, apresentou exatamente a média observada pelo Pólo Regional (Tabela 6b).



Tabela 6a
Número médio de componentes dos domicílios segundo tipologia de arranjo domiciliar
Pólo Araçatuba
1991

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
	Total	Sem filhos	Com filhos e parentes				com filhos		Unipessoal	com filhos		Unipessoal	
			Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais	Total	e/ou parentes		Total	e/ou parentes		
Pólo Araçatuba	4,1	2,2	4,5	4,1	4,9	4,7	3,0	3,6	1,0	2,3	3,4	1,0	3,9
Alto Alegre	4,1	2,2	4,6	4,2	4,9	4,7	2,4	2,9	1,0	2,2	3,4	1,0	3,8
Araçatuba	4,1	2,2	4,5	4,1	4,8	4,7	3,1	3,6	1,0	2,2	3,2	1,0	3,8
Auriflâma	4,0	2,1	4,4	4,1	4,9	4,3	2,7	3,1	1,0	2,3	3,7	1,0	3,8
Avanhandava	4,2	2,1	4,6	4,1	5,4	4,5	3,7	4,1	1,0	1,9	3,7	1,0	4,0
Barbosa	4,1	2,1	4,6	4,3	5,1	4,6	3,1	4,0	1,0	1,6	3,1	1,0	3,8
Bento de Abreu	4,4	2,5	4,6	3,9	5,3	5,4	3,9	4,3	1,0	1,4	2,0	1,0	4,1
Bilac	4,0	2,1	4,4	3,8	4,9	4,7	3,0	3,8	1,0	2,0	3,3	1,0	3,8
Birigui	4,1	2,2	4,5	4,0	4,9	4,8	3,1	3,6	1,0	2,7	3,5	1,0	3,9
Braúna	4,2	2,2	4,7	4,0	5,1	5,0	2,5	3,4	1,0	2,1	3,5	1,0	3,9
Buritama	4,0	2,2	4,4	4,1	4,7	4,3	2,7	3,2	1,0	1,9	3,4	1,0	3,7
Clementina	4,1	2,1	4,6	4,1	4,8	5,0	2,6	3,0	1,0	2,1	2,6	1,0	3,8
Coroados	4,2	2,2	4,6	4,1	5,1	5,1	3,8	4,3	1,0	1,5	2,6	1,0	4,0
Gabriel Monteiro	4,1	2,0	4,6	4,2	5,0	4,8	3,8	3,8	.	1,9	2,7	1,0	4,0
Gastão Vidigal	4,2	2,2	4,7	4,2	5,2	4,1	3,0	3,6	1,0	1,7	3,2	1,0	3,9
General Salgado	4,1	2,1	4,4	4,0	4,8	4,8	2,9	3,7	1,0	2,2	3,4	1,0	3,8
Glicério	4,3	2,3	4,7	4,2	5,2	4,8	3,3	3,3	.	2,6	3,4	1,0	4,0
Guararapes	4,2	2,2	4,6	4,1	5,2	4,7	2,7	3,4	1,0	2,6	3,6	1,0	3,9
Guzolândia	4,4	2,2	4,8	4,3	5,4	4,4	3,4	3,9	1,0	1,9	2,6	1,0	4,2
Luiziânia	4,3	2,2	4,7	4,3	5,3	4,5	3,0	3,6	1,0	2,4	3,6	1,0	4,0
Nova Luzitânia	4,2	2,2	4,7	4,5	4,9	5,0	2,5	3,0	1,0	2,5	4,2	1,0	3,9
Penápolis	4,1	2,2	4,5	4,2	4,9	4,4	2,9	3,6	1,0	2,4	3,4	1,0	3,8
Piçatu	4,2	2,2	4,5	4,0	4,7	5,0	3,1	4,1	1,0	1,5	3,9	1,0	3,9
Rubiácea	4,4	2,1	4,7	4,3	4,9	5,1	3,8	4,9	1,0	1,7	2,8	1,0	4,0
Santópolis do Aguapeí	4,2	2,1	4,7	4,5	4,6	5,1	3,8	4,1	1,0	3,5	4,6	1,0	4,1
Turiúba	3,9	2,2	4,4	4,1	4,7	4,3	2,6	3,6	1,0	3,1	4,3	1,0	3,7
Valparaíso	4,2	2,1	4,6	4,3	5,0	4,6	3,0	3,5	1,0	3,2	4,1	1,0	4,0

Fonte: Censo Demográfico 1991 IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Tabela 6b
Número médio de componentes dos domicílios segundo tipologia de arranjo domiciliar
Pólo Araçatuba
2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
	Total	Sem filhos	Com filhos e parentes				com filhos		Unipessoal	com filhos		Unipessoal	
			Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais	Total	e/ou parentes		Total	e/ou parentes		
Pólo Araçatuba	3,8	2,2	4,2	3,9	4,4	4,2	2,7	3,3	1,0	1,9	3,1	1,0	3,4
Alto Alegre	3,7	2,2	4,2	4,3	4,4	4,0	2,5	3,3	1,0	1,5	2,9	1,0	3,3
Araçatuba	3,7	2,2	4,2	3,9	4,3	4,2	2,7	3,3	1,0	2,0	3,1	1,0	3,4
Auriflâma	3,7	2,2	4,2	4,0	4,4	4,2	2,7	3,2	1,0	1,9	3,2	1,0	3,4
Avanhandava	3,9	2,2	4,2	4,1	4,5	4,3	2,9	3,6	1,0	1,8	3,1	1,0	3,6
Barbosa	3,9	2,1	4,4	4,1	4,6	4,6	2,6	3,5	1,0	1,6	3,0	1,0	3,4
Bento de Abreu	3,8	2,2	4,1	4,1	4,0	4,0	2,8	3,1	1,0	1,7	2,5	1,0	3,4
Bilac	3,6	2,2	4,1	3,9	4,3	4,1	2,5	3,0	1,0	2,3	2,8	1,0	3,3
Birigui	3,7	2,1	4,1	3,8	4,4	4,2	2,8	3,3	1,0	2,0	3,2	1,0	3,4
Braúna	3,7	2,0	4,3	3,9	4,5	4,3	3,0	3,6	1,0	1,9	2,7	1,0	3,5
Brejo Alegre	4,1	2,4	4,4	4,3	4,4	5,4	2,3	2,8	1,0	1,2	1,9	1,0	3,5
Buritama	3,7	2,2	4,1	3,9	4,2	4,3	2,3	3,0	1,0	1,7	3,0	1,0	3,3
Clementina	3,8	2,2	4,3	4,0	4,5	4,0	2,8	3,3	1,0	2,4	3,1	1,0	3,6
Coroados	3,9	2,1	4,3	3,9	4,4	4,6	2,3	2,9	1,0	1,2	2,7	1,0	3,5
Gabriel Monteiro	3,6	2,1	4,1	3,8	4,5	4,0	2,6	3,1	1,0	1,5	2,3	1,0	3,4
Gastão Vidigal	3,7	2,2	4,1	3,9	4,5	4,0	2,3	3,2	1,0	1,9	2,9	1,0	3,3
General Salgado	3,6	2,2	4,1	3,8	4,1	4,4	2,4	3,1	1,0	1,9	3,1	1,0	3,3
Glicério	3,7	2,1	4,1	3,8	4,6	3,9	3,1	4,1	1,0	2,3	3,6	1,0	3,5
Guararapes	3,8	2,1	4,2	3,9	4,5	4,2	2,7	3,2	1,0	2,0	3,5	1,0	3,5
Guzolândia	3,8	2,2	4,3	4,0	4,6	4,1	2,4	3,1	1,0	1,9	2,8	1,0	3,4
Lourdes	3,6	2,0	4,1	3,8	4,1	5,0	2,5	3,3	1,0	1,1	1,8	1,0	3,3
Luiziânia	3,7	2,2	4,2	4,0	4,6	4,1	2,6	3,2	1,0	2,3	3,2	1,0	3,5
Nova Castilho	3,8	2,3	4,2	4,1	4,5	4,0	1,9	3,7	1,0	2,9	3,3	1,0	3,5
Nova Luzitânia	4,0	2,4	4,3	3,8	4,4	4,8	2,3	3,2	1,0	1,5	2,5	1,0	3,4
Penápolis	3,8	2,2	4,2	3,9	4,5	4,2	2,7	3,3	1,0	1,9	3,0	1,0	3,4
Piçatu	3,7	2,0	4,2	4,1	4,4	3,9	2,9	3,9	1,0	1,4	2,4	1,0	3,5
Rubiácea	4,1	2,3	4,5	4,0	4,7	4,0	2,8	4,0	1,0	1,4	2,9	1,0	3,5
Santo Antonio do Aracanguá	3,9	2,2	4,3	4,2	4,4	3,9	3,0	3,6	1,0	2,1	2,9	1,0	3,7
Santópolis do Aguapeí	4,0	2,1	4,5	4,1	4,7	4,4	2,8	3,1	1,0	2,1	3,7	1,0	3,6
São João de Iracema	3,9	2,0	4,1	4,2	4,1	4,0	2,5	2,8	1,0	1,7	2,9	1,0	3,4
Turiúba	3,5	2,1	4,0	4,2	3,9	4,2	2,2	3,3	1,0	1,6	2,5	1,0	3,2
Valparaíso	3,9	2,2	4,3	4,1	4,5	4,5	3,0	3,4	1,0	1,8	2,8	1,0	3,6

Fonte: Censo Demográfico 2000. IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Pólo Econômico de Araçatuba



2.2. Mudanças nos arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho e na provisão dos domicílios.

Introdução

Inicialmente, e de forma semelhante ao que foi observado no documento relativo ao conjunto de regiões analisadas para o Estado de São Paulo¹¹, deve-se mencionar que este estudo considera que os arranjos de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho são definidos, articuladamente, pela dinâmica da economia e pela dinâmica das relações familiares e das relações de gênero. Considera também que a composição familiar predominante da etapa do ciclo de vida familiar é outro aspecto que influi nos arranjos de inserção no mercado de trabalho e de provisão familiar articulados pelos diferentes tipos de família. Estudo longitudinal sobre a Região Metropolitana de São Paulo sobre os anos 80 e 90, mostrou que nesse período alteram-se tanto a composição familiar em alguns tipos de família, como os arranjos de inserção familiar (Montali, 2004). A generalização das mudanças nos arranjos de inserção familiar e na responsabilidade pela provisão familiar é também apontada, por outro estudo, para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras nos anos 2000, guardadas algumas especificidades regionais (Montali e Tavares, 2007).

No atual projeto, utiliza-se a mesma metodologia dos estudos referidos, buscando-se identificar nas análises as mudanças nos arranjos de inserção familiar e na responsabilidade dos componentes da família pela provisão familiar que ocorreram entre os anos de 1991 e de 2000 nas regiões metropolitanas paulistas e nos pólos regionais.

Análise anterior sobre os anos 90 referente à Região Metropolitana de São Paulo (Montali, 2004), evidenciou que ocorreu nesse período um rearranjo de inserção no mercado de trabalho entre os diferentes componentes da família, fortemente relacionado ao crescente desemprego e às novas características dos desempregados provocados conjuntamente pelo baixo ritmo de crescimento da economia nacional e pelo processo de reestruturação produtiva que se intensificou naquela década. O estudo referido atribui peso preponderante à mudança do padrão de absorção da força de trabalho ocorrida nos anos 90 para explicar as mudanças verificadas nos arranjos familiares de inserção no mercado

¹¹ FINEP/NEPP/NEPO/IE. 2009. **Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas.



ocorridas; ainda que considere como elementos importantes na sua explicação as alterações havidas nas características da composição familiar, dentre estas a redução na proporção de filhos menores de 10 anos e a pequena redução no seu tamanho médio.

Assim, a hipótese assumida pelo estudo citado, é que a nova tendência observada na articulação dos arranjos familiares de inserção no mercado foi viabilizada pela mudança no papel da mulher na sociedade, nesta incluindo o aumento de sua inserção no mercado de trabalho, porém expressa fortemente a alteração no padrão de absorção da força de trabalho. A reestruturação produtiva e organizacional nos anos 90 reduziu postos de trabalho principalmente para ocupações predominantemente masculinas e promoveu o crescente desemprego daqueles que eram os principais mantenedores das famílias nos anos 80: chefes masculinos e filhos/filhas maiores de 18 anos (Montali, 2004). Nos anos 90 também aumentam as dificuldades de absorção dos jovens pelo mercado de trabalho e amplia-se a participação da mulher. Tais impactos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho apresentam características semelhantes e são registrados em diversos estudos tanto para o Brasil, como para países da América Latina, destacando-se o aumento da absorção da mulher e as maiores restrições para a absorção dos jovens (Leone, 2003; Oliveira e Salas, 2008).

Considerando-se os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho nos anos 90, a mudança mais freqüente, verificada em praticamente todos os tipos de família, foi o aumento da participação da mulher-cônjuge e da mulher-chefe entre os ocupados da família em face do desemprego de parte dos componentes do grupo doméstico e da dificuldade em aumentar o número de pessoas ocupadas das unidades familiares. No caso das famílias na etapa final do ciclo de vida familiar (caracterizadas pelos casais com 50 anos e mais) com a presença de filhos, a mudança manifesta-se no aumento da participação do chefe e da cônjuge entre os ocupados, ao mesmo tempo em que cresce o desemprego dos filhos adultos. Dessa maneira, os rearranjos familiares de inserção observados a partir de 1991 – diferenciando-se dos arranjos encontrados na década de 1980 – indicam o maior partilhamento da responsabilidade da manutenção da família. Estas mudanças foram constadas no estudo longitudinal sobre a Região Metropolitana de São Paulo, já referido (Montali, 2004). A análise para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras também confirma esses padrões de arranjos de inserção nos anos 2004 e 2006 (Montali e Tavares, 2007).

Pólo Econômico de Araçatuba



A atual análise sobre as regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas com base nos dados censitários, evidenciou características semelhantes às encontradas nos estudos referidos no que se refere aos arranjos domiciliares de inserção, bem como nas mudanças observadas na responsabilidade pela provisão dos domicílios no ano 2000, utilizando-se dos dados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

No Documento 1 - Relatório Consolidado, deste Projeto, que analisa o conjunto das regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo, foi possível realizar análise detalhada das mudanças na inserção dos componentes dos domicílios no mercado de trabalho nos diferentes arranjos familiares, por tratar de dados mais agregados, o que não se torna possível na análise regional com detalhamento por municípios¹².

Assim, na presente análise regional dessa problemática são utilizados dois indicadores selecionados: a taxa de geração de renda e a participação na composição da renda domiciliar.

A taxa de geração de renda é um indicador das mudanças nos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho e de responsabilidade pela manutenção da família. Essa taxa expressa a proporção de pessoas que aportam renda de alguma fonte para o grupo familiar, considerando-se sua posição na família. Estudo longitudinal sobre a RMSP mostrou que, embora a taxa específica de geração de renda tenha caído nos anos de maior desemprego do início da década de 1990, ela tem sido crescente a partir de 1995 evidenciando a importante participação dos diversos componentes no aporte de renda para o núcleo doméstico (Montali, 2004). A análise para o Estado de São Paulo e as regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas confirmam essa tendência entre os anos censitários de 1991 e 2000 (Documento 1 - Capítulo 3, item 2.2.).

No âmbito deste projeto, as tendências observadas no período 1991 e 2000 nas distintas espacialidades do Estado de São Paulo sob análise, e para o conjunto dos arranjos domiciliares, confirmam tanto o crescimento da taxa de geração de renda domiciliar, bem como a queda nas taxas de geração de renda dos chefes, a elevação das taxas das cônjuges, a manutenção da taxa dos filhos e a queda na proporção de parentes e não parentes que contribuem para compor a renda domiciliar (Tabela 7). Deve-se ressaltar que no Pólo Regional de Araçatuba, entre 1991 e 2000, a taxa de geração de renda por

¹² Essa análise pode ser encontrada no Capítulo 3, item 2.2 do Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/IE-UNICAMP-FINEP.



domicílio passou de 50,3%, para 55,7%, significando que, em 2000, mais que a metade dos componentes aporta renda de alguma natureza para o domicílio.

No Pólo Regional de Araçatuba no período de 1991-2000, considerando-se os arranjos domiciliares nucleados por casais, ocorreu redução na taxa de geração de renda dos chefes, com queda de aproximadamente 3 pontos percentuais; essa taxa era de 97,7% em 1991 e caiu para 94,4% em 2000, mantendo-se, entretanto, elevada. Por outro lado, eleva-se a taxa de geração de renda das cônjuges, que, em 1991, era de 35,8% e, passou a ser de 51,8%, em 2000. Merece ressaltar que a taxa apresentada pelas cônjuges no Pólo de Araçatuba, nesse arranjo domiciliar é a mais elevada entre as observadas nos pólos e nas regiões metropolitanas paulistas no ano 2000. Ainda nesse arranjo domiciliar, a taxa de geração de renda dos filhos praticamente se mantém entre 1991 e 2000, em 28%. Outro componente deste arranjo, os parentes e não parentes, mantém sua taxa de geração de renda nos mesmos patamares, cerca de 43%. Nestes arranjos houve, no período, elevação da taxa domiciliar de geração de renda de 47,6% para 53%.

Tabela 7
Taxa de geração de renda por tipologia e posição na família
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - Estado de São Paulo
1991-2000

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total					
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	
1991																					
Estado São Paulo	96,1	34,1	22,1	45,9	44,1	89,5	-	46,6	46,9	61,1	93,1	-	48,1	58,9	71,5	94,9	34,1	25,6	48,4	47,4	
RM São Paulo	94,8	34,0	20,2	46,2	43,0	87,9	-	43,3	48,4	59,4	91,1	-	45,2	58,9	70,2	93,3	34,0	23,9	49,3	46,5	
RM Baixada Santista	96,7	34,1	20,1	43,8	43,9	92,1	-	42,1	44,0	59,7	94,7	-	39,9	58,1	72,2	95,7	34,1	23,8	46,1	47,5	
RM Campinas	96,9	36,4	24,6	49,5	46,4	91,6	-	51,0	48,8	64,3	94,7	-	50,7	62,5	73,6	96,1	36,4	27,9	51,4	49,3	
Pólo Araçatuba	97,7	35,8	27,6	43,7	47,6	89,6	-	52,7	46,3	63,7	94,7	-	58,8	54,0	72,6	96,3	35,8	31,0	45,8	50,3	
Pólo Bauru	97,6	37,5	24,8	45,4	46,5	93,8	-	52,1	45,8	65,1	96,6	-	56,2	56,4	73,2	97,0	37,5	28,5	47,2	49,6	
Pólo Presidente Prudente	97,5	32,2	24,2	41,2	44,6	91,6	-	50,5	43,5	63,3	96,0	-	46,5	57,0	72,2	96,6	32,2	27,7	43,9	47,6	
Pólo Ribeirão Preto	97,5	34,1	24,4	48,3	45,6	90,8	-	53,2	45,8	64,3	96,4	-	54,8	63,7	76,6	96,4	34,1	28,1	49,9	48,8	
Pólo São José dos Campos	95,9	32,1	19,0	43,2	41,0	91,2	-	42,5	45,4	57,6	93,1	-	39,4	62,3	72,0	95,1	32,1	22,1	46,9	44,1	
Pólo São José do Rio Preto	98,4	37,3	26,9	48,3	49,1	94,5	-	55,3	52,5	69,1	97,8	-	51,1	63,5	76,6	97,8	37,3	30,4	51,5	52,3	
Pólo Sorocaba	96,0	34,0	21,1	44,8	42,9	91,0	-	46,9	44,0	60,5	94,5	-	48,1	58,6	71,7	95,2	34,0	24,3	46,6	45,7	
2000																					
Estado São Paulo	91,8	46,4	22,5	42,0	47,4	90,1	-	42,2	44,1	59,7	89,6	-	45,5	59,2	72,1	91,3	46,4	26,4	45,2	50,5	
RM São Paulo	89,8	45,3	21,2	41,6	45,9	88,6	-	39,7	44,3	57,9	88,4	-	43,1	59,4	71,0	89,5	45,3	25,2	45,3	49,2	
RM Baixada Santista	91,1	45,6	20,4	38,7	46,3	90,3	-	39,3	41,7	58,1	86,8	-	41,3	55,2	69,8	90,5	45,6	24,8	41,9	49,7	
RM Campinas	92,5	47,9	24,7	43,8	49,5	90,5	-	45,2	45,6	61,6	89,5	-	49,1	61,3	73,3	91,9	47,9	28,4	47,0	52,2	
Pólo Araçatuba	94,5	51,8	28,1	42,5	53,0	91,6	-	50,5	44,4	64,5	92,8	-	50,8	60,8	75,7	93,8	51,8	32,2	45,5	55,7	
Pólo Bauru	94,1	49,5	24,4	43,0	50,0	93,6	-	44,9	45,1	62,5	92,6	-	49,5	55,4	73,3	93,9	49,5	28,1	45,4	52,9	
Pólo Presidente Prudente	92,7	47,9	22,3	39,8	48,3	91,3	-	45,4	44,8	62,7	88,7	-	48,6	56,7	73,3	92,1	47,9	26,4	43,3	51,4	
Pólo Ribeirão Preto	94,5	47,4	24,4	44,7	49,3	91,9	-	45,8	46,4	62,7	92,5	-	50,5	57,7	74,0	93,8	47,4	28,3	47,2	52,4	
Pólo São José dos Campos	92,3	42,6	21,6	40,2	45,3	90,8	-	40,2	42,0	57,4	89,9	-	40,0	54,3	69,4	91,8	42,6	24,9	42,8	48,2	
Pólo São José do Rio Preto	94,0	50,1	25,9	46,2	52,2	92,1	-	49,5	49,6	66,8	92,1	-	51,1	67,8	78,5	93,5	50,1	30,0	50,0	55,4	
Pólo Sorocaba	92,6	48,1	21,8	41,1	47,3	92,6	-	44,5	45,0	61,1	91,5	-	45,7	60,6	72,8	92,5	48,1	25,6	44,9	50,2	

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Nos arranjos chefiados por mulheres sem cônjuge, no Pólo de Araçatuba, as chefes apresentam taxa bastante elevada em 1991 (89,6%) e apresentam elevação nessa taxa de geração de renda para 91,6 em 2000, comportamento próximo ao observado para o Estado que é de um pequeno aumento na participação das chefes na taxa de geração de renda

Pólo Econômico de Araçatuba



(89,5% para 90,1%). No mesmo período observa-se nesse arranjo domiciliar queda na taxa de geração de renda dos filhos, que em 1991 era de 52,7% e, em 2000, passa a ser de 50,5%, possivelmente expressando restrições do mercado ao trabalho jovem e também restrições impostas ao trabalho infantil por políticas governamentais. Outro componente, que diminuiu sua participação na taxa de geração de renda, nesse arranjo domiciliar foram os parentes e não parentes, cuja participação cai de 46,3% em 1991, para 44% em 2000. Conclui-se por uma pequena elevação da taxa de geração de renda deste arranjo domiciliar, pois passa de 63,7% em 1991 para 64,5%, em 2000 (Tabela 7).

Considerando-se os domicílios dos chefes masculinos sem cônjuges percebe-se a diminuição da taxa de geração de renda dos chefes, bem como filhos e elevação da taxa dos parentes, resultando em pequena elevação da taxa domiciliar de geração de renda no período. Assim, em 1991, 72,6% dos componentes em idade ativa aportavam renda para o domicílio e, em 2000, 76% deles. Em 1991, cerca de 95% dos chefes aportavam renda para o domicílio, 59% dos filhos e 54% dos parentes. Em 2000, essas taxas passaram a ser de 93%, 51% e 76%, respectivamente (Tabela 7).

A análise dos municípios do Pólo Regional de Araçatuba evidencia as mesmas tendências assinaladas acima, com poucas especificidades.

Considerando-se os arranjos nucleados por casais, a tendência geral nos municípios da região é de diminuição da taxa de geração de renda dos chefes e de intenso crescimento na taxa de geração de renda das cônjuges; o comportamento da taxa dos filhos apresenta mais oscilações. No período de 1991-2000, no município de **Araçatuba**, sede regional, as tendências observadas são as seguintes: a taxa de geração de renda dos chefes cai de 97,6% em 1991 para 94% em 2000 e, em movimento inverso, a taxa de geração das cônjuges experimenta forte crescimento: em 1991 era de 38,8% e, em 2000, mais que a metade das cônjuges nesse arranjo aportavam renda ao domicílio (52,4%); acompanhada de crescimento menos intenso na taxa de geração de renda dos filhos, 26,4% em 1991 e 27,7%, em 2000. Neste município a taxa domiciliar de geração de renda passa de 48%, para

Tomando-se outro exemplo de mudanças no aporte de renda entre os componentes dos domicílios com arranjos nucleados por casais, no município de **Birigui**, observa-se que a taxa de geração de renda dos chefes diminuiu de 98,5% para 95,6% entre 1991-2000. No mesmo município observa-se acentuado crescimento da taxa de geração de renda das cônjuges, que passou de 40% para 62,9%, entre 1991-2000 e pequena queda na taxa referente aos filhos, de 35% em 1991 e de 33% em 2000; os parentes por sua vez

Pólo Econômico de Araçatuba



apresentam pequena elevação de sua taxa, sendo de 47% em 2000. A taxa domiciliar de geração de renda apresenta acentuado crescimento no período, passando de 52,7% em 1991 para 58% em 2000, nesse município, influenciada pelo aumento da taxa de geração de renda das cônjuges.

Nos arranjos domiciliares da chefe feminina sem cônjuge, no período de 1991-2000, a participação das chefes na geração de renda do domicílio eleva-se em quase todos os municípios. Em relação aos filhos nesse arranjo domiciliar, percebe-se uma tendência geral no municípios de queda na taxa de geração de renda. Em relação aos parentes, embora a tendência na região seja de queda na taxa de geração de renda, há oscilações para cima principalmente nos pequenos municípios em 2000. Tomando-se novamente o município de **Birigui** como exemplo, observa-se que em 1991 89% das chefes aportavam renda para o domicílio e em 2000 esse número foi para 91% e que embora tenham ocorrido pequena queda na taxa de geração dos filhos, que permanece elevada em 2000, da ordem de 57% e queda mais acentuada na taxa dos parentes, a taxa domiciliar de geração de renda não sofreu queda, permanecendo cerca de 68% dos componentes. No município de **Araçatuba**, por sua vez, arranjos domiciliares da chefe feminina sem cônjuge apresenta queda na taxa domiciliar de geração de renda, pois embora as chefes tenham mantido sua taxa em 92,1%, a acentuada queda na taxa de geração de renda dos filhos (de 52,7% para 47,4%) e também a dos parentes, reduziram a taxa de geração de renda de 65% em 1991, para 63% em 2000 (Tabelas 8a e 8b).



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 8a
Taxa de geração de renda por tipologia e posição na família
Pólo Araçatuba
1991

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Pólo Araçatuba	97,7	35,8	27,6	43,7	47,6	89,6	-	52,7	46,3	63,7	94,7	-	58,8	54,0	72,6	96,3	35,8	31,0	45,8	50,3
Alto Alegre	97,2	15,9	21,4	35,2	39,5	73,2	-	58,8	42,9	62,9	100,0	-	-	47,9	69,4	95,5	15,9	23,4	38,0	41,6
Araçatuba	97,6	38,8	26,4	44,4	48,0	92,5	-	52,6	48,4	64,8	95,0	-	53,5	56,3	73,8	96,6	38,8	30,4	47,0	51,1
Auriflâma	96,3	33,7	28,2	35,5	46,8	89,3	-	54,8	49,4	66,5	100,0	-	40,9	44,4	67,8	95,7	33,7	30,8	40,1	49,2
Avanhandava	98,4	31,0	24,4	38,4	44,4	76,0	-	49,1	32,8	53,0	88,8	-	78,7	59,0	80,2	95,2	31,0	28,3	37,8	46,3
Barbosa	96,3	24,2	25,9	47,0	44,3	92,2	-	44,8	27,4	57,9	88,8	-	35,7	77,3	77,0	95,1	24,2	28,8	44,8	46,8
Bento de Abreu	99,2	39,2	34,6	39,6	50,8	87,0	-	44,5	21,5	49,3	100,0	-	100,0	88,4	97,6	39,2	35,7	36,0	51,3	
Bilac	98,4	41,6	36,8	43,9	54,0	95,3	-	53,4	40,8	65,0	92,4	-	81,8	37,8	75,6	97,8	41,6	39,2	42,3	55,6
Birigui	98,5	40,2	35,4	46,3	52,7	89,1	-	57,9	56,2	67,8	94,4	-	73,6	60,3	74,9	97,0	40,2	38,6	50,9	55,1
Braúna	97,8	29,0	19,6	31,5	41,2	100,0	-	55,8	32,6	69,7	100,0	-	57,4	61,4	78,2	98,2	29,0	22,9	34,9	44,6
Brejo Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Buritama	96,9	36,0	24,7	41,2	46,8	92,0	-	51,4	39,8	63,8	87,9	-	81,6	59,6	79,3	95,6	36,0	28,7	42,8	49,7
Clementina	94,8	30,2	23,2	67,7	44,2	86,0	-	51,1	57,7	66,0	86,7	-	77,5	58,5	76,4	93,4	30,2	25,9	63,7	47,1
Coroados	96,9	29,7	26,3	40,7	45,0	68,5	-	47,2	37,6	50,0	88,4	-	70,0	85,2	85,4	93,1	29,7	28,8	41,8	46,4
Gabriel Monteiro	96,9	43,3	32,7	39,7	51,2	73,2	-	91,4	28,6	63,9	100,0	-	-	53,6	75,0	95,5	43,3	35,6	38,6	52,6
Gastão Vidigal	96,6	25,0	27,9	41,9	44,6	93,4	-	48,7	42,6	62,1	88,4	-	100,0	37,1	74,6	95,7	25,0	30,3	41,2	47,0
General Salgado	95,7	27,6	24,0	41,2	43,4	79,6	-	32,6	52,5	58,0	89,7	-	61,3	41,9	67,6	93,6	27,6	25,6	42,6	45,1
Glicério	97,3	26,5	28,8	38,5	45,1	92,5	-	47,9	67,3	64,0	100,0	-	42,9	41,5	64,0	97,0	26,5	31,1	43,0	47,5
Guararapes	97,7	32,0	27,3	36,0	45,8	89,7	-	55,2	37,4	65,4	92,2	-	65,8	52,0	70,6	96,3	32,0	30,8	38,3	48,4
Guzolândia	98,0	27,7	30,2	37,3	45,5	81,1	-	50,4	31,6	55,8	98,4	-	40,0	43,6	71,3	96,2	27,7	32,2	36,6	47,0
Lourdes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luizânia	96,7	23,3	24,9	43,1	42,0	93,2	-	71,9	6,2	65,3	100,0	-	-	41,3	59,8	96,3	23,3	29,1	31,4	44,7
Nova Castilho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Luzitânia	98,6	34,4	28,0	48,0	47,8	84,0	-	50,0	34,3	60,4	87,8	-	55,6	78,4	80,2	96,3	34,4	29,8	52,5	49,9
Penápolis	98,0	36,2	23,2	49,9	46,5	88,3	-	50,6	44,4	62,3	96,8	-	54,5	57,0	73,2	96,4	36,2	27,0	49,6	49,4
Piacatu	99,1	35,3	34,6	32,0	50,1	76,3	-	46,8	34,5	54,6	100,0	-	57,1	57,1	84,8	96,4	35,3	36,1	34,2	51,3
Rubiácea	97,9	49,0	28,8	60,9	51,0	80,3	-	56,5	69,4	65,2	91,1	-	-	55,2	64,2	95,4	49,0	30,7	62,2	52,9
Santo Antônio do Aracanguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santópolis do Aguapeí	95,4	25,1	21,9	49,2	41,3	84,4	-	47,7	38,6	56,3	98,3	-	49,4	38,6	57,6	94,3	25,1	28,0	42,0	45,1
São João de Iracema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turiúba	99,3	30,4	23,1	31,5	44,9	84,7	-	65,0	32,2	66,0	100,0	-	52,5	49,0	66,9	97,6	30,4	27,4	34,9	47,6
Valparaíso	97,7	26,3	22,3	35,9	42,1	84,9	-	50,8	37,8	58,8	100,0	-	65,5	22,8	61,5	96,1	26,3	26,3	34,2	44,6

Fonte: Censo Demográfico 1991, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

Tabela 8b
Taxa de geração de renda por tipologia e posição na família
Pólo Araçatuba
2000

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Pólo Araçatuba	94,5	51,8	28,1	42,5	53,0	91,6	-	50,5	44,4	64,5	92,8	-	50,8	60,8	75,7	93,8	51,8	32,2	45,5	55,7
Alto Alegre	91,0	43,3	26,8	45,7	49,8	86,0	-	54,2	27,5	62,4	96,9	-	89,3	44,0	86,8	90,5	43,3	31,7	41,3	52,7
Araçatuba	94,2	52,4	27,7	40,6	53,0	92,1	-	47,4	42,3	62,8	93,3	-	45,8	56,3	73,2	93,7	52,4	31,8	43,1	55,6
Auriflâma	92,8	60,2	27,5	46,1	55,2	91,3	-	52,0	45,3	65,5	91,2	-	33,8	58,8	72,8	92,4	60,2	31,3	47,8	57,3
Avanhandava	95,7	35,3	18,9	42,9	44,2	85,0	-	39,8	23,2	51,7	93,4	-	57,9	51,2	74,7	93,6	35,3	22,6	37,7	46,5
Barbosa	97,3	43,3	25,4	38,7	49,1	91,3	-	43,8	18,1	57,3	87,0	-	69,0	53,8	84,8	96,2	43,3	29,2	34,2	52,2
Bento de Abreu	98,4	41,7	25,1	50,0	50,3	100,0	-	47,9	65,3	69,4	100,0	-	28,6	58,6	81,8	98,9	41,7	28,9	55,1	54,2
Bilac	95,0	64,7	33,4	63,1	60,6	92,4	-	59,5	46,1	70,0	78,7	-	60,0	46,3	63,1	93,7	64,7	36,9	54,6	61,8
Birigui	95,6	62,9	33,2	47,2	58,9	91,0	-	56,6	49,7	67,7	93,4	-	55,3	74,8	81,2	94,7	62,9	37,4	51,9	60,9
Braúna	99,4	45,2	27,1	50,3	52,3	100,0	-	48,2	53,5	66,5	95,4	-	59,3	70,1	82,3	99,1	45,2	30,5	55,7	55,4
Brejo Alegre	82,4	45,6	27,1	61,7	47,9	92,9	-	43,0	41,7	65,5	72,1	-	-	100,0	72,4	83,0	45,6	29,1	62,8	50,6
Buritama	90,3	47,5	28,4	36,6	51,0	88,3	-	45,9	43,2	64,2	88,2	-	76,6	56,4	79,8	89,8	47,5	31,8	39,5	53,7
Clementina	98,2	45,8	25,9	57,8	51,4	96,5	-	54,4	37,5	67,0	88,4	-	87,9	44,7	80,8	97,4	45,8	32,1	50,0	54,5
Coroados	94,9	47,8	28,3	42,7	51,3	91,7	-	23,4	54,2	56,6	100,0	-	-	100,0	100,0	94,7	47,8	27,7	47,7	52,8
Gabriel Monteiro	95,5	67,7	36,5	64,0	62,6	94,4	-	53,5	60,4	70,2	70,6	-	100,0	100,0	80,8	94,3	67,7	38,8	64,1	63,7
Gastão Vidigal	95,1	45,0	30,2	34,6	52,1	94,5	-	73,3	37,5	76,1	100,0	-	50,0	51,1	77,2	95,5	45,0	35,4	37,7	55,9
General Salgado	89,5	42,4	21,8	32,7	47,0	87,4	-	50,7	49,3	65,9	93,7	-	55,2	62,1	77,6	89,6	42,4	26,6	42,4	50,9
Glicério	91,7	37,2	27,3	62,6	48,5	87,0	-	36,4	50,6	55,1	67,6	-	20,0	35,7	48,1	89,0	37,2	28,6	50,0	49,3
Guararapes	95,0	42,6	27,4	37,4	49,9	92,7	-	51,6	56,0	67,3	95,1	-	33,5	47,1	67,2	94,6	42,6	31,7	43,3	53,2
Guzolândia	88,4	49,6	21,8	33,9	47,1	92,9	-	27,0	10,7	51,9	81,3	-	54,8	48,7	66,8	88,3	49,6	23,0	33,7	48,7
Lourdes	97,0	55,1	21,9	22,9	51,8	100,0	-	33,6	81,3	68,8	100,0	-	100,0	-	100,0	97,7	55,1	23,9	42,1	55,2
Luizânia	93,8	41,6	24,6	36,6	48,4	87,4	-	56,9	37,5	66,7	87,7	-	12,8	82,9	71,1	92,4	41,6	29,4	46,6	51,7
Nova Castilho	80,8	21,3	15,4	42,4	35,5	93,1	-	14,8	-	55,4	58,6	-	36,0	36,7	44,0	79,9	21,3	16,8	41,3	37,3
Nova Luzitânia	94,2	51,5	27,2	49,0	52,0	92,6	-													



Considerando o arranjo dos chefes masculinos sem cônjuge, no período de 1991-2000, a tendência geral nos municípios da região é de leve queda da taxa de geração de renda dos chefes, mantendo-se muito elevada; bem como tendência de diminuição da participação dos filhos na geração de renda dos domicílios. No município de **Araçatuba**, em 1991 a taxa de geração de renda dos chefes era de 95%, passando e em 2000 para 93,3%; a queda na taxa de geração de renda dos filhos neste arranjo mostrou-se mais acentuada e cai de 53,5% em 1991, para 45,8% em 2000.

Outro indicador utilizado para se conhecer as mudanças no padrão de arranjos domiciliares de provisão da família é a participação dos membros da família na composição renda domiciliar.

Deve-se ressaltar que embora tenha havido entre 1991-2000 aumento da participação dos componentes do domicílio em atividades para geração de renda, a renda domiciliar é predominantemente composta pela contribuição dos chefes do domicílio, sendo eles chefes masculinos ou femininos. Este fato ocorre tanto no Pólo de Araçatuba, como no conjunto de regiões sob análise por este Projeto e no Estado de São Paulo.

A análise considerando os arranjos domiciliares e a posição na família dos componentes dos domicílios mostra como tendência geral a queda da participação dos chefes na composição da renda domiciliar nos arranjos nucleados pelo casal. De forma distinta, nos arranjos sem a presença de cônjuge, cresce a participação dos chefes femininos e masculinos na composição da renda domiciliar (Tabela 9).

Tabela 9
Participação na composição da massa da renda domiciliar por tipologia e posição na família
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - Estado de São Paulo
1991-2000

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge				Chefe masculino sem cônjuge				Total						
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Estado São Paulo	70,0	14,1	13,0	3,0	100,0	56,4	.	30,8	12,8	100,0	71,2	.	8,4	20,3	100,0	68,5	11,6	14,7	5,2	100,0
RM São Paulo	69,8	14,4	12,9	3,0	100,0	57,4	.	29,4	13,2	100,0	71,3	.	7,4	21,3	100,0	68,3	11,6	14,5	5,5	100,0
RM Baixada Santista	72,1	13,9	10,7	3,3	100,0	60,8	.	27,1	12,1	100,0	77,2	.	6,1	16,7	100,0	70,9	11,2	12,6	5,3	100,0
RM Campinas	69,7	13,9	13,2	3,2	100,0	55,8	.	31,6	12,6	100,0	73,7	.	8,3	18,0	100,0	68,6	11,7	14,8	4,9	100,0
Pólo Araçatuba	70,3	14,1	13,0	2,6	100,0	56,3	.	31,2	12,5	100,0	68,5	.	11,8	19,8	100,0	68,9	12,1	14,7	4,3	100,0
1991 Pólo Bauru	69,2	14,9	13,1	2,8	100,0	53,8	.	35,7	10,5	100,0	70,0	.	10,4	19,6	100,0	67,6	12,7	15,4	4,4	100,0
Pólo Presidente Prudente	70,6	14,2	12,9	2,2	100,0	51,1	.	40,5	8,4	100,0	74,3	.	10,2	15,5	100,0	68,9	12,3	15,5	3,4	100,0
Pólo Ribeirão Preto	70,3	13,7	13,0	3,1	100,0	55,4	.	31,7	12,9	100,0	71,2	.	7,8	21,0	100,0	68,8	11,6	14,6	5,0	100,0
Pólo São José dos Campos	72,7	13,4	11,0	2,9	100,0	50,9	.	31,1	18,0	100,0	70,8	.	10,3	19,0	100,0	70,5	11,3	13,0	5,3	100,0
Pólo São José do Rio Preto	70,6	13,9	12,7	2,8	100,0	58,4	.	30,2	11,5	100,0	70,7	.	9,6	19,7	100,0	69,4	11,9	14,3	4,4	100,0
Pólo Sorocaba	70,1	13,2	13,3	3,3	100,0	51,9	.	36,7	11,3	100,0	68,0	.	11,4	20,6	100,0	68,3	11,3	15,5	4,9	100,0
Estado São Paulo	67,0	19,3	11,3	2,4	100,0	63,8	.	25,5	10,7	100,0	78,6	.	7,3	14,1	100,0	67,3	15,2	13,1	4,4	100,0
RM São Paulo	66,2	20,0	11,5	2,4	100,0	63,8	.	25,2	11,0	100,0	78,6	.	6,7	14,7	100,0	66,7	15,4	13,3	4,6	100,0
RM Baixada Santista	67,6	19,5	10,1	2,8	100,0	65,6	.	23,0	11,3	100,0	81,0	.	6,9	12,2	100,0	68,2	14,7	12,2	5,0	100,0
RM Campinas	67,3	18,9	11,5	2,4	100,0	64,8	.	24,9	10,4	100,0	78,1	.	7,4	14,5	100,0	67,6	15,3	13,0	4,1	100,0
Pólo Araçatuba	69,7	18,0	10,3	2,0	100,0	65,3	.	25,8	8,9	100,0	79,1	.	9,4	11,5	100,0	69,7	15,0	12,0	3,3	100,0
2000 Pólo Bauru	68,9	19,1	9,9	2,1	100,0	66,3	.	22,8	11,0	100,0	81,5	.	7,2	11,3	100,0	69,3	15,5	11,5	3,8	100,0
Pólo Presidente Prudente	68,0	20,0	10,0	2,1	100,0	66,0	.	24,2	9,8	100,0	84,0	.	6,6	9,4	100,0	68,7	16,1	11,7	3,5	100,0
Pólo Ribeirão Preto	68,7	18,1	10,9	2,3	100,0	65,8	.	24,1	10,1	100,0	78,6	.	9,3	12,1	100,0	68,9	14,5	12,6	4,0	100,0
Pólo São José dos Campos	69,2	17,7	10,7	2,4	100,0	63,2	.	25,7	11,1	100,0	79,2	.	7,3	13,5	100,0	69,2	14,3	12,3	4,2	100,0
Pólo São José do Rio Preto	68,3	19,0	10,0	2,7	100,0	65,7	.	24,7	9,6	100,0	81,8	.	5,9	12,3	100,0	68,8	15,5	11,7	4,1	100,0
Pólo Sorocaba	67,3	18,9	11,3	2,5	100,0	61,3	.	27,6	11,1	100,0	76,9	.	8,1	15,0	100,0	67,0	15,5	13,2	4,3	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP



No Pólo de Araçatuba verificam-se todas as tendências apontadas acima, entretanto, percebe-se através dos censos de 1991 e 2000, que nos arranjos nucleados pelo casal, na média regional é pequena a queda da participação dos chefes na composição da renda domiciliar, praticamente mantendo-se nos 70% no período. Ainda que na maioria dos 31 municípios que compõem o Pólo haja queda nessa participação, ela apresenta pequeno crescimento em alguns municípios, dentre eles Araçatuba, como se verá (Tabelas 10a e 10b).

Outras tendências são o crescimento da participação das cônjuges na composição do rendimento domiciliar e queda na participação dos filhos, nesse período, também verificadas neste pólo regional.

Este conjunto de mudanças indica um maior partilhamento entre os componentes do domicílio da responsabilidade pela subsistência, embora se mantenha elevada a responsabilidade dos chefes das diferentes configurações domiciliares.

Examinam-se a seguir essas mudanças nos diferentes arranjos domiciliares no contexto do Pólo Regional de Araçatuba. Considerando-se os arranjos nucleados pelo casal, como mencionado, a participação dos chefes na composição da renda domiciliar, se mantém entre 1991 e 2000 em 70%. Por sua vez, as cônjuges, nos domicílios compostos por casais, elevaram sua participação na composição da renda familiar no período de 1991-2000, nessa região. Considerando-se os arranjos domiciliares nucleados pelo casal, em 1991, a contribuição da cônjuge era de 14% e passou a ser de 18% em 2000. Essa tendência é registrada também para o Estado de São Paulo, para as outras duas regiões metropolitanas e para os pólos regionais paulistas (Tabela 9).

Outra tendência generalizada entre as diversas regiões do Estado de São Paulo sob análise, é a queda na participação dos filhos, e dos parentes e não parentes na composição da renda domiciliar. No Pólo de Araçatuba observa-se em todos os arranjos domiciliares a queda da participação dos filhos entre os anos de 1991 e 2000. Nos arranjos nucleados pelos casais, a contribuição dos filhos para a composição da renda era de 13%, passando a ser de 10% em 2000. Considerando-se os arranjos domiciliares nucleados pelas chefes femininas sem cônjuge, destaca-se a redução apresentada pelos filhos que participavam com parcela de 31% da composição da renda domiciliar em 1991 e passaram a contribuir com 26% em 2000. Nos arranjos domiciliares dos chefes masculinos sem cônjuge a queda

Pólo Econômico de Araçatuba



da contribuição dos filhos entre 1991 e 2000 é de 12% da renda em 1991, para 9% em 2000 (Tabelas 10a e 10b).

Outra informação que merece destaque, indicando a crescente responsabilidade da mulher na provisão familiar, é o aumento na participação das chefes femininas sem cônjuge na composição da renda domiciliar. Em 1991, as chefes contribuíam com 56% da renda domiciliar e passaram a contribuir com 65,3% em 2000, frente à redução da participação dos filhos apontada acima e também dos outros parentes, resultando no aumento do encargo das chefes femininas na manutenção do domicílio. Os dados apresentados seguem tendência semelhante à observada para o Estado de São Paulo, no qual as chefes femininas sem cônjuge contribuíam com 56% em 1991 e passaram a contribuir com 63,8% em 2000 para a composição da renda domiciliar.

A tendência de crescimento do encargo na provisão domiciliar é também apresentada pelos dos chefes masculinos sem cônjuge, cuja contribuição para composição da renda domiciliar desse arranjo era de 68,5% em 1991 e passou para 79% em 2000 na RMBS, mais elevado que o observado para o Estado de São Paulo. Para o arranjo domiciliar dos chefes masculinos sem cônjuge além da queda na contribuição já apontada para os filhos nesse arranjo, observa-se a redução da participação dos parentes e não parentes na composição da renda domiciliar de 19,8% em 1991, para 11,5% em 2000, no Pólo de Araçatuba.

Analisando-se os municípios que compõem Pólo Regional de Araçatuba observam-se as mesmas tendências apontadas acima.

No entanto, apesar de que na media regional ocorra manutenção da participação dos chefes na composição da renda domiciliar no caso dos arranjos nucleados pelo casal, como mencionado, é generalizada nos 26 dos 31 municípios, a redução da participação dos chefes na composição da renda do domicílio durante o período de 1991-2000, mantendo-se ainda como responsável pela maior parte dela. Essa participação apresenta pequeno crescimento no município de **Araçatuba** (71% em 1991 e 72,8% em 2000), bem como em três pequenos municípios: **Barbosa, Glicério e Luziania**, em todos acompanhados de forte crescimento da participação da cônjuge e de redução também acentuada da contribuição dos filhos na provisão domiciliar; apenas um município, **Birigui**, apresenta manutenção da contribuição do chefe em 66% da renda domiciliar, acompanhado de crescimento menos acentuado da contribuição da cônjuge, assim como da redução da participação dos filhos (Tabelas 10a e 10b).

Pólo Econômico de Araçatuba



Outra tendência generalizada nos municípios, também relativa aos arranjos domiciliares nucleados pelos casais é o aumento da participação da cônjuge na composição da renda familiar. Observa-se no município de **Araçatuba** que as cônjuges aumentam sua participação, passando de 14% para 17% da renda domiciliar entre 1991 e 2000, enquanto a participação dos filhos caía de 12% para 8% e a dos parentes se mantinha 2% (Tabelas 10a e 10b). Também em municípios menores e com características distintas da sede regional, são observadas as mesmas tendências.

Tabela 10a
Participação na composição da massa da renda domiciliar por tipologia e posição na família
Pólo Araçatuba
1991

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Pólo Araçatuba	70,3	14,1	13,0	2,6	100,0	56,3	.	31,2	12,5	100,0	68,5	.	11,8	19,8	100,0	68,9	12,1	14,7	4,3	100,0
Alto Alegre	70,0	8,5	19,0	2,5	100,0	31,8	.	63,2	5,0	100,0	68,1	.	0,0	31,9	100,0	67,2	7,6	21,5	3,8	100,0
Araçatuba	71,2	14,1	12,1	2,6	100,0	59,3	.	27,2	13,4	100,0	68,6	.	11,1	20,4	100,0	69,8	11,8	13,7	4,7	100,0
Auriflâma	71,1	15,3	12,5	1,1	100,0	40,6	.	50,7	8,7	100,0	80,1	.	8,3	11,6	100,0	69,3	13,9	14,9	1,9	100,0
Avanhandava	76,8	9,7	11,7	1,9	100,0	40,9	.	47,4	11,7	100,0	68,3	.	24,9	6,9	100,0	74,0	8,7	14,6	2,7	100,0
Barbosa	72,1	10,1	13,9	4,0	100,0	49,0	.	44,2	6,8	100,0	87,7	.	4,8	7,4	100,0	70,7	8,6	16,3	4,4	100,0
Bento de Abreu	56,1	11,5	29,4	3,0	100,0	44,5	.	49,1	6,4	100,0	84,4	.	0,0	15,7	100,0	55,5	10,6	30,5	3,3	100,0
Bilac	63,0	19,4	16,2	1,4	100,0	43,6	.	35,1	21,3	100,0	41,1	.	52,3	6,6	100,0	61,0	17,4	18,5	3,1	100,0
Birigui	66,3	15,2	15,5	2,9	100,0	50,8	.	37,0	12,2	100,0	60,9	.	13,3	25,8	100,0	64,8	13,3	17,1	4,7	100,0
Braúna	65,8	15,7	15,9	2,7	100,0	61,5	.	30,7	7,8	100,0	56,3	.	28,2	15,5	100,0	65,2	13,9	17,4	3,5	100,0
Brejo Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Buritama	68,9	15,4	13,3	2,5	100,0	69,7	.	22,8	7,5	100,0	51,0	.	12,8	36,2	100,0	68,0	12,8	14,4	4,8	100,0
Clementina	72,0	11,5	14,0	2,6	100,0	46,0	.	38,1	15,9	100,0	49,7	.	40,3	10,1	100,0	69,4	10,3	16,7	3,6	100,0
Coroados	72,3	9,5	14,5	3,7	100,0	26,4	.	59,6	14,0	100,0	83,6	.	4,7	11,7	100,0	68,0	8,3	18,7	5,0	100,0
Gabriel Monteiro	65,0	18,1	14,2	2,8	100,0	63,6	.	26,1	10,4	100,0	80,7	.	0,0	19,3	100,0	65,5	15,9	14,6	4,0	100,0
Gastão Vidigal	67,5	11,4	16,3	4,8	100,0	54,3	.	28,8	16,9	100,0	84,7	.	8,4	7,0	100,0	68,1	9,5	16,6	5,9	100,0
General Salgado	71,1	16,1	11,2	1,6	100,0	60,8	.	35,3	3,9	100,0	70,9	.	11,2	17,9	100,0	70,4	14,5	12,8	2,3	100,0
Glicério	66,9	9,6	19,6	4,0	100,0	45,3	.	47,2	7,5	100,0	62,6	.	27,7	9,7	100,0	65,3	8,5	21,8	4,5	100,0
Guararapes	72,3	13,1	12,0	2,6	100,0	64,1	.	32,3	3,6	100,0	84,4	.	9,0	6,7	100,0	72,4	11,5	13,2	2,9	100,0
Guzolândia	67,2	10,5	20,1	2,2	100,0	35,8	.	51,1	13,1	100,0	75,4	.	3,8	20,8	100,0	65,7	9,6	21,3	3,4	100,0
Lourdes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luizânia	72,8	11,8	13,9	1,5	100,0	58,3	.	41,0	0,7	100,0	73,9	.	0,0	26,1	100,0	71,3	10,3	16,6	1,8	100,0
Nova Luzitânia	62,5	14,4	19,3	3,8	100,0	54,8	.	32,4	12,8	100,0	82,7	.	2,5	14,8	100,0	63,3	12,7	19,0	5,0	100,0
Penápolis	73,2	14,1	10,0	2,8	100,0	58,3	.	30,3	11,4	100,0	73,6	.	6,7	19,7	100,0	71,8	12,1	11,7	4,4	100,0
Piacaçu	65,6	12,3	20,9	1,2	100,0	29,0	.	65,2	5,8	100,0	67,1	.	15,6	17,3	100,0	63,4	11,3	23,5	1,8	100,0
Rubiácea	72,9	11,8	13,4	1,8	100,0	36,5	.	42,9	20,6	100,0	91,5	.	0,0	8,6	100,0	72,3	11,1	14,0	2,6	100,0
Santo Antônio do Aracanguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santópolis do Aguapeí	73,3	7,4	17,3	2,0	100,0	43,1	.	51,1	5,8	100,0	62,4	.	12,9	24,7	100,0	68,4	5,8	21,3	4,5	100,0
São João de Iracema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turiúba	72,5	11,5	13,0	3,0	100,0	48,0	.	45,6	6,4	100,0	45,9	.	32,2	21,8	100,0	68,9	9,8	17,1	4,3	100,0
Valparaíso	70,6	14,5	12,9	2,0	100,0	43,8	.	24,8	31,5	100,0	68,3	.	21,3	10,5	100,0	68,1	12,5	14,3	5,1	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 10b
Participação na composição da massa da renda domiciliar por tipologia e posição na família
Pólo Araçatuba
2000

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Pólo Araçatuba	69,7	18,0	10,3	2,0	100,0	65,3		25,8	8,9	100,0	79,1		9,4	11,5	100,0	69,7	15,0	12,0	3,3	100,0
Alto Alegre	65,2	19,4	11,3	4,1	100,0	60,5		32,2	7,3	100,0	39,9		57,3	2,8	100,0	62,1	15,4	18,2	4,3	100,0
Araçatuba	72,8	17,2	8,2	1,8	100,0	67,9		23,6	8,6	100,0	83,0		8,6	8,4	100,0	72,8	14,3	10,0	2,9	100,0
Auriflâma	69,9	19,7	8,3	2,2	100,0	57,2		31,2	11,6	100,0	82,9		5,0	12,1	100,0	69,4	17,7	9,8	3,1	100,0
Avanhandava	67,6	20,3	9,9	2,2	100,0	60,4		29,9	9,8	100,0	78,2		9,0	12,8	100,0	67,3	17,2	12,0	3,5	100,0
Barbosa	65,0	17,2	13,5	4,4	100,0	66,0		29,9	4,1	100,0	92,1		5,3	2,5	100,0	68,6	13,3	14,0	4,1	100,0
Bento de Abreu	67,5	15,7	14,2	2,6	100,0	63,8		25,6	10,6	100,0	80,9		1,4	17,7	100,0	67,5	12,9	15,3	4,3	100,0
Bilac	59,7	25,1	12,8	2,4	100,0	71,2		22,7	6,1	100,0	67,9		17,9	14,3	100,0	61,1	21,8	14,0	3,1	100,0
Birigui	66,4	18,7	12,9	2,0	100,0	67,4		24,7	8,0	100,0	71,9		6,9	21,2	100,0	66,7	15,6	14,2	3,5	100,0
Braúna	63,6	17,7	16,9	1,8	100,0	53,8		29,9	16,3	100,0	75,6		5,2	19,3	100,0	63,2	15,5	17,6	3,7	100,0
Brejo Alegre	59,4	17,5	17,6	5,5	100,0	53,0		38,7	8,3	100,0	88,6		0,0	11,4	100,0	60,2	15,4	18,5	6,0	100,0
Buritama	66,9	19,5	11,1	2,6	100,0	67,8		25,4	6,8	100,0	73,6		14,2	12,2	100,0	67,2	17,0	12,5	3,3	100,0
Clementina	61,4	19,3	16,6	2,6	100,0	61,1		33,7	5,2	100,0	50,4		41,6	8,0	100,0	60,9	16,1	19,8	3,2	100,0
Coroados	65,0	16,1	17,0	1,9	100,0	78,2		16,2	5,6	100,0	86,7			13,3	100,0	66,7	14,3	16,5	2,5	100,0
Gabriel Monteiro	57,9	23,9	16,3	1,9	100,0	46,7		34,3	18,9	100,0	67,3		25,8	6,9	100,0	57,4	21,8	17,7	3,1	100,0
Gastão Vidigal	61,7	21,6	14,8	2,0	100,0	61,1		33,5	5,5	100,0	74,1		17,4	8,5	100,0	62,5	17,9	16,8	2,8	100,0
General Salgado	68,9	20,2	9,1	1,8	100,0	61,1		27,3	11,6	100,0	80,3		4,1	15,6	100,0	69,2	17,1	10,1	3,6	100,0
Glicério	68,3	16,3	13,4	2,0	100,0	55,7		31,3	13,0	100,0	81,3		2,1	16,5	100,0	68,1	14,2	14,1	3,6	100,0
Guararapes	71,1	15,0	12,0	2,0	100,0	57,3		29,2	13,5	100,0	86,4		6,6	7,0	100,0	70,1	12,6	13,7	3,5	100,0
Guzolândia	59,2	22,6	16,4	1,8	100,0	73,8		24,7	1,6	100,0	70,6		10,0	19,4	100,0	61,2	19,3	16,9	2,7	100,0
Lourdes	68,5	19,8	10,2	1,5	100,0	72,5		13,1	14,3	100,0	94,0		6,0		100,0	69,8	17,0	10,4	2,8	100,0
Luizânia	66,9	18,6	12,5	2,1	100,0	60,1		35,6	4,3	100,0	74,9		0,6	24,4	100,0	66,3	15,1	15,1	3,5	100,0
Nova Castilho	68,8	10,3	19,5	1,5	100,0	84,2		15,8		100,0	54,2		24,5	21,3	100,0	69,2	8,8	19,5	2,5	100,0
Nova Luzitânia	64,2	16,4	15,5	3,9	100,0	54,1		34,2	11,7	100,0	72,4		1,3	26,3	100,0	63,5	14,0	16,8	5,7	100,0
Penápolis	67,9	20,2	9,7	2,2	100,0	62,0		26,9	11,2	100,0	76,5		12,3	11,2	100,0	67,8	16,5	11,9	3,8	100,0
Piacatu	64,3	19,7	15,0	1,1	100,0	44,7		45,3	10,0	100,0	68,4		29,4	2,2	100,0	62,7	17,3	18,1	1,9	100,0
Rubiácea	71,5	15,6	9,2	3,7	100,0	49,4		41,3	9,3	100,0	89,0		0,6	10,5	100,0	71,5	12,3	11,2	5,0	100,0
Santo Antônio do Aracanguá	63,7	12,0	21,6	2,8	100,0	39,9		50,5	9,5	100,0	65,8		12,6	21,6	100,0	62,0	10,5	23,3	4,3	100,0
Santópolis do Aguapeí	61,7	22,3	13,5	2,5	100,0	49,5		43,7	6,8	100,0	50,0		10,9	39,1	100,0	58,7	16,8	17,6	6,8	100,0
São João de Iracema	80,8	6,5	11,0	1,7	100,0	65,0		32,2	2,8	100,0	81,4		3,2	15,4	100,0	80,1	5,9	11,7	2,3	100,0
Turiúba	63,0	27,2	7,8	2,1	100,0	56,4		32,0	11,6	100,0	76,9		13,3	9,8	100,0	62,6	22,4	11,4	3,7	100,0
Valparaíso	68,8	17,0	11,6	2,5	100,0	52,3		39,5	8,2	100,0	80,5		7,4	12,1	100,0	67,3	14,4	14,7	3,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

Considerando os arranjos domiciliares com chefes femininas sem cônjuge, a tendência geral observada nos municípios do Pólo de Araçatuba, é de aumento da participação das mulheres-chefe na composição da renda domiciliar no período. Em relação à participação dos filhos nos arranjos domiciliares de chefes femininas sem cônjuge, como já mencionado, a tendência no Pólo foi de queda na participação destes na composição da renda domiciliar. Examinando essa tendência no município de **Araçatuba**, constata-se que, em 1991, as chefes eram responsáveis por 59,3% pela renda domiciliar e, em 2000, passaram a ser responsáveis por 68%. Em movimento inverso, reduziu-se a contribuição dos filhos para compor a renda domiciliar: de 27,2% em 1991, para 23,6% em 2000, acompanhados pela redução da participação dos parentes, que caiu de 13,4% para 8,8%. Deve-se ressaltar que nesse arranjo domiciliar a contribuição dos filhos para a provisão é bastante mais elevada que a observada nos arranjos nucleados pelo casal e nos arranjos nucleados pelo chefe masculino sem cônjuge.

Nos arranjos domiciliares dos chefes masculinos sem cônjuge, a tendência observada nos municípios é semelhante à observada para o pólo regional, ou seja, de

Pólo Econômico de Araçatuba



aumento da contribuição dos chefes na renda domiciliar e de redução da participação filhos e de parentes. O município de **Araçatuba** evidencia o aumento do encargo dos chefes na provisão familiar nesse período: a participação dos chefes na renda domiciliar era de 68,5% em 1991 e, em 2000, passa a ser responsável por 83%; nesse mesmo período a participação dos filhos reduziu-se de 11,1% em 1991 para 8,6% em 2000. No entanto, no caso deste município e de alguns outros da região a maior redução foi observada na contribuição de outros parentes, que em **Araçatuba** respondiam por 20% da renda domiciliar em 1991, reduzindo-se para 8,4% em 2000 (Tabelas 10a e 10b).

As tendências apresentadas além de indicarem como se dão, no âmbito do Pólo de Araçatuba, as mudanças na participação dos componentes em atividades que geram renda bem como na responsabilidade pela provisão do domicílio, evidenciam também as maiores dificuldades que certos arranjos domiciliares enfrentam para garantir sua subsistência. No item seguinte são apontados os arranjos domiciliares que apresentam as maiores fragilidades no Pólo de Araçatuba e no Estado de São Paulo, com base nos dados dos censos 1991 e 2000. São também apresentadas através de dados mais recentes (2006) o perfil dos arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento e algumas indicações de acesso a programas de transferência de renda pelos mesmos.

2.3. Arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento

Estudos sobre a Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90 e 2000 (Montali, 2004) e sobre o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras na década de 2000 (Montali e Tavares, 2008) evidenciaram que a precarização do trabalho e o aumento do desemprego vigentes nesses períodos afetam diferenciadamente os arranjos familiares de inserção no mercado, que são articulados de maneiras distintas nos momentos do ciclo de vida familiar, evidenciando maior fragilização para determinados segmentos sociais nas formas encontradas para garantir a sobrevivência. Diversos indicadores reafirmam essa maior fragilidade apresentada por determinados arranjos domiciliares.

Os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento foram assim identificados por apresentarem rendimentos médios familiares per capita mais baixos que os demais arranjos domiciliares e abaixo da média regional, por apresentarem as mais elevadas concentrações



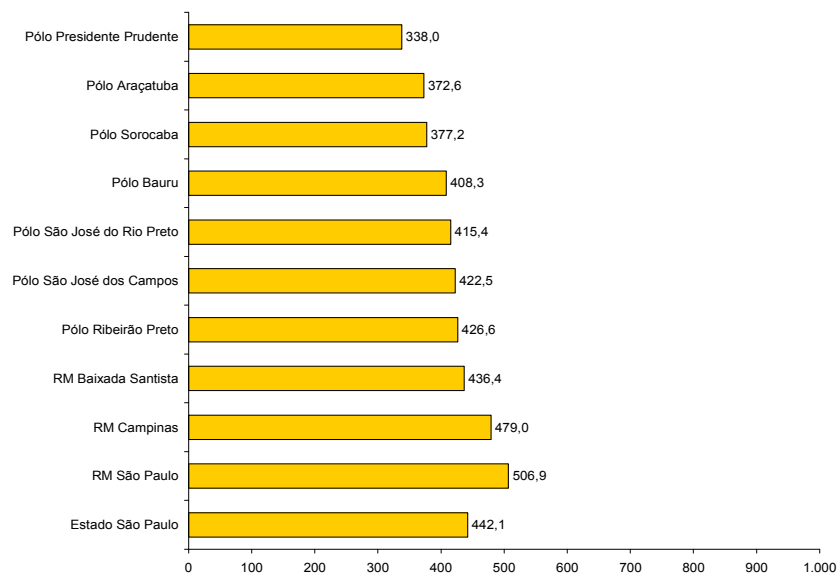
entre os decis inferiores de renda familiar per capita, bem como por apresentarem as menores taxas de geração de renda (Montali e Tavares, 2008).

Esse tópico pretende apresentar os arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento no Pólo Regional de Araçatuba no ano de 2000 e destacar os municípios da região em que essa fragilidade se mostra mais acentuada. Para tanto, serão utilizados dois indicadores: rendimento domiciliar per capita e taxa de geração de renda, ambos analisados segundo arranjo domiciliar.

O Pólo Regional de Araçatuba apresenta, no ano de 2000, rendimento domiciliar per capita de R\$ 372,00, média inferior à apresentada pelo Estado de São Paulo, regiões metropolitanas do Estado de São Paulo e dentre os pólos. Apresenta o segundo mais baixo rendimento per capita e supera apenas o Pólo Regional de Presidente Prudente (R\$ 338,00) (Gráfico 6). Por outro lado e considerando-se o outro indicador selecionado para análise, a taxa domiciliar de geração de renda, esta foi de 55,7% em 2000 no Pólo Regional de Araçatuba, superior à observada no Estado de São Paulo (50,5%), nas regiões metropolitanas e nos demais pólos regionais, com a exceção de São José do Rio Preto, cuja taxa se assemelha a esta (Tabela 7). Deve-se acrescentar que no Pólo de Araçatuba, a análise da taxa de geração de renda por composição familiar no ano de 2000 evidencia que, em todos os arranjos domiciliares, as taxas médias da região estão acima das médias do Estado de São Paulo. Estes dois dados evidenciam que no Pólo Regional de Araçatuba embora seja elevada a proporção de pessoas por domicílio envolvidas em atividades de geração de renda, é mais baixa a remuneração auferida, significando em termos comparativos às outras regiões analisadas, situações mais desfavoráveis de remuneração e indicando a possibilidade de vínculos mais precários de inserção no mercado de trabalho.



Gráfico 6
Rendimento domiciliar per capita
Região Metropolitanas e Pólos Regionais – Estado de São Paulo
2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

É grande a disparidade de níveis de rendimento domiciliar per capita entre os municípios que compõem o Pólo Regional de Araçatuba no ano de 2000. Apenas **Araçatuba**, o município-sede da região encontra-se acima do valor correspondente à média regional em relação ao rendimento per capita, que é quase quatro vezes maior que o rendimento per capita do município de **Nova Castilho** (Gráfico 7). Somente os municípios de Birigui e Penápolis encontram-se na média regional e a pouco mais que dois terços da renda per capita apresentada pelo município-sede, **Araçatuba** (Gráfico 7).

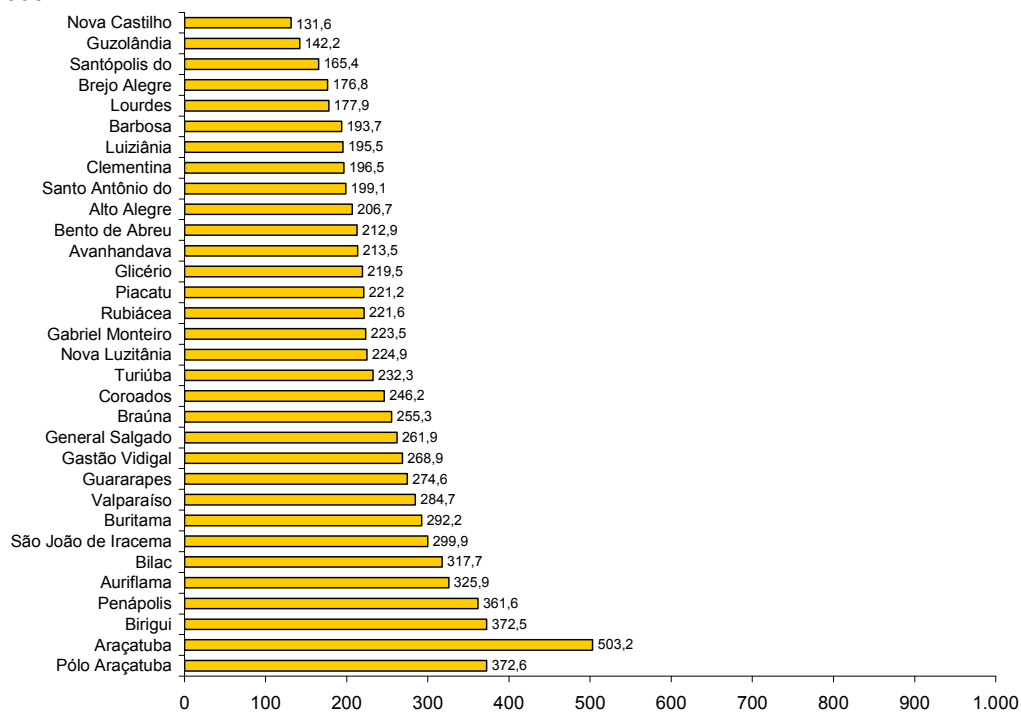
Cinco dentre os 31 municípios do Pólo de Araçatuba têm rendimento per capita que correspondem a menos do que a metade da média regional, são os seguintes, por ordem crescente de rendimento: **Nova Castilho**, **Guzolândia**, **Santópolis do Aguapei**, **Brejo Alegre** e **Lourdes** todos municípios muito pequenos, com população entre mil e 4.600 habitantes, segundo a Contagem Populacional de 2007-IBGE. O Gráfico 7 deixa evidente

Pólo Econômico de Araçatuba



que outros 14 municípios apresentam rendimento per capita pouco acima da metade da média regional.

Gráfico 7
Rendimento domiciliar per capita
Pólo Araçatuba
2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Dessa maneira, a disparidade regional na renda per capita dos municípios vai se refletir nos arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento presentes em cada um deles, acentuando sua fragilidade .

Considerando-se os dois indicadores selecionados para a análise, constata-se que os arranjos domiciliares mais suscetíveis à pobreza, identificados no Pólo Regional de Araçatuba, no ano de 2000, são, em ordem crescente aqueles chefiados por casais na faixa etária de até 34 anos com filhos e/ou parentes, seguidos pelos arranjos de chefias femininas

Pólo Econômico de Araçatuba



sem cônjuges com filhos e/ou parentes. Deve-se observar, que há especificidades no Pólo Regional de Araçatuba quanto à ordem de fragilidade identificada entre os arranjos domiciliares quando comparado ao estudo de Montali e Tavares (2008), sobre as regiões metropolitanas brasileiras no ano de 2004. Embora semelhante à ordem de fragilidade encontrada no estudo referido (Montali e Tavares, 2008) e também pelo presente projeto nas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, identificou-se especificidades no Pólo Regional de Araçatuba e algumas situações semelhantes são encontradas também em outros dos Pólos Regionais analisados, como por exemplo Bauru e Presidente Prudente.

A especificidade é encontrada na ordem de fragilidade do arranjo domiciliar nucleado por casais na faixa etária dos 35 aos 49 anos com filhos e/ou parentes, pois este se mantém na segunda posição na ordem crescente da taxa domiciliar de geração de renda no Pólo de Araçatuba - da mesma forma como observado nas regiões metropolitanas paulistas -, no entanto o rendimento domiciliar per capita desse arranjo supera a média regional e dois outros arranjos domiciliares apresentam rendimento per capita mais baixos, ainda que também um pouco superiores à média.

Os outros arranjos domiciliares que apresentam maior fragilidade nesse pólo regional são os nucleados pelo casal de 50 anos e mais com a presença de filhos e de parentes e o chefe masculino sem cônjuge com filhos e parentes, que apresentam ainda taxa domiciliar de geração de renda mais elevadas (Gráficos 8 e 9). Isto significa que estes dois arranjos expressam maiores fragilidades para suprir a subsistência, pois embora apresentem maior número de pessoas que aportam rendimento de alguma natureza para o domicílio, esses rendimentos são de valor mais baixo.

A especificidade encontrada neste pólo regional, a ser melhor investigada em estudo específico, deve estar relacionada tanto à estrutura etária mais envelhecida desta região, mencionada na Parte 2.1., deste Capítulo 3. do Estudo Regional de Araçatuba, quanto às características da atividade econômica, com forte presença da atividade agroindustrial, apresentada também neste Estudo no Capítulo 1, quanto aos processos migratórios que caracterizam o Pólo analisados no Capítulo 2.

Os arranjos nucleados por casais na faixa etária de até 34 anos com a presença de filhos e/ou parentes, que apresentam maior suscetibilidade à pobreza no ano de 2000 no Pólo Regional de Araçatuba, com base nos indicadores adotados, têm rendimento domiciliar per capita de R\$ 248,00 e taxa de geração de renda do domicílio de apenas 40%, o que

Pólo Econômico de Araçatuba



significa que pouco mais de um terço e menos que a metade da população em idade ativa aporta renda para o domicílio.

Observa-se, entretanto, que nos municípios do Pólo Regional de Araçatuba este arranjo familiar identificado por sua maior fragilidade no enfrentamento das necessidades para a subsistência, apresenta valores bastante distintos de sua renda domiciliar per capita. Assim, os arranjos domiciliares chefiados por casais com idades até 34 anos com a presença de filhos e/ou parentes, apresentam em todos os municípios os menores valores do rendimento domiciliar per capita, porém, o valor deste varia de forma associada à renda per capita do município. Foram encontrados entre os municípios analisados valores do rendimento domiciliar per capita para esse tipo de arranjo, que variam entre R\$ 88,00 e R\$ 335,00 e taxas de geração de renda entre 33,5% e 46% no ano de 2000. Dessa forma, ainda que seja o arranjo mais fragilizado para garantir a sobrevivência do domicílio, esta tipologia de arranjo domiciliar apresentou suscetibilidade ao empobrecimento mais acentuada, por ordem decrescente nos municípios de **Nova Castilho** (R\$ 88,00), **Santópolis do Aguapei** (R\$ 108,00), **Brejo Alegre** (R\$ 109,00), **Barbosa** (R\$ 116,00), **Alto Alegre** (R\$ 118,00), e **Guzolândia** (R\$ 122,00). Em situação oposta, indicando situação relativamente mais favorável, no município de **Araçatuba** esse arranjo domiciliar mais suscetível ao empobrecimento apresentou taxas de geração de renda de 40% e rendimento domiciliar per capita de R\$ 335,00 (Anexo 2).

O segundo arranjo domiciliar mais suscetível à pobreza no ano de 2000, na RMBS é evidenciado nos arranjos domiciliares chefiados por mulheres sem cônjuges com filhos e/ou parentes. Nesse tipo de arranjo, o rendimento domiciliar per capita observado foi de R\$ 248,00, abaixo da média regional e a taxa de geração de renda foi de 61%, um pouco mais elevada que a média da região (55,7%). Ou seja, mais pessoas contribuem para a geração de renda, mas o rendimento domiciliar per capita é menor que nos outros arranjos domiciliares em decorrência das características de sexo e de idade de seus componentes, bem como das características de inserção dos mesmos no mercado de trabalho, com parcela importante em atividades não formalizadas (Montali, 2008).

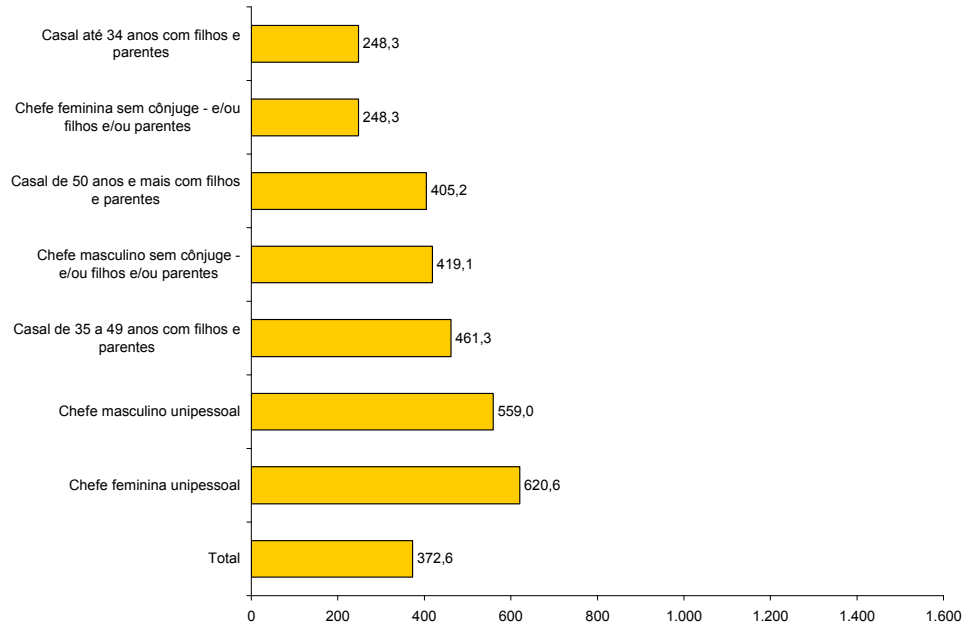
No tipo de arranjo domiciliar chefiado por mulheres sem cônjuges com filhos e/ou parentes, os municípios do Pólo de Araçatuba tiveram rendimento domiciliar per capita variando entre R\$ 117,00 (**Barbosa, Glicério e Lourdes**) e R\$ 284,00 (**Araçatuba**), e as taxas de geração de renda variaram entre 32,4% (**Nova Castilho**) e 68% (**Turiúba e Gabriel Monteiro**). Situação mais favorável foi encontrada no município de **Araçatuba**, no

Pólo Econômico de Araçatuba



qual esse arranjo domiciliar apresentou rendimento de R\$ 284,00 e taxa de geração de renda de 59,3%.

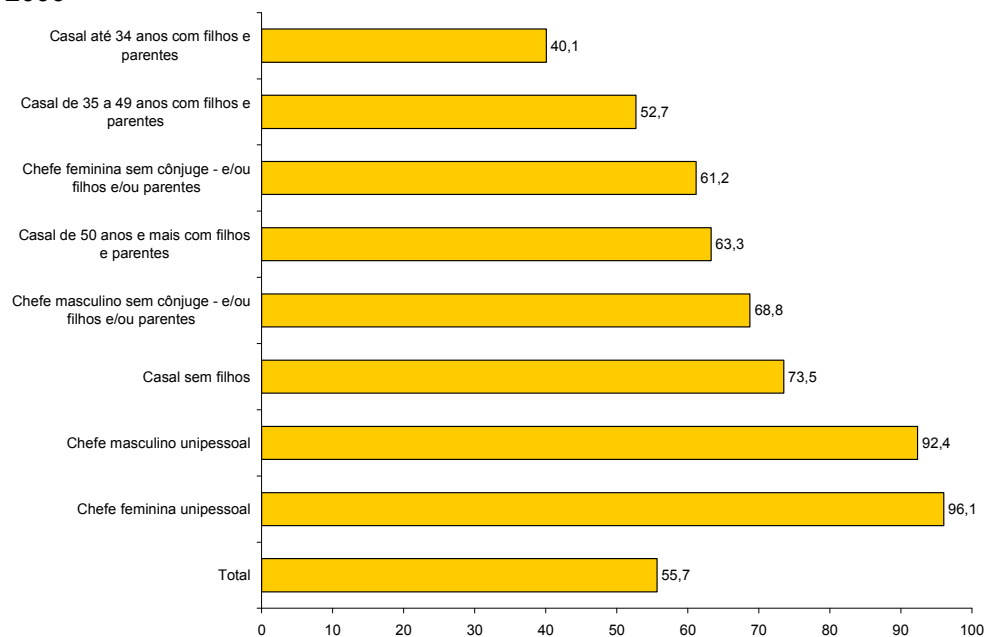
Gráfico 8
Rendimento domiciliar per capita segundo tipo de arranjo domiciliar
Pólo Araçatuba
2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.



Gráfico 9
Taxa Específica de geração de renda por tipos de arranjos domiciliares
Pólo Araçatuba
2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento em 2006

Um dos objetivos do presente projeto ao identificar os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo é oferecer indicações sobre os arranjos domiciliares que demandam maior atenção das políticas sociais.

Nesse sentido, e buscando informações mais recentes para essa temática, recorreu-se aos dados de 2006 da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), realizada pelo IBGE.

Pólo Econômico de Araçatuba



Pretende-se aqui mostrar no ano 2006, o perfil dos arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento e o acesso destes aos programas de transferência de renda. Embora a fonte de informação disponível (PNAD-IBGE, 2006) não permita a desagregação para as regiões metropolitanas paulistas e pólos regionais, esse fato não invalida a inclusão destas informações no estudo regional, porque estes dados informam sobre o **Estado de São Paulo**, a **Região Metropolitana de São Paulo** (RMSP) e o restante do Estado excluindo-se a RMSP, o qual foi denominado neste estudo como **Interior**.

Deve-se ressaltar que os dados referentes ao ano de 2006, em comparação com os referentes ao ano censitário de 2000 aqui analisados, refletem uma conjuntura econômica distinta, com recuperação do crescimento da economia, expansão do emprego formal, bem como de expansão do acesso a programas de transferência de renda, que passam a ser massivamente implementados a partir de 2004.

A nova fonte de dados confirma os mesmos arranjos domiciliares como os mais suscetíveis ao empobrecimento, identificados através dos censos de 1991 e 2000, e na mesma ordem de maior suscetibilidade, quais sejam, aqueles de casais jovens, de até 34 anos, com filhos e /ou parentes, os arranjos das famílias com chefia feminina sem a presença de cônjuge, com filhos e/ou parentes, e os arranjos de casais com idades entre 35 e 49 anos com filhos e/ou parentes (Gráficos 8 e 10). Essa fonte de dados também indica para o Interior o surgimento de mais um arranjo domiciliar que demanda atenção das políticas de proteção social, que são os arranjos com chefia masculina sem a presença de cônjuge, com filhos e/ou parentes, confirmando a identificação desse arranjo domiciliar por este Projeto, nas análises com base nos dados do Censo 2000 (ver Capítulo 3 Item 2.1 do Estudo Regional de Araçatuba).

Os arranjos domiciliares identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento, utilizando os dados censitários - conforme análise apresentada nos tópicos anteriores deste Item 2.3-, apresentam os níveis mais baixos de rendimentos familiares per capita e também apresentam maiores concentrações nos decís inferiores de renda domiciliar.

Os dados da PNAD 2006 evidenciam que os três tipos de arranjos domiciliares assim identificados compõem, no ano de 2006, cerca de 56,5% dos domicílios da Região Metropolitana de São Paulo, 55% do Interior e 55,6% do conjunto do Estado de São Paulo e que apresentam concentrações mais elevadas que os demais arranjos domiciliares nos decís inferiores de rendimento domiciliar per capita. Dessa maneira, encontram-se abaixo do

Pólo Econômico de Araçatuba



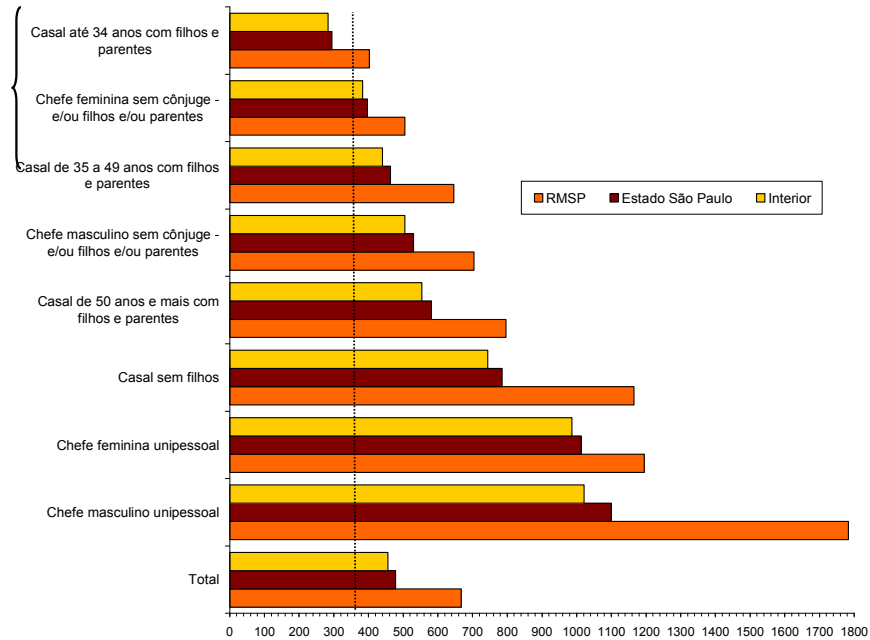
valor do 5º decil da distribuição de renda domiciliar per capita metropolitana, que identifica os 50% mais pobres, mais que 70% dos arranjos domiciliares dos casais jovens com filhos. Proporções mais elevadas são encontradas na Região Metropolitana de São Paulo (73%) em comparação com o Interior (71%) (Anexo 1). Nos domicílios com arranjos de chefe feminina sem a presença de cônjuge, com filhos e/ou parentes, pouco menos de 60% apresentam rendimento abaixo do valor do 5º decil; dentre estes se observa percentual um pouco mais elevado no Interior. Entre os domicílios dos casais de 35 a 49 anos com filhos e/ou parentes pouco mais que 50% estão abaixo do valor do 5º decil, com proporções mais elevadas na RMSP (54%) do que no Interior (52%).

Em síntese, os domicílios mais suscetíveis ao empobrecimento apresentam maior concentração entre os 50% mais pobres na Região Metropolitana de São Paulo comparativamente aos do Interior e ao total do Estado de São Paulo. Este indicador está bastante coerente com as análises apresentadas no Estudo Regional – Região Metropolitana de São Paulo¹³, Capítulo 3, Parte 1. Renda, Pobreza e Desigualdade na Região Metropolitana de São Paulo, que evidencia o aprofundamento da desigualdade de rendimentos entre as pessoas de 10 anos e mais na Região Metropolitana de São Paulo, no ano 2000.

¹³ FINEP. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/IE-UNICAMP-FINEP. **Documento 2 – Estudos Regionais – Região Metropolitana de São Paulo**, Capítulo 3.



Gráfico 10
Rendimento domiciliar per capita segundo tipo de arranjo domiciliar
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado São Paulo
2006



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Microdados.

Os arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento e o acesso aos programas de transferência de renda em 2006

Durante a década de 2000, dentre as políticas de combate à pobreza diversificam-se os programas e amplia-se a cobertura daqueles caracterizados pela transferência de renda. Os programas de transferência de renda apresentam abrangência incipiente no ano 2000, portanto não poderiam ser analisados através dos dados censitários correspondentes a esse ano. Na década de 90 inicia-se esse tipo de política de combate à pobreza com a predominância de programas municipais, que passaram a ser implementados a partir de 1995¹⁴, além de dois programas federais: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituídos em 1996. No decorrer da

¹⁴ Detalhamento dos programas municipais de transferência de renda nesse período pode ser encontrado em Fonseca, 2001.



década de 2000 aumenta a cobertura dos programas de transferência de renda com a ampliação da implementação destes dois programas federais e, a partir de 2001, com a implementação dos programas Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação e na seqüência os programas Auxílio-Gás, em 2002 e o Cartão Alimentação, em 2003. A partir de outubro de 2003, ocorre a implementação do Programa Bolsa-Família, que unifica estes últimos quatro programas de transferência e gradativamente amplia a cobertura, tornando-a massiva. Assim, a partir de 2003 aumenta o acesso a esse tipo de programa de combate à pobreza pelos domicílios com rendimentos mais baixos¹⁵.

No entanto ainda é bastante modesto o acesso dos domicílios do Estado de São Paulo e da RMSP a programas de transferência de renda, segundo pesquisa da Fundação SEADE cerca de 9% deles têm acesso a pelo menos um programa dessa natureza¹⁶. Considerando-se o total dos domicílios brasileiros, 18,3% correspondem à proporção dos que receberam transferência de renda de programa social do governo (IBGE, 2008: Tabela 1.2.3). Existem no entanto diferenças regionais na distribuição dos domicílios brasileiros com acesso a tais programas governamentais e as maiores proporções são encontradas nas regiões Nordeste (35,9%) e Norte (24,6%), seguidos pelas das regiões Centro-Oeste (18%), Sul (10,4%) e Sudeste (10,3%).

Tendo por referência os grupos de arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento, investiga-se aqui o acesso destes aos programas de transferência de renda. Constatase que, se por um lado ainda é restrito o acesso do conjunto dos domicílios a programas de transferência de renda, por outro lado existem indicações de que o acesso a programa social de transferência de renda governamental mostra-se bem focalizado, pois mais que 90% dos domicílios beneficiários no Estado de São Paulo encontram-se entre os 50% mais pobres segundo os dados da PNAD 2006 (Tabela 11). A focalização dos programas sociais de transferência de renda se evidencia também através das proporções mais elevadas do acesso a tais programas sociais pelos domicílios acima caracterizados como arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento nas diversas espacialidades sob análise em comparação com os demais arranjos domiciliares (Tabela 11 % coluna).

¹⁵ Mais informações sobre programas de transferência de renda podem ser encontradas na Parte 3 deste capítulo.

¹⁶ Resultados da Pesquisa de Condições de Vida – PCV 2006 - Fundação SEADE, mostram que 8,7% das famílias do Estado de São Paulo e 9% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo têm acesso a benefícios oriundos dos programas governamentais de transferência de renda. Disponível em <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 28/03/2008.



Considerando-se o conjunto dos tipos de arranjos domiciliares fica evidente a focalização nos três tipos apontados como mais suscetíveis ao empobrecimento quais sejam: casal de até 34 anos, com filhos e parentes, chefe feminina sem cônjuge, com filhos e parentes, e casal entre 34 e 49 anos com filhos e parentes, que juntos perfazem mais de 80% dos domicílios com acesso a algum programa de transferência de renda em todas as espacialidades analisadas em 2006. Assim, na RMSP, enquanto os arranjos domiciliares identificados por este estudo como mais fragilizados representam 56,5% do total dos domicílios (Anexo 1), ao se considerar os 50% mais pobres representam 83% dos domicílios atendidos por programas de transferência de renda (Tabela 11 % coluna). No Interior, estes arranjos domiciliares representam 55% do total dos domicílios (Anexo 1) e, considerando – se os 50% mais pobres, são 82% dentre os beneficiários destes programas (Tabelas 11 % coluna).

Tabela 11

Distribuição dos domicílios com acesso aos programas de transferência de renda entre os 50% mais pobres - Estimativa (%) (1)
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado de São Paulo
2006

	RMSP		Interior		Estado	
	50% mais pobres		50% mais pobres		50% mais pobres	
	% linha	% coluna	% linha	% coluna	% linha	% coluna
Casais	96,3	69,1	93,0	73,6	94,2	72,0
Casal sem filhos	91,7	3,3	76,3	4,3	78,0	3,9
Casal com filhos e parentes	96,5	65,9	94,3	69,3	95,3	68,2
Casal até 34 anos com filhos e parentes	96,1	29,1	96,4	31,9	96,6	31,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	98,8	25,2	95,2	26,6	96,4	26,1
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	86,4	5,6	80,4	5,5	83,8	5,7
Chefe feminina sem cônjuge	97,1	29,7	95,8	23,6	96,7	25,7
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	97,0	28,5	96,9	23,0	96,9	24,8
Chefe feminina unipessoal	100,0	1,2	66,7	0,6	90,1	0,9
Chefe masculino sem cônjuge	80,0	1,2	95,0	2,8	92,0	2,3
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	80,0	1,2	94,1	2,4	90,9	2,0
Chefe masculino unipessoal	0,0	0,0	100,0	0,5	100,0	0,3
Total (2)	96,3	100,0	93,7	100,0	94,8	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) Estimativa obtida através da variável V1273. Domicílios até o 8º decil do rendimento domiciliar per capita.

(2) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).

Outro aspecto que se pretende ressaltar é que o acesso a programas de transferência está relacionado à composição dos domicílios e aos distintos arranjos domiciliares associados a ciclos vitais da família (Tabela 12). Observa-se que o Benefício de Prestação Continuada, que atende a deficientes e principalmente idosos em situação de

Pólo Econômico de Araçatuba



risco, apresenta peso maior entre as famílias unipessoais, caracterizadas por idosos, entre os arranjos nucleados pelos casais de 50 anos com filhos e/ou parentes, bem como entre os casais sem filhos residentes, dentre os quais uma parcela importante é composta por idosos. Representa ainda cerca de 15 % dos benefícios a que têm acesso os domicílios com chefia feminina sem a presença de cônjuge no Estado de São Paulo, lembrando que nestes arranjos cerca de metade das chefes têm 50 anos e mais. Nos demais arranjos familiares é bastante menor a participação desse programa (Tabela 12).

O programa Bolsa-Família, por sua vez, apresenta peso importante entre os programas de transferência de renda, abrangendo cerca de 67% dos domicílios metropolitanos com acesso e 73% dos domicílios do Interior com acesso. No Estado de São Paulo, dentre os beneficiários de algum programa de transferência de renda governamental, 70% têm acesso ao programa Bolsa-Família (Tabela 12).

É mais elevado o acesso ao Bolsa Família pelos três tipos de arranjos identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento, que contam em sua composição familiar com parcela importante de crianças, adolescentes e jovens, ou seja, os tipos de arranjo domiciliar: casal de até 34 anos, chefe feminina sem cônjuge, com filhos e/ou parentes e casal entre 34 e 49 anos com filhos e/ou parentes. Na Região Metropolitana de São Paulo, considerando-se os domicílios com acesso a algum tipo programa de transferência de renda, cerca de 70% dos domicílios desses três arranjos domiciliares referidos como mais fragilizados, são beneficiários do Programa Bolsa Família. Proporção mais elevada que a apresentada pelos demais arranjos domiciliares (Tabela 12).



Tabela 12
Distribuição dos domicílios com acesso a programas de transferência de renda por arranjos domiciliares, segundo distribuição por programa
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado de São Paulo
2006

Tipos de arranjos	RMSP					Interior					Estado São Paulo				
	BOLSA FAMÍLIA	BPC	PETI	OUTRO PROGRAMA	TOTAL	BOLSA FAMÍLIA	BPC	PETI	OUTRO PROGRAMA	TOTAL	BOLSA FAMÍLIA	BPC	PETI	OUTRO PROGRAMA	TOTAL
Casais	67,0	6,5	0,7	25,7	100,0	74,7	11,7	0,7	12,9	100,0	72,1	10,0	0,7	17,2	100,0
Casal sem filhos	61,5	15,4	0,0	23,1	100,0	37,5	52,5	0,0	10,0	100,0	43,5	43,2	0,0	13,3	100,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	70,3	2,5	1,7	25,4	100,0	84,4	3,4	0,8	11,4	100,0	79,6	3,1	1,1	16,1	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	69,0	4,0	0,0	27,0	100,0	75,6	8,5	1,0	14,9	100,0	73,4	7,0	0,7	19,0	100,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	48,0	28,0	0,0	24,0	100,0	44,0	38,0	0,0	18,0	100,0	45,4	34,6	0,0	20,0	100,0
Chefe feminina sem cônjuge	68,7	7,0	0,9	23,5	100,0	67,8	21,1	1,1	10,0	100,0	68,1	15,5	1,0	15,3	100,0
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	70,3	4,5	0,9	24,3	100,0	70,1	18,4	1,1	10,3	100,0	70,2	12,9	1,1	15,9	100,0
Chefe feminina unipessoal	25,0	75,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	10,1	89,9	0,0	0,0	100,0
Chefe masculino sem cônjuge	16,7	33,3	0,0	50,0	100,0	60,0	30,0	0,0	10,0	100,0	49,8	30,8	0,0	19,4	100,0
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	16,7	33,3	0,0	50,0	100,0	70,6	23,5	0,0	5,9	100,0	56,3	26,1	0,0	17,6	100,0
Chefe masculino unipessoal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	33,3	100,0	0,0	66,7	0,0	33,3	100,0
Total (1)	66,8	7,1	0,8	25,4	100,0	72,7	14,4	0,8	12,2	100,0	70,6	11,8	0,8	16,8	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) o total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).

Merece destaque o fato de que, na Região Metropolitana de São Paulo, 61% dos domicílios de casais sem filhos e 25% dos domicílios unipessoais femininos são beneficiários do Bolsa Família em 2006. Informações semelhantes foram identificadas por estudo de Montali e Tavares sobre as regiões metropolitanas brasileiras para o mesmo ano e atribui-se o acesso de domicílios sem a presença de crianças ou adolescentes à ampliação do Bolsa Família que privilegiou o limite da renda domiciliar per capita como critério para a seleção das famílias beneficiárias (Montali e Tavares, 2008).

Além destes arranjos identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento, foi identificado outro tipo de arranjo domiciliar como beneficiário de programas de transferência de renda, demandando atenção no planejamento dos programas de proteção social, trata-se do arranjo domiciliar do chefe masculino sem cônjuge, com filhos e/ou parentes. Este arranjo é apontado principalmente para o Interior como um dos que apresenta elevada concentração entre os 50% mais pobres, da ordem de 45%; na RMSP apresenta concentração um pouco menor, da ordem de 40% (Anexos 1 e 3). Observou-se também que o acesso desse arranjo a programas de transferência de renda mostra-se diferenciado, quando consideradas a Região Metropolitana e o Interior do Estado de São Paulo. Na Região Metropolitana de São Paulo este arranjo domiciliar é beneficiário do BPC, no caso de 33% dos domicílios, e de Outro Programa, com a importante porcentagem de 50%; esta



categoria Outro Programa inclui programas estaduais e municipais. No Interior, 70% destes domicílios são beneficiários do Bolsa Família e 23% do BPC (Tabela 12). Esta nova situação de fragilidade merece um estudo especial, considerando-se as mudanças na estruturação das famílias, bem como na dinâmica do mercado de trabalho e as novas restrições ao emprego nos anos recentes.

Merece ressaltar que a análise do acesso aos programas de transferência de renda governamentais pelos domicílios caracterizados por arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento explicita, ao mesmo tempo, a confirmação da condição de maior suscetibilidade ao empobrecimento destes arranjos, bem como a focalização dos programas de transferência de renda nos domicílios mais pobres.

Por outro lado esta análise apontou um outro arranjo domiciliar identificado nos anos recentes, que evidencia fragilidade em face à sobrevivência, demandando atenção das políticas de proteção social, que é o arranjo do chefe masculino sem cônjuge, com filhos e/ou parentes. Embora este arranjo domiciliar represente cerca de 4% dos domicílios da RMSP, Interior e Estado de São Paulo em 2006, apresenta uma das concentrações mais elevadas entre os 50% mais pobres (Anexo 1) e evidencia acesso a programas de transferência de renda, demandando conhecimento mais aprofundado de sua configuração e da condição de precariedade.

Anexo 1

Distribuição dos arranjos domiciliares por tipologia segundo decis do rendimento domiciliar per capita (R\$)
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado São Paulo
2006

Tipos de arranjos	RMSP		Interior		Estado São Paulo	
	Distribuição Tipologia	50% mais pobres	Distribuição Tipologia	50% mais pobres	Distribuição Tipologia	50% mais pobres
Casais	65,0	52,2	70,2	51,7	67,7	51,9
Casal sem filhos	13,3	30,3	16,3	36,2	14,8	34,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	16,3	72,7	17,8	70,6	17,1	71,5
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	21,1	54,5	22,3	51,6	21,7	52,7
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	11,3	39,7	10,4	40,2	10,9	39,5
Chefe feminina sem cônjuge	25,5	52,0	21,1	51,2	23,2	51,3
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	19,1	58,4	14,8	59,4	16,8	58,3
Chefe feminina unipessoal	6,5	33,3	6,3	32,0	6,4	32,7
Chefe masculino sem cônjuge	9,4	29,9	8,8	35,0	9,1	33,4
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	4,1	40,0	3,3	45,0	3,7	43,0
Chefe masculino unipessoal	5,3	22,3	5,5	29,1	5,4	27,0
Total (1)	100,0	50,1	100,0	50,1	100,0	50,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) O Total inclui outros arranjos domiciliares.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Anexo 2
Rendimento domiciliar per capita (em R\$)
Pólo Araçatuba
2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			
	Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes				com filhos			com filhos			
			Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais	Residual	Total	e/ou parentes	Unipessoal	Total	e/ou parentes	Unipessoal
Pólo Araçatuba	385,0	504,6	368,6	248,3	461,3	405,2	293,7	283,6	248,3	620,6	460,0	419,1	559,0
Alto Alegre	195,3	235,5	188,3	117,9	199,7	266,3	136,8	175,8	171,9	199,9	582,9	863,8	274,8
Araçatuba	535,0	638,5	520,5	334,6	691,2	491,3	399,1	334,8	283,8	815,7	625,2	570,8	764,6
Auriflâma	355,0	361,7	354,0	206,9	521,6	280,0	233,2	171,8	151,8	370,8	235,5	126,9	455,0
Avanhandava	222,2	368,9	207,2	155,9	273,0	218,8	194,5	157,2	149,5	243,4	243,0	178,7	378,4
Barbosa	186,9	313,3	172,2	115,9	213,4	246,2	138,3	128,9	116,9	209,7	472,1	277,7	696,1
Bento de Abreu	201,7	266,0	194,6	132,6	257,6	243,4	283,6	273,6	271,9	309,2	220,1	204,9	252,6
Bilac	325,5	489,0	296,4	239,4	313,1	386,7	222,2	291,6	295,8	256,4	220,5	219,6	226,8
Birigui	378,0	535,2	357,2	245,2	418,2	447,8	254,2	337,4	287,1	960,0	389,8	341,8	516,7
Braúna	268,9	317,0	261,6	181,9	299,2	347,0	208,1	180,2	179,9	184,1	202,4	196,1	219,9
Brejo Alegre	180,6	239,8	173,6	108,8	240,9	188,1	111,3	129,2	129,7	125,1	222,0	410,6	105,6
Buritama	304,2	382,4	292,3	190,8	299,6	471,9	312,6	213,7	210,5	229,9	282,2	232,9	360,4
Clementina	195,2	285,1	183,1	138,8	213,3	227,5	159,0	202,8	193,9	324,2	205,4	201,4	228,6
Coroados	249,5	348,1	237,8	174,2	238,4	404,7	177,7	200,7	150,3	477,8	345,2	299,0	364,3
Gabriel Monteiro	227,5	235,6	226,2	237,1	182,0	263,0	284,3	159,0	155,9	196,1	331,4	422,8	185,1
Gastão Vidigal	264,5	251,1	266,3	184,1	344,2	305,6	256,3	259,5	192,9	567,7	361,8	323,1	463,2
General Salgado	268,0	365,8	250,9	188,3	325,5	233,1	196,3	170,9	157,2	252,6	369,3	212,1	753,8
Glicério	234,0	324,4	222,3	173,7	262,3	251,9	67,9	130,6	117,4	238,4	213,5	120,9	575,1
Guararapes	283,4	444,7	262,2	205,3	299,9	304,3	168,3	227,0	213,5	376,0	267,0	206,1	419,3
Guzolândia	142,9	164,4	140,2	121,8	145,4	172,0	116,3	144,9	106,4	425,3	126,6	109,2	173,0
Lourdes	181,0	171,7	182,4	145,1	241,0	159,7	-	142,1	117,5	298,9	265,6	162,3	290,1
Luiziânia	191,6	196,5	190,8	173,9	216,0	184,0	149,5	213,0	214,6	200,2	218,7	158,8	514,8
Nova Castilho	131,1	196,2	120,3	88,3	76,1	262,5	69,7	196,0	163,9	258,7	95,3	77,6	376,2
Nova Luzitânia	227,1	358,2	213,1	143,1	239,2	229,2	324,5	207,9	197,9	256,9	225,0	238,8	203,7
Penápolis	368,0	540,1	343,2	246,6	390,3	394,8	355,7	258,6	239,6	422,8	669,0	739,7	483,0
Piacatu	227,8	257,7	223,7	176,5	257,5	253,4	157,0	151,7	147,5	182,8	441,4	376,8	514,9
Rubiácea	215,9	487,0	185,2	178,5	206,5	158,9	92,0	160,7	153,7	208,7	428,3	217,0	617,1
Santo Antônio do Aracanguá	201,5	221,2	199,4	135,2	224,2	416,4	149,2	167,3	160,5	255,3	213,8	200,2	268,3
Santópolis do Aguapeí	160,8	277,1	147,4	107,5	195,6	110,8	190,8	136,5	135,7	152,3	341,2	353,5	310,8
São João de Iracema	325,5	1.668,5	221,0	136,2	154,0	540,8	-	133,2	127,9	224,7	238,3	245,2	224,3
Turiúba	222,5	428,0	178,2	127,0	213,1	198,9	193,1	322,0	275,1	497,1	213,8	236,3	176,1
Valparaíso	294,0	350,0	287,5	267,6	290,9	356,2	188,3	231,4	218,7	442,2	286,1	201,4	457,6

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Anexo 3
Distribuição dos domicílios por arranjos domiciliares segundo decis do rendimento domiciliar per capita (50% mais pobres)
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
2000

Tipo de arranjo	Regiões Metropolitanas			Pólos Regionais						
	RMSP	RMBS	RMC	Araçatuba	Bauru	Presidente Prudente	Ribeirão Preto	São José dos Campos	São José do Rio Preto	Sorocaba
Casais	51,8	52,2	52,7	49,6	51,2	50,0	51,1	50,3	50,3	51,1
Casal sem filhos	33,2	30,3	36,8	38,8	37,3	36,6	36,1	32,2	32,2	33,1
Casal até 34 anos com filhos e parentes	69,7	72,3	69,1	65,6	67,5	64,0	67,9	65,2	65,2	65,1
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	49,7	51,5	49,9	44,9	47,2	46,5	48,1	47,1	47,1	47,1
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	36,5	39,8	42,0	42,0	40,5	41,3	40,0	42,3	42,3	43,1
Chefe feminina sem cônjuge	50,6	50,0	51,9	55,5	50,3	52,4	51,8	55,0	55,0	50,0
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	56,1	57,0	57,1	59,2	55,4	54,6	56,0	59,5	59,5	55,1
Chefe feminina unipessoal	32,4	29,7	35,3	45,0	36,1	46,1	39,4	35,8	35,8	34,1
Chefe masculino sem cônjuge	32,7	34,8	37,7	39,9	37,7	43,6	35,6	37,1	37,1	37,1
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	39,9	43,6	46,4	45,7	47,6	48,9	44,6	47,3	47,3	41,1
Chefe masculino unipessoal	25,7	28,3	29,5	35,3	30,1	40,2	27,8	28,7	28,7	33,1
Total	50,0	50,0	51,4	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0

Fonte: Censo demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projetos Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Pólo Econômico de Araçatuba



2.4. A mulher e a renda dos domicílios: 1991-2000

Domicílios com rendimento da mulher

Conforme mencionado anteriormente o Pólo Regional de Araçatuba tinha em 2000, 63,9% dos domicílios com renda da mulher, sendo esta proporção a maior entre os pólos regionais e regiões metropolitanas. Contudo, a participação da renda da mulher na renda dos domicílios com mulher com renda era uma das mais reduzidas ficando acima somente do Pólo de Bauru como pode ser visualizado no gráfico 11.

Em 1991, o Pólo de Araçatuba apresentava 53,0% dos domicílios auferindo rendimentos da mulher e essa percentagem passou para 63,9% em 2000. Quanto à participação da renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher com renda esta era de 39,6% em 1991 e passou para 41,2% em 2000. Assim, a ampliação do número de domicílios com mulher com renda foi de quase onze pontos percentuais, enquanto a variação da participação da renda da mulher na renda domiciliar foi bem menos intensa (1,6 pontos percentuais).

A tabela 13 mostra os municípios do Pólo de Araçatuba ordenados de menor a maior conforme a participação da renda da mulher na renda domiciliar, sendo 2000 o ano de referência. O percentual de domicílios com renda da mulher varia muito entre os municípios do Pólo Regional de Araçatuba. Em 1991 essa variação ia de 30,0% em **Alto Alegre** a 60,3% em **Bilac**. Em 2000 o menor percentual ficava com **Nova Castilho** (36,2%) e o maior com **Gabriel Monteiro** (76,7%). Quando se compara a proporção de domicílios com mulher com renda do Pólo de Araçatuba (63,9% em 2000) à observada em cada município, tem-se que **Gabriel Monteiro**, **Bilac**, **Birigui**, **Turiúba**, **Auriflama** e **Araçatuba** possuem proporções que superam a média do pólo.

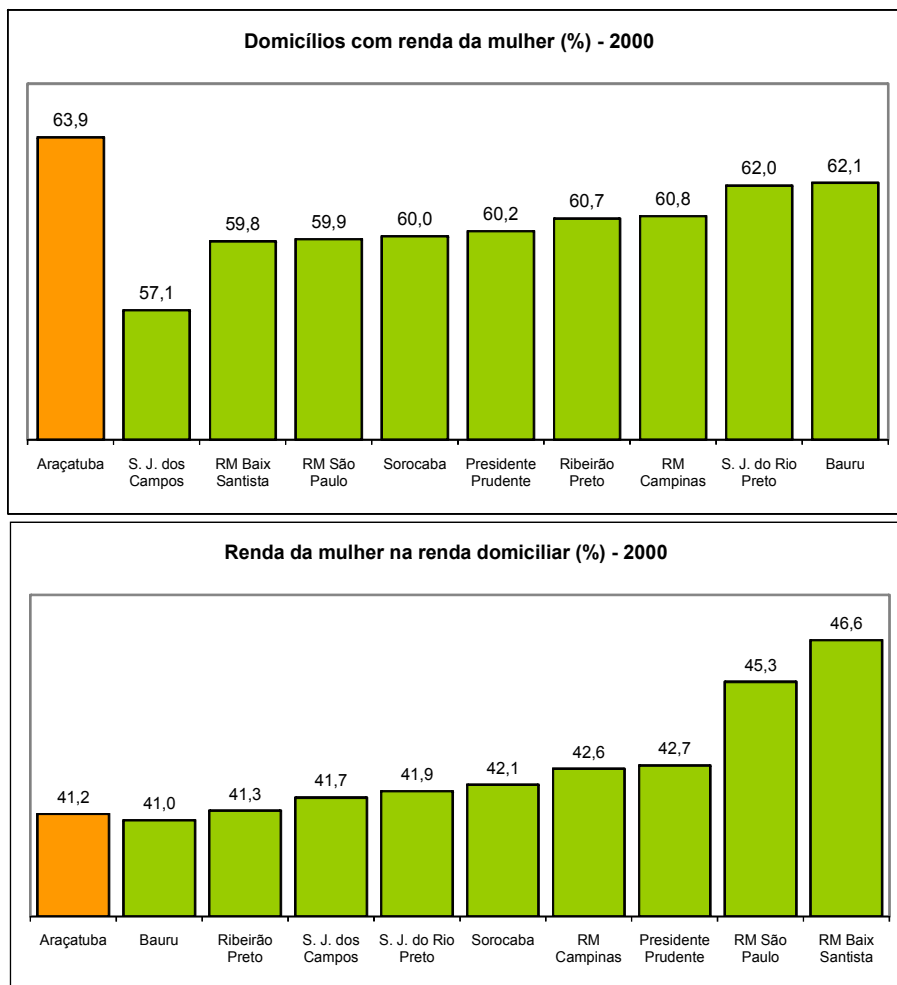
Entre 1991 e 2000 houve aumento generalizado na ampliação do número de domicílios com mulher auferindo renda, com exceção de **Rubiácea**, onde esta proporção caiu 7,1 pontos percentuais. Merecem destaque os municípios de **Turiúba**, **Alto Alegre** e **Gabriel Monteiro**, que apresentaram as maiores variações da proporção de domicílios com mulher auferindo renda no período (27,6; 24,7 e 24,6 pontos percentuais respectivamente).

Quanto à participação da renda da mulher na renda dos domicílios nos municípios do Pólo de Araçatuba o que se observa é que em 1991 ela variava de 22,3% em **Rubiácea** a 49,0% em **Buritama**. Em 2000, o menor peso da renda da mulher na renda domiciliar ficava com **São João de Iracema** (31,1%) e o maior com **Nova Castilho** (56,8%).

Pólo Econômico de Araçatuba



Gráfico 11
Domicílios com renda da mulher e participação da renda da mulher na renda domiciliar
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE

Tabela 13
Proporção de domicílios com mulher ocupada e participação da renda da mulher na renda domiciliar
ordenados de menor a maior conforme a participação da renda da mulher na renda domiciliar em 2000.
Pólo Regional de Araçatuba

Pólo Econômico de Araçatuba



1991 – 2000

Municípios do Pólo de Araçatuba	1991		2000	
	% Domicílios com mulher com renda (todas as fontes)	% Renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher que tem renda	% Domicílios com mulher com renda (todas as fontes)	% Renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher que tem renda
São João de Iracema	-	-	52,6	31,1
Santo Antônio do Aracanguá	-	-	47,7	32,4
Auriflama	49,1	35,5	68,7	33,5
Nova Luzitânia	47,2	48,2	59,9	36,1
Valparaíso	42,0	38,6	52,4	36,7
Glicério	41,0	35,0	51,5	37,9
Rubiácea	55,2	22,3	48,1	38,7
Coroados	44,4	37,9	61,5	38,9
Brejo Alegre	-	-	57,3	39,0
Braúna	41,3	39,5	57,2	39,3
Buritama	51,1	49,0	59,3	39,3
Guararapes	51,8	39,5	57,1	39,5
Penápolis	52,6	38,2	63,6	40,8
Birigui	59,7	41,0	72,9	41,5
General Salgado	40,4	38,5	53,8	42,0
Araçatuba	56,5	40,2	65,5	42,0
Barbosa	42,9	43,7	56,3	42,2
Gabriel Monteiro	52,1	43,6	76,7	42,2
Piacatu	51,2	36,0	61,7	42,8
Gastão Vidigal	39,3	40,0	56,8	43,0
Clementina	44,8	40,1	57,7	43,1
Alto Alegre	30,0	40,0	54,6	43,2
Bilac	60,3	39,4	73,8	43,2
Lourdes	-	-	61,6	43,5
Santópolis do Aguapeí	45,4	30,0	59,6	43,9
Turiúba	41,1	39,5	68,7	43,9
Avanhandava	46,0	27,0	48,1	44,2
Bento de Abreu	54,8	29,7	55,5	46,1
Luiziânia	38,6	40,1	54,5	47,4
Guzolândia	43,7	36,7	58,0	47,7
Nova Castilho	-	-	36,2	56,8
Pólo de Araçatuba	53,0	39,6	63,9	41,2

Fonte: Censos, microdados, IBGE.

Entre 1991 e 2000 o peso da renda da mulher na renda dos domicílios aumentou em alguns municípios e diminuiu em outros, sendo que os aumentos de participação da renda da mulher na renda dos domicílios foram bem menores que aqueles verificados para os aumentos nos percentuais dos domicílios com mulher com renda. Isto fica evidente no

Pólo Econômico de Araçatuba

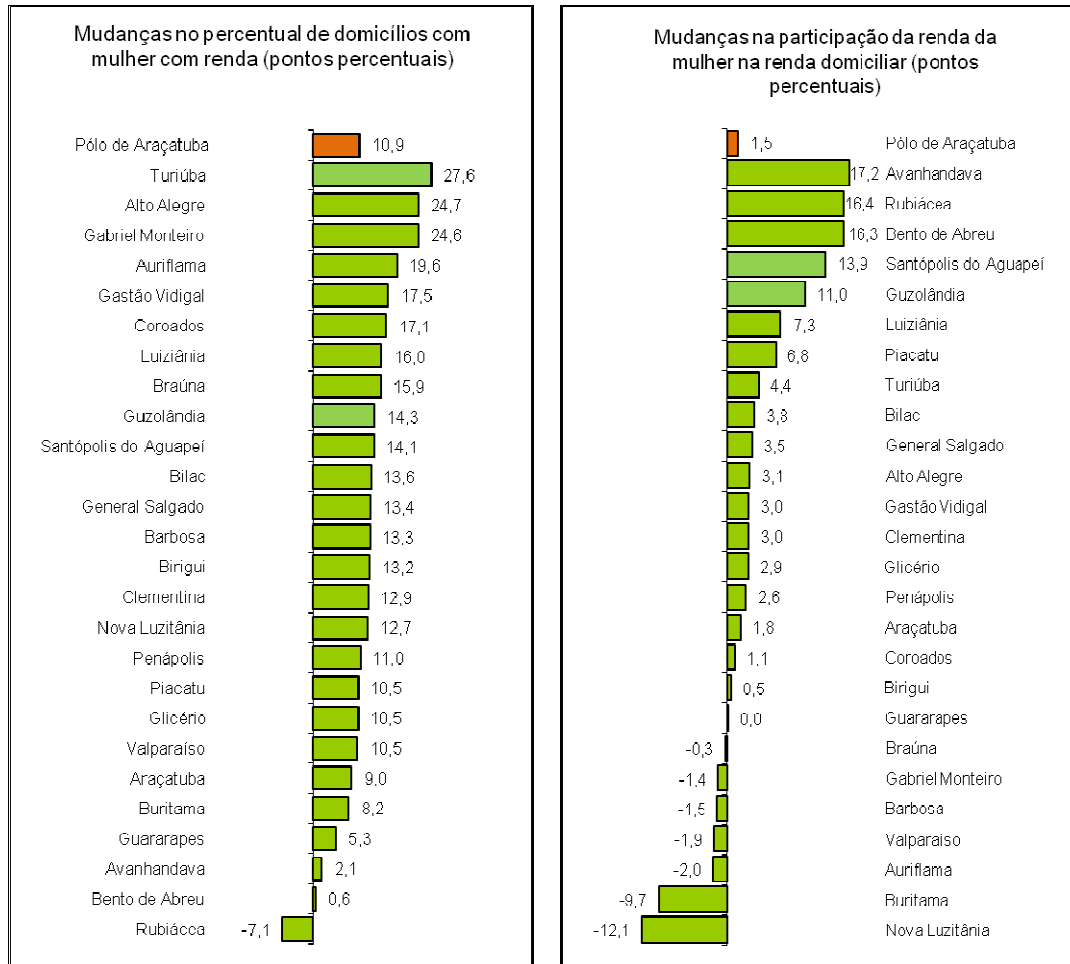


gráfico 2 a seguir, onde do lado esquerdo se visualiza a considerável ampliação nos percentuais referentes aos domicílios com mulher com renda. Todos os municípios, com exceção de **Rubiácea**, tiveram variação positiva e muitos deles variação acima da verificada para o pólo de Araçatuba. Já no que diz respeito à participação da mulher na renda domiciliar o que se observa, no mesmo gráfico, do lado direito, é que os acréscimos (em pontos percentuais) foram mais modestos e vários municípios tiveram decréscimos no peso da renda da mulher na renda domiciliar.

Um aspecto que vale destacar é a falta de correlação entre os aumentos no número de domicílios com mulher com renda e a participação da renda da mulher na renda domiciliar. Para ilustrar, o município de **Nova Luzitânia** teve um acréscimo de 12,7 pontos no percentual de domicílios com mulher com renda e uma redução de 12,1 pontos na participação da renda da mulher na renda domiciliar. Por outro lado, o município de **Rubiácea** sofreu uma redução de 7,1 pontos no percentual de domicílios com mulher com renda e um aumento de 16,4 pontos na participação da renda da mulher na renda domiciliar.



Gráfico 12
Mudanças no percentual de domicílios com mulher com renda e na participação da renda da mulher na renda familiar (em pontos percentuais)
Pólo de Araçatuba
1991 e 2000



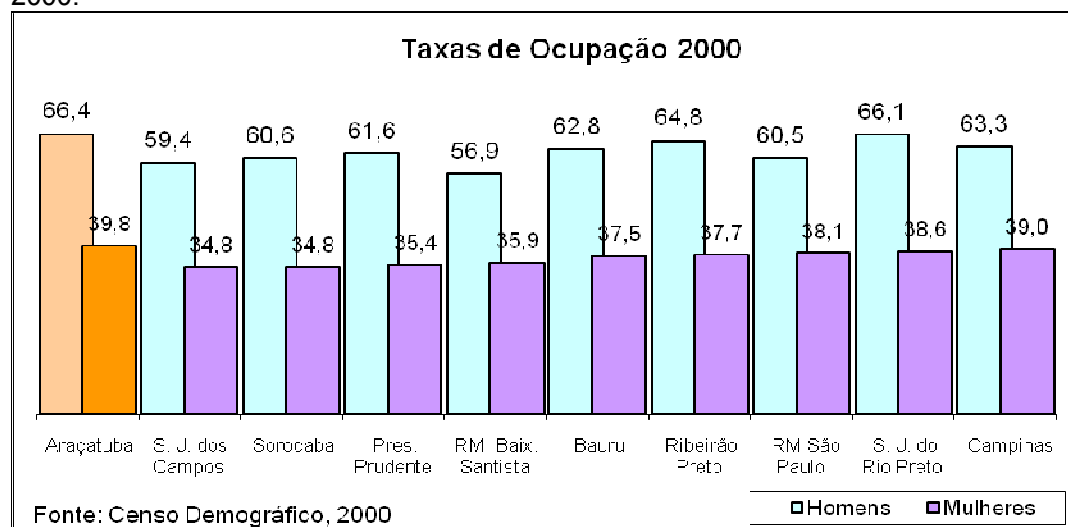
Fonte: Censo Demográfico 2000. IBGE. Microdados.



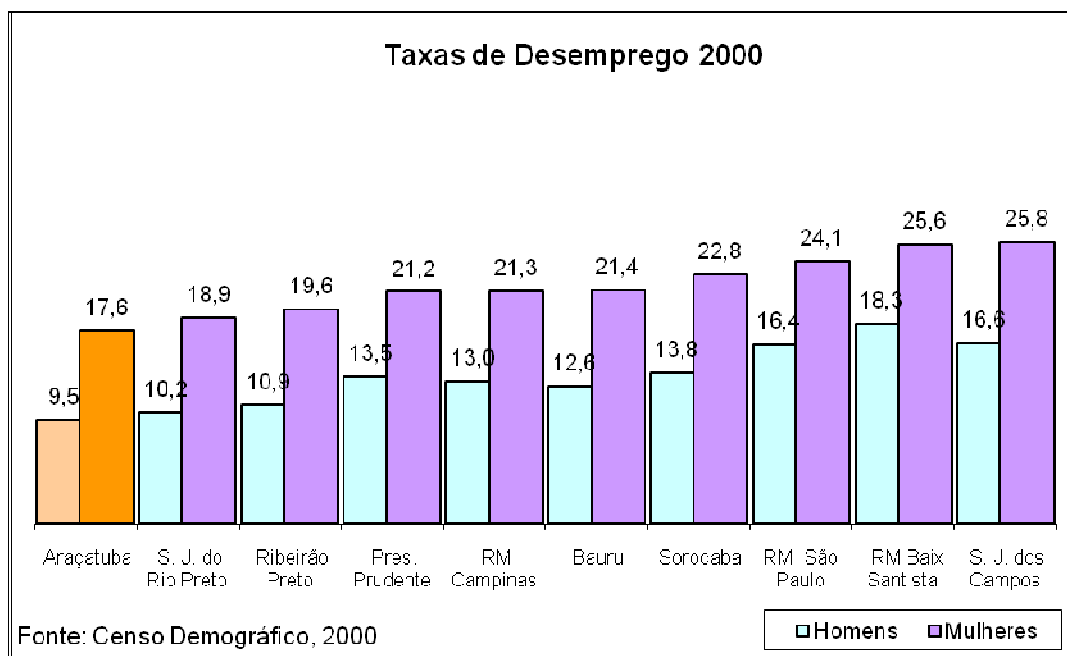
Atividade remunerada da mulher

O Pólo Regional de Araçatuba tinha em 2000 uma taxa de ocupação masculina de 66,4% e feminina de 39,8%¹⁷. Estas taxas eram as maiores tanto entre os pólos regionais quanto entre as regiões metropolitanas do estado de São Paulo (gráfico 13). A discrepância entre homens e mulheres com relação à taxa de ocupação é bastante significativa no Pólo de Araçatuba (26,6 pontos percentuais), sendo maior apenas nos pólos de São José do Rio Preto e Ribeirão Preto (27,6 e 27,1 pontos).

Gráfico 13
Taxas de ocupação e desemprego masculinas e femininas
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
2000.



¹⁷ Taxa de ocupação foi calculada dividindo o número de pessoas ocupadas pela população em idade ativa (PIA) e multiplicado por 100.



No que se refere à taxa de desemprego, esta era de 9,5% para os homens e 17,6% para as mulheres no Pólo de Araçatuba no ano 2000. Ao contrário do observado para a taxa de ocupação, este pólo apresentava as menores taxas de desemprego entre os pólos e regiões metropolitanas de São Paulo.

Do ponto de vista dos municípios do pólo de Araçatuba observa-se que somente os municípios de **Birigui** (49,6%), **Bilac** (47,1%), **Gabriel Monteiro** (47,1%), **Auriflama** (44,1%) e **Araçatuba** (40,4%) tinham, em 2000, taxas de ocupação femininas superiores à média do pólo (39,8%). Todos os outros municípios apresentavam taxas femininas de ocupação inferiores à do pólo (Tabela 2). A menor participação feminina na atividade econômica ficava com **Nova Castilho** (15,9%). Entre os homens o número de municípios com taxas de ocupação superiores à média do pólo era bem maior destacando-se **Barbosa** com taxa de participação de 71,9%, **Clementina** (71,3%), **Piacatu** (71,2%), **Braúna** (71,1%), **Lourdes** (70,4%), **Birigui** (70,4%), **Gastão Vidigal** (70,2%), **Coroados** (69,8%), **Turiúba** (69,7%), **Gabriel Monteiro** (69,5%), **São João de Iracema** (69,2%), **Bilac** (68,7%), **Santo Antônio do Aracanguá** (68,4%), **Nova Luzitânia** (67,8%), **Santópolis do Aguapeí** (67,3%), **Luiziânia** (67,2%), **Bento de Abreu** (67,1%) e **Buritama** (66,7%).

Pólo Econômico de Araçatuba



No que tange ao desemprego este era elevado para homens e mulheres, mas o das mulheres superava o dos homens de forma significativa. Entre os homens a menor taxa de desemprego era a de **Nova Luzitânia** (3,1%) e a maior a de **Nova Castilho** (15,6%). Entre as mulheres a menor taxa de desemprego era a de **Braúna** (7,2%) e a maior a de **Avanhandava** (36,5%).

Tabela 14
Taxas de Ocupação e Desemprego Masculinas e Femininas
Pólo de Araçatuba (1991 - 2000)

Pólo de Araçatuba	1991				2000			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Taxa Ocup.*	Taxa Desemp.**	Taxa Ocup.	Taxa Desemp.	Taxa Ocup.	Taxa Desemp.	Taxa Ocup.	Taxa Desemp.
Alto Alegre	77,9	3,2	19,0	3,8	63,8	5,7	32,4	16,6
Araçatuba	74,0	2,0	37,8	3,6	64,3	12,4	40,4	21,5
Auriflama	78,9	1,5	35,1	2,2	66,1	9,9	44,1	14,1
Avanhandava	75,4	2,6	30,8	2,7	63,7	10,7	24,6	36,5
Barbosa	76,9	2,7	26,5	4,0	71,9	4,0	34,0	17,2
Bento de Abreu	82,9	0,7	34,6	.	67,1	8,0	35,7	13,9
Bilac	79,2	0,9	42,0	1,4	68,7	9,6	47,1	13,1
Birigui	77,9	1,3	43,1	1,5	70,4	6,8	49,6	9,0
Braúna	71,0	3,3	20,9	4,5	71,1	4,6	37,3	7,2
Brejo Alegre	57,4	15,6	36,0	18,5
Buritama	76,6	1,0	33,8	3,0	66,7	10,2	34,5	20,2
Clementina	78,5	1,5	34,2	3,8	71,3	5,8	39,0	19,7
Coroados	73,4	0,8	32,2	0,3	69,8	5,2	38,8	15,9
Gabriel Monteiro	82,9	.	41,5	.	69,5	7,9	47,1	13,4
Gastão Vidigal	74,6	2,7	29,5	2,9	70,2	6,5	35,4	18,1
General Salgado	76,6	3,0	26,1	4,5	62,3	7,1	30,2	18,9
Glicério	76,7	3,2	30,3	2,2	64,5	13,9	32,4	23,4
Guararapes	74,9	2,6	31,2	3,2	65,8	9,3	33,2	22,1
Guzolândia	78,3	0,4	27,6	.	62,4	10,3	31,3	22,0
Lourdes	70,4	8,6	39,4	16,9
Luiziânia	74,2	0,5	28,5	.	67,2	4,7	35,6	15,4
Nova Castilho	48,9	15,6	15,9	23,7
Nova Luzitânia	74,0	0,7	33,0	1,7	67,8	3,1	33,2	13,5
Penápolis	71,2	1,8	34,7	4,6	65,8	8,7	39,1	16,6
Piacatu	81,7	0,3	36,9	2,6	71,2	3,4	35,3	10,0
Rubiácea	77,0	0,7	40,5	.	65,8	6,7	27,9	17,9
S. Ant. do Aracanguá	68,4	7,9	25,1	34,6
Santópolis do								
Aguapeí	70,1	0,2	29,1	4,9	67,3	5,4	29,6	9,7
São João de Iracema	69,2	5,1	38,6	13,1
Turiúba	73,8	1,8	23,1	1,4	69,7	3,6	33,9	9,2
Valparaíso	73,4	3,5	25,6	7,4	63,7	11,7	28,4	24,2
Pólo de Araçatuba	75,1	1,9	35,8	3,1	66,4	9,5	39,8	17,6

* N° de pessoas ocupadas / População em Idade Ativa

** N° de pessoas desempregadas / População Economicamente Ativa

Fonte: Censos, microdados, IBGE.

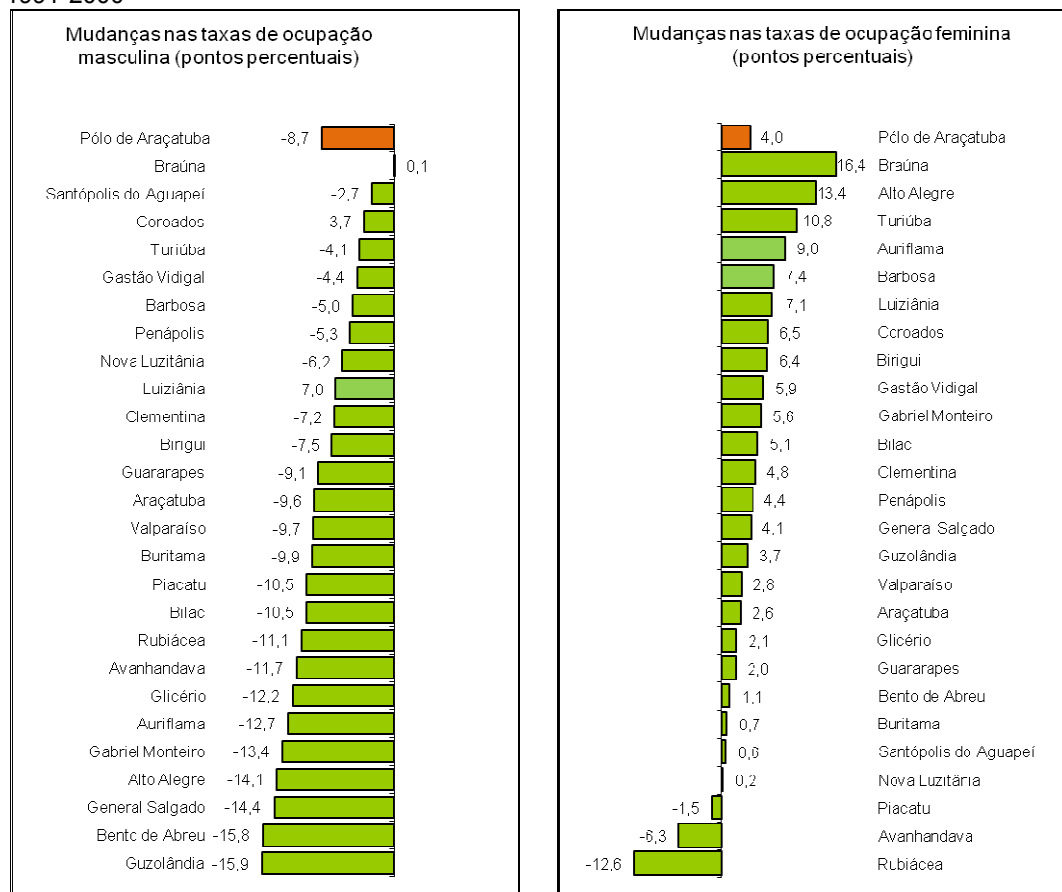
Pólo Econômico de Araçatuba



Como já foi mencionado, entre 1991 e 2000 as taxas de ocupação masculinas diminuíram enquanto as femininas aumentaram no pólo de Araçatuba. Isto também se verificou nos municípios deste pólo. O gráfico 14 mostra as mudanças (em pontos percentuais) nas taxas de ocupação masculina e feminina. As taxas de ocupação masculinas se reduziram em quase todos os municípios, variando de -2,7 pontos percentuais em **Santópolis do Aguapeí** a -15,9 em **Guzolândia**. A exceção foi o município de **Braúna**, cuja taxa de ocupação masculina praticamente não variou entre 1991 e 2000. Quanto à variação nas taxas de ocupação feminina, estas foram negativas somente em **Piacatu**, **Avanhandava** e **Rubiácea**.

Gráfico 14

Mudanças nas taxas de ocupação masculina e feminina (em pontos percentuais)
Pólo regional de Araçatuba e Municípios
1991-2000



Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000. IBGE. Microdados.



Os demais municípios todos tiveram variação positiva no período destacando-se os municípios de **Braúna**, **Alto Alegre** e **Turiúba** com acréscimos acima de dez pontos percentuais no período

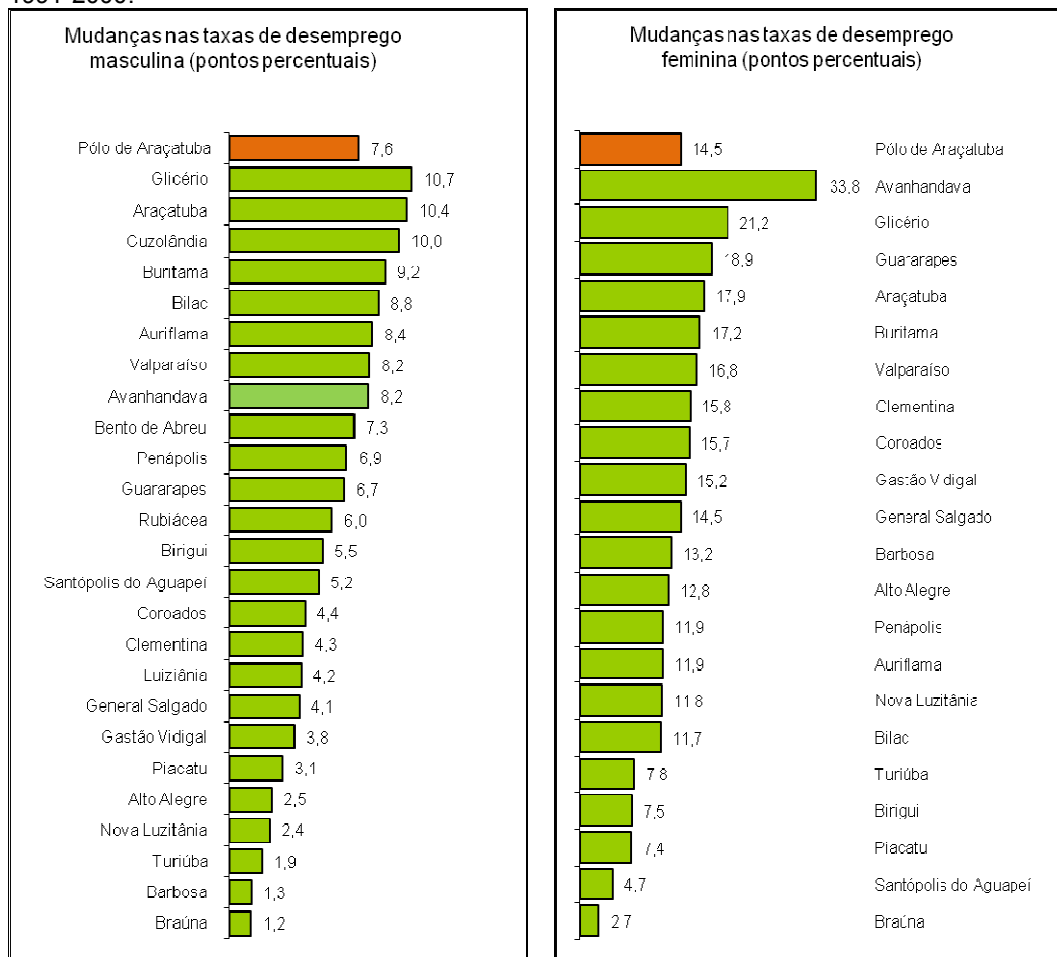
No que se refere às mudanças nas taxas de desemprego estas foram positivas tanto para os homens como para as mulheres, sendo mais intensas entre as mulheres. Os aumentos nas taxas de desemprego masculinas variaram de 1,2 pontos percentuais em **Braúna** a 10,7 pontos em **Glicério**, enquanto as femininas variaram de 2,7 em **Braúna** a 33,8 em **Avanhandava** (Gráfico 15).

Destaca-se o fato de o município de **Braúna** possuir as menores variações da taxa de desemprego tanto masculina quanto feminina.

Em síntese, pode-se concluir que a ampliação do número de domicílios com mulher com renda ocorreu de forma generalizada e intensa nos municípios do Pólo regional de Araçatuba, com exceção do município de Rubiácea. Essa ampliação, de forma análoga à verificada para as regiões metropolitanas e pólos regionais do estado de São Paulo, foi mais importante que o aumento da participação da renda da mulher na renda domiciliar. Quanto às taxas de ocupação estas aumentaram para as mulheres e diminuíram para os homens. Já as taxas de desemprego aumentaram tanto para os homens quanto para as mulheres.



Gráfico 15
Mudanças nas taxas de desemprego masculina e feminina (em pontos percentuais)
Pólo regional de Araçatuba e Municípios
1991-2000.



Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000. IBGE. Microdados.



3. Políticas sociais no Pólo Regional de Araçatuba

Introdução

Neste item são apresentados para o Pólo Regional de Araçatuba os aspectos da política de proteção social privilegiados pelo atual Projeto, quais sejam, o mapeamento e o acesso aos programas de transferência de renda, o acesso e a qualidade dos serviços básicos de educação e de saúde.

Para a realização do estudo das políticas sociais recorreu-se a um conjunto de informações oriundas tanto de fontes oficiais, como de levantamento de campo. A pesquisa de campo, de caráter qualitativo e complementar, visou mapear os programas de transferência de renda e os programas de apoio ao migrante nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo, relatados com maior detalhe no Documento 1 – Relatório Consolidado. Nesse levantamento foram realizadas entrevistas com os agentes institucionais envolvidos.

O item 3.1. apresenta o perfil dos programas de transferência de renda implementados na o Pólo Regional de Araçatuba. O mapeamento dos programas de transferência identifica os programas presentes na região, a parcela atendida da população alvo, bem como os principais problemas na implementação do Programa Bolsa Família e dos programas de transferência de renda de natureza municipal.

Os itens 3.2 e 3.3. contemplam, no âmbito das políticas públicas, por um lado o acesso de segmentos específicos da população às políticas básicas de educação e de saúde e, por outro, a disponibilidade de equipamentos e serviços pelos órgãos competentes.

3.1. Os programas de transferência de renda no Pólo Regional de Araçatuba - Mapeamento e Acesso

O Pólo Regional de Araçatuba apresenta em 2007, de acordo com a Contagem Populacional realizada pelo IBGE, um total de 636.445 habitantes, apresentando tamanho da população próximo dos Pólos Regionais de Bauru e Presidente Prudente e menores contingentes, quando comparado aos demais Pólos Regionais Paulistas e Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, analisadas por este Projeto. Para o mesmo ano, segundo estimativas do IPEA utilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Pólo de Araçatuba apresenta 23.426 mil famílias pobres assim classificadas por terem renda *per capita* de até meio salário mínimo vigente (Tabela 15).

Pólo Econômico de Araçatuba



Considerando o conjunto dos programas de transferência de renda que tomam a família como unidade beneficiária incluindo-se entre estes os programas de natureza federal e aqueles de natureza estadual, tem-se, em 2007, a estimativa próxima de 114% de famílias classificadas como pobres que recebem algum tipo de benefício no Pólo Regional de Araçatuba. O município de Araçatuba, sede do Pólo, possui 121,64% das famílias pobres beneficiadas por Programas de Transferência de Renda; o município de Brejo Alegre foi o que apresentou a maior proporção de famílias classificadas como pobres com cobertura pelos referidos programas de transferência de renda, da ordem de 175% (ver Tabela 16).

Os programas de transferência de renda que tomam as famílias como unidade beneficiária são: Bolsa Família, Renda Cidadã e Ação Jovem, sendo o primeiro de natureza federal e os outros dois de natureza estadual. Os outros programas de transferência de renda têm o indivíduo como beneficiário e para o cumprimento das condicionalidades. Dentre estes devem ser mencionados os programas federais BPC (Benefício de Prestação Continuada), o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o Programa Agente Jovem. Deve-se mencionar ainda que estes programas federais, o primeiro dirigido a idosos e a deficientes e aqueles dirigidos à criança e ao adolescente - PETI e Agente Jovem - embora dirigidos ao indivíduo, têm como referência para a seleção do beneficiário dados familiares de renda. Atenta-se também para o fato de que o PETI em 2007 encontrava-se em transição para o Bolsa Família e atualmente encontra-se integrado a este. O Programa Agente Jovem, por sua vez, transformou-se em ProJovem Adolescente¹⁸.

A porcentagem de famílias abaixo da estimativa de pobreza (IPEA-MDS) atendidas pelo programa federal Bolsa Família é de 88,84% no Pólo Regional de Araçatuba, porcentagem quando comparada com as outras RMs e os Pólos Regionais evidencia cobertura relativamente menor do programa em relação à população alvo; em situação de cobertura próxima a esta, são também encontrados o Pólo de São José do Rio Preto (80,1%), e a Região Metropolitana de São Paulo (83,4%) (Tabela 15). Constatou-se no Pólo Regional de Araçatuba que a cobertura do Programa Bolsa Família atinge a totalidade das famílias classificadas como pobres principalmente nos maiores municípios e que nos municípios menores o acesso das famílias pobres a esse programa é menor (Tabela 16).

¹⁸ O ProJovem Adolescente tem como objetivos: o retorno e a permanência na escola, proteção social básica e assistência às famílias. Além de atender adolescentes de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo, o programa privilegia jovens atendidos pelo Bolsa Família e participantes do PETI. Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 15
Programas Federais e Estaduais de Transferência de Renda: famílias atendidas e cobertas
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
2007

Região ou Pólo Regional	Programas Federais de Transferência de Renda				Programas Estaduais de Transferência de Renda				Programas Federais de Transferência de Renda									
	Famílias (Programas 2007)	Estimativa Famílias (2004)	Bolsa Família		Programa Renda Cidadã (R1)		Renda Cidadã		Ação Jovem		Bolsa Família		BPC		FAP		Ação Jovem	
			Famílias Beneficiárias	Famílias % de famílias atendidas em relação ao universo de pobres (PMA 2004)	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias
MG São Paulo	10.228.428	100.000	444.424	4,4	1.849	0,02	84.401	0,8	35.425	0,3	180.000	1,8	79.725	0,8	105.100	1,0	10.071	0,1
MS Renda Social	1.000.141	40.000	11.411	1,1	184	0,02	1.408	0,1	2.500	0,2	15.000	1,5	4.000	0,4	10.117	1,0	2.000	0,2
MS Cidadão	2.000.201	80.000	11.411	1,1	184	0,02	1.408	0,07	4.401	0,2	40.000	2,0	11.000	1,1	10.000	1,0	2.000	0,2
Pólo Araçatuba	100.000	10.000	10.000	10,0	1.111	1,1	2.700	2,7	2.000	2,0	10.000	10,0	14.111	14,1	4.000	4,0	100	0,1
Pólo Bauri	500.000	50.000	11.411	2,3	247	0,05	1.500	0,3	1.700	0,3	10.000	2,0	2.000	0,4	4.411	0,9	200	0,04
Pólo Presidente Prudente	500.000	50.000	11.411	2,3	1.700	0,3	2.200	0,4	4.400	0,9	10.000	2,0	4.000	0,8	4.700	0,9	200	0,04
Pólo Ribeirão Preto	1.000.000	100.000	11.411	1,1	184	0,02	1.408	0,1	1.800	0,2	10.000	1,0	4.000	0,4	10.000	1,0	2.000	0,2
Pólo São João del-Rei	500.000	50.000	11.411	2,3	247	0,05	1.500	0,3	2.000	0,4	10.000	2,0	4.000	0,8	4.411	0,9	200	0,04
Pólo São João del-Rei Pólo	114.200	11.420	11.411	10,0	122	0,1	1.172	1,0	1.000	0,9	10.000	8,8	1.000	0,9	1.000	0,9	100	0,1
Pólo Sorocaba	1.000.000	100.000	11.411	1,1	184	0,02	1.408	0,1	2.075	0,2	10.000	1,0	4.000	0,4	10.000	1,0	2.000	0,2

Fonte: Tabela de dados de referência sobre o MDS. Em parceria com o governo federal, o governo do Estado de São Paulo, em parceria com o governo do Rio de Janeiro, realizou o Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais de Bauri e do Pólo de Presidente Prudente e Sorocaba com as Famílias 10000, NEPP/NEPP/100000-100000.
 (1) Dados em mil famílias. (2) Dados em mil famílias.
 (3) Estimativa de famílias pobres.

Através das entrevistas realizadas no trabalho de campo, foi possível observar que ocorre combinação dos diversos programas na composição do benefício recebido pelas famílias, possibilitando maior cobertura e evitando maiores disparidades entre as famílias beneficiárias. Dessa maneira observou-se, através da pesquisa nos municípios do Pólo de Araçatuba a complementaridade entre o Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de renda.

A análise dos dados obtidos junto ao MDS, governo federal, e junto ao Sistema Pró-Social do Estado de São Paulo, organizados nas Tabela 15 e 16, evidencia que embora na média regional Pólo de Araçatuba não seja muito elevada a cobertura dos programas de natureza estadual em relação às famílias classificadas como pobres pelo MDS, é mais elevada em muitos municípios pequenos deste Pólo Regional. Tomando-se como referência o total de famílias pobres constata-se que são atendidas pelo Programa Renda Cidadã cerca de 12% delas e, que são atendidas pelo Programa Ação Jovem, cerca de 8% (Tabela 16). Outra constatação é que ambos os programas estaduais estão presentes em todos os municípios do Pólo Regional de Araçatuba.

Nos municípios menores esses percentuais apresentam vários valores, mas na maior parte deles o Programa Renda Cidadã atende entre 22% e 58% das famílias classificadas

Pólo Econômico de Araçatuba



como pobres, enquanto a cobertura Programa Ação Jovem nesses pequenos municípios concentra-se entre 12% e 46% das famílias. Tomando-se como exemplo o caso do município de **Nova Castilho**, que apresenta a menor renda per capita do Pólo de Araçatuba, e população de 1.507 habitantes, no qual a cobertura estimada do programa Bolsa Família é de 25%, nota-se que é complementado pelos programas estaduais Renda Cidadã (32,6%) e Ação Jovem (43,5%), atingindo nessa soma cerca de 101% das famílias pobres. O município de **Guzolândia**, segunda menor renda do pólo e população de 4.637 habitantes, apresentou por sua vez cobertura de 80,2% do programa federal Bolsa Família, complementado pelos programas estaduais Renda Cidadã (33,6%) e Ação Jovem (8,6%).

Da mesma maneira, no município de **Araçatuba**, sede do Pólo de Araçatuba, em 2007 foram atendidas 5.869 famílias pelo Programa Bolsa família, abrangendo cerca de 103,6% das famílias pobres. Considerando-se ainda os programas estaduais voltados para as famílias, cerca de 619 famílias recebem transferências de renda do Programa Estadual Renda Cidadã (10,93%) e 288 famílias (5,08%) do Programa Estadual Ação Jovem, nesse município.

Devem-se acrescentar duas informações: a primeira é que uma família pode receber benefício de mais de um programa de transferência de renda e, outra informação, é que dificilmente será atendida a totalidade das famílias que seriam o público alvo desses programas.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 16
Programas Federais e Estaduais de Transferência de Renda: famílias atendidas e cobertura
Pólo Regional de Araçatuba
2007

Município	Indicadores			Programas Federais de Transferência de Renda				Programas Estaduais de Transferência de Renda						Programas Federais de Transferência de Renda				
	População (Contagem 2007)	Estimativa Famílias Pobres	Percentual de Pobreza (%)	Bolsa Família		Total dos Programas Remanescentes (1)		Renda Cidadã		Ação Jovem		Subtotal		BPC		PETI	Agente Jovem	
	Pessoas (Contagem 2007)	Famílias (PEA 2004)	% da estimativa de pobres* (PEA 2004) em relação à população (Contagem 2007)	Famílias Beneficiárias	Cobertura de Bolsa Família % de famílias atendidas sobre a estimativa de pobreza (PEA 2004)	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Pessoas com Deficiência (PCD)	Meses	Total de Beneficiários	Total de Beneficiários	Total de Beneficiários
Pólo Araçatuba	636.448	23.428		20.811	88,8	5.113	4,8	2.768	11,8	2.037	8,7	25.728	114,1	4.044	4.022	8.968	386	306
Alto Alegre	4.157	339	37	152	45,7	57	17,1	58	17,4	30	9,0	207	39,2	27	34	61	0	-
Araçatuba	178.830	5.665	11	5.860	103,0	115	2,0	819	10,9	268	5,1	9.891	121,6	1.441	1.648	3.087	85	-
Auriflama	13.751	803	30	431	53,7	39	4,1	46	5,7	37	4,6	547	99,1	95	90	175	-	25
Avanhandava	10.877	566	18	570	100,7	5	0,9	30	5,2	48	8,5	652	115,4	64	48	136	-	-
Barroca	6.454	438	23	452	103,5	36	8,7	28	9,4	41	9,4	559	127,9	62	68	130	10	-
Barro de Alva	2.740	107	13	75	70,1	5	4,7	58	54,2	39	36,4	177	165,4	30	21	41	-	50
Bea	6.505	246	12	245	99,5	5	1,2	70	26,5	90	26,9	368	148,6	70	34	94	-	25
Bingá	103.395	2.584	6	2.894	109,4	209	8,2	239	8,2	154	6,0	3.377	181,7	849	638	1.173	50	-
Boiana	4.706	227	18	188	87,3	5	1,3	29	12,8	30	13,2	261	115,0	25	13	38	-	-
Brasão Alegre	2.432	183	30	207	112,0	26	15,8	56	32,2	36	14,2	521	175,4	19	11	30	-	-
Buriana	14.735	853	30	780	91,4	61	7,2	50	5,9	97	11,4	988	115,8	227	64	291	150	25
Camacim	6.080	262	15	266	113,8	9	3,4	68	24,0	94	32,1	454	173,3	33	18	51	18	-
Caradão	4.881	295	18	350	119,0	47	19,4	30	11,8	34	9,4	361	148,4	37	23	60	-	-
Guilherme Moniz	2.888	119	15	76	64,1	4	5,4	40	33,8	30	25,2	150	126,1	18	3	19	-	-
Osório Volpato	3.859	242	21	232	96,0	7	2,9	58	24,0	90	20,7	347	143,4	53	5	58	-	-
General Salgado	131.255	5.440	10	1.604	55,9	58	1,7	150	4,4	91	2,8	2.225	64,6	808	408	1.216	-	25
Guapiaçu	4.268	303	23	269	88,8	12	4,0	40	19,2	25	8,3	346	114,2	27	33	60	-	-
Guarapuava	20.892	1.508	18	1.152	76,4	91	6,0	119	7,3	99	6,9	1.452	96,3	427	324	751	-	50
Guatubera	4.537	361	26	269	90,3	54	15,0	119	33,0	31	8,8	405	136,8	40	26	66	-	25
Lourdes	1.874	200	34	164	87,6	30	15,0	75	37,5	29	14,5	258	119,0	10	-	10	-	-
Luziânia	4.782	305	23	317	103,9	96	19,4	29	9,5	34	9,2	430	147,0	48	23	65	-	-
Nova Castilho	1.957	92	20	29	25,0	0	0,0	30	32,8	40	43,5	93	101,1	1	1	2	-	-
Nova Luziânia	3.408	160	18	94	58,9	5	3,1	87	54,4	74	46,3	260	162,5	31	6	37	-	-
Parapetí	56.881	2.113	13	2.235	105,8	144	6,8	89	4,2	220	10,4	2.888	127,2	367	307	764	68	-
Piaçatu	5.069	274	18	263	95,8	4	1,5	38	18,9	29	10,6	334	121,9	86	13	69	-	50
Polibrança	2.501	145	20	111	76,7	5	2,1	61	42,1	60	41,4	235	162,1	28	18	46	-	-
Santo Antônio do Aracanguá	7.036	336	16	158	47,3	0	0,0	199	68,3	57	17,0	412	122,8	28	25	53	-	-
Santópolis do Aguapeí	4.086	273	23	268	76,2	22	5,1	68	25,3	90	29,3	379	138,8	29	38	47	-	-
São João da Boa Vista	1.732	133	28	75	89,6	1	0,9	39	22,8	30	15,0	126	94,7	2	2	4	-	-
Turibio	1.947	136	24	92	67,8	5	2,2	38	26,5	38	28,7	170	105,0	22	9	31	-	-
Valparaíso	20.927	784	13	628	105,3	5	0,6	158	20,2	87	11,1	1.078	157,2	202	122	324	-	25

Finep: FINEP, Mapa de Informação Social SACS-INDS. Em: <http://misi.gov.br/misiag>. Acesso em: 26/11/2008. Estaduais: Sistema Pró-Social do Estado de São Paulo. Em: www.prosocial.sp.gov.br. Acesso em: 18/11/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPOM/CAV/P-FINEP.
(1) Auxílio-Ger, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação.
* Estimativa de pobres INDS.

Pólo Econômico de Araçatuba



Nos municípios visitados por ocasião da pesquisa de campo no pólo Regional de Araçatuba: o município-sede **Araçatuba**, **Birigui** e **Valparaíso**, constatou-se em todos a existência dos programas federais Bolsa Família e BPC. Os programas PETI e Agente Jovem não foram encontrados em todos os municípios, ou seja, o PETI não foi encontrado no município de **Valparaíso**, assim como o Programa Agente Jovem não foi observado em **Araçatuba** e **Birigui**. Os programas estaduais, Renda Cidadã e Ação Jovem foram também encontrados em todos os municípios pesquisados, seguindo a tendência observada nas Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais do Estado de São Paulo analisados por este Projeto.

Quadro 1
Programas de transferência de renda vigentes nos municípios pesquisados, ordenados por tamanho Pólo Regional de Araçatuba 2007

Pólos	Tamanho	Municípios	Federais				Estaduais		Municipais
			Bolsa Família	PET I	Agente Jovem	BP C	Renda Cidadã	Ação Jove	
Araçatuba	mais de 100 mil	Araçatuba - SEDE							
		Birigui							
	mais de 20 até 50 mil	Valparaíso							
Bauru	mais de 100 mil	Bauru - SEDE							
	mais de 50 até 100	Lencóis Paulista							
	mais de 20 até 50 mil	Pederneiras							
Presidente Prudente	mais de 100 mil	Presidente Prudente -							
	mais de 20 até 50 mil	Rancharia							
	até 20 mil	Euclides da Cunha							
Ribeirão Preto	mais de 100 mil	Ribeirão Preto - SEDE							
		Sertãozinho							
	mais de 20 até 50 mil	Barrinha							
São José do Rio Preto	mais de 100 mil	São José do Rio Preto -							
	mais de 50 até 100	Mirassol							
	até 20 mil	Bady Bassit							
São José dos Campos	mais de 100 mil	São José dos Campos -							
		Jacareí							
	até 20 mil	Santa Branca							
Sorocaba	mais de 100 mil	Sorocaba - SEDE							
		Itu							
	até 20 mil	Tapiraí							

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais – Pesquisa de campo. NEPP/NEPO/IE-UNICAMP. 2007. Convenio FINEPUNICAMP.

A pesquisa de campo é a única fonte de informação sobre os programas municipais, pois não existem registros oficiais para os mesmos, de forma distinta do que atualmente ocorre com os programas federais e estaduais. Dessa maneira, a pesquisa de campo



evidenciou no Pólo de Araçatuba a presença de apenas um programa municipal de transferência de renda entre os municípios visitados.

Programas Municipais de transferência de renda

Considerando-se os três municípios visitados durante a pesquisa de campo no Pólo Regional de Araçatuba, foi encontrado um programa municipal de transferência de renda no município de menor tamanho entre eles, **Valparaíso**, que apresenta população de 20.800 habitantes (Quadros 1 e 2).

O Programa Municipal de Transferência de Renda do município de **Valparaíso** é o Programa Jovem Cidadão¹⁹. Trata-se de um programa voltado para a população jovem, atendendo a um público que também poderia ser beneficiário dos Programas Estaduais Ação Jovem (voltado para a família) e Agente Jovem (também voltado para o indivíduo), cujo objetivo é estimular o protagonismo dos jovens. O valor do benefício é de R\$ 65,00 por jovem, composto unicamente por recursos do município de Valparaíso. É coordenado e articulado ainda pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), com o apoio da DRADS – Araçatuba. Da mesma maneira como a maior parte dos Programas de Transferência de Renda encontrados na Pesquisa de Campo (2007), o programa Jovem Cidadão tem a frequência escolar como condicionalidade para permanência do benefício.

¹⁹ Informações sistematizadas no Relatório Municipal da Pesquisa de Campo. FINEP/NEPP/NEPO/IE. 2007. **Pesquisa de Campo - Relatório Municipal de Valparaíso**, Pólo Regional de Araçatuba, 2007 e na Base de Dados - Pesquisa de Campo, Módulo 2B, 2007.



Quadro 2
Beneficiários dos Programas Municipais de Transferência de Renda
Pólos Regionais Paulistas
2007

RM/Pólo	Municípios	Programas Municipais de Transferência de Renda	Beneficiários	
			Famílias	Pessoas
São Paulo	Diadema	Adolescente Aprendiz	-	200
		Bolsa Aluguel	166	-
		Bolsa Transporte	-	15.000
	Guarulhos	Bolsa auxílio Desemprego	-	850
		Programa de Oportunidade ao Jovem	-	1.500
	Osasco	Bolsa Trabalho	-	152
		Começar de Novo Operação Trabalho	100 430	- -
Sto. André	Família Andreense	1.670	-	
	GTS (Geração de trabalho e interesse social)	1.500	-	
São Bernardo do Campo		Rotativo Cidadão	-	258
		Turma Cidadã	-	500
		PEAT - Programa educativo adolescente para o trabalho	-	440
		PRODESIP	-	500
São Paulo		Usina Sócio-Educativa	-	103
		Renda Mínima	113.132	486.467
Baixada Santista	Praia Grande	PAD (Programa de apoio ao desempregado)	-	200
		Programa Fênix - População em Situação de Rua	-	39
	Santos	Programa Nossa Família	500	-
		Vovô Sabe Tudo (Valorização da Pessoa Idosa) Programa de Valorização do Jovem	- -	90 50
Campinas	Campinas	Programa de Geração de Renda Mínima	3.118	12.400
Araçatuba	Valparaíso	Jovem Cidadão	16	16
Presidente Prudente	Euclides da Cunha Paulista	Programa de Capacitação e Qualificação Profissional de Desempregados e Frentes Emergenciais de Trabalho	-	66
		Presidente Prudente	Criança Cidadã	140
			Cuidadores de Idosos (Valo vovô)	-
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Bolsa do Horto	-	90
		Auxílio as Famílias Carentes de Recursos Materiais	-	90
		Família Substituta	131	-
		Renda Mínima	564	-
		Apoio Alimentar	2.757	-
São José dos Campos	Santa Branca	Programa Lar Hospedeiro	2	-
	São José dos Campos	Bolsa Auxílio de Qualificação	1.430	1.430
		Renda Mínima Vida em Família	850 60	- -
São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Bolsa-Escola	3.100	5.300
Sorocaba	Sorocaba	Benefícios para Mães de Gêmeos	-	375
		Projeto Travessia	20	-

Fonte: Pesquisa de Campo. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2007



Principais dificuldades na implementação dos programas de transferência de renda²⁰

Os principais problemas apontados pelos municípios pesquisados no Pólo Regional de Araçatuba tiveram como centro dificuldades relacionadas à infra-estrutura e aos recursos humanos, neste último aspecto referindo se à quantidade insuficiente de profissionais e à necessidade de investimento em capacitação das equipes. Assim, nos municípios de **Araçatuba** e **Valparaíso**, observam-se dificuldades na execução e acompanhamento dos programas que transferem renda, principalmente devido a problemas com a infra-estrutura e pessoal. Além destes, **Araçatuba** encontra dificuldades na implementação dos programas de transferência de renda, por enfrentar resistências colocadas pela perspectiva assistencialista e clientelista ainda vigentes.

A falta de pessoal é questão relevante nos três municípios, mas sob diferentes características. Em **Valparaíso** a falta de pessoal é problema estrutural, já que faltam profissionais para todos os tipos de ações relacionadas aos programas de transferência de renda. Já nos municípios de **Araçatuba** e **Birigui** há falta de pessoal tanto para as atividades envolvidas no o acompanhamento das famílias, como para a execução de ações complementares às transferências de renda. Porém este problema é mais significativo em **Araçatuba** em virtude da população atendida nos programas ser maior.

Também foram diagnosticados problemas quanto a concentração e superposição de funções na execução dos programas de transferência de renda, o que promove grandes dificuldades na rotina de trabalho dos técnicos. Esse fato comum aos municípios é apontado como um problema maior nos municípios de **Valparaíso**, onde duas assistentes sociais responsáveis executam desde o cadastramento até as ações sócio-educativas dos distintos programas.

Tais dificuldades de acúmulo de encargos são comuns às outras regiões estudadas, sejam metropolitanas ou pólos regionais e são evidenciadas por dados apresentados no Documento 1 deste projeto, que consolida informações das regiões pesquisadas.

²⁰ Este tópico e os seguintes têm por referências informações organizadas em documentos do atual Projeto. São eles: a) FINEP/NEPP/NEPO/IE. 2007. **Relatório da Pesquisa de Campo – Pólo Regional de Araçatuba**, Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas; b) FINEP/NEPP/NEPO/IE. 2009. **Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas. Capítulo 3., Item 3.1.



Tratando-se de dificuldades específicas na implementação de cada programa, e iniciando se pelo programa municipal de transferência de renda identificado em **Valparaíso** - Programa Municipal Jovem Cidadão -, pode-se mencionar que as principais estão relacionadas a dificuldades para a ampliação do programa e para garantir a permanência dos jovens na escola.

Considerando as dificuldades apontadas pelo programa de transferência de renda de maior abrangência, o Bolsa Família, observa-se no Pólo de Araçatuba que as principais dificuldades estão relativas aos Recursos e Infra-Estrutura, aos Recursos Humanos (Qualificação), a Relações entre esferas de governo, ao Acompanhamento das Condicionais e a Falta de vagas no programa.

Ampliando a análise das dificuldades encontradas na implementação do Programa Bolsa Família para o conjunto de municípios pesquisados nas Regiões Metropolitanas e os Pólos Regionais Paulistas, fica patente que as principais deficiências apontadas em relação ao item Recursos e Infra-Estrutura são apresentadas pelos maiores municípios ²¹. A principal deficiência apontada por sete dentre estes municípios, incluindo-se as sedes das regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista, refere-se a recursos insuficientes para a realização de visitas para o acompanhamento das famílias beneficiárias, havendo destaque para as deficiências de funcionário para exercer as tarefas necessárias e a necessidade de veículo para locomoção. Estas funções são executadas pela prefeitura municipal e explicita a dificuldade imposta pelo porte do município. Desse modo foi possível captar através da pesquisa de campo que a rápida expansão do Programa Bolsa Família entre os anos de 2004 e 2007, apontada na análise para o conjunto das regiões e pólos regionais não foi devidamente acompanhada da ampliação da estrutura básica necessária para seu funcionamento, como foi apresentada no Documento 1. Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo parte desta pesquisa.

Da mesma forma, a análise dos municípios menores, traz evidências de que as deficiências decorrentes da rápida expansão do Programa Bolsa Família também se fazem sentir nos menores municípios em análise nas Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais do Estado de São Paulo. Tomando-se como referência para qualificar os municípios menores

²¹ A análise que se segue baseia-se no documento de pesquisa referido: FINEP/NEPP/NEPO/IE. 2009. **Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas. Capítulo 3., Item 3.1.



aqueles com população de até 50 mil habitantes, constata-se que estes também apresentam deficiência de veículo e de funcionário para desempenhar a atividade de acompanhamento das famílias beneficiárias.

Assim, as limitações relacionadas a Recursos e Infra-Estrutura afetam de distintas maneiras os municípios maiores e os menores das três regiões metropolitanas paulistas e dos sete pólos regionais pesquisados.

Por outro lado, as deficiências relacionadas com a Equipe, ou seja, com os profissionais envolvidos na operação, afetam menos os municípios grandes da RMSP, porém surgem em municípios grandes e pequenos das demais regiões metropolitanas e dos pólos regionais. Com relação a esse aspecto, são apontadas com maior frequência a falta de profissionais ou equipe reduzida frente às demandas e ao tamanho do programa. Em segundo lugar e de maneira mais acentuada nos municípios das regiões metropolitanas da Baixada Santista e Campinas e também em alguns dos pólos, foi apontada a falta de capacitação permanente e a baixa capacitação dos profissionais que integram a equipe.

Um terceiro aspecto com maiores indicações de dificuldades nessas regiões e pólos é relativo ao Acompanhamento de Condicionalidades. Deve-se ressaltar que essa deficiência é apontada nas regiões metropolitanas paulistas como a segunda maior dificuldade na implementação do programa Bolsa Família, enquanto nos pólos regionais aparece como sendo a primeira maior dificuldade, conforme apresentado no Gráfico 16. Como se sabe, em sua execução o Programa Bolsa Família deve contar com ações articuladas entre as secretarias municipais de assistência, educação e saúde que acompanham e informam sobre o cumprimento das condicionalidades e a secretaria que realiza a gestão do benefício. Nesse sentido, a principal dificuldade apontada reside na relação entre as esferas de governo, principalmente pelos municípios menores de 100 mil habitantes tanto das regiões metropolitanas, como nos municípios nessa classe de tamanho dos pólos regionais, bem como por alguns maiores. A dificuldade apontada refere-se à falta de articulação entre as secretarias envolvidas, ou seja, de educação, de saúde e de assistência social ou outra secretaria que esteja gerindo o programa. Dessa falta de articulação decorre a dificuldade de obtenção das informações sobre o acompanhamento das condicionalidades relacionadas à educação e à saúde mencionadas nas entrevistas.

Outro aspecto no controle das condicionalidades, mais freqüente nas regiões metropolitanas do que nos Pólos, embora seja uma queixa também nos municípios destes, refere-se ao acompanhamento das famílias. É ressaltada a dificuldade de localização das

Pólo Econômico de Araçatuba



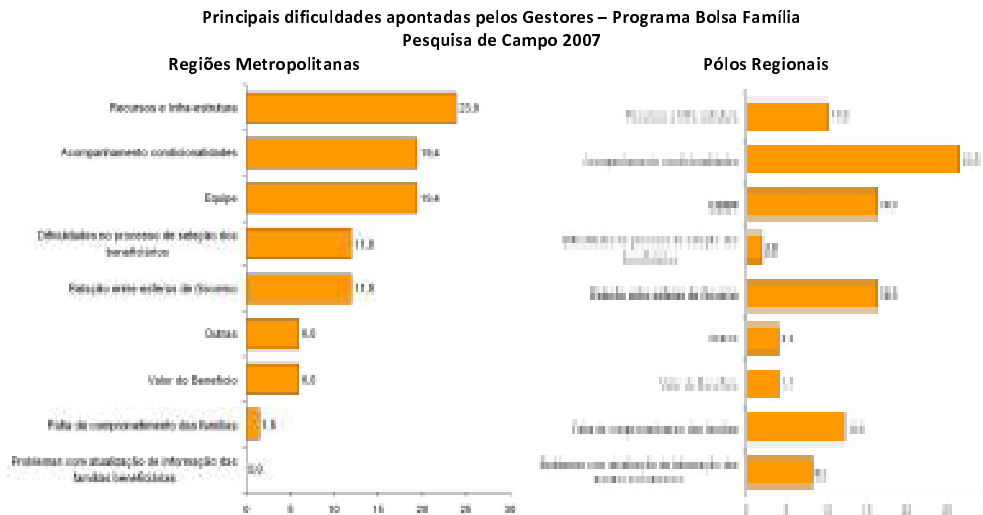
famílias e de interação com aquelas que apresentam dificuldades no cumprimento das condicionalidades. No caso das dificuldades com as famílias, estas são provocadas por mudanças de endereço e de cidade, bem como pela não atualização dos cadastros. No caso das regiões metropolitanas essas dificuldades estão associadas à complexidade do urbano e ao volume da população atendida; nos pólos regionais essas dificuldades, em alguns casos estão relacionados à mobilidade da população e, possivelmente, à migração sazonal ligada à produção agrícola.

Como fica evidente no gráfico abaixo, em ordem de importância segue-se a dificuldade de maior comprometimento das famílias com o cumprimento das condicionalidades e com a frequência a atividades complementares ao programa, sendo citado o comprometimento insatisfatório com atividades de capacitação para geração de renda. Esta dificuldade é apresentada com maior frequência nos municípios dos pólos regionais.

Outro aspecto ressaltado é o valor do benefício. Uma das dificuldades relativas ao programa Bolsa Família, apontadas pelos entrevistados é o baixo valor em relação à realidade do município, evidenciando a necessidade de ajustes regionais para o valor das transferências de renda no caso para o Estado de São Paulo. A inadequação do valor do benefício à realidade das cidades é apontada com maior frequência nos municípios das Regiões Metropolitanas Paulistas, mas também é apontada nos municípios maiores dos pólos regionais.



Gráfico 16
Principais dificuldades apontadas pelos Gestores – Programa Bolsa Família
Pesquisa de Campo
2007



Fonte: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

No entanto, sobre os programas municipais de transferência de renda, os municípios relataram não enfrentar muitas dificuldades na sua implementação e quando estas existem são consideradas menores do que as enfrentadas na implementação dos programas de responsabilidade de outros níveis de governo, segundo entrevistas realizadas pela pesquisa de campo. Este fato pode estar relacionado à própria natureza municipal dos programas, que por dependerem exclusivamente de recursos e de decisões políticas do âmbito municipal, muitas das dificuldades podem ser mais facilmente solucionadas.

Entre as dificuldades apontadas pelos programas municipais, as principais referem-se a limitações relativas aos recursos e infra-estrutura, tendo sido mencionadas a falta de local para realizar as atividades; falta de pessoal para realizar o acompanhamento e monitoramento; a falta de recursos para ampliar o programa e para a formação de profissionais capacitados.

Outras dificuldades apontadas relacionam-se à insuficiência de vagas, observada pelos gestores, frente à grande demanda pelos programas, à falta de adesão das famílias ao programa, à alta rotatividade de beneficiários em alguns programas e, à falta de recursos de uma forma mais ampla.

Pólo Econômico de Araçatuba



Quadro 3

Dificuldades citadas pelos gestores responsáveis pelos programas municipais de Transferência de Renda. Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo – 2007

Regiões Metropolitanas				Dificuldades			
Região	Tamanho	Município	Programa Municipal	recursos e Infra-estr.	com profissionais	valor do benefício	outras
RMSP	mais de 100 mil	Diadema	Adolescente Aprendiz Bolsa transporte Bolsa aluguel				
		Guarulhos	Bolsa Auxílio Desemprego Programa de Oportunidade ao jovem				
		Osasco	Bolsa Trabalho Começar de Novo Operação Trabalho				
		S. Bernardo do Campo	rotativo cidadão Turma Cidadã PEAT - prog.educativo Adolescente para o trabalho PRODESIP (*) Usina sócio-educativa				
		São Paulo	Renda Mínima				
		Sto. André	Família Andreense GTIS (Geração de Trabalho e Interesse Social)				
RMBS	mais de 100 mil	Praia Grande	PAD (Programa de Apoio ao Desempregado)				
		Santos	Programa Nossa Família Prog.Valoriz. do Jovem: Juventude e Comunidade Programa de Inclusão Cidadã - FÊNIX Programa de Valorização do Idoso				
RMCP	mais de 100 mil	Campinas	Programa de Garantia de Renda Mínima Municipal				
		Hortolândia	Frete de Trabalho				

(*) Programa de Desenvolvimento Social e Inclusão Produtiva

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Quadro 4

Dificuldades citadas pelos gestores responsáveis pelos programas municipais de Transferência de Renda. Pólos Regionais do Estado de São Paulo

Pólos Regionais				Dificuldades			
Região	Tamanho	Município	Programa Municipal	com recursos e Infra-estrutura	com profissionais	em controlar condicionalidade	outras
Araçatuba	mais de 20 até 50 mil	Valparaíso	Jovem Cidadão				
P. Prudente	até 20 mil	Euclides da Cunha	C. e Q.de desemp. e Fr. E. de Trabalho (*)				
	mais de 20 até 50 mil	P. Prudente	Criança Cidadã (**) Vale vovô				
Ribeirão Preto	mais de 100 mil	Ribeirão Preto	Bolsa do Horto Auxílio às Fam. Carentes de Rec. Materiais Família Substituta / Família Acolhedora Renda Mínima Apoio Alimentar				
S.J. Rio Preto	mais de 50 até 100 mil	S. J. do Rio Preto	Bolsa - Escola				
S.J. Campos	até 20 mil	Santa Branca	Programa Lar Hospedeiro				
	mais de 100 mil	S. J.dos Campos	Renda Mínima Vida em Família Bolsa Auxílio Qualificação				
Sorocaba	mais de 100 mil	Sorocaba	Gêmeos Travessia				

(*) Programa de Capacitação e Qualificação profissional de desempregados e Frentes Emergenciais de Trabalho

(**) Estadual + Municipal

Fonte: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais – Pesquisa de campo. NEPP/NEPO/IE-UNICAMP. 2007. Convenio FINEPUNICAMP.

Pólo Econômico de Araçatuba



Considerações finais

Em síntese, as principais dificuldades na implementação do Programa Bolsa Família nas regiões metropolitanas paulistas estão mais relacionadas à grande demanda, bem como à necessidade de ampliação de vagas e à falta de recursos para sua implementação. São apontadas deficiências relativas a: recursos e de infra-estrutura; a equipes reduzidas frente à demanda de atendimento e necessidade de capacitação destas, bem como dificuldades para o acompanhamento das condicionalidades. Com menor frequência são apontados: problemas na relação entre as esferas de governo; relativos ao valor do benefício, considerado baixo para a realidade da região.

Nos pólos regionais, os principais problemas apontados são relativos: a dificuldades para o acompanhamento das condicionalidades, apontado como o principal; a equipes reduzidas frente à demanda de atendimento e necessidade de capacitação dos profissionais; problemas na relação entre as esferas de governo; e comprometimento insatisfatório das famílias beneficiárias.

Concluindo, observa-se que os gestores apontaram menores problemas na implementação dos programas municipais em comparação aos federais e estaduais, possivelmente associados ao fato de estes serem menores; de terem sido criados para atender a demandas locais e serem mais adaptados à gestão municipal.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

ANEXO 1 - RESUMO: Características dos Programas Sociais de Transferência de Renda Vigentes - 2007

Programas Federais	Objetivos	Público Alvo	Crítérios de Elegibilidade	Condicionalidades
Bolsa Família (2004) Criado pela LEI No 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Promoção do acesso à saúde, educação e assistência social. Combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional. Estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Combate à pobreza e promoção da intersectorialidade, da complementaridade e da sinergia das ações sociais do Poder Público.	Unidades Familiares em situação de pobreza ou extrema pobreza.	Unidades familiares que se encontrem em situação de: <ul style="list-style-type: none"> Extrema pobreza com renda per capita de até 60 reais; Pobreza com renda mensal per capita entre 60 e 120 reais. 	Manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.
PETI (1996) Integrado ao Programa Bolsa Família pela Portaria GMMDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005. Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Eradicar todas as formas de trabalho infantil no País, em um processo de resgate da cidadania de seus usuários e inclusão social de suas famílias.	Para famílias que tenham filhos, crianças e/ou adolescentes, com idade inferior à 16 anos, expostos à diversas situações de trabalho.	Renda familiar per capita igual ou menor que R\$ 120,00.	Frequência mínima da criança e do adolescente nas atividades de ensino regular e nas Ações Socioeducativas e de Convivência (Jornada Ampliada) no percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco) da carga horária mensal.
Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (2005) Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Promover atividades continuadas que proporcionem ao adolescente, experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, ênfase sobre a educação e o trabalho.	Adolescentes de 15 a 17 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.	Renda familiar inferior a meio salário mínimo. Prioridade para os que estão fora da escola e de programas como: Renda Mínima, PETI, BCC, Bolsa Escola e Liberdade Assistida e egressos de programas sociais.	Frequência às atividades programadas.
BPC/Loas (1996) Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Garantia de renda a pessoas portadoras de deficiência independente da idade, e aos idosos com 65 anos ou mais, que não possuam meios de sustento.	<ul style="list-style-type: none"> Idosos com 65 anos ou mais; Pessoas portadoras de deficiência incapacitadas para o trabalho e para a vida independente. 	<ul style="list-style-type: none"> Renda inferior a um quarto de salário mínimo. Não possuir outro benefício da seguridade social ou de qualquer regime previdenciário. 	Um salário mínimo
Programas Estaduais	Objetivos	Público Alvo	Crítérios de Elegibilidade	Condicionalidades
Renda Cidadã (2005) Governo Estadual Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social	Conceder recurso financeiro temporário visando à melhoria das condições de subsistência das famílias, integradas com ações socioeducativas e de geração de renda.	Famílias em situação de pobreza com renda mensal "per capita" de até R\$ 100,00, priorizando mulheres chefes de família.	<ul style="list-style-type: none"> Residência no município por no mínimo 2 anos. Família com renda mensal "per capita" de até R\$ 100,00. 	<ul style="list-style-type: none"> Participar das ações desenvolvidas pelo município. Manter crianças e adolescentes de 6 (seis) a 15 (quinze) anos matriculados e frequentando a escola; Frequência mínima de 75%; Família com crianças de até 7 (sete) anos com carteira de vacinação atualizada.
Ação Jovem (2005) Governo Estadual Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> Beneficiar jovens com ensino fundamental e/ou médio incompletos e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, priorizando aqueles pertencentes a famílias de renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos. Oferecer condições para o retorno e /ou permanência na escola; Promover ações que capacitem para o mundo de trabalho. 	Jovens na faixa etária de 15 a 24 anos que não puderam frequentar a escola na idade apropriada.	<ul style="list-style-type: none"> Estar com ensino fundamental e/ou médio incompletos, ter domicílio nos setores censitários de alta vulnerabilidade e concentração de pobreza e ter, prioritariamente, renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos. 	Comprovar frequência a cursos do ensino regular e/ou profissionalizante no qual esteja matriculado.

Pólo Econômico de Araçatuba



3.2 Educação Básica no Pólo Regional de Araçatuba

Introdução

O propósito deste capítulo é apresentar de maneira sintética o panorama da educação no Pólo Regional de Araçatuba com foco na educação básica, a qual compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

O capítulo estrutura-se em três partes. Na primeira exploram-se indicadores de contexto onde se evidencia a evolução dos municípios com relação ao analfabetismo, à proporção de adultos com educação básica completa e às taxas de escolarização líquidas obtidas através de tabulações dos censos demográficos de 1991 e 2000.

Na segunda parte, será apresentado o volume de matrículas e de funções docentes para caracterizar as condições de oferta entre 1999 e 2006 e, indicadores de desempenho e rendimento para o ano de 2002. Para esta parte foram utilizadas as informações disponibilizadas pela Fundação SEADE que tomou como fonte os dados do Censo Escolar elaborado pelo INEP/MEC e tabulações do INEP/MEC.

Na terceira parte do capítulo, é realizada uma análise da qualidade do ensino no Pólo Regional de Araçatuba comparativamente aos indicadores estaduais. Para tanto, lançamos mão dos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP - da Secretaria Estadual de Educação no ano de 2007. Os resultados do SARESP permitem avaliar o ensino regular de todas as escolas da rede pública estadual que oferecem a 1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. Nesta etapa, são apresentados os resultados das provas de Língua Portuguesa e Matemática e dos níveis de desempenho em Redação para as 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.

Índice de Analfabetismo da População de 15 anos ou mais anos de idade

Em 1991, o índice de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade no Pólo Regional de Araçatuba foi de 12,8%, valor superior à média estadual que atingiu neste ano 9,7% das pessoas com 15 anos ou mais de idade. Com a queda nas taxas de analfabetismo de cerca de 67%, a região passa a apresentar taxa equivalente a 4,3% de analfabetismo entre a população com 15 anos ou mais, patamar inferior à média estadual no ano 2000 equivalente a 6,1%.

Os municípios localizados no centro do Pólo: Araçatuba, Birigui, Guararapes e Bilac, e, Penápolis a sudeste e, Auriflamma no norte, apresentaram as taxas mais



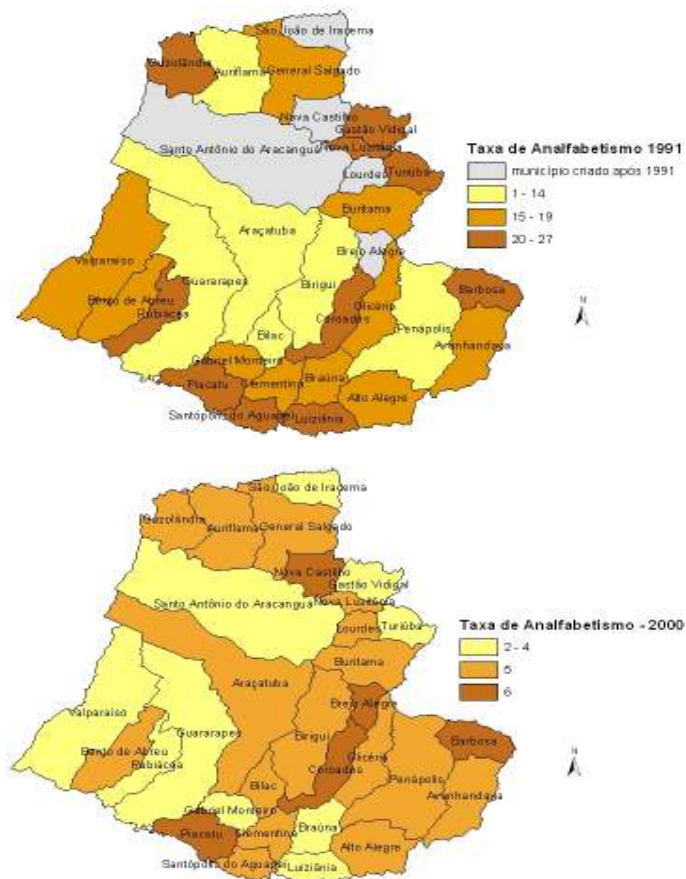
Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

baixas de analfabetismo que variaram entre 9% e 14% da população residente com mais de 15 anos no ano de 1991. Os municípios de Guzolandia, Piacatu, Coroados e Luiziania apresentaram as taxas mais altas de analfabetismo em 1991, taxas superiores a 22%. (Mapas 1 e 2).

No ano 2000 foi possível constatar o avanço conquistado com a queda na taxa de analfabetismo na região em todos os municípios da região. Os municípios de Luiziania, Gastão Vidigal, Guzolandia e Rubiácea tiveram suas taxas reduzidas em mais de 84%.

Mapas 1 e 2



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo

Proporção da população adulta com mais de 12 anos de estudo



Este índice aponta para a proporção da população adulta, definida como aquela na faixa etária entre 25 e 59 anos, que completou o ensino básico e freqüenta ou freqüentou e, concluiu pelo menos um ano do ensino superior.

O Pólo Regional de Araçatuba apresentou, em 1991, proporção de adultos com 12 anos ou mais de estudo de 9,4%, valor inferior à média estadual correspondente a 12,1%. No ano 2000 ficou evidente o avanço conquistado pelo Pólo Regional de Araçatuba que apresentou resultados muito melhores que a média estadual, 18,7% e 14,5% respectivamente.

Em 1991 os municípios de Araçatuba e Penápolis contrastaram dos demais por apresentarem as taxas mais altas em torno de 12,0%. Por outro lado, Glicério, Barbosa e Rubiácea sequer apresentavam 3% da população adulta com pelo menos 12 anos de estudo.

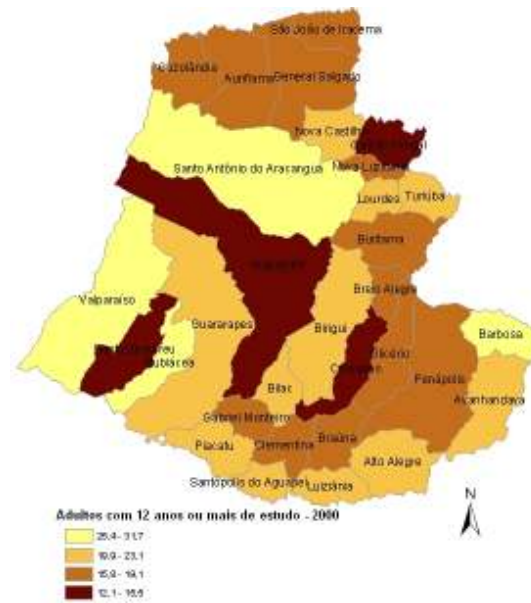
Apesar do censo populacional realizado em 2000 mostrar a grande melhora deste índice para o Pólo Regional de Araçatuba, com incremento de quase 100%, esta melhora não ocorreu de forma homogênea nos municípios. Os municípios centrais da região que concentravam mais população adulta com alta escolaridade em 1991, como Araçatuba e Guararapes, no ano 2000 não são os municípios que concentram maiores proporções de população mais instruída.

Os dados evidenciaram que na década de 90 havia uma probabilidade maior dos municípios localizados na região mais central do Pólo, concentrar população com mais escolarização. Na década seguinte os municípios com maiores proporções de população adulta mais escolarizada estão mais espalhados no Pólo de Araçatuba.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo



Taxas de Escolarização Líquida do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série²²

Em 1991 a Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série no Pólo Regional de Araçatuba já era considerada elevada comparativamente com a de outras regiões da pesquisa e atingiu em média 90,2%, patamar superior ao índice estadual de 87,5%. Enquanto a Taxa de Escolarização Líquida no ano 2000 para o Estado de São Paulo cresceu 2,5% com relação à década anterior, no Pólo Regional de Araçatuba a taxa ficou praticamente estabilizada.

Os municípios que mais incrementaram suas taxas foram: Santópolis do Aguapeí, Gastão Vidigal, Barbosa, e Nova Luziânia. São estes municípios que em 1991 constituíam o grupo com as mais baixas taxas de escolarização líquida.

Em 1991, as taxas líquidas de escolarização do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série nos municípios pertencentes ao Pólo de Araçatuba variaram entre 77,8% e 97,1%. Na década seguinte, foi registrado um intervalo de variação nas taxas maior de 73,9% a 100% entre os municípios do Pólo.

Os municípios com as taxas mais elevada no ano 2000 foram: Santópolis do Aguapeí, Bento de Abreu, Bilac e Barbosa, que apresentaram taxas superiores a 97%.

Os mapas evidenciaram que no início da década o município de Araçatuba, sede do Pólo Regional, era um dos concentravam taxa de escolarização do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série mais elevada com relação aos municípios de seu entorno. Na década seguinte, com a tendência de universalização do ensino Fundamental esta centralidade não fica mais evidente (Mapas 5 e 6).

²² Esse índice representa o percentual da população que frequenta o ensino fundamental entre a 1ª e a 4ª série com idade correspondente a esse nível de ensino, ou seja, entre 7 a 10 anos.

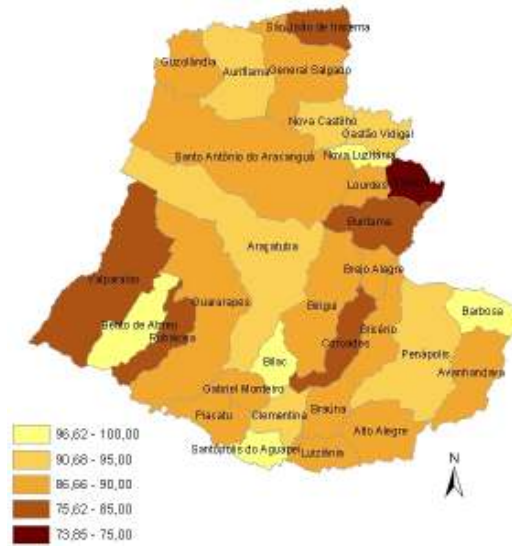


Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

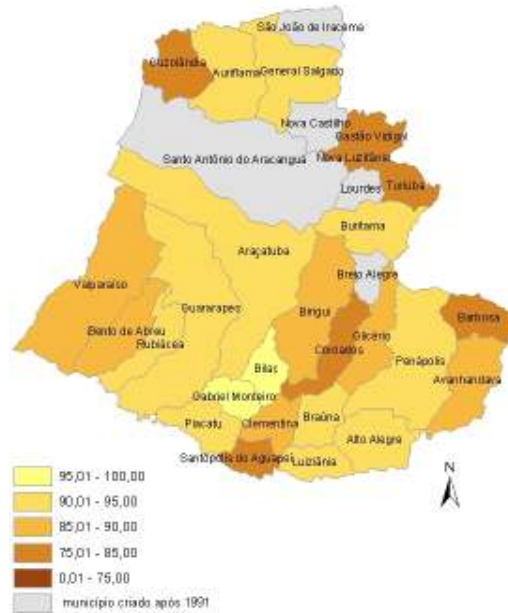
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Mapas 5 e 6

1991



2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo

Pólo Econômico de Araçatuba



Taxas de Escolarização Líquida do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série.

A taxa de escolarização líquida de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental no Pólo Regional de Araçatuba passou de 60% em 1991 para 80,3% no ano 2000.

A taxa de escolarização líquida referente à segunda fase do ensino fundamental apresentou incremento de quase 40% entre as décadas de 90 e de 2000 no Estado de São Paulo e, de quase 34% no Pólo Regional de Araçatuba.

Os municípios de Gastão Vidigal, Coroados, Avanhandava, Guzolandia, Barbosa e Glicério foram os municípios que mais incrementaram suas taxas, com incrementos que variaram entre 70,0% e 97,0%.

Foram estes municípios que em 1991 apresentavam as mais baixas taxas de escolarização líquida do ensino fundamenta de 5ª a 8ª série e, portanto tinham um caminho mais longo a percorrer.

No ano 2000, os municípios com as taxas mais elevadas, isto é, com mais de 85% das crianças de 11 a 14 anos freqüentando a segunda fase do ensino fundamental foram: Nova Castilho, Bento de Abreu, Turiúba, Gastão Vidigal, General Salgado e Auriflana.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Mapas 7 e 8

1991



2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo

Pólo Econômico de Araçatuba



Taxas de Escolarização Líquida do Ensino Médio²³

Aproximadamente 54% dos jovens de 15 a 17 anos no Estado de São Paulo foram atendidos pelo Ensino Médio no ano 2000. Entre o ano de 1991 e o ano 2000 houve um efetivo crescimento da taxa de escolarização que no início do período alcançou apenas 25% dos jovens.

Entre 1991 e 2000 a taxa de escolarização líquida do Ensino Médio cresceu quase 113% no Estado de São Paulo e, 100% no Pólo Regional de Araçatuba. As taxas que em 1991 para o Estado de São Paulo e para o Pólo Regional de Araçatuba foram de 25,2% e 28,2% respectivamente, passaram para 53,6% e 56,4% no ano 2000.

Em 1991 o Pólo Regional de Araçatuba concentrou municípios com taxas líquidas de escolarização do ensino Médio que variaram entre 7,3% e 40,6%. No ano 2000, a variação foi de 41,5% a 81,5%.

Em 1991, General Salgado, Gabriel Monteiro, Bilac, Buritama e Glicério detinham as mais elevadas taxas de escolarização líquida do Ensino Médio da região, superiores a 31%. O mapa 9 mostra que em 1991 um conjunto de municípios mais periféricos do Pólo apresentava baixas taxas de escolarização nesse nível de ensino. Entre eles, destacamos os municípios: ao norte, Nova Luzitania e, na região a sudeste, os municípios de Barbosa, Avanhandava e Alto Alegre.

No ano 2000 os municípios que apresentaram as maiores taxas, ou seja, com mais de 60% dos adolescentes de 15 a 17 anos freqüentando o Ensino Médio foram: ao norte do Pólo os municípios de: Auriflora, General Salgado, Nova Castilho, Gastão Vidigal e Lourdes, a sudoeste: Bento de Abreu e, Coroados na região sudeste (Mapas 9 e 10).

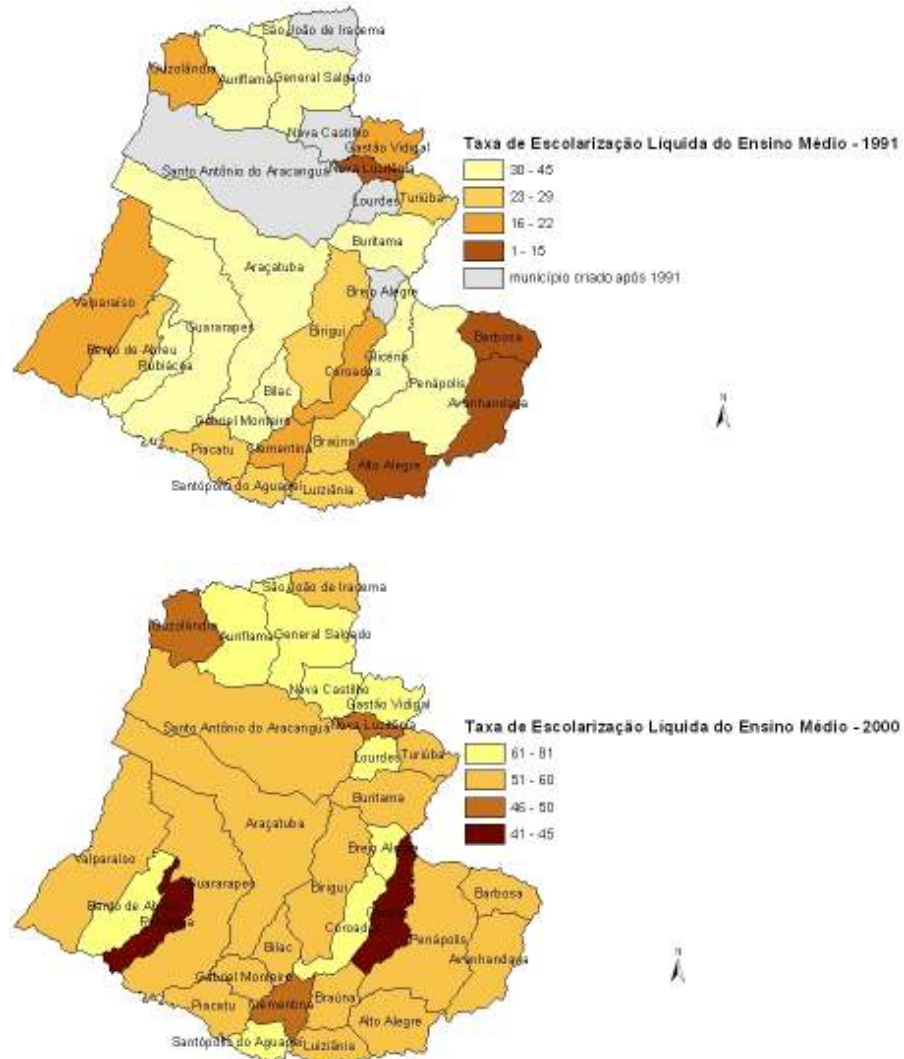
²³ Esse índice representa o percentual da população que freqüenta o ensino médio na idade correspondente a esse nível de ensino, ou seja, entre 15 e 17 anos.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Mapas 9 e 10



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo

Matrículas no Pólo Regional de Araçatuba

De acordo com as informações do Censo Escolar (MEC-INEP), o Pólo Regional de Araçatuba concentrou em 2006 mais de 117 mil matrículas entre os níveis de ensino infantil, fundamental e médio. A educação infantil, formada por creche e pré-

Pólo Econômico de Araçatuba



escola, representou quase 22% do total de matrículas e a maior concentração das matrículas aconteceu na pré-escola (Tabela 17).

No ensino básico, nos níveis Fundamental e Médio, as matrículas do Pólo Regional de Araçatuba totalizaram 91.829 matrículas, onde o maior peso recaiu no ensino Fundamental que representou quase 60% do total de matrículas.

Tabela 17

	Matrículas em 2006				
	Creche	Pré-Escola	E. Fundamental	E. Médio	Total
Pólo de Araçatuba	7.655	17.574	69.520	22.309	117.058
Alto Alegre	32	135	514	201	882
Araçatuba	2.094	6.177	22.615	7.250	38.136
Auriflama	33	420	1.716	625	2.794
Avanhandava	57	445	1.451	297	2.250
Barbosa	79	285	1.049	250	1.663
Bento de Abreu	49	96	339	121	605
Bilac	179	227	844	299	1.549
Birigui	1.633	3.292	13.840	4.306	23.071
Braúna	97	90	686	236	1.109
Brejo Alegre	72	128	389	143	732
Buritama	121	419	1.920	776	3.236
Clementina	311	267	916	291	1.785
Coroados	70	168	692	167	1.097
Gabriel Monteiro	79	74	299	119	571
Gastão Vidigal	0	115	426	115	656
General Salgado	125	255	1.333	489	2.202
Glicério	117	179	658	149	1.103
Guararapes	332	1.016	3.883	1.238	6.469
Guzolândia	43	97	643	203	986
Lourdes	63	56	362	151	632
Luiziânia	28	129	632	181	970
Nova Castilho	9	16	166	72	263
Nova Luzitânia	106	178	390	111	785
Penápolis	1.353	1.686	7.847	2.468	13.354
Piacatu	51	265	702	199	1.217
Rubiácea	18	80	373	128	599
Santo Antônio do Aracanguá	178	200	1.032	462	1.872
Santópolis do Aguapeí	90	260	595	178	1.123
São João de Iracema	46	72	220	75	413
Turiúba	65	74	217	78	434
Valparaíso	125	673	2.771	931	4.500

Fonte: Censo Escolar - INEP - MEC 1999 e 2006. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Entre 1999 e 2006 houve um pequeno aumento do número médio de alunos por professor no ensino infantil nos municípios pertencentes ao Pólo Regional de Araçatuba. Na média o incremento foi de quase 0,5 alunos por professor. Assim, no

Pólo Econômico de Araçatuba



ano de 1999 a média de alunos por professor no ensino infantil ficou em 22,5 e no ano de 2006 atingiu 23.

Os municípios com maiores déficits de professores neste nível de ensino em 2006 foram: Guzolandia, Piacatu e Coroados com mais de 24 alunos por professor.

No ensino fundamental, a média de alunos por professor passou de 24,1 para 17,2 entre 1999 e 2006. As maiores quedas neste indicador ocorreram nos municípios de São João de Iracema, Gabriel Monteiro, Nova Castilho Brejo Alegre, Turiúba, Nova Luzitânia e General Salgado, causado na grande maioria dos municípios tanto pelo aumento do número de professores quanto pela queda no volume de matrículas.

No ensino Médio havia no ano de 1999 19,3 alunos por professor. Em 2006 observou-se queda de 7,5 alunos por professor fazendo com que o indicador passasse para 11,8 alunos por professor.

As maiores quedas do índice, mais de 100% de redução, aconteceram nos municípios de Coroados, Gastão Vidigal, Valparaíso, Gabriel Monteiro, Guararapes e Glicério e, assim como no ensino fundamental, foi resultado da queda no volume de matrículas concomitante ao fato de ter havido incremento no número de professores. (Tabela 18).

Vale dizer que a queda no número de alunos por professor, sobretudo no ensino fundamental e médio, se deu em alguns municípios pelo incremento no número de professores, mas em alguns casos concomitante a este fato também ocorreu uma diminuição na pressão por matrículas devido às mudanças demográficas.



Tabela 18 – Número de Alunos por professor

Indicadores de Educação - Funções Docentes e número de matriculados

	Ensino Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	1999	2006	1999	2006	1999	2006
Pólo de Araçatuba	22,5	23,0	24,1	17,2	19,3	11,8
Alto Alegre	15,5	16,7	21,8	13,9	16,2	9,6
Araçatuba	23,4	21,0	23,8	16,9	21,6	12,6
Auriflama	23,9	17,4	22,0	18,3	16,3	11,8
Avanhandava	24,2	20,1	25,1	16,5	14,0	9,9
Barbosa	16,2	24,3	27,3	17,2	13,3	8,3
Bento de Abreu	17,7	18,1	22,3	13,6	13,7	9,3
Bilac	35,2	31,2	26,1	21,1	19,3	13,0
Birigui	21,8	24,6	26,6	20,1	24,0	14,2
Braúna	19,6	26,7	22,3	17,2	12,8	13,1
Brejo Alegre	22,4	22,2	27,6	14,4	10,1	7,2
Buritama	21,2	20,0	20,4	15,9	19,5	10,9
Clementina	26,1	44,5	30,1	22,3	17,7	15,3
Coroados	27,8	29,8	27,2	18,7	11,9	6,0
Gabriel Monteiro	20,6	25,5	23,8	8,8	13,5	6,0
Gastão Vidigal	32,0	19,2	23,9	17,0	13,6	6,8
General Salgado	17,8	22,4	19,0	10,4	13,6	12,2
Glicério	25,1	22,8	25,8	17,3	17,5	7,1
Guararapes	24,0	22,1	24,4	19,3	26,7	11,0
Guzolândia	25,0	23,3	23,1	25,7	12,6	12,7
Lourdes	28,3	29,8	21,9	13,9	10,2	7,6
Luiziânia	23,3	19,6	24,9	17,1	12,4	10,1
Nova Castilho	27,0	12,5	19,3	7,9	0,0	8,0
Nova Luzitânia	35,5	35,5	19,4	10,5	11,1	5,8
Penápolis	19,7	30,1	24,5	16,9	16,2	11,8
Piacatu	26,0	28,7	27,9	15,6	19,0	11,1
Rubiácea	27,2	19,6	19,4	17,0	12,9	6,7
Santo Antônio do Aracanguá	27,8	13,5	22,1	16,4	16,6	20,1
Santópolis do Aguapeí	26,0	31,8	27,1	18,0	13,5	11,9
São João de Iracema	24,5	16,9	20,0	6,3	6,8	5,4
Turiúba	16,9	17,4	17,9	9,4	11,5	6,5
Valparaíso	26,2	19,0	23,3	17,9	26,2	11,9

Fonte: Censo Escolar - INEP - MEC 1999 e 2006. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP



Indicadores de Rendimento²⁴

Taxas de Aprovação Escolar²⁵

No ano de 2002, no Pólo Regional de Araçatuba, as taxas médias de aprovação no ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série e no Ensino Médio foram de respectivamente 94,4%, 92,4% e 83,3%. A taxa de aprovação no ensino Fundamental na região, de 1ª a 4ª série, foi praticamente igual à taxa média estadual de 94,5%.

No Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série e no Ensino Médio, a taxa de aprovação para o Pólo de Araçatuba foi muito superior à média estadual de respectivamente 92,4% e 84,2%.

Os municípios que obtiveram os índices mais baixos de aprovação no ensino Fundamental de 1ª a 4ª série foram Avanhandava, Clementina, Brejo Alegre e Santópolis do Aguapeí com menos de 84% de aprovação. (Tabela 19).

Entre a 5ª e 8ª série, o melhor e o pior índice de aprovação variou entre 75,8% e 100% taxas equivalentes respectivamente aos municípios de Avanhandava e Nova Castilho.

No ensino médio a diferença entre os extremos é um pouco mais acentuada (de 59,5% a 100%) correspondendo respectivamente, assim como no Ensino de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, a Avanhandava e Nova Castilho.

²⁴ Dados obtidos da Fundação SEADE / Secretaria de Estado da Educação – SEE/Centro de Informações Educacionais – CIE.

²⁵ Porcentagem de alunos que preencheram em avaliação final, os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.



Tabela 19 - Taxas de Aprovação Escolar²⁶

Taxa de Aprovação. Pólo Regional de Araçatuba, 2002			
	E. Fundamental 1ª a 4ª série	E. Fundamental 5ª a 8ª série	Ensino Médio
Pólo Araçatuba	94,4	92,4	83,3
Alto Alegre	96,5	96,9	79,7
Araçatuba	94,3	92,4	84,1
Auriflâma	97,5	94,9	91,4
Avanhandava	85,2	75,8	59,5
Barbosa	87,2	85,1	76,1
Bento de Abreu	100,0	90,3	85,9
Bilac	91,1	96,5	85,4
Birigui	97,0	95,7	80,3
Braúna	98,8	95,1	90,7
Brejo Alegre	82,1	92,8	67,9
Buritama	98,1	94,9	86,7
Clementina	83,1	91,1	81,8
Coroados	88,3	87,1	74,0
Gabriel Monteiro	91,8	100,0	85,8
Gastão Vidigal	96,2	96,0	97,7
General Salgado	98,5	94,3	91,3
Glicério	89,2	91,5	73,2
Guararapes	97,8	90,6	88,9
Guzolândia	99,4	94,1	88,8
Lourdes	100,0	86,6	69,2
Luiziânia	97,9	91,6	80,5
Nova Castilho	100,0	100,0	100,0
Nova Luzitânia	93,3	97,7	97,8
Penápolis	93,4	87,0	80,3
Piacatu	93,0	96,0	89,0
Rubiácea	97,8	93,9	88,0
Sto. A. Aracanguá	96,4	90,8	81,6
Santóp. do Aguapeí	75,5	95,0	83,1
S. João de Iracema	98,3	99,1	83,7
Turiúba	94,1	84,3	85,8
Valparaíso	91,6	96,5	87,9

Fonte: Fundação SEADE - (Base de dados: MEC/INEP - EDUDATABRASIL).

Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

²⁶ Porcentagem de alunos que preencheram em avaliação final, os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.



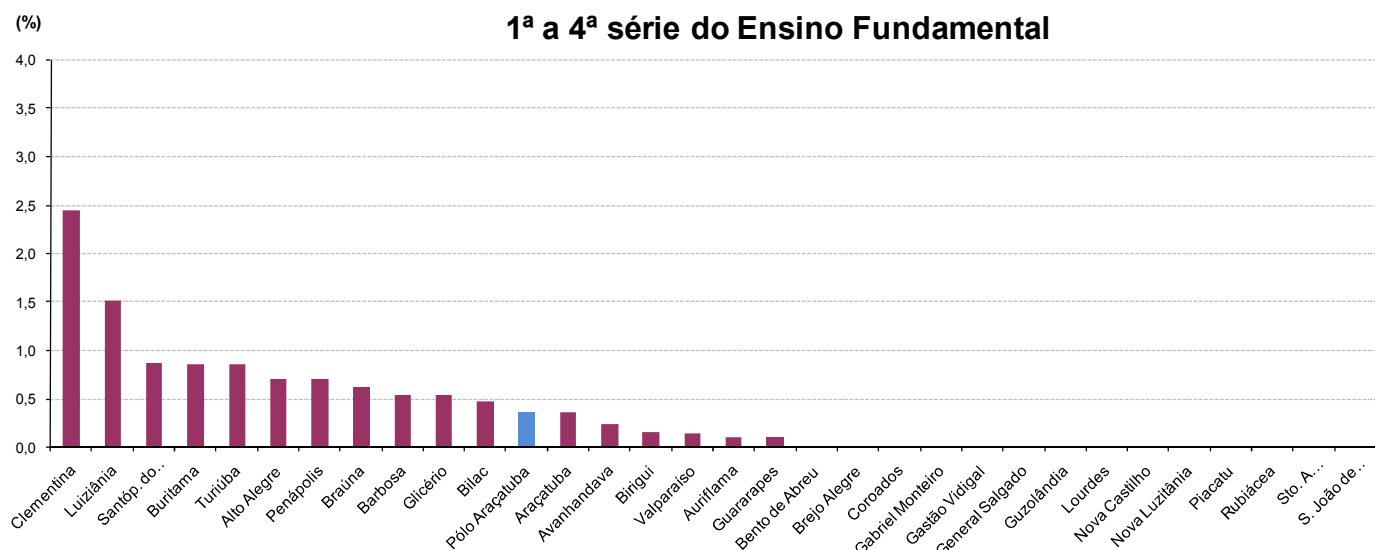
Taxas de Evasão Escolar²⁷

Em 2002 as taxas de evasão no Pólo Regional de Araçatuba na 1ª a 4ª série, na 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e no Ensino Médio foram de respectivamente 0,4%, 3,5% e 9,3%.

No Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série e no Ensino Médio, os resultados das taxas de evasão escolar para o Pólo Regional de Araçatuba foram superiores às médias estaduais.

No nível de ensino que compreende da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, as taxas de evasão entre os municípios foram baixas, sendo inferiores a 2,5%. Os municípios com as maiores taxas nesse nível de ensino foram: Clementina com 2,4% e Luiziania com 1,5% (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Taxa de Evasão Escolar. Pólo de Araçatuba, 2002



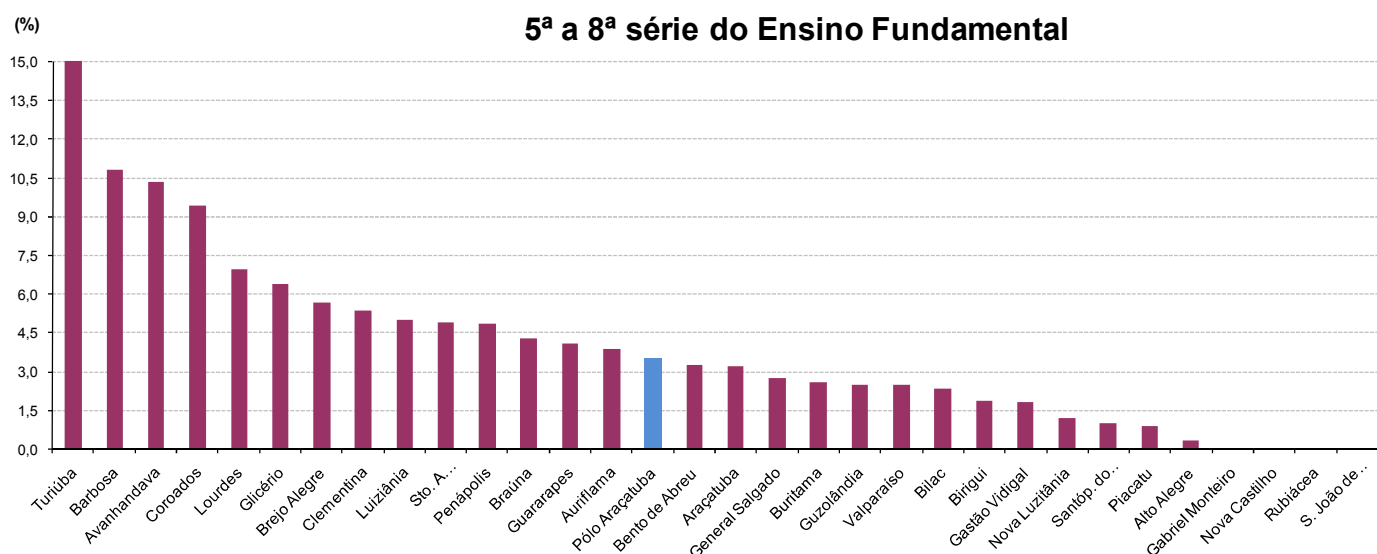
Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

²⁷ Porcentagem de alunos que abandonaram a escola antes da avaliação final ou que não preencheram os requisitos mínimos em frequência previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.



Na segunda fase do Ensino Fundamental, as taxas de evasão ficaram bastante heterogêneas e variaram entre 0,3% e 15,0%. As taxas mais elevadas neste nível de ensino corresponderam a Turiúba, Barbosa, Avanhandava, e Coroados (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Taxa de Evasão Escolar. Pólo de Araçatuba, 2002

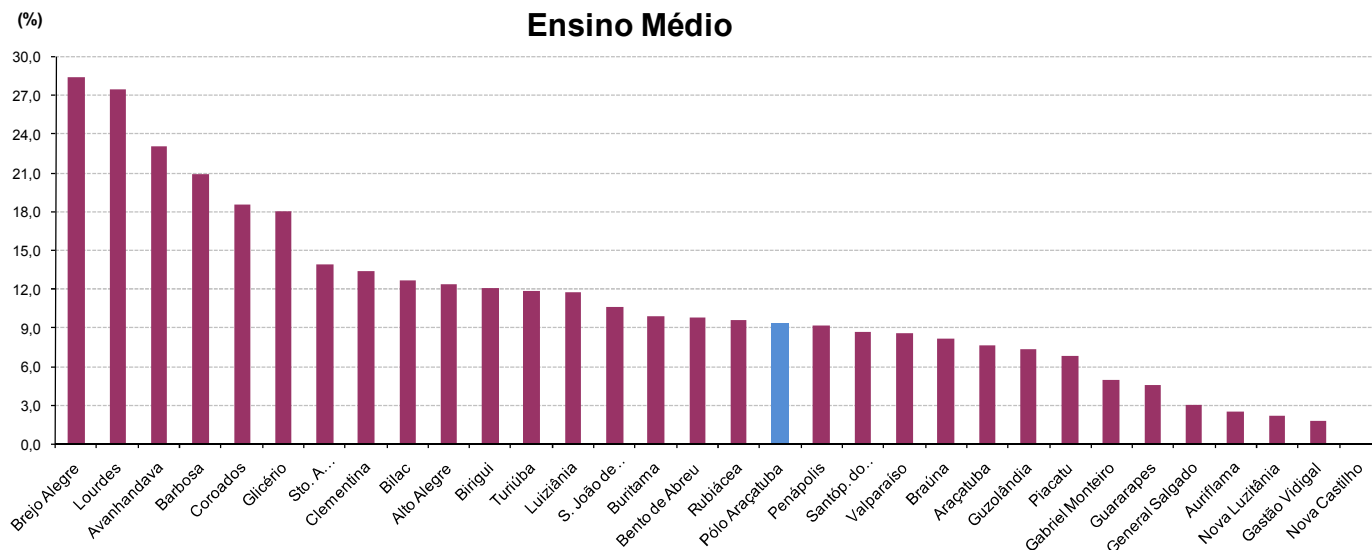


Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Os maiores índices de evasão aconteceram no Ensino Médio onde se verificou uma amplitude nas taxas de 1,7% a 28,4%. As maiores taxas de evasão, aquelas superiores a 15%, foram encontradas nos municípios localizados a leste do município sede onde destacamos: Brejo Alegre, Lourdes, Avanhandava, Barbosa, Coroados e Glicério (Gráfico 19).



Gráfico 19 – Taxa de Evasão Escolar. Pólo de Araçatuba, 2002



Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Indicadores de qualidade do ensino

Para estudar as tendências com relação à qualidade do ensino, lançamos mão dos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP – para o ano de 2007. Os resultados do SARESP permitem avaliar o ensino regular de todas as escolas da rede pública estadual que oferecem a 1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. Assim, apresentamos os resultados das provas de Língua Portuguesa e Matemática e dos níveis de desempenho em Redação para as 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio para o Pólo Regional de Araçatuba e para o Estado de São Paulo.

O Pólo Regional de Araçatuba se destacou no desempenho na disciplina de Matemática no Ensino Fundamental, tanto no ensino de 1ª a 4ª série como no de 5ª a 8ª série. O Pólo de Araçatuba obteve depois do Pólo de Bauru a segunda maior pontuação em matemática nestes níveis de ensino, entre todos os Pólos Regionais e

Pólo Econômico de Araçatuba



Regiões Metropolitanas da pesquisa. Assim, na disciplina de matemática para os alunos de 1ª a 4ª série, o Pólo de Araçatuba obteve nota média de 199,14 pontos, patamar superior à pontuação média do Estado que foi equivalente a 182,45. Para os alunos de 5ª a 8ª série a pontuação do Pólo de Araçatuba alcançou 241,20 pontos, enquanto que a média estadual ficou em 231,53 pontos.

No ensino médio, entretanto, o desempenho do Pólo Regional de Araçatuba foi o melhor entre todas as regiões da pesquisa. O desempenho neste nível de ensino atingiu 272,67 pontos e a média estadual foi de 263,68 pontos. (Tabela 20).

Na disciplina de Língua Portuguesa, o desempenho dos alunos do Pólo de Araçatuba foi melhor que o desempenho médio do Estado e de todas as regiões contempladas na pesquisa. No ensino fundamental de 1ª a 4ª série e no de 5ª a 8ª há uma vantagem de aproximadamente 10 pontos a mais no desempenho médio dos alunos do Pólo de Araçatuba em relação às notas médias estaduais (Tabela 21). No ensino médio a diferença é de 7 pontos a mais a favor do Pólo de Araçatuba.

A maior disparidade entre as notas médias do Pólo de Araçatuba e do Estado, tanto no caso da disciplina de matemática quanto de língua portuguesa, ocorre na primeira fase do ensino fundamental.

Tabela 20 - Média de Proficiência em Matemática, 2007

Matemática	Pólo Regional de Araçatuba	Estado de São Paulo
4ª. Série do E. F.	199,14	182,45
8ª. Série do E. F.	241,20	231,53
3ª. Série do E. M.	272,67	263,68



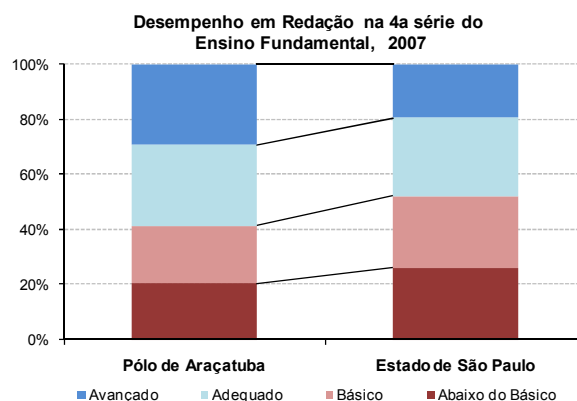
Tabela 21 - Média de Proficiência em Língua Portuguesa, 2007

Língua Portuguesa	Pólo Regional de Araçatuba	Estado de São Paulo
4ª. Série do E. F.	196,76	186,84
8ª. Série do E. F.	253,23	242,62
3ª. Série do E. M.	270,30	263,22

Fonte: SARESP, SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Já em relação ao nível de desempenho em Redação²⁸, o Pólo Regional de Araçatuba obteve resultados superiores ao Estado que concentrou maiores proporções de avaliações de redação consideradas abaixo do conceito básico. Os maiores diferenciais são percebidos para a 3ª série do Ensino Médio. Esta constatação deixa claro que quanto mais avançado o nível de ensino, melhor é o desempenho em redação comparativamente às notas médias estaduais (Gráficos 20, 21 e 22).

Gráfico 20



²⁸ Para o cálculo da distribuição percentual, foram excluídas do total das avaliações, aquelas categorizadas pelo sistema SARESP como: não válidas: anuladas, em branco e não calculada.



Gráfico 21

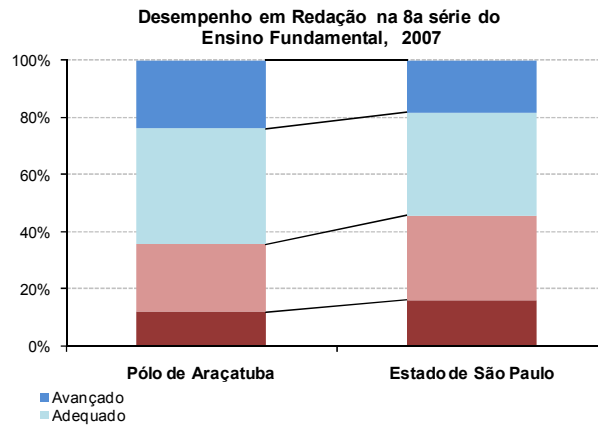
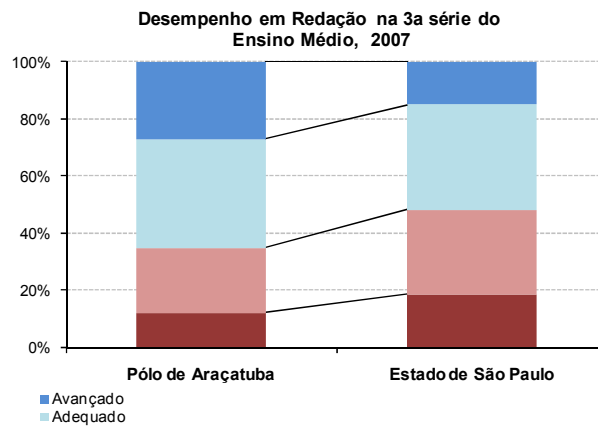


Gráfico 22



Pólo Econômico de Araçatuba



3.3 Atenção Básica à Saúde e Acesso às Ações e Serviços de Saúde no Pólo Regional de Araçatuba

Introdução

O capítulo da saúde procurou abordar questões relacionadas à Atenção Básica à Saúde e ao Acesso às Ações e Serviços de Saúde, dimensões fundamentais para o estabelecimento de políticas públicas, no Pólo Regional de Araçatuba.

Na Atenção Básica à Saúde foram analisados indicadores relacionados às taxas de mortalidade infantil, indicadores relacionados à saúde da criança, à atenção ao pré-natal, à saúde da mulher e do adulto.

No bloco referente ao Acesso às Ações e Serviços de Saúde são apresentadas as taxas de cobertura do programa PSF (Programa de Saúde da Família), as consultas médicas básicas por habitante, o número de leitos por habitantes e a proporção de Beneficiários de Plano de Saúde Privado.

O estudo procurou levar em conta as taxas médias dos indicadores para o Estado de São Paulo e os parâmetros ou metas do Ministério da Saúde, quando possível para efeitos de comparação.

Mortalidade Infantil

No Pólo Regional de Araçatuba a taxa de mortalidade infantil, vem caindo sistematicamente, assim como acontece no Brasil e no Estado de São Paulo. O Pólo de Araçatuba apresentou níveis de mortalidade infantil abaixo da média estadual entre 1990 e 2006. No ano 2000 a taxa de mortalidade infantil no Pólo Regional de Araçatuba foi de 22,8 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos e caiu para 16,8 no ano de 2006.

Em 1990 os municípios do Pólo Regional de Araçatuba com taxas mais elevadas foram Glicério, Piacatu, Rubiácea, Gabriel Monteiro e Braúna com taxas de respectivamente: 100,0; 48,8; 46,5; 38,5; e 38,5 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos (Gráfico 23).

O município que mais avançou na queda da mortalidade infantil foi Piacatu que passou a apresentar em 2006 taxa de mortalidade infantil equivalente a 16,1 enquanto

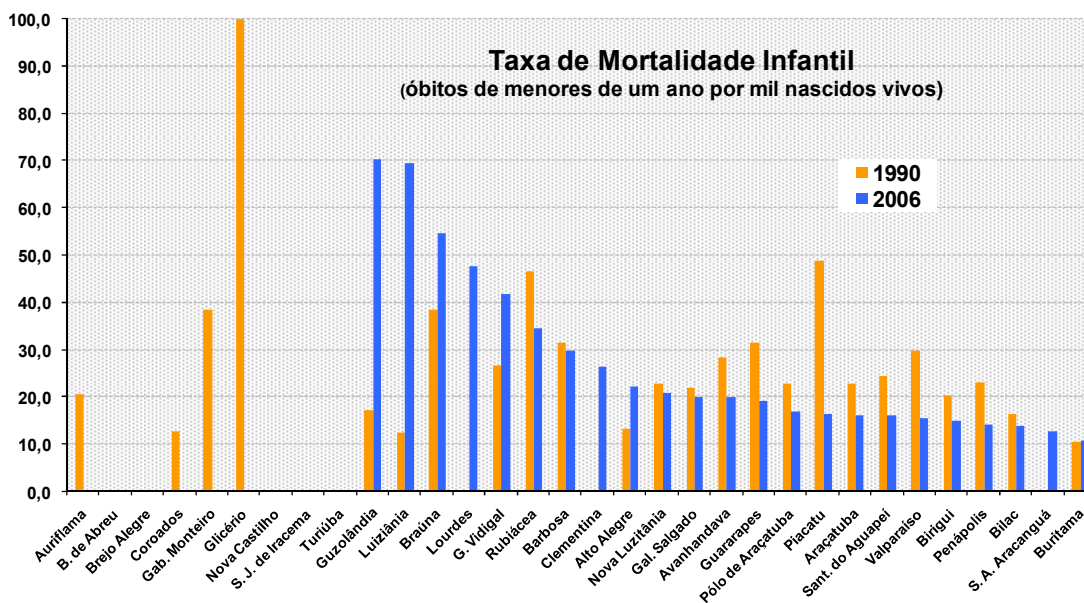
Pólo Econômico de Araçatuba



que em 1990 ocorriam 48,8 óbitos de menores de um ano para cada mil nascidos vivos.

A redução média nas taxas de mortalidade infantil dos municípios do Pólo Regional de Araçatuba foi de cerca 26% entre 1990 e 2006. No final do período em análise, as taxas ficaram mais homogêneas e se concentraram em um intervalo de 10,8 a 70,2 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos.

Gráfico 23



Fonte: Fundação Seade; Sec. Estadual da Saúde; Sec. Municipais da Saúde. Base Unificada de Nascimentos e Óbitos.

Saúde da Criança

A taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda em menores de cinco anos é um indicador frequentemente usado, pois fornece uma medida da qualidade da atenção à saúde preventiva e curativa à criança. O Ministério da Saúde recomenda que a taxa deva ser inferior a 35 internações por mil crianças menores de cinco anos.

No ano 2000 tanto o Estado de São Paulo quanto o Pólo Regional de Araçatuba já apresentavam taxas inferiores a 35 internações por mil crianças menores de cinco anos. A média estadual neste ano atingiu 28 internações e passou para 21

Pólo Econômico de Araçatuba



em 2006. No caso do Pólo Regional de Araçatuba as taxas foram superiores às médias estaduais tanto no ano 2000 quanto em 2007. Em 2000 foram internadas em média 31 crianças menores de cinco anos. No ano 2007 a situação piorou um pouco e a região passou a apresentar taxa equivalente a 33 internações.

Apesar da média da região beirar 35 internações no ano 2000, 20 municípios dos 32 que compõem a região apresentaram taxas superiores a 35 internações por IRA por mil crianças menores de cinco anos.

A observação das taxas de internação por Infecção Respiratória Aguda em menores de cinco anos nos municípios do Pólo Regional de Araçatuba revela que não houve melhora das taxas no sentido de ter ocorrido declínio. Em 12 dos 31 municípios que compõem o Pólo de Araçatuba houve incremento da taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda em menores de cinco anos, inclusive no município sede que junto com os municípios de Coroados, Gastão Vidigal, Braúna, Turiúba e Glicério apresentaram incrementos de mais de 100% na taxa.

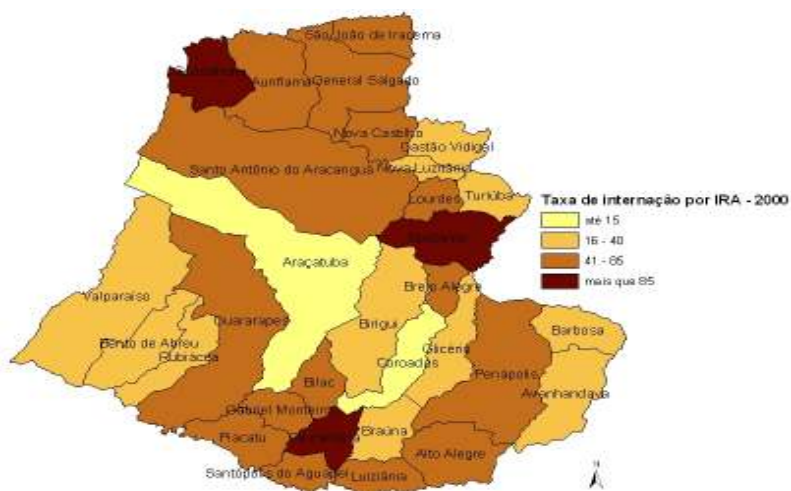
O mapa 11 mostrou que as taxas mais baixas no ano 2000 estiveram concentradas no município sede e no município de Coroados. Em 2007 não se nota mais a centralidade, no sentido das taxas mais baixas estarem concentradas no município sede ou nos municípios vizinhos a ele (Mapa 12).



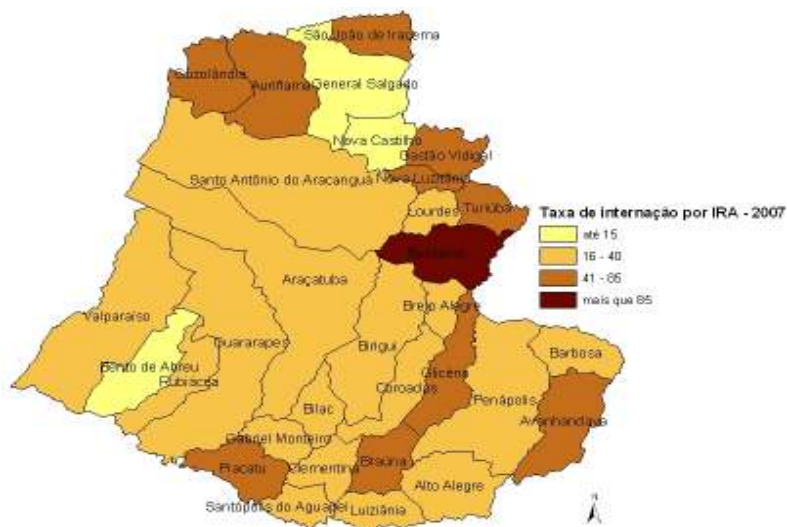
Mapas 11 e 12

Taxa de internação por IRA (Infecção Respiratória Aguda) em menores de cinco anos (por mil)

2000



2007



Fonte: SIH/SUS – DATASUS, Censo Demográfico e estimativas populacionais do IBGE

Pólo Econômico de Araçatuba



Atenção ao Pré-Natal

Para avaliar a cobertura e a qualidade da assistência ao parto no Pólo Regional de Araçatuba utilizamos o indicador: Proporção de mulheres com filhos nascidos vivos que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal. O número mínimo de consultas recomendadas pelo Ministério da Saúde é sete.

É necessário dizer, baseado em alguns estudos (SERRUYA, 2004), que este indicador é fortemente influenciado pelo nível de pobreza da região, além de outros fatores. Além disso, em uma análise longitudinal, as taxas podem em grande parte terem sido afetadas, positivamente, pelas ações do Programa Saúde da Família e pela implementação do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento do Ministério da Saúde lançado em junho de 2000 onde o foco principal tem sido proporcionar a melhora do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério das gestantes e ao recém-nascido.

A proporção média de nascidos vivos cujas mães realizaram pelo menos sete consultas por mês no Pólo Regional de Araçatuba no ano 2000 foi superior à média estadual. No ano 2000, enquanto a proporção média de nascidos vivos cujas mães completaram o pré-natal era de 54,5% no Estado de São Paulo, o Pólo Regional de Araçatuba realizou 18,2% a mais. No ano de 2005, a média estadual ficou em mais de 73%, enquanto que no Pólo Regional de Araçatuba passou para quase 82,5% dos nascidos vivos, cujas mães haviam realizado 7 consultas ou mais de pré-natal. Assim, houve um incremento de cerca de 35% na proporção de mães que realizaram pelo menos 7 consultas de pré-natal no Estado e de 13,4% no Pólo Regional de Araçatuba entre 2000 e 2005. Ainda assim, o Pólo de Araçatuba apresentou nível de cobertura de pré-natal superior à média estadual em 2005. Não se pode esquecer que o Pólo de Araçatuba já apresentava nível de cobertura de consultas de pré-natal, muito superior ao nível do Estado já no início do período (82,5%).

Em 2005 os municípios de Luiziania, Rubiácea, Guzolândia e Guararapes destacaram-se por apresentarem mais de 90% dos nascimentos onde as mães realizaram 7 consultas ou mais de pré-natal.

Os municípios de Nova Castilho, Avanhandava, Brejo Alegre e Barbosa apresentaram as taxas cobertura de pré-natal mais baixas da região em 2005 e não atingiram mais do que 60% dos nascimentos com pré-natal concluído.

Pólo Econômico de Araçatuba



Tabela 22

Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Crescimento (%) 2000-2005
Total ESTADO	54,5	59,0	63,2	67,1	71,4	73,4	34,7
Pólo de Araçatuba	72,7	77,6	82,6	83,4	84,4	82,5	13,4
Alto Alegre	65,9	59,2	84,2	89,8	89,8	83,3	26,4
Araçatuba	80,6	80,1	84,1	82,2	84,7	86,5	7,3
Auriflâma	50,2	82,2	92,4	92,9	91,4	89,0	77,2
Avanhandava	44,6	56,1	63,7	76,8	69,1	56,9	27,5
Barbosa	70,1	58,8	71,1	81,6	68,3	52,0	-25,8
Bento de Abreu	25,8	53,6	79,3	96,6	100,0	87,0	236,9
Bilac	74,4	87,0	91,6	94,7	87,5	87,1	17,1
Birigui	71,1	79,8	84,1	85,2	84,3	80,7	13,5
Braúna	86,3	80,4	75,9	77,4	78,7	80,0	-7,3
Brejo Alegre	80,0	55,9	58,6	67,6	74,3	53,3	-33,3
Buritama	78,2	61,6	63,3	57,1	79,3	67,9	-13,1
Clementina	82,7	80,7	83,1	80,2	78,1	77,3	-6,6
Coroados	67,7	74,6	81,1	88,7	93,0	84,1	24,3
Gabriel Monteiro	71,1	80,0	92,9	89,7	93,3	68,2	-4,0
Gastão Vidigal	36,5	69,1	62,8	36,5	71,0	69,4	89,9
General Salgado	69,2	77,8	68,6	79,5	72,0	75,7	9,3
Glicério	73,1	82,1	77,4	87,7	85,5	78,3	7,0
Guararapes	79,4	85,7	88,5	86,8	87,0	90,0	13,4
Guzolândia	52,3	92,1	95,2	92,8	77,9	91,9	75,8
Lourdes	69,6	60,0	52,4	60,0	73,9	66,7	-4,2
Luiziânia	78,7	83,9	88,1	90,0	92,7	97,2	23,5
Nova Castilho	11,1	66,7	100,0	87,5	87,5	60,0	440,1
Nova Luzitânia	52,3	71,8	65,0	71,1	67,4	74,4	42,3
Penápolis	86,5	86,9	86,0	87,6	86,6	83,6	-3,3
Piacatu	76,8	80,0	88,3	85,1	89,9	80,7	5,0
Rubiácea	84,0	88,9	95,0	87,5	75,0	92,3	9,9
Santo Antônio do Aracangu	85,7	90,4	88,3	81,0	100,0	87,4	1,9
Santópolis do Aguapeí	74,1	79,4	74,6	92,1	88,4	88,1	18,8
São João de Iracema	17,4	30,4	68,8	66,7	80,0	78,6	351,8
Turiúba	88,2	60,0	50,0	58,3	71,4	63,6	-27,9
Valparaíso	15,3	35,7	79,8	89,1	89,1	80,4	423,9

Fonte: SINASC/SUS - DATASUS. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais,

Controle da Hipertensão

A taxa de internações por Acidente Vascular Cerebral (AVC) na população de 40 anos ou mais, além de apontar o nível de morbidade para esta doença, também avalia a oferta de ações básicas preventivas para o controle da doença hipertensiva.

O número de internações entre 2000 e 2007 por Acidente Vascular Cerebral (AVC) na população de 40 anos ou mais no Pólo Regional de Araçatuba subiu de 35,6

Pólo Econômico de Araçatuba



para 42,3 internações por grupo de 10000 habitantes. Este fato pode significar que as ações de atenção básica nos municípios do Pólo no controle das doenças hipertensivas possivelmente estão tendo um impacto baixo. As taxas médias para o Pólo Regional de Araçatuba, no ano 2000 e em 2007, 35,6 e 42,3 respectivamente, foram bem mais altas que as médias estaduais, 15,2 e 20,8 respectivamente.

Entre todos os Pólos regionais e Regiões Metropolitanas da pesquisa, o Pólo de Araçatuba foi o que apresentou a mais elevada taxa de internações por AVC em adultos com mais de 40 anos em 2007

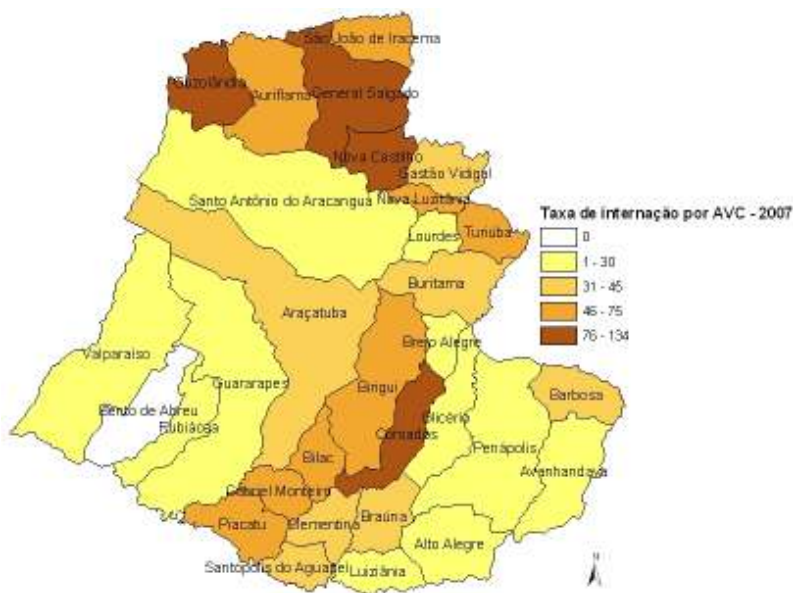
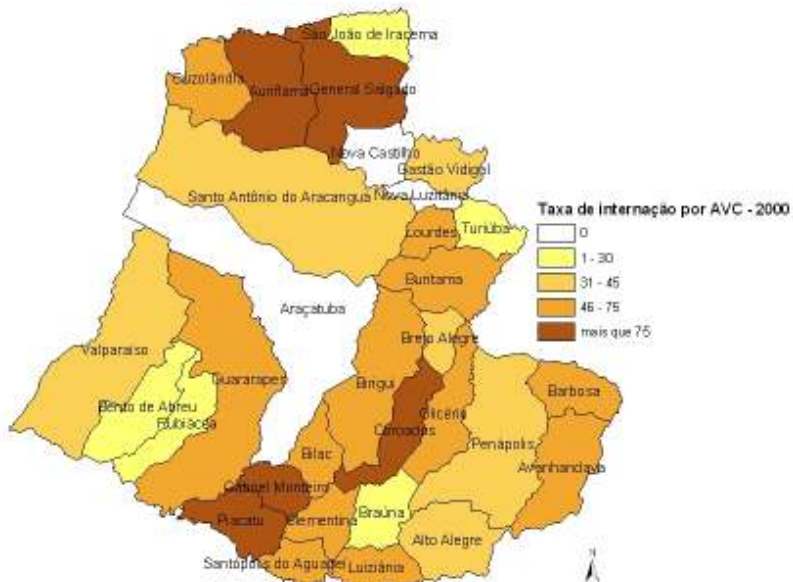
Vale lembrar que no ano 2000 este Pólo já apresentava taxas elevadas. Depois do Pólo Regional de Presidente Prudente e do Pólo de Bauru, foi o Pólo de Araçatuba que apresentou a mais alta taxa de internações por AVC na população com mais de 40 anos.

Os mapas mostraram que houve piora em alguns dos municípios, no sentido de ter havido aumento das taxas de internação. Os municípios que vêm apresentando tendência de crescimento nas taxas de internações por AVC entre 2000 e 2007 foram: Araçatuba e os municípios localizados ao norte do Pólo: São João da Iracema, Turiúba, Gastão Vidigal, Guzolandia, General Salgado, Nova Castilho, Nova Luzitania e a sudeste do Pólo: Coroados Braúna (Mapas 13 e 14).



Mapas 13 e 14

Taxas de Internação por AVC (por 10.000 habitantes com 40 anos ou mais.)



Fonte: SIH/SUS – DATASUS, Censo Demográfico e estimativas populacionais do IBGE.

Pólo Econômico de Araçatuba



Indicadores Gerais de Atenção à Saúde

Consultas Médicas Básicas por Habitante

No Brasil a média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas pouco variou entre o ano de 2000 e 2007. No ano 2000 este indicador atingiu 1,51 consultas básicas por habitante e em 2007 atinge 1,54. No Estado de São Paulo, o patamar é praticamente o mesmo referente à média brasileira em 2000 e, em 2007 chegou a 1,7 consultas básicas por habitante. O Pólo Regional de Araçatuba apresentou tendência de ascensão. No ano 2000 foram realizadas em média 1,7 consultas médicas básicas por habitante e no ano de 2007, 2,3 consultas, portanto constatou-se um crescimento de mais de 32% no número médio de consultas.

Os municípios que mais realizaram consultas básicas por habitante em 2007, entre 4,0 e 5,7 consultas básicas por habitantes foram: Lourdes, São João da Iracema, Gastão Vidigal, Turiúba e Santo Antonio do Aracanguá localizados ao norte do Pólo e o município de Glicério na parte leste. (Mapas 15 e 16)

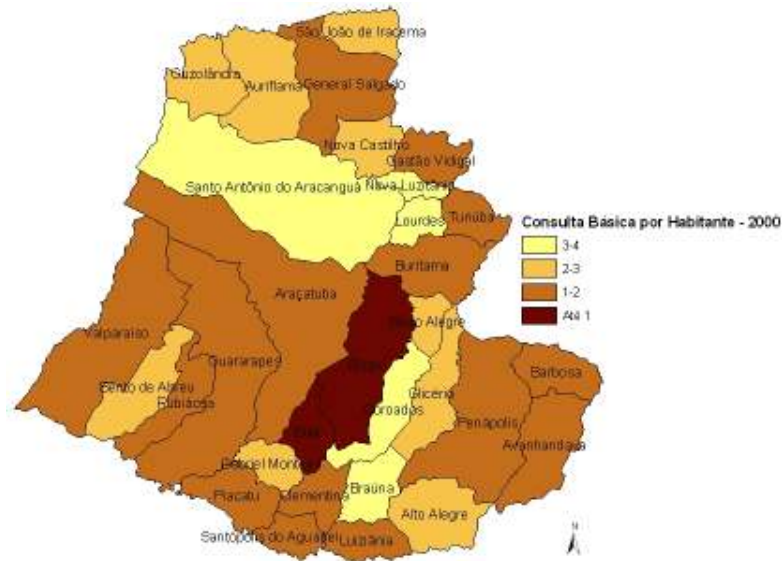


Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

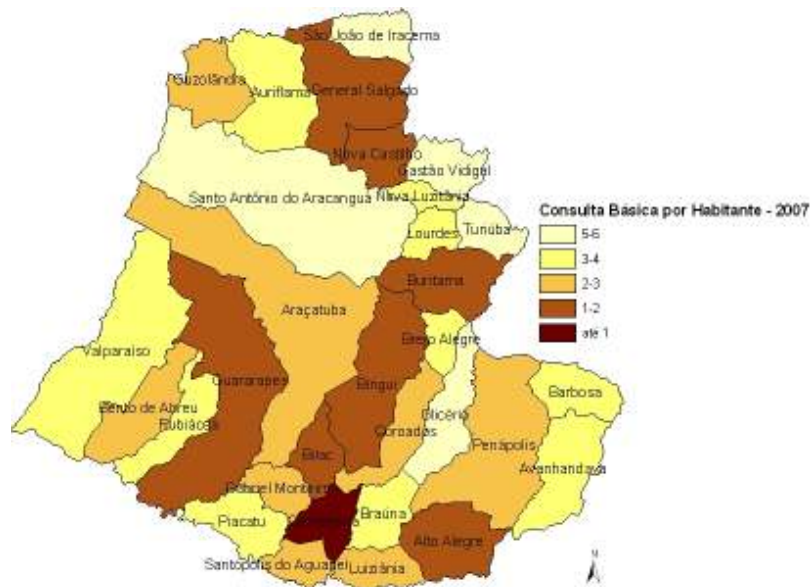
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Mapas 15 e 16 - Consultas Básicas por Habitante (média anual)

2000



2007



Fonte: SIA/SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE.

Pólo Econômico de Araçatuba



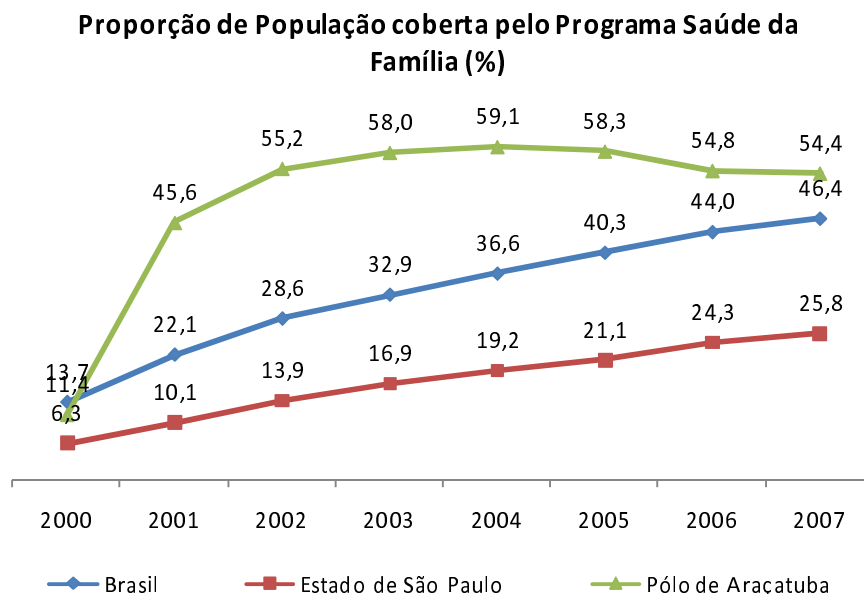
Cobertura do Programa de Saúde da Família

As informações sobre percentuais de cobertura do Programa Saúde da Família em grandes cidades e capitais revelam que em geral há uma dificuldade maior de consolidação deste programa em cidades maiores e mais urbanizadas (ELIAS, 2006).

Como já foi dito, a região do país com menor cobertura do Programa Saúde da Família é a Sudeste, com menos de 30% de cobertura da população no ano de 2007. No Estado de São Paulo em 2007, em média a cada 4 famílias, uma foi atendida pelo PSF e, no Pólo de Araçatuba, uma a cada duas famílias foi atendida pelo PSF.

Os dados mostraram que houve crescimento da proporção de famílias atendidas pelo PSF no Estado de São Paulo e no Pólo Regional de Araçatuba entre 2000 e 2007. O ritmo de crescimento do PSF no Pólo Regional de Araçatuba intensificou-se a partir do ano 2000, quando as proporções de famílias cobertas pelo PSF estiveram sempre acima das médias estaduais e nacionais (Gráfico 24). Nesse sentido, enquanto as proporções de famílias cobertas pelo PSF mais do que quadruplicaram no Estado de São Paulo entre 2000 e 2007, no Pólo Regional de Araçatuba estas proporções foram quintuplicadas.

Gráfico 24



Pólo Econômico de Araçatuba



Os mapas 17 e 18 evidenciam que não somente a cobertura de famílias atendidas vem aumentando como também o número de municípios que em 2000 não tinham implementado o programa e, em 2007 já implantaram.

No ano 2000, alguns municípios localizados na parte sul do entorno do Pólo de Araçatuba e alguns na região nordeste do Pólo haviam implementado o PSF.

Entre os municípios que já em 2000 apresentavam uma cobertura maior que 100% destacam-se Lourdes, Piacatu, Gabriel Monteiro, Nova Luzitania e Luiziania. Os municípios com proporções entre 90% e 100% no ano 2000 foram: Turiúba, Bento de Abreu, Santópolis do Aguapeí, Coroados e Clementina (Mapa 17).

No ano de 2007 os municípios do Pólo que mais haviam incrementado suas taxas de cobertura populacional pelo PSF foram: Clementina, Rubiácea, Turiúba, Piacatu, Alto Alegre e Braúna com mais de 110% de crescimento desde o ano 2000 (Mapa 18).

O município sede do pólo, Araçatuba implementou o programa a partir de 2001 com 66,3% de cobertura e, no ano de 2007 apresentou queda de 8% no indicador.

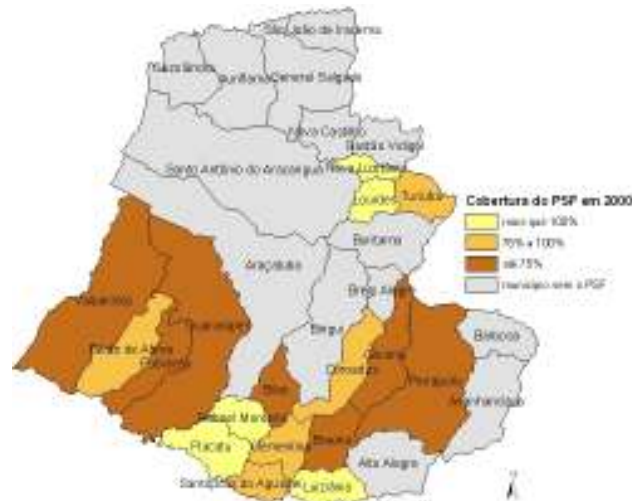
A constatação das altas taxas de cobertura populacional pelo PSF no Pólo de Araçatuba é um fato que demonstra que o PSF tem sido uma estratégia de organização da atenção básica à saúde na região.



Mapas 17 e 18

Proporção da população atendida com o Programa Saúde da Família

Ano 2000



Ano 2007



Fonte: Número de pessoas cadastradas, de 2000 a 2006, por município. Fonte: SIAB/SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE.

Pólo Econômico de Araçatuba



Atenção Hospitalar - Leitos Hospitalares por Habitante

A análise deste indicador tem como objetivo ilustrar como acontece a concentração de leitos hospitalares por habitantes nos municípios pertencentes ao Pólo Regional de Araçatuba.

Como este indicador é suscetível a uma variedade de fatores relativos às localidades ou regiões distintas, não há parâmetros validados para efeitos de comparação. O que acontece é que a própria demanda juntamente com a capacidade de financiamento do local acaba definindo as metas a serem alcançadas. Assim, este indicador não é adequado para avaliar o sistema de saúde de uma região, mas auxilia nas ações de planejamento e gestão.

Apesar de não termos parâmetros validados, o Ministério da Saúde preconiza que o volume de leitos hospitalares esteja entre 2,3 a 3 leitos por mil habitantes (Portaria do Ministério da Saúde 1101/2002).

No Pólo Regional de Araçatuba a oferta de leitos hospitalares foi de 2,9 leitos por mil habitantes em 2006, onde 2,3 leitos foram disponibilizados através do SUS. A média de leitos hospitalares por mil habitantes no Pólo Regional de Araçatuba foi um pouco superior à média estadual e à nacional. No Estado foram disponibilizados 2,6 leitos e no Brasil 2,7 leitos por mil habitantes em 2006 (Tabela 23).

No Pólo Regional de Araçatuba de cada 5 leitos hospitalares, 4 foram disponibilizados pelo SUS. Esta proporção é superior à proporção média estadual de 65,4% em 2006.

Os leitos disponibilizados pelo SUS atingiram quase 80% do total de leitos da região.

Tabela 23 - Leitos Hospitalares por mil habitantes

Leitos Hospitalares em 2006	Leitos* Por Mil Habitantes Hab.		Proporção de Leitos do SUS (%)
	Total	SUS	
Pólo Regional de Araçatuba	2,9	2,3	78,1
Estado de São Paulo	2,6	1,7	65,4
Brasil	2,7	2,0	74,1

Fonte: CNES - Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de internação - São Paulo SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE.



O município de Luiziânia se destacou por ser o município com a maior oferta de leitos hospitalares, 7,3. Além de Luiziânia, os municípios de: Alto Alegre, Clementina, Bilac e Araçatuba apresentaram elevada oferta de leitos hospitalares por mil habitantes: 5,7; 5,2; 4,4 e 3,9 respectivamente. No caso destes municípios a disponibilidade de leitos hospitalares pelo SUS variou entre 77% e 93% do total de leitos hospitalares (Mapa 19).

Mapa 19 – Leitos Hospitalares por mil habitantes em 2006



Fonte: CNES -Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de internação - DATASUS, projeções, IBGE.

Beneficiários de Plano de Saúde Privado

De acordo com PINTO, 2004; a região Sudeste concentra cerca de 70% da população que possui planos de saúde e, as maiores proporções de cobertura acontecem nas capitais. Ainda segundo este autor: *Estudos anteriores (Costa e Pinto, 2002; Siqueira et al., 2002) demonstram que, nas cidades de pequeno e médio porte (menos de 80.000 habitantes), a participação das modalidades de saúde suplementar é menor que a prestação de serviços mediante o SUS, enquanto que nas cidades de mais de 80.000 habitantes, a hegemonia dos planos de saúde já ocorria em 1992 e expandiu-se ainda mais em 1999.*

Pólo Econômico de Araçatuba



O indicador proporção de cobertura da população por planos de saúde privados considera como plano privado, segundo os critérios da ANS/MS, os planos de assistência à saúde que são operados por medicina de grupo, cooperativas, seguradoras, autogestão e filantropia. Pode haver superestimação do indicador na medida em que pode haver beneficiários com mais de um plano de saúde privado.

A cobertura da população por planos de saúde privado no país foi de quase 20% da população entre 2000 e 2005. A região Sudeste apresentou a maior cobertura entre as regiões, e entre 2000 e 2005 a representação ficou praticamente constante por volta de 30% (Tabela 24).

Tabela 24 - Proporção (%) da população coberta por planos privados de saúde segundo ano por região. Brasil, 2000 a 2005

Regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	19,1	18,6	18,5	18,6	19,1	19,9
Norte	5,7	5,5	6,2	6,8	7,3	7,2
Nordeste	7,6	7,2	7,6	8,0	8,2	8,4
Sudeste	32,0	30,9	30,2	29,9	30,3	31,7
Sul	14,0	14,1	14,6	15,5	16,7	17,4
Centro-Oeste	12,7	12,2	12,5	12,5	12,5	12,8

Fonte: Ministério da Saúde/Agência Nacional de Saúde - Sistema de Informações de Beneficiários e IBGE

Especificamente no Pólo Regional de Araçatuba as taxas foram bastante inferiores que as do Estado de São Paulo. Entre todas as regiões metropolitanas e Pólos Regionais da Pesquisa, foi Araçatuba o Pólo que apresentou o mais baixo percentual de população coberta por planos de saúde privados tanto no ano 2000 como em 2007.

No ano 2000, a cobertura média para o Estado e para o Pólo Regional de Araçatuba foi de respectivamente 41,6% e 10,6%.

Em 2007 foi constatado o crescimento da cobertura por planos de saúde privados no Estado de São Paulo e no Pólo Regional de Araçatuba que passaram a apresentar percentuais de respectivamente 48% e 15,9%. Apesar deste indicador no

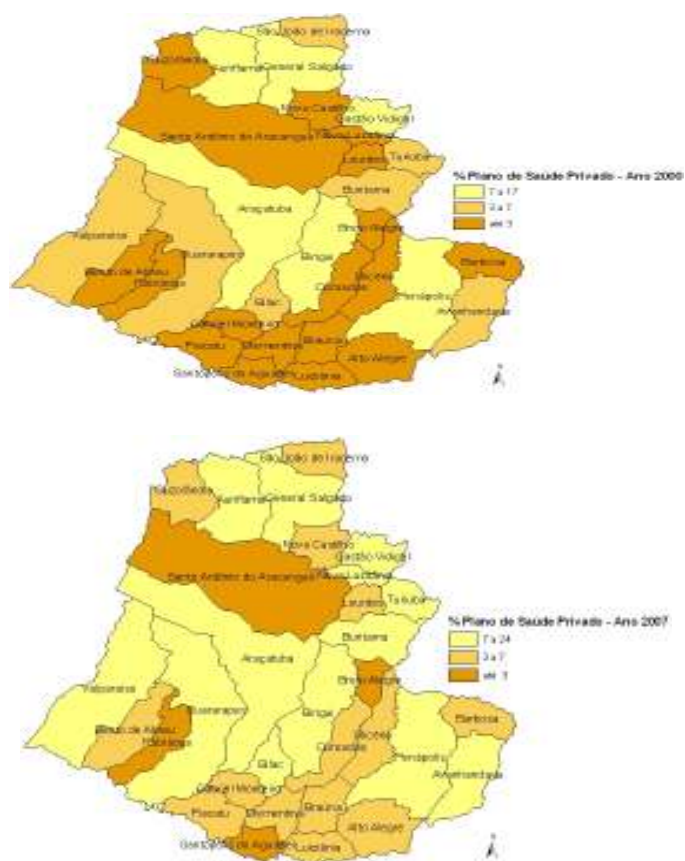
Pólo Econômico de Araçatuba



Pólo Regional de Araçatuba estar muito abaixo da média estadual, tanto no ano 2000 quanto no ano de 2007, o crescimento no Pólo de Araçatuba foi muito mais intenso quando comparado com o Estado: 15,3% no Estado e 49,2%, no Pólo de Araçatuba.

Os planos de saúde privados aumentaram em todos os municípios do Pólo Regional de Araçatuba entre 2000 e 2007. Os municípios do Pólo onde haviam proporcionalmente mais pessoas com planos de saúde privados em 2007 foram: Araçatuba, Turiúba, General Salgado e Penápolis com respectivamente: 24%; 22,8%, 17% e 16%. Nos demais municípios a proporção da população com planos de saúde privados variou de 0,6% a 15,7% (Mapas 20 e 21).

Mapas 20 e 21 - Proporção da população com plano privado de saúde



Fonte: Sistema de Informações de Beneficiários (SIB), Sistema de Cadastro de Operadoras (Cadop) e Sistema de Registro de Produtos (RPS), todos geridos pela ANS - DATASUS. SIA/SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino Médio: Múltiplas Vozes**. Brasília: UNESCO; MEC. 2003

ANDRADE, Cibele Y., TELLES, Stella M.B.S. Universalização e equidade: análise da evolução do acesso à educação básica no Brasil de 1995 a 2005. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16º., 2008. Caxambu. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>.

ARRIAGADA, I. **Câmbios y desigualdad en las familias latinoamericanas**. Revista de la Cepal 77, Santiago de Chile, 2002.

_____. Estructuras familiares, trabajo y bienestar en América Latina, In: Arriagada, I. e Aranda, V. (comp.) **Cambio de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces, Serie Seminarios y Conferencias**, CEPAL, nº 42. Santiago de Chile, 2004.

BAENINGER, Rosana; BRITO, Fausto. Crescimento das Cidades, das Metrôpoles e do Interior do Brasil Contemporâneo. In: **Anais. XII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, Sessão temática ST2 – Rede Urbana e Estrutura Territorial. Belém, Pará. 2007.

BERQUÓ, E.. Arranjos Familiares no Brasil: Uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, Vol. 4, 2000.

BILAC, E.. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: NEPO, UNICAMP. 2001.

BRASIL; Ministério da Cultura. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília : INEP; MEC, 2003. Disponível em: < www.inep.gov.br >.

CECCHINI, S. e UTHOFF. A. Reducción de la pobreza, tendencias demográficas, familias y mercado de trabajo en America Latina. In: **Série: Políticas Sociales**, CEPAL, División de Desarrollo Social, Santiago de Chile, julio de 2007.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Relatórios de Pesquisa de Campo - Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais**. Convênio 3595-FINEP-FNDCT/NEPP-UNICAMP. 9 volumes, 2008.

COSTA N. R. & PINTO L.F.. Avaliação de programa de atenção à saúde: incentivo à oferta de atenção ambulatorial e a experiência da descentralização no Brasil. In: **Ciência & Saúde Coletiva** 7(4): 907-923. 2002.

DRAIBE, Sônia; FONSECA, Ana Maria; MONTALI, Lilia. Programas de Renda Mínima para Famílias Carentes: Levantamento das Experiências e Metodologias de Avaliação.



In: IPEA. LOBATO, Ana Lucia (org.). **Garantia de Renda Mínima: Ensaio e Propostas**. Brasília, IPEA, 1998.

ELIAS, Paulo Eduardo et al . Atenção Básica em Saúde: comparação entre PSF e UBS por estrato de exclusão social no município de São Paulo. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.11, n.3, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232006000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2009. doi: 10.1590/S1413-81232006000300012.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Pesquisa de Campo - Relatório Municipal de Valparaíso, Pólo Regional de Araçatuba**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas, 2007.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Relatório da Pesquisa de Campo – Pólo Regional de Araçatuba**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas, 2007.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. Base de Dados - Pesquisa de Campo, Módulo 2B. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas, 2008.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas, 2009. Capítulo 3. Item 3.1.

FLETCHER, P. **As dimensões transversal e longitudinal do Modelo Profluxo**. Brasília, Ministério da Educação e da Cultura, 1997, Mimeo.

FONSECA, Ana Maria M. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FONSECA, A. M. M.; COHN, A.. O Bolsa-Família e a Questão Social. SEGUNDO WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE TRANSFERÊNCIA CONDICIONAL DE RENDA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. São Paulo, Brasil. Abril 2004.

GUIMARÃES DE CASTRO, Maria Helena. As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, v., p. 425-458. 1999.

GUIMARÃES DE CASTRO, Maria Helena. Política Social en Brasil: continuidades y cambios. In: Instituto de Estudios Internacionales; Embajada de Brasil en Chile. (Org.). **Brasil y Chile: una mirada hacia América Latina**. 1ed ed. Santiago, Chile: RIL Editores, v. único, p. 253-264. 2006.



HOFFMANN, R. e LEONE, E. (2003). **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**. Campinas: IE/UNICAMP. (mimeo).

HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, vol. 14, Nº 2, maio-agosto, Belo Horizonte – MG, 2004.

IBGE-MDS, 2008. Acesso a transferências de renda de programas sociais – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- 2006. Rio de Janeiro, IBGE.

IDB – DATASUS. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/idb>

IDESP – <http://idesp.edunet.sp.gov.br/>

IPEA. Assistência Social e Segurança Alimentar. IN: **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, n. 15. Brasília, IPEA, p. 51-72. Março de 2008.

IPEA, Boletim do desenvolvimento social 14. Disponível em: www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_14/politicassocialdesenvolvimento.pdf

IPEA. LOBATO, Ana Lucia (org.). **Garantia de Renda Mínima: Ensaio e Propostas**. Brasília, IPEA, 1998.

KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.15, n.1 (26), p. 58-78, jan./jun.2006.

KLEIN, R. **Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo de indicadores de fluxo escolar da educação básica**. Brasília, INEP/MEC, 1995. Mimeo.

LEONE, E.. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90, em ROCHA, M.I.B. (coord.): **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO / UNICAMP e CEDEPLAR / UFMG, São Paulo: editora 34. 2000.

_____. Mudanças no Trabalho da Mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90. Anais do XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Ouro Preto, MG. Novembro de 2002.

_____. Trabalho da Mulher em Regiões Metropolitanas do Brasil. In: Proni, Marcelo W. e Henrique, Wilnês (orgs.) **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP. 2003.

LEONE, E.; GORI MAIA, A.; BALTAR, P.. Trabajo remunerado de las mujeres e ingreso de las familias brasileñas: 1981 – 2005. In: II CONGRESSO DE ECONOMIA FEMINISTA, Zaragoza. 2007.



MEDEIROS, M. e OSÓRIO, R.. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. **Revista Brasileira de Estudos de População** v. 17 (1/2). 2000.

Ministério da Saúde Brasil 2007: uma análise da situação de saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 641 p.:il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde).

MONTALI, L.. Família e trabalho na conjuntura recessiva: crise econômica e mudança na divisão sexual do trabalho. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1995.

_____.; LOPES, G.. Relações Familiares e Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo na Década de 90. In: **Caderno CRH** n.38, jan-jun de 2003.

_____. Rearranjos Familiares de Inserção, Precarização do Trabalho e Empobrecimento. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 21(2), jul/dez. 2004.

_____. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. **Revista Brasileira de Estudos de População** – ABEP, v. 23 (2), pp. 223-245. 2006.

_____. **Regiões Metropolitanas: mudanças na família e na relação família-trabalho, as condições sociais e as políticas de transferência de renda**. Relatório de Pesquisa CNPq, abril 2008, Campinas. NEPP/UNICAMP. 2008.

MONTALI, L. e TAVARES, M.. Famílias Metropolitanas: precarização do trabalho e empobrecimento. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE - ABEP, Belo Horizonte - MG. 05-06 de novembro de 2007.

_____. Família, Pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. In: **Revista Brasileira de Estudos de População** – ABEP, v. 25 (2), pp. 211-231. 2008.

MONTALI, Lilia; BAENINGER, Rosana; TELLES, Stella B.S. Virtudes e vicissitudes dos programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas paulistas. In: 6º ENCONTRO ABCP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Unicamp, 29 de julho a 01 de agosto de 2008.

OLIVEIRA, O. e SALAS, M.. Entre la inclusion e la exclusion laboral de los jóvenes: Um análisis comparativo de México y Costa Rica. In: III CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN – ALAP, Córdoba, Argentina, 24 a 26 de setembro de 2008.

OPAS. REDE Interagencial de Informações para a Saúde. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações/ – **Rede Interagencial de Informações para a Saúde Ripsa – Brasília**: Organização Pan-Americana da Saúde. 299p.:il. 2002.



PINTO, Luiz Felipe; SORANZ, Daniel Ricardo. Planos privados de assistência à saúde: cobertura populacional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Mar. 2009. doi: 10.1590/S1413-81232004000100009.

SCAVONE, L.. Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. In: **Interface**. n. 8, fevereiro de 2001.

SCHWARTZMAN, S.. **Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Versão 3, 13 de fev. 2006.

SERRUYA, Suzanne Jacob; LAGO, Tânia Di Giácomo and CECATTI, José Guilherme. O panorama da atenção pré-natal no Brasil e o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.** [online]. V. 4, n. 3, pp. 269-279. ISSN 1519-3829. 2004.

SILVA, Maria O. da Silva e.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SIQUEIRA, S.A.V., SENNA, M.C.M., OLIVEVEIRA, P.T.R. & PINTO, L.F.. Descentralização e assistência à saúde no Brasil: um balanço dos anos 90. **Revista Saúde em Debate** 26(60):25-36. 2002.

SUPLICY, Eduardo M. **Programa de Garantia de Renda Mínima**. Brasília, Senado Federal, 1992.

SZWARCWALD CL, BASTOS FI, VIACAVAL F, Andrade CLT. Income inequality and homicide rates in Rio de Janeiro, Brazil. **Am J Public Health.**; 89(6):845–50. 1999.

TAKAHASHI, R.F. & OLIVEIRA, M.A.C. **A visita domiciliária no contexto da saúde da família** In BRASIL. Instituto para o Desenvolvimento da Saúde. Universidade de São Paulo. Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

TOLEDO; OVALLE. **Estatística básica**. São Paulo: Atlas, 1985.

WAJNMAN, S.; RIOS NETO, E.. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, M. I. B. (coord.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, Editora 34. 2000.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa das mortes por violência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40142007000300009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas